

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**Lutas na cidade de São Paulo: Mutirão Recanto da
Felicidade e Banco Comunitário União Sampaio**

MARTA DE AGUIAR BERGAMIN

São Carlos

2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Marta de Aguiar Bergamin

**Lutas na cidade de São Paulo: Mutirão Recanto da
Felicidade e Banco Comunitário União Sampaio**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Orientadora: **Prof.^a Dr.^a Cibele Saliba**

Rizek

São Carlos

2011

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária/UFSCar**

B493Lc

Bergamin, Marta de Aguiar.

Lutas na cidade de São Paulo : Mutirão Recanto da Felicidade e Banco Comunitário União Sampaio / Marta de Aguiar Bergamin. -- São Carlos : UFSCar, 2012.
232 f.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2011.

1. Sociologia do trabalho. 2. Cidades e vilas. 3. Mutirão. 4. Economia solidária. I. Título.

CDD: 306.36 (20^a)



Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Rodovia Washington Luís, Km 235 – Cx. Postal 676
13565-905 São Carlos-SP - Fone/Fax: (16) 3351.8673
www.ppgs.ufscar.br - Endereço eletrônico: ppgs@ufscar.br

Marta de Aguiar Bergamin

Tese de Doutorado em Sociologia apresentada à Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Aprovada em 13 de dezembro de 2011

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dra. Cibebe Saliba Rizek
Orientadora e Presidente

Prof. Dr. Gabriel de Santis Feltran
Universidade Federal de São Carlos

Prof. Dr. Jacob Carlos Lima
Universidade Federal de São Carlos

Prof. Dra. Isabel Pauline Hildegard Georges
Institut de recherche pour le développement

Prof. Dr. Henrique Parra
Universidade Federal de São Paulo

Para uso da CPG

Homologado na ____ª Reunião da CPG-
Sociologia, realizada em ____/____/____

Prof. Dra. Maria Inês Rauter Mancuso
Vice-Coordenadora do PPGS

ao Rodrigo, meu filho

Alicate

*Pra toda terra arada,
existe uma enxada.*

*Pra todo território desocupado
existe um cercado.*

*E pra todo cercado,
existe um alicate.*

(LUAN LUANDO, Manda Busca)

Agradecimentos

Fazer uma tese exige dedicação a um tempo absolutamente específico e que parece ser, em muitos momentos, uma temporalidade que nunca se integra com os outros tempos da vida. Esse tempo de dedicação exclusiva a questões que precisam ser exaustivamente elaboradas, pensadas, intuídas, parece nunca combinar com os trabalhos de docência, família, maternidade, sociabilidades, e a exclusividade a este tempo foi impossível. Mas é uma temporalidade própria e fui aprendendo a conviver e gostar dela para realizar o trabalho. Os resultados são gratificantes e a ajuda de algumas pessoas precisa ser ressaltada para um agradecimento afetivo e verdadeiro a quem esteve ao meu lado nesta travessia.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação de Sociologia da UFSCAR, especialmente à secretaria e a Ana Bertolo. E agradeço as contribuições dos professores Jacob Lima e Gabriel Feltran, que participaram da minha banca de qualificação.

Tudo o que eu acompanhei no Banco Comunitário União Sampaio, na casa da União Popular de Mulheres com Rafael, Thiago, D. Neide, Gabrielle, Edmilson, Fernando, Claudinho e tantas outras pessoas, me serviram de inspiração. A luta cotidiana para trazer ao bairro e à nossa cidade relações mais justas, mostra caminhos para a busca da política sempre presente ali como meta para a atuação coletiva, um puxando o outro para novas lutas, novas conquistas. O mundo das necessidades é infinito e a luta não pode parar, ali não há espaço para acomodação. Aprendi muito com todos com quem conversei, convivi, e espero que a sociologia possa nos ajudar a realizar mais e mais coisas. As parcerias tornam todos mais fortes e isso aprendi lá também.

Agradeço à equipe do Nesol/USP, por permitir que eu acompanhasse o seminário de Extensão Universitária e Economia Solidária: Bancos Comunitários, em agosto de 2011, fechado aos bancos comunitários da região sudoeste. Há coisas que aprendemos nesses processos de observação participativa e que nenhum texto tem como suprir.

A todos no mutirão Recanto da Felicidade que me receberam e me ajudaram a realizar a pesquisa. O trabalho incansável de pessoas tão especiais é

comovente, revoltante às vezes pelas dificuldades enfrentadas, mas também inspirador. A todas as pessoas que dispuseram um tempo de suas vidas para conversar comigo sobre a vida, os trabalhos, as trajetórias nessa cidade, devo um agradecimento especial.

Ao Fefa, que me incentivou a ir ao mutirão e que é um amigo irmão para sempre. Às minhas irmãs Ana, Bea e Cici com quem aprendo sempre sobre a vida, com seus filhos maravilhosos: Manu, Carol, Isabel, Luiza, José, Francisco e Juca. Cici ainda me ajudou a terminar o trabalho emergencialmente com sua revisão criteriosa e afetiva.

Aos amigos que fui fazendo ao longo dessa longa jornada, os amigos da Escola de Sociologia e Política, Roseli Coelho e Eliana Asche, que acompanharam todo o processo, assim como Aldo Fornazieri, Rafael Araujo, Marcão Florindo e Dani Ribas, e especialmente aos amigos de “tese”, com quem partilhei as agruras e prazeres desse trabalho, Carla Diégues e Rodrigo Estramanho. E especialmente a Carol Freitas, amiga querida conquistada mais recentemente.

Preciso agradecer meus alunos e ex-alunos, em particular aos que me acompanharam nas idas a campo. Silvana, que foi uma excelente companhia nas entrevistas no mutirão. Ricardo Agostinho, que me levou ao Banco Sampaio e me apresentou o Capão Redondo. E Agustin, que permaneceu e com quem tenho o prazer de compartilhar a construção do Laboratório de Desenvolvimento Comunitário, para experimentarmos formas da sociologia nos levar a novas realizações.

Às amigas da Confraria, a partilha da vida faz a vida mais leve e faz a vida ser vivida de forma mais verdadeira. E a Ana Bach, que me ajudou imensamente nesse processo.

Aos amigos próximos Paulão Bava de Camargo e Dani Damo que estão sempre perto acompanhando tudo. Fábio Sanchez, que me sugeriu estudar os bancos comunitários e me concedeu uma longa entrevista. E Cecília Turatti, em momentos muito importantes esteve mais perto. Nem tenho como agradecer sua leitura atenta de toda a tese... nossas conversas longas me ajudaram enormemente com sua interlocução deliciosa e muito bem vinda em momentos dramáticos do processo, obrigada é pouco!

A Cibele Rizek devo mais que um agradecimento. Minha formação intelectual tem sempre Cibele por perto, como inspiração; é grande minha admiração por sua enorme vocação à pesquisa. Em momentos importantes a sua orientação foi

fundamental para que a tese seguisse esse caminho que ela tomou – não deixo, com isso, claro, de assumir totais responsabilidades pelos eventuais descaminhos do trabalho.

Agradeço a dona Mariza, que me deu suporte para os fins de semana de trabalho.

À minha mãe Lúcia, que ficaria muito orgulhosa do trabalho pronto, e ao meu pai Sérgio devo minha formação.

Ao Rodrigo, meu filho, que nasceu durante a tese e me ensina sobre a vida todos os dias – e a vida ficou bem mais completa com ele por perto. Para que ele possa, quando crescer, cuidar do mundo.

Com Edu aprendi muito. Ele me ensinou, entre muitas coisas, o que é a disciplina necessária para esse trabalho acadêmico. Mas também me mostrou como pode ser companheiro, caminhando junto nas etapas todas da pesquisa e da vida. Leitor crítico de todos os meus textos. Tudo o que construímos está e estará sempre comigo.

Resumo

Este trabalho tem como objetivo explorar a relação entre cidade e trabalho a partir da análise de duas experiências democráticas: um mutirão autogestionário e um banco comunitário na cidade de São Paulo. Essas duas experiências nos mostram que os movimentos sociais precisam constantemente de novas formas de atuação para renovar a participação e fortalecer a organização social na direção da formação de uma comunidade política. Tanto o Banco Comunitário, que amplia a discussão em torno da circulação endógena do dinheiro e da possibilidade de maior consumo na localidade, quanto o mutirão autogestionário, que intensifica o acesso aos direitos e à participação, são, no entanto, experiências que enfrentam enormes dificuldades e são talvez frágeis como alternativas aos processos de sociabilidade capitalista. Porém, vão se revelando, no interior mesmo do sistema, transformadoras de realidades antes precárias.

Palavras-chave: Cidade, Trabalho, Mutirão, Economia Solidária, Banco Comunitário.

Abstract

The present work is aimed at exploiting the relationship between city and work, from the study of two democratic experiences: a self-managed joint effort (*mutirão*) and a community bank in the city of Sao Paulo. These two experiences show us that the social movements constantly need new ways of carrying out their actions in order to renew participation and strengthen the social organization towards the creation of a political community. Both the community bank, that broadens the range of the discussion on the endogenous circulation of money and on the possibility of higher consumption in the area, and the self-managed joint effort (*mutirão*), which intensifies the access to rights and to participation, are, however, experiences that struggle with huge difficulties and are perhaps weak as alternatives to the capitalist processes of sociability. In spite of that, they show themselves to be, in the very core of the system, capable of transforming previously precarious realities.

Keywords: City, Work, Mutirão, Solidarity Economy, Community Bank.

Sumário

Introdução	12
Parte 1 - O trabalho para além do trabalho: o mutirão	24
Capítulo 1 - Cidade e trabalho: espelhos de si	
1.1. A cidade e o sonho da casa própria	25
1.2. Mutirão e princípios de uso democrático da cidade: lidando com a exceção	33
1.3. O Recanto da Felicidade	50
1.4. Circuitos de trabalho na cidade, o mutirão e suas dimensões sociais	55
1.5. Gestão e cidade no Brasil contemporâneo	58
1.6. O papel das ONGs e da assessoria técnica	63
Capítulo 2 - Relatos de um mutirão: o trabalho para além do trabalho	
2.1. A casa própria exige sacrifícios	68
2.2. A construção social do corpo para o trabalho	74
2.3. Cidade, temporalidades e dominação	81
2.4. Narrativas femininas e masculinas: viver a cidade, construir a vida	88
2.5. Morar, lutar	96
2.6. Rumo ao urbano: trajetórias	103
Parte 2 - A experiência do Banco Comunitário na periferia de São Paulo: Quando a exceção leva à política	115
Capítulo 3 - Moeda social em São Paulo: inventando novos arranjos	
3.1. A exceção leva à política	116
3.2. Apresentando o Banco Comunitário União Sampaio	120
3.3. Formas do trabalho periférico	146

3.4. Com o pé em duas canoas: o difícil equilíbrio da Economia Solidária	158
Capítulo 4 - O Banco Comunitário União Sampaio e o capitalismo: Contracultura na periferia da cidade	
4.1. Periferia e trabalho: apropriação do tempo mediado	171
4.2. A construção da cidade: reflexões sobre o consumo moderno	178
4.3. Experiências de trabalho dos moradores do Jd. Maria Sampaio	186
4.4. Associação União Popular de Mulheres e os desdobramentos na cidade	192
4.5. Trabalho e política: dá casamento?	200
4.6. A nova moeda social	206
Considerações finais	209
Bibliografia	214
Anexo 1- tabela de siglas	232

Introdução

A cidade é o lugar onde habitamos e trabalhamos. As relações de produção e reprodução do capital geram desigualdades sociais, conflitos, disputas de interesses, que podem ser enfrentados de formas muito diversas. Uma dissociação se faz presente entre os diferentes campos constituídos da vida social; os sujeitos em geral não têm reivindicado o que aparentemente está fora de seu alcance, nos territórios de conflitos que caracterizam as cidades. Se as cidades não forem palco desses conflitos, será porque se encontram em processo de despolitização, como uma desrealização da sua existência e assim haverá um apaziguamento dos conflitos naturalizando as desigualdades sociais gritantes existentes na cidade. AGAMBEN, 2009, em uma leitura sobre o conceito de *dispositivo* de FOUCAULT, amplia a abrangência do conceito definindo-o como um poder externo ao indivíduo que se torna interiorizado na construção e na composição dos “sistemas das crenças e dos sentimentos”, como define FOUCAULT. Mas, mais do que isso:

Comum a todos esses termos é a referência a uma *oikonomia*, isto é, a um conjunto de práxis, de saberes, de medidas, de instituições cujo objetivo é gerir, governar, controlar e orientar, num sentido que se supõe útil, os gestos e os pensamentos dos homens (AGAMBEN, 2009, p. 39).

Essa dissociação se mostra na disjunção que foi sendo processada nos conflitos urbanos e nos movimentos sociais¹, em meados dos anos 1990 no Brasil, e que promoveu uma perda de espaço da busca de reconhecimento através de reivindicações organizadas por movimentos sociais na cena pública das cidades. Esse espaço foi sendo minado por uma articulação que, entre outras coisas, criminaliza os

¹ O movimento social será sempre referenciado nesse trabalho como uma organização dos atores em práticas que busquem reivindicar um reconhecimento através de lutas que possam caracterizar um movimentismo social. Para que esse movimento se efetive torna-se imprescindível criar a política nos termos de RANCIÈRE (1996a), como discutiremos ao longo do texto. Sobre esse tema ver HONNETH, 2003; MELUCCI, 2001; FELTRAN, 2005.

atos dos movimentos, dificultando reivindicações mais radicais – estamos em um mundo em o que deve ser reivindicado é somente o que é possível de ser conquistado.²

As lutas trabalhistas e as lutas por moradia dificilmente aparecem como reivindicações conjuntas nos tempos atuais. DEJOURS (2006) afirma que o trabalho foi retirado das preocupações centrais por meio de uma inversão processada por um pensamento de orientação neoliberal que foi tomando pelas beiradas as instâncias de constituição dos sujeitos e das sociedades.

Trata-se de uma verdadeira reviravolta cuja característica principal não é promover a direção e a gestão, que sempre ocuparam um lugar de destaque, e sim desqualificar as preocupações com o trabalho, cuja ‘centralidade’ agora é contestada tanto no plano econômico quanto nos planos social e psicológico (DEJOURS, 2006, p. 41).

Trabalho e cidade se aproximam nas formas como os sujeitos reivindicam e lutam para obter renda e moradia. Vamos, nesse trabalho, em busca de sociabilidades urbanas para observar atores políticos nas suas participações no uso da cidade. Para tanto, realizamos uma investigação em dois campos distintos na cidade de São Paulo: em um mutirão autogestionário para construção da casa própria e em um banco comunitário em um bairro na Zona Sul da cidade.

As cidades modernas cresceram e se desenvolveram conjuntamente com as formas do trabalho; elementos como a racionalidade e a técnica foram aprimorados na busca de potencializar essas transformações. Cada cidade tem as suas próprias formas de funcionamento: a dinâmica de cada sociedade depende de fatores diversos, mas podemos notar traços comuns nas formas de condução das cidades modernas, tais como a aposta nesta racionalidade como orquestradora de um “progresso”; como se o desenvolvimento fosse naturalmente positivo. Visto de outro ângulo, tal progresso pode ser questionado se caracterizarmos a cidade e a produção social do espaço

² Como nos mostra RANCIÈRE, 1996a, ao falar de como a política vai se transformando em atos de polícia, criminalizando ações dos movimentos sociais, e as questões sociais propriamente ditas.

enquanto lugar onde os sujeitos moram, trabalham, relacionam-se etc. – ou seja, como se constituem os usos dos espaços produzidos. Nas grandes cidades brasileiras, essas relações evidenciam-se nos contrastes entre áreas de maior concentração de infraestrutura urbana em locais onde os moradores possuem maior renda, e as periferias em grande transformação, com seus espaços heterogêneos³ que dão acesso aos diferentes lugares de moradia e configuram assim experiências distintas da cidade. Se por um lado a casa, o trabalho, e mesmo o lazer, podem potencialmente constituir-se como exercício de maior liberdade, por outro, para que isso possa ocorrer, é preciso superar certa condição dada, superar a opressão de que fala Benjamin (*apud* LÖWY, 2005), para traçar percursos que possam superar as formas que as cidades brasileiras tomam de modo geral (muitas vezes seguindo alguns modelos de desenvolvimento que limitam usos sociais, onde nada pode ser diferente do que já está “estabelecido”) e conseguir “escapar” de viver a cidade como o *locus* de controle social. A maioria de moradores se encontra enredada nas impossibilidades trazidas por suas trajetórias urbanas e, muitas vezes, é preciso viver experiências singulares de participação social e política para se construir outras possibilidades. Nessa medida, podemos tratar o trabalho como um meio de acesso privilegiado à vida na cidade: o trabalho é o próprio acesso à civilização, o único acesso, nos lembra Benjamin.

Segundo a interpretação de Benjamin oferecida por LÖWY (2005), a força de trabalho constitui a única forma dos trabalhadores, dos oprimidos, participarem desta civilização – o que valoriza certa construção racional e técnica do progresso. Benjamin expressa sua vontade de organizar de forma crítica visões pessimistas deste processo evolucionista que toma o desenvolvimento do capitalismo e muitas das análises sobre ele, como afirma Löwy, no texto introdutório de sua edição comentada das teses *Sobre o conceito de história*. Benjamin nos ensina a buscar outras perspectivas para manter um estado de alerta ao interpretar as relações que formam essas experiências.

³ MARQUES e TORRES (2005) expõem uma realidade bastante heterogênea da pobreza na cidade de São Paulo, embora as periferias mais distantes do centro se mostrem muitas vezes áreas de extrema pobreza – os indicadores sociais (escolaridade, emprego, habitação, etc.) demonstram as enormes dificuldades para se viver nas franjas da cidade.

Assim, trabalho ajuda a organizar essa vida na cidade e vai pautando a produção dos sentidos – sentidos necessários para a construção de uma trajetória urbana em que cada sujeito experimenta a formação de nexos para as suas experiências.

Buscando uma inspiração weberiana para a compreensão desse processo, podemos afirmar que os sentidos produzidos por todos para as ações sociais não estão dados na realidade, eles são construídos a partir das referências que os atores sociais tomam das suas experiências. Podemos afirmar que, para WEBER (1994), há em grande medida uma racionalidade envolvida nesse processo de escolha da ação pelos sujeitos e que busca estabelecer nexos causais entre os eventos – o que os inspira na ação social. Os sentidos que os sujeitos atribuem às suas ações possuem um fundo racional, embora partam de uma irracionalidade fundante das ações construídas no interior do capitalismo, como Weber nos mostra em *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. Assim, temos certos padrões que são replicados, o que traz determinada configuração social; os padrões são referências muito fortes para os sujeitos, tema que vamos trabalhar ao longo do texto, em outras perspectivas, ao tratar das configurações de trabalho, das distinções de gênero, das características de classe etc. AGAMBEN (2009, p.49) sugere que esses padrões nos tornam presos nos dispositivos que capturam os sujeitos cada vez mais e produzem subjetivações inteiramente cativas da reprodução dessas instâncias da “pura atividade de governo”.

Caracterizando a cidade e a (re)produção da vida, começamos a delinear o campo em que o presente objeto de pesquisa está inserido: as cidades modernas e seu espantoso desenvolvimento no último século, os fluxos migratórios incessantes caracterizando e padronizando um estilo de vida urbano para uma população crescente nas cidades, como nos lembra DAVIS (2006). Dentro desse contexto, destacamos a face mais desconcertante da urbanização: a grande concentração de pobreza nas cidades. Os números mundiais são impressionantes e dão uma dimensão do problema social envolvido nesse processo.

Para camadas enormes da população no Brasil, a inserção no mundo do trabalho significa a movimentação numa economia da pobreza. As políticas sociais se articulam em grande medida numa perspectiva de “urgência” (FOUCAULT, 2002): surge então a questão de saber se experiências de autogestão ou ligadas à economia

solidária, por exemplo, conseguem se inserir em outros registros, como o alargamento de um mundo comum; ou se ao se tornarem uma forma de gestão acabam reduzidas a um mero mecanismo de gestão da pobreza. Isso representaria, deste modo, um apagamento da política e a afirmação da gestão como o único modo de resolver os problemas da população – sendo a forma como as sociedades ocidentais escolheram lidar com os indivíduos (FOUCAULT, 2002) e, assim, uma reafirmação da pobreza mesmo onde se consegue articular outras formas de trabalho (como discutiremos adiante).

O fim do século XX testemunha momentos de transformações das raízes, da composição e das consequências da pobreza urbana na sociedade ocidental. Com a aceleração da modernização econômica causada pela reestruturação global do capitalismo, com a cristalização de uma nova divisão internacional do trabalho (promovida pela velocidade frenética dos fluxos financeiros e pelo aumento da mobilidade de trabalhadores através das porosas fronteiras nacionais) e com o crescimento das singulares indústrias de conhecimento intensivo baseadas em revolucionárias tecnologias de informação e geradoras de uma estrutura ocupacional dual, chegamos ao que se pode chamar de modernização da miséria (...) (WACQUANT, 2001, p. 184).

No Brasil, o acesso a bens de consumo com tecnologia agregada e, principalmente, o acesso ao crédito para esse consumo conferem novas características às cidades e às especificidades das periferias. A grande transformação no mundo do trabalho nas últimas décadas altera o desenvolvimento da cidade, dois elementos extremamente importantes para os indivíduos referenciarem os sentidos de suas trajetórias. O trabalho, para muitos sujeitos, acaba ocupando outro lugar que não mais garante a previsibilidade da vida. A informalização do trabalho contribui e muito para isso porque faz com que cada um tenha que se virar à sua própria sorte para ter renda.

Os moradores entrecruzam essas dimensões da vida e modificam-nas, expressando e conferindo marcadamente as diferenças das constituições subjetivas do sentido dado às diversas trajetórias urbanas. Deste modo, as representações simbólicas sobre a vida na cidade podem refletir diferentes experiências de homens e mulheres que caracterizam formas muito distintas de viver os mesmos espaços. As constituições

do sentido podem então ser buscadas a partir dos locais de moradia, que conferem de modo privilegiado uma relação com a cidade no seu entrelaçamento com as experiências de trabalho. Esta pesquisa, assim, tem como objetivo investigar as diferentes experiências do trabalho e observar como estas se entrelaçam com a situação dos indivíduos na cidade: como os trabalhadores lidam com o trabalho e que sujeitos são esses que vão se constituindo a partir desses contextos transformados do trabalho e da cidade?

Pensando nas transformações substanciais por que a cidade de São Paulo vem passando neste momento, observamos alguns movimentos da cidade que se traduzem, por exemplo, na valorização crescente dos imóveis e dos preços do aluguel, em mudanças no mercado de trabalho com uma tendência à absorção de mão de obra mais qualificada – o que transforma os perfis dos moradores e traz dificuldades aos trabalhadores menos qualificados para morar na cidade. No mesmo processo, as taxas de migração mostram-se negativas desde a década de 1990, o que indica que a vinda à cidade de São Paulo tornou-se mais difícil, e os destinos de migração deslocaram-se para outros polos de desenvolvimento do país (COMIN, 2010). Os diversos contextos que a cidade apresenta através dessas transformações também promovem alterações importantes nos tipos de trabalho e composições dos modos de viver – que se passam em outra escala de tempo, e lentamente vão constituindo um perfil diferente aos moradores e, portanto, um novo contorno também para a própria cidade.

No estudo do mutirão Recanto da Felicidade, objeto de análise deste trabalho, podemos perceber cidade e moradores transformando-se mutuamente através do trabalho: após longos anos em obra, muitos dos eixos postos como horizontes organizadores das escolhas dos mutirantes mudaram enormemente, o que reconfigura o processo de participação e seus sentidos. Existem pelo menos dois campos distintos de observação destes fenômenos: a consideração das políticas sociais e seus encaminhamentos nas últimas gestões, e um olhar sobre os sujeitos produzindo sua própria história, construindo a vida e estratégias para lidar com o seu trabalho.

Esta temática abre luz para outra questão discutida em vários ensaios: *a ligação entre as reivindicações do mundo do trabalho com aquelas que dizem respeito às melhorias urbanas*. Esta separação decorre do fato de serem raros os movimentos que conseguem articular, de modo amplo e

permanente, demandas originárias do local de moradia e do trabalho. Mas o simples fato de haver como regra geral esta segmentação de reivindicações já levanta o crucial problema de se perguntar: por que os trabalhadores explorados, que são também moradores espoliados, não se unem num esforço para atacar de forma integrada as várias facetas da exclusão sócio-econômica? (KOWARICK, 1994, p. 47).

KOWARICK afirma neste texto ainda ser necessário grande esforço teórico para unir as esferas da produção e da reprodução em uma análise conjunta, ainda sem “instrumentos conceituais adequados”. O desenho da pesquisa pretende relacionar esses dois aspectos através do estudo empírico de duas experiências ligadas a um exercício participativo; para tanto buscamos uma experiência relacionada à produção de moradia por mutirão (instituído por convênio da União do Movimento de Moradia – UMM, com políticas públicas na cidade de São Paulo), localizado na Zona Oeste, e suas relações de trabalho e a atuação de um banco comunitário, o Banco Comunitário União Sampaio, situado no bairro do Campo Limpo, Zona Sul de São Paulo.

Com a análise do primeiro caso – Mutirão Recanto da Felicidade –, pretendemos pensar o trabalho a partir dos locais de moradia, realizar uma reflexão a partir das interpretações das falas dos próprios mutirantes e da observação feita no campo. No segundo caso – Banco Sampaio –, há uma articulação mais bem delineada entre esses temas por conta da atuação do Banco Comunitário como agente de fomento de uma atividade econômica ligada ao local de moradia. Também pudemos observar a formação de uma agência de produção cultural ligada ao Banco Sampaio, a Agência Cultural Popular de Fomento à Cultura Solano Trindade, que busca fomentar desenvolvimento de cultura na periferia fortalecendo uma rede de coletivos e profissionais para vincular as experiências culturais já existentes.

Entender como essas formas sociais são constituídas e reproduzidas no cotidiano desses sujeitos, que trabalham, moram, são focos de gestão pública, alvos de programas sociais através das mais diversas associações, ONGs e outras forças de poder – como os poderes políticos locais, o crime organizado, a polícia, o desenvolvimento econômico local – é tarefa de grande complexidade. Buscaremos, portanto, referenciais teóricos que pareçam adequados para construir uma conexão das

esferas do trabalho e cidade a partir dos locais de moradia, além de realizar um exercício descritivo dessas experiências. Para falar da organização da vida na cidade através do trabalho a partir dos locais de moradia, fizemos uma opção metodológica por descrever, a partir das falas dos nossos entrevistados, aspectos de um desenrolar dos contextos da vida na cidade, que podem nos falar mais sobre os contextos políticos. Como afirma LEPETIT (2001, p. 213/214), há escalas diversas de observação que imprimem olhares que selecionam diferentes perspectivas, e há sempre perdas, como ele diz, “de detalhes, de complexidade, de informação”, mas é absolutamente imprescindível fazer essas escolhas porque não é possível “apreender o real sem essa escolha”.

O estudo das lutas urbanas travadas no mutirão autogestionário e no banco comunitário perfaz um objeto que se volta para as relações de trabalho fora dos campos mais tradicionais de estudo da sociologia do trabalho. O objetivo é investigar se essas formas de trabalho mais igualitárias e de menor exploração, pelo menos nas suas concepções, cumprem de alguma maneira nas suas práticas o que prometem e como, de alguma maneira, interferem nas outras dimensões da vida e da constituição da cidade.

O estudo de um mutirão presente nesse trabalho não irá se ater centralmente no debate no interior de um campo de análise da arquitetura e do urbanismo porque isso parece já estar suficientemente discutido e com um debate, de certa forma, já consolidado sobre se o mutirão conseguiria se manter como política pública de habitação, e tanto a sua defesa como as perspectivas críticas já contam com argumentos fortes. Portanto, a questão que nos interessa aqui construir é a elaboração de uma reflexão sobre como outras formas de trabalho podem nos apresentar outras perspectivas sobre o mutirão. “O trabalho para além do trabalho”, com a inspiração de Florence WEBER (2009), pode mostrar o mutirão como um campo de reflexão para essas formas fora do trabalho remunerado e as dimensões disso para seus participantes e para a coletividade. Com essa perspectiva de pesquisa a análise busca reconstruir em alguma medida o processo de constituição do Programa de Mutirão da Prefeitura de São Paulo e dos moldes de urbanização da cidade e, de certa forma, do próprio urbano,

como forma de compreender processos sempre complexos da produção de habitação popular para populações com faixas de renda muito baixas e com grande precariedade de vida na cidade. A luta dos sujeitos para conquistar a casa própria mostra uma perspectiva dessa constituição do urbano.

A escolha do mutirão nos leva a uma constituição multidisciplinar da pesquisa que une os temas investigados: o trabalho e a cidade. No mutirão há uma invisibilidade do trabalho da obra o que marca esse trabalho com um estatuto contraditório para todos. Para os mutirantes que não podem usar esse sobretrabalho como forma de abater o valor a ser pago pela casa que está sendo construída resta somente a contagem dos pontos presente no estatuto da obra seguido pela associação de mutirantes e, portanto, discutido coletivamente. E devemos ressaltar que mesmo em um processo de autogestão surgem dimensões autoritárias de como gerir a obra e como tratar os mutirantes. A pontuação que cada mutirante precisa contabilizar para a escolha do apartamento construído é a todo momento usada como forma de manter a todos engajados no trabalho mutirante, procedimento que mostra uma fragilidade grande nesse processo de uma obra que já dura mais de oito anos e que não pode ser assim percebida por todos porque os sentidos produzidos para se manter em obra funcionam como “estímulos psicológicos”, como nos inspira WEBER (2004), o que incentiva que os mutirantes não abandonem todo o projeto da casa própria. O trabalho se apresenta no mutirão com essas configurações que serão exploradas ao longo dos dois primeiros capítulos.

O Banco Comunitário permite-nos investigar a partir de experiências no campo da economia solidária as lutas dos trabalhadores na cidade. As iniciativas da economia solidária se formam ou espontaneamente ou, mais comumente, como políticas sociais que constituem grupos de trabalho em cooperativas ou associações em formas de produção que intentam menor exploração do trabalho e também bancos comunitários vêm sendo formados com o objetivo de fomentar um desenvolvimento do bairro e região que o abriga. Imaginava encontrar descompassos maiores entre as práticas e os discursos produzidos no banco comunitário estudado. Muitas vezes as dificuldades inerentes a essas experiências tornam alguns empreendimentos cheios de boas intenções em práticas bastante problemáticas e isso porque as práticas de trabalho

e a constituição da autogestão são acompanhadas por grandes dificuldades que geralmente as experiências desse campo da economia solidária apresentam, como a precariedade que acaba por marcar essas experiências de maneira contundente. Os gargalos da produção nesse campo são muitos e geralmente referentes à competição dos produtos no mercado e ao uso limitado das tecnologias disponíveis, além, é claro, dos recursos sempre diminutos para os projetos o que faz com que os limites estejam demarcados desde o início.

O estudo do Banco Comunitário União Sampaio, localizado no bairro Jd. Maria Sampaio, no subdistrito do Campo Limpo, procurou mostrar as suas relações, entre outras, com os atores sociais envolvidos em empréstimos produtivos para formação de empreendimentos ou investimentos nos empreendimentos já existentes. Por meio de entrevistas com os atores envolvidos no desenvolvimento do projeto e observação das atividades do Banco Sampaio chegou-se a uma análise das relações de trabalho que os moradores vão estabelecendo e os sentidos que são produzidos a partir das relações com o bairro, com a família, com a cidade. A constituição da relação com o Banco Comunitário permite, nessa medida, a formação de reflexões dos próprios moradores que levam a novas práticas relacionadas à produção e ao consumo realizadas no bairro. O que vimos nos bancos comunitários em São Paulo (junto com esse projeto outros quatro bancos foram constituídos) é que os recursos destinados inicialmente aos bancos são muito insuficientes para que um aquecimento econômico realmente ocorra no bairro somente através da circulação de uma moeda social e dos empréstimos produtivos, o que dificulta e limita as possibilidades de atuação dos bancos comunitários. Como fomos observando, o funcionamento dos bancos depende também de que a ação dos atores a ele ligados constituía um vínculo forte com os moradores do bairro de origem, formando relações de confiança nas atividades desenvolvidas pelo banco.

O projeto do Banco Sampaio está ligado à Associação União Popular de Mulheres, que é uma entidade bastante atuante no bairro, e foi se consolidando ao se mostrar um projeto bastante consistente como forma de participação comunitária. Podemos observar isso nas soluções que os atores sociais envolvidos apresentam para o funcionamento do Banco, que conta com uma carteira de crédito em torno de

R\$ 10.000,00, ainda bastante pequena para as necessidades dos moradores locais, mas que fomentam linhas de empréstimos de acordo com as necessidades que vão surgindo.

A partir de algumas dessas experiências que observamos no trabalho desenvolvido pelo Banco Comunitário União Sampaio pudemos tomar contato com algumas transformações importantes que ocorrem na periferia da cidade de São Paulo. Por um lado a construção de moradia por mutirão foi nos mostrando que algumas conquistas do movimento de moradia se tornam, por conta de diversos fatores que iremos discutir ao longo dos dois primeiros capítulos, práticas questionáveis que não apresentam soluções razoáveis para amenizar o longo tempo de obra do mutirão investigado. Por outro lado, a investigação no Banco Comunitário nos mostrou que os movimentos sociais reúnem fundamentos para mudanças importantes na periferia da cidade. Podemos ressaltar que a formação de uma linha de financiamento do Banco para projetos ligados à produção cultural popular a Agência Popular Solano Trindade, constituída para organizar e dar forma a um mercado de trabalho da cultura de periferia congrega essas características. A formação da Agência Solano Trindade se deveu a diversos fatores que podemos aqui elencar. Os movimentos de cultura da Zona Sul de São Paulo vêm se fortalecendo e se estabelecendo como polos de produção de cultura. Os saraus mais antigos têm 10 anos de constituição e são lugares de apresentação de uma produção cultural da periferia que foram também se tornando mais importantes e consistentes, de onde saem artistas já conhecidos do grande público. Essa produção estética mostra a periferia olhando para a sua própria condição e falando dos seus temas, o que vai trazendo uma visibilidade inexistente até então para essas temáticas constituindo nos frequentadores um interesse em trocar experiências através das manifestações de cultura. A abertura da Agência é muito recente, seu funcionamento é diferente da moeda social do Banco Sampaio, para ela o grupo constituiu uma nova moeda: o Solano, lançada em Setembro de 2011. A Agência Solano Trindade reúne coletivos, artistas e profissionais solos para uma troca de serviços ligados à produção de cultura na periferia; essa troca é realizada em parte na moeda social e em parte em Real, para garantir um campo de negociação na forma como os pagamentos serão realizados.

A tese está dividida em duas partes, na primeira parte estabeleço uma relação entre trabalho e cidade a partir da apresentação e discussão do Mutirão Recanto

da Felicidade. Buscando, assim, a conexão entre o urbano e as constituições dos sujeitos a partir da observação das relações de trabalho: o trabalho que gera renda e o trabalho para além dessa dimensão profissional. No primeiro capítulo, realizo alguns apontamentos sobre a construção da cidade e dos sujeitos no processo de urbanização brasileiro. No segundo capítulo, apresento uma descrição dos processos de trabalho e uma interpretação das falas dos mutirantes entrevistados para construir uma discussão sobre o Mutirão Recanto da Felicidade e seus processos participativos de autogestão do trabalho.

Na segunda parte do texto analiso o Banco Comunitário União Sampaio. Para tanto, no terceiro capítulo apresento uma descrição de cenário, dos atores e das constituições sociais, além de um contexto do mundo do trabalho hoje e do campo da economia solidária, para então, no quarto capítulo, aprofundar a análise sobre os processos observados de trabalho e de participação que constitui essa experiência do Banco Comunitário e da formação da Agência Popular Solano Trindade.

Parte 1

O trabalho para além do trabalho: o mutirão

Ao norte dessa triste cidade havia poderosas fábricas nas quais a tristeza (assim me disseram) era literalmente fabricada, e depois embalada e enviada para o mundo inteiro, que parecia sempre querer mais. Das chaminés das fábricas de tristeza saía aos borbotões uma fumaça negra, que pairava sobre a cidade como uma má notícia.

(SALMAN RUSHDIE. Haroun e o mar de histórias)

1.1. A cidade e o sonho da casa própria

Construir a casa com os próprios braços, por meio de soluções habitacionais mais baratas que resultem em moradias mais bonitas e, principalmente, com processos discutidos e acordados conjuntamente através da autogestão, para que a edificação possa responder às necessidades de cada um de forma mais completa: essas são algumas das proposições do mutirão autogestionário como solução habitacional, como mostra BONDUKI (1992). No momento em que o texto foi escrito, havia uma expectativa em torno das práticas participativas na habitação: transformar anos de estudos, práticas, observações e reivindicações dos movimentos de moradia em política pública de habitação centrada na autogestão como alternativa à produção de moradia no país. Na cidade de São Paulo, isso ocorreu de forma mais efetiva a partir da gestão de Luiza Erundina, em 1989. Tais programas de caráter participativo foram se institucionalizando na medida em que passaram a ser considerados como “programas alternativos” às ações do governo federal — empreendidas através do Banco Nacional

de Habitação (BNH) — que eram, então, criticados por não dar conta da demanda de habitação das camadas mais pobres da população⁴.

A busca da casa própria por parte dos trabalhadores brasileiros tornou-se importante estratégia de constituição de uma vida mais previsível, com perspectivas de certo planejamento futuro com esse tipo de poupança que a propriedade da casa (ou o seu financiamento) pode fornecer. Por essa conquista, muitos estão dispostos a grandes sacrifícios. E por quê? O custo da casa própria é inacessível às classes populares sem que haja programas habitacionais públicos que tragam subsídios ou longos financiamentos, já que essas camadas da população não têm possibilidade de efetivamente obter poupança própria, vinda da renda do trabalho, suficiente para realizar o sonho da casa própria, e recorrem, assim, à autoconstrução, geralmente em locais periféricos e com pouca infraestrutura urbana.

O déficit habitacional mostra-se desde cedo como um problema de gravidade extrema nas grandes cidades, consequência do crescimento no chamado “padrão periférico” (KOWARICK, 1994) e nunca enfrentado de forma contundente, como mostram os números de habitações populares construídas no período que vai de 1937 até 1964, e depois durante o regime militar, com a criação do BNH. Os financiamentos públicos para habitação mostraram-se como opção de aquisição da casa própria com linhas de financiamento voltadas para a classe média, não para as classes populares⁵.

Em São Paulo, a partir das décadas de 1970 e 1980, as moradias em favelas foram se tornando uma solução cada vez mais presente para quem não podia contar com uma formalização da habitação na cidade — e em um movimento relativamente recente, se observarmos que, em 1973, apenas 1% da população vivia em favelas (MARQUES e TORRES, 2005).

Atualmente as favelas são um retrato da alta prevalência de situações de pobreza e de uma política habitacional ineficaz por parte do Estado. [...] Por se tratar de áreas problemáticas sob o aspecto da legalidade da terra e caracterizadas por uma ocupação desordenada, as favelas são normalmente

⁴ Ver CARVALHO, 2004; LOPES; KAPP; BALTAZAR, 2010; RIZEK; BARROS, 2006.

⁵ Ver KOWARICK, 1994; SACHS, 1999; BONDUKI, 2004.

loais com deficiência dos serviços de infraestrutura urbana e com oferta insuficiente de equipamentos públicos (SARAIVA e MARQUES, 2004, p. 143).

Os programas habitacionais foram sempre insuficientes para diminuir significativamente o déficit habitacional existente para aquelas camadas da população. Um bom exemplo de como essas desigualdades se expressam aparece na diferença das taxas de crescimento do centro e das áreas periféricas. A cidade de São Paulo cresce de forma muito diversa e desigual: nas periferias, a taxa de crescimento é de 4,35% ao ano, contra uma média de 1,93% ao ano nos centros urbanizados, segundo dados apresentados por FERREIRA (2007).

A região da periferia que definimos como fronteira urbana continua a receber migrantes; continua crescendo a taxas aceleradas; continua apresentando uma estrutura urbana precária; continua sendo o lugar de problemas fundiários, com a expansão de favelas e loteamentos clandestinos; continua sendo o lugar de conflitos ambientais, com ocupação de áreas florestais e de mananciais; e continua a ser uma “válvula de escape”, o lugar de concentração daqueles que não têm lugar (TORRES, 2005, p. 102).

Os moradores da cidade vão traçando as suas estratégias para conviver com a pobreza e as situações urbanas precárias e para concretizar realizações que possam caracterizar sentidos para sua vida. Como solução, muitos recorrem aos movimentos de moradia e aos programas habitacionais, como o programa por mutirão, para realizar o sonho de obter a casa própria.

Os limites deste trabalho não consentem uma discussão extensa sobre o mutirão, e há bons trabalhos realizados sobre essa questão⁶. Não obstante, trataremos o tema, relacionando-o ao desenvolvimento urbano da cidade de São Paulo e de maneira articulada a uma discussão sobre o programa de mutirão e seus desdobramentos. Assim sendo, podemos localizar e contextualizar a questão e enriquecer as considerações

⁶ Sobre esse tema ver BONDUKI, 1992; CARVALHO, 2004; BERGAMIN; RIZEK, BARROS, 2003; RIZEK; BARROS, 2006; LOPES; KNAPP; BALTAZAR, 2006; ARANTES, 2002; OLIVEIRA, 2006; SACHS, 1999; MIAGUSKO, 2008 CAVALCANTI, 2006; entre outros.

sobre os estatutos do trabalho mutirante e da relação com a cidade, a partir da articulação estabelecida com o trabalho profissional gerador de renda.

A cidade de São Paulo cresceu exponencialmente em torno da sua industrialização intensa no século XX, e a preocupação com os modos de morar começa a surgir devido às aglomerações de cortiços, espaços de habitação que reuniam um contingente grande numa única moradia e onde banheiros e áreas comuns eram partilhados. Os cortiços e as vilas operárias são as primeiras formas de habitação dos trabalhadores que separavam uma cidade mais ordenada (dos palacetes) da porção da cidade que precisava ganhar ordem (KOWARICK, 1994; BONDUKI, 2004). Essa ordenação partia das classes dominantes, que viam os cortiços como propagadores de doenças e maus hábitos; neste contexto, a construção de novas vilas operárias e de casas de aluguel conferia um caráter moralizante à cidade.

Muitas vezes tinham o direito de morar na vila da fábrica as famílias que possuíssem mais do que três membros trabalhando naquela indústria, o que estimulava a própria família a manter autovigilância, já que comportamentos irregulares de qualquer um de seus membros moradores-trabalhadores implicavam a perda da casa. Todas estas formas de controle nada mais fazem do que estabelecer uma vida coletiva heterônoma: o bairro popular dominado pela fábrica (ROLNIK, 1994, p. 101).

Tais dispositivos de gestão submetem as populações pobres a um papel de espoliação urbana, nos termos de KOWARICK (1994), constituindo a história da cidade, a história da habitação como história da falta de habitação de qualidade e de urbanização adequadas para grandes parcelas da população do município. Os investimentos privilegiaram a elite, e a construção de grande parcela de cidade foi sendo deixada para a autoconstrução. Disto decorrem as zonas periféricas e todos os seus problemas urbanos: assentamentos irregulares, áreas de risco ocupadas, acessibilidade precária, falta de serviços públicos, falta de urbanidade, etc.⁷ As cidades

⁷ Ver sobre esse assunto BONDUKI, 2004; VILLAÇA, 2001; MARICATO, 2000.

tornaram-se em pouco tempo o centro imantado da habitação, com um crescimento espantoso, como mostra DAVIS (2006), e explodem em problemas de igual dimensão.⁸

Os moradores das diversas regiões da cidade, de áreas extremamente urbanas e plenas dos melhores desenvolvimentos da modernidade (expressos no lazer, no conforto das casas, nas ruas arborizadas, na acessibilidade, no consumo, nos maiores investimentos do poder público, etc.),⁹ vivem de forma substancialmente diferente quanto aos moradores das periferias e mesmo dos moradores de áreas centrais da cidade, nas favelas e outras ocupações. Nestas, o desenrolar da vida apresenta distinções: as conquistas por acesso a melhores serviços públicos são sempre resultado de lutas ou trocas políticas que expressam essas diferenças.

Os estudos sobre as periferias e a construção de espaços segregados mostram uma discussão importante sobre os temas urbanos que foram se tornando focos de análises nos anos 1970 e 1980 (MARQUES; TORRES, 2005). As formas de expansão da cidade de São Paulo encontram-se ligadas às formas de distinção social da elite em relação aos trabalhadores. As moradias próprias eram caras e escassas já antes de 1940 (CALDEIRA, 1984), e os processos de urbanização que ocorreram depois deste período foram feitos com modelos segregadores, afastando os trabalhadores das áreas centrais com mais infraestrutura urbana através de loteamentos afastados do centro da cidade. “A expansão da cidade feita com base nesse processo segregador, do ponto de vista social, e caótico, do ponto de vista urbano, teve como resultado a criação de um espaço claramente diferenciado e a exacerbação das marcas sociais” (CALDEIRA, 1984, p. 23).

⁸ O acesso das pessoas à cidade dá-se nas formas objetivas de conquista de espaços públicos, de espaços de trabalho, de acessibilidade, mas também nas relações intersubjetivas, que se expressam nas conquistas de trabalho, de sociabilidade e dos eixos que orientam a construção de representações simbólicas. Fazer uma leitura da cidade é olhar para suas formas de habitar, de urbanidade, de estilos de vida, onde o esgarçamento e mesmo as transformações de alguns parâmetros sociais articulam-se com novas configurações do mundo do trabalho.

⁹ VILLAÇA (2000) mostra que os investimentos na cidade de São Paulo são em grande medida feitos sistematicamente no seu eixo sudoeste, em detrimento de investimentos nas outras áreas. Os padrões de utilização dos recursos são extremamente desiguais, e essas diferenças se expressam nas espantosas desigualdades entre as diversas áreas periféricas e os centros endinheirados da cidade.

BONDUKI (2004) mostra como esses processos de construção de uma visão higienista da urbanização por conta das formas de moradias dos trabalhadores em cortiços e casas de cômodos misturadas às habitações da elite começaram a causar desconfortos, além do mais por medo de epidemias e alastramento de doenças, e mobilizam políticas de afastamento da população trabalhadora dessas áreas centrais. Aliado aos problemas urbanos causados por forte adensamento populacional como fonte de forte discurso de que essas práticas contribuía para a degradação da cidade, precipitou-se o afastamento dos loteamentos populares para áreas longínquas da cidade e, portanto, da infraestrutura urbana (transporte, saneamento, serviços, lazer). As áreas periféricas, neste processo, começam a ser sinônimo de pobreza e de tudo o que esta traz para a cidade, como fonte da violência e degradação urbanas (MAUTNER, 2004).

As diversas cidades brasileiras seguiram certos padrões de urbanização que acabam reproduzindo a desigualdade que constitui a cidade. Com suas políticas urbanas que, em grande medida, seguem inacabadas, as cidades não permitem que os processos de urbanização se completem e, assim, se transformam em espaços de grande desigualdade. As políticas urbanas brasileiras e seus instrumentos de urbanização, afirma FERREIRA (2003), sofrem com a “tradição” de se manterem apenas no papel, em grandes planejamentos urbanos que não se realizam. Ao tratar da falta da implantação de projetos consistentes pelos sucessivos governos, VILLAÇA (2004) afirma a importância dos movimentos populares por habitação à medida que exerceram uma pressão sobre o poder público e mostraram as ineficiências e a inexecução dos planos. Em São Paulo, há certos padrões de segregação e de reprodução da desigualdade que se combinam à localização, ao acesso ao mercado de trabalho, compondo uma série de barreiras sociais, como mostram as sistematizações de MARQUES e TORRES (2005). A falta de investimentos mais bem implementados e que levassem em conta, nos seus projetos, as distintas características de cada localização fomenta a incessante reprodução dessas desigualdades em São Paulo, o que mostra o tamanho do problema social gerado por essas estratégias de gestão. Em consequência deste processo, temos a contradição de uma certa “ordem”, mantida às custas de graves crises sociais, com padrões de sociabilidade devastados pelo espraiamento da violência, falta de acessibilidade, carência de oportunidades de

trabalho (entre outras características que poderíamos ressaltar, para tratar das dificuldades estremadas de se viver na periferia da cidade).

KOWARICK (2002) arrola diversas interpretações deste fenômeno brasileiro da desigualdade social e das dificuldades para reverter essas brutais diferenças, chamando isso de “processo de *descidadanização*”, movimento em que o fosso social é tão alargado que faz com que haja uma desresponsabilização das elites brasileiras quanto a essas diferenças. Este processo naturaliza a pobreza até ao ponto em que ocorre um apaziguamento dos conflitos estabelecidos pelas classes dominantes.

A outra matriz de controle e acomodação social, que pode ser designada como *neutralização*, baseia-se tanto em ardilosos artifícios de persuasão como em escancarados métodos de constrangimento e coação que conformam vigorosos mecanismos para reforçar as dinâmicas de subalternização e demarcar a localização social dos pobres (KOWARICK, 2002, p. 29).

Como afirma ARANTES, O. (2000), a cidade torna-se o foco de grandes ganhos do capital, explicitando-se a associação entre as cidades modernas e a acumulação do capital, em que a exploração do solo se dá neste registro: a novidade é que as cidades viram a própria mercadoria e são assim geridas e consumidas: “[...] quem de fato faz a cidade? A resposta, ao menos a partir dos anos 1990, parece inequívoca: naturalmente, as grandes empresas, com as mediações de praxe, é claro” (ARANTES, O., 2000, p. 30).

Nas cidades brasileiras, começa a haver um processo de grande afastamento da construção de espaços comunitários e coletivos públicos, que vão se tornando espaços mais privatizados.¹⁰ E esses modos de morar privatizantes acabaram se tornando um valor, um modo de viver na cidade desejado por muitos. Os condomínios cercados tornaram-se prática comum de moradia para todas as classes, como se pode

¹⁰ Como descreve CALDEIRA (2003), pode-se observar este processo na tendência crescente de construção de enclaves fortificados e privados das moradias da elite, que representam uma vontade não democratizante em relação à cidade e aos modos de morar e viver na cidade.

observar através dos cercamentos de diversos conjuntos construídos por mutirão.¹¹ CALDEIRA (2003), ao analisar este processo, fala sobre a sensação de que problemas como violência ou ameaças à ordem aparentam se manter do lado de fora dos condomínios fechados e, assim, a cidade e os espaços públicos que a compõem — vistos como lugar do perigo — transformam-se em problemas “do outro”. E esta é uma forma de conceber a cidade que vai se tornando cada vez mais privatizante — embora CALDEIRA (2003) aponte este processo como tendência, não como algo que tenha regulado a cidade.

RIZEK (2006) identifica estes processos de constituição de comunidades como uma produção da cidade em que se espera “resolver” problemas com o rebaixamento das dimensões societárias que buscam um “combate à pobreza” através de soluções que constituem os formatos de gestão.

Ora, a “comunidade” e seu elogio são discursos que se instituem, adquirem positividade, ao supostamente enraizar os desenraizados, constituem e delimitam públicos-alvo, devidamente singularizados, viabilizam programas compensatórios, se contrapõem à lógica da cidade, identificada com as dimensões societárias e, assim, com aquilo que é identificado como frio, indiferente, distante, anônimo e perigoso. Mais ainda, talvez fosse preciso repensar e requalificar o que são essas comunidades, cuja principal dimensão é a proximidade, em boa medida territorial, considerada ora como pressuposto (as favelas ou pedaços de bairros, mutirões autogeridos, públicos alvo de políticas e programas sociais, etc.) ora como resultado, mas quase sempre como contrapartida das várias faces do chamado “combate à pobreza” (RIZEK, 2006, p. 6).

No exercício de gerir a cidade, algumas formas constituem-se como soluções, mas não mais comprometidas com esse alargamento democrático da cidade. Seus moradores vão se acostumando com essa busca por uma vida na cidade que

¹¹ Diversos conjuntos construídos por mutirão investigados na pesquisa “Procedimentos Inovadores de Gestão da Produção Habitacional para População de Baixa Renda”, realizada pela Usina — Centro de trabalhos para o ambiente habitado, Departamento de Arquitetura e Urbanismo da USP de São Carlos e o Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania, entre 2001 e 2005, coordenada por Cibele Saliba Rizek e João Marcos Lopes, eram cercados por muros ou grades em toda a extensão dos conjuntos.

cumpra um mínimo de expectativas e formam representações que ajudam neste processo de comprometimento com certos padrões que vão se estabelecendo. As questões sociais ligadas à habitação encontram certas lógicas que vão se reproduzindo e se tornando padrões de como obter essa vida na cidade: os sistemas de financiamento, os programas habitacionais, as dificuldades para acesso à casa própria, etc. Os programas habitacionais encontram essa lógica e disponibilizam algumas opções, mesmo quando formados por reivindicações dos movimentos sociais, como no caso dos mutirões, e, na medida em que se tornam programas de gestão pública, ganham certos contornos partícipes de uma lógica das gestões.

1.2. Mutirão e princípios de uso democrático da cidade: lidando com a exceção

A chegada à Prefeitura de São Paulo de Luiza Erundina (para o mandato 1989-1992) traz novos rumos à habitação popular na Secretaria de Habitação (Sehab), cujo carro-chefe passa a ser o fundo de financiamento de habitação para mutirões horizontais autogeridos (Funaps Comunitário),¹² um programa de habitação popular por mutirão que respondeu a uma demanda popular e fortaleceu o movimento por moradia na cidade. O programa tem uma importância muito grande, dada a sua relação com este movimento e a constituição de nova forma de produção de habitação popular.

A capital paulista é também o lugar onde se logrou o programa mais acabado de produção de moradias por mutirão, com uma estrutura institucional que não é vista em outras cidades. Há, no nível do município, o legado do Funaps Comunitário criado na gestão de Luiza Erundina — comparável apenas a programa semelhante da CDHU (Companhia do Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo), hoje já bastante minguado em recursos e unidades habitacionais produzidas e bastante desviado dos objetivos iniciais compartilhados pelo governo e pelo

¹² Havia também, como linhas de financiamento adotadas neste período para fomento de habitação popular, o Funaps Vertical (mutirão vertical), o Funaps Favelas e Funaps Cortiço (RIZEK; BARROS, 2006).

Movimento. Além disso, o mutirão possibilitou em São Paulo uma fantástica ampliação da base social dos Movimentos: enquanto os Movimentos “oferecem” a luta e a conquista da casa, a base respalda e fortalece suas ações e reivindicações (CARVALHO, 2004, p. 9).

Analisando a gestão de Erundina em São Paulo, SINGER e KOWARICK (KOWARICK, org. 1994) falam das grandes dificuldades enfrentadas, tanto pela falta de apoio interno do próprio Partido dos Trabalhadores, porque as tendências majoritárias não estavam representadas nesta candidatura da prefeita, como pelos graves problemas a serem enfrentados, que pediam agilidade e rapidez para governar a cidade. O governo municipal, para atuar, contava com os movimentos populares presentes nos conselhos — mas também trouxeram consequências para o andamento de algumas ações que precisaram ganhar maior agilidade com o correr da gestão.

As conquistas nas áreas sociais ficam evidentes e os investimentos em saúde e educação são significativos. Contudo, mesmo com todas as inovações e com investimentos nunca antes destinados à habitação popular na cidade, a construção de 40 mil unidades, frente a um déficit que passa de um milhão na cidade, é pouco, ainda que se atendesse em torno de 200 mil pessoas. E ressalte-se que, destas unidades, 10 mil são construídas por mutirão, inteiramente iniciados na administração de Erundina. SINGER e KOWARICK comentam:

Nessa área é necessário assinalar que talvez a grande contribuição do PT não tenha sido o volume do atendimento, mas a forma que ele tomou. A administração incorporou os movimentos por moradia na prática do mutirão, conseguindo com isso, ao mesmo tempo, atender às antigas reivindicações desses grupos de obter casas e estimular o processo democrático de organização e autogestão nos bairros (SINGER e KOWARICK, 1994, p. 296).

A dinâmica dos movimentos sociais no final da década de 1970 e nos anos 1980, até sua representação na Constituinte de 1988, foi extremamente rica e se apresentou como promessa de transformações mais radicais na política brasileira. Era a formação de uma sociedade e de um Estado democrático que pautava todo um

movimento de atores dos mais diversos lugares sociais. Foram anos de muita movimentação e de luta por melhorias nos serviços públicos e suas ofertas (SADER, 1988 e KOWARICK, 1994).

Mas os processos foram se transmutando: com a ida das lideranças e quadros dos movimentos para os governos municipais e depois para todas as instâncias de poder, muitos dos programas pioneiros implementados através das conquistas vindas de lutas políticas acabaram por se tornar modelares, ou seja, houve uma reprodução em série (e bastante institucionalizada dos programas).¹³ FELTRAN (2005) problematiza essa transformação substancial dos movimentos sociais:

Porque creio que nessas tensões que os movimentos sociais estão inseridos hoje, e em situação diferente do que estiveram em outros tempos. Nessa perspectiva é que tenho tentado entender o que se passa com eles. Antes opositores ferrenhos do autoritarismo estatal, por exemplo, eles se viram subitamente em condição mesmo de firmar parcerias com o Estado, nos seus diferentes níveis, e viver de alguma forma a experiência da gestão. Viram-se obrigados a uma atuação propositiva, capaz de gerenciar recursos, elaborar planos, implementar projetos. A explosão das ONGs, em números e tamanhos, a despeito da heterogeneidade desse campo, também os pegou em cheio, em boa medida representando a opção por uma racionalidade gerencial em vez de propriamente política (FELTRAN, 2005, p. 102).

Podemos compreender este processo de diversas formas, mas há também uma dimensão dos exemplos de “boas práticas” democráticas,¹⁴ que se tornam reproduzíveis por outras experiências municipais (e depois em outras instâncias, ou vice-versa) e que, se por um lado são “boas práticas” multiplicadas, por outro se mostram, nesta medida, perdendo muita potência como resistência às desigualdades

¹³ CAVALCANTI (2006), por exemplo, discute a relação entre a União dos Movimentos de Moradia em São Paulo e a gestão Marta Suplicy na prefeitura.

¹⁴ Entre o que estamos nomeando como “boas práticas” democráticas, podemos encontrar diversos elementos que vão sendo incorporados, muitas vezes, das próprias reivindicações sociais, mas também de cooperações internacionais com financiamentos destinados a certos “públicos-alvo” com modelos “prontos” para atuação. Assim, vemos reivindicações dos próprios movimentos sociais transformadas em práticas a serem reproduzidas, perdendo, nessas condições, sua potência mais transformadora.

brasileiras. No próprio caso dos mutirões, sua multiplicação nem sempre representou a continuidade de focos de experiências que poderiam empreender alargamento dos espaços democráticos.¹⁵

Ainda que a origem do participacionismo nos empreendimentos habitacionais brasileiros tenha como solo o discurso da autonomia — pelas mãos de Turner —, a produção heterônoma predomina nos canteiros de obra. Como veremos, são raras as exceções em que a participação não se restringe ao ingresso de mão de obra em mutirões onde o projeto, o processo construtivo e todas as operações administrativas e financeiras são decididos externamente, sem nenhuma participação popular. O Estado continua orquestrando e a comunidade trabalhando de graça — participa ativamente — perdendo totalmente de vista a autonomia proposta por Turner. O que aqui queremos frisar é o quanto o autor de *Housing by People* acaba sendo responsabilizado por uma ação de apropriação deliberada, tanto por parte do Estado como pelas agências internacionais de fomento: Turner defendia a autonomia, algo como “a possibilidade de criar as próprias regras” — a resposta foi participação (LOPES; KAPP e BALTAZAR, 2010, p. 5).

Nesta perspectiva, o mutirão mostra-se como um tipo de participação proporcionada por seu casamento com a autogestão. Pois aqui estamos tratando de mutirões realizados com parcerias e convênios públicos que, por vezes, viabilizam a

¹⁵ Na pesquisa “Procedimentos Inovadores de Gestão da Produção Habitacional para População de Baixa Renda”, encontramos em Belo Horizonte um quadro bastante configurado e muito ilustrativo deste processo. Muitos dos principais atores sociais dos movimentos de moradia que se apresentavam publicamente no orçamento participativo municipal e que por sua força se tornou um Orçamento Participativo de Habitação (OPH) trabalhavam na Prefeitura e já não tinham mais a mesma atuação política. O OPH desmobilizou-se em pouco tempo, e os programas de mutirão seguiam em alguma medida numa lógica gestionária: como no caso de moradores em situação de risco, em um conjunto estudado, que tinham prioridade para este tipo de abordagem; mas o que vimos foi um conjunto construído em células muito pequenas para que os moradores depois ampliassem suas casas. Havia ali, e em outros tantos conjuntos trabalhados, grande rotatividade, venda das casas e condições que continuavam de grande precariedade, um dos fatores agravantes neste caso, e que vale para os outros conjuntos também: as contas (de luz, água etc.) instituídas pela certa “legalidade” da habitação, que não havia na situação anterior, uma vez que se tratava, em geral, de uma faixa da população que estava desempregada ou participava do mercado informal com ganhos instáveis.

aquisição dos terrenos e o financiamento para a construção; os futuros moradores dos conjuntos entram, a princípio, com a mão de obra, em um sistema de participação com autogestão dos empreendimentos. Embora seja hoje uma opção rara no âmbito municipal e estadual, o sistema de construção por mutirão ainda é uma reivindicação da União dos Movimentos de Moradia (UMM) em São Paulo, o que ainda causa discussões acaloradas quanto à sua eficácia como modelo de fabricação de habitação popular. Na segunda gestão petista na cidade, a de Marta Suplicy (2001-2004) à frente da prefeitura de São Paulo, houve toda uma articulação da UMM com a gestão municipal que arrefeceu a atuação do movimento nas suas reivindicações para soluções das questões de habitação popular, as quais continuam fundamentais para o desenvolvimento da urbanidade, que vai caminhando muito lentamente na cidade, com poucos investimentos. A administração concentrou-se mais em outros pontos, como o Programa de Regularização Fundiária, programa mais barato e politicamente mais ágil para uma Sehab com poucos recursos financeiros e sem capacidade de conduzir os principais programas, vitrines eleitorais da gestão (CAVALCANTI, 2006).

Os programas públicos de habitação voltados para o mutirão têm origem na experiência do movimento por moradia atuante junto a um grupo de arquitetos que investigam experiências comunitárias de mutirão — como as experiências uruguaias — e foi responsável pelo início de estudos destinados ao desenvolvimento de soluções habitacionais no Brasil.

Como já ficou assinalado, o início da realização do mutirão como programa público de habitação data da gestão de Luiza Erundina na Prefeitura de São Paulo (1989-1992). Este processo de constituição do mutirão como solução habitacional, por meio de políticas mais institucionalizadas para as camadas populares, ganha força na cidade durante sua administração junto com a constituição da UMM de São Paulo, em 1988. Este movimento firma parceria com a Prefeitura para a construção de habitações populares, e o mutirão ganha força como modelo e também se torna uma forma de empoderamento dos movimentos de moradia que ganham gestão coletiva dos recursos destinados às obras nas parcerias com associações de mutirantes (CAVALCANTI, 2006).

Essa parceria desanda nas administrações posteriores, nos anos 1990 — gestões Maluf (1993-1996) e Pitta (1997-2000), em decorrência dos muitos percalços

ocorridos. A paralisação da quase totalidade das obras em andamento gerou, progressivamente, um desencantamento com o processo infundável de conclusões dos mutirões também por parte dos outros atores sociais envolvidos (os mutirantes, as assessorias técnicas formadas por arquitetos e outros técnicos sociais, etc.). Tudo caminhou de acordo com os ventos das administrações que se sucederam, e o processo que, de início, trazia novidades às formas de construção de habitações populares vai sendo efetuado num outro registro que podemos chamar de gestão.

Na primeira administração petista da cidade de São Paulo, estas práticas consistiam em: 1) fazer o projeto conjuntamente com a comunidade, contando com a assessoria dos arquitetos que naquele momento pensavam, a partir da Universidade, nas possibilidades para a execução de habitações populares; 2) produzir a obra em regime de mutirão, com as associações de mutirantes comandando os gastos necessários; e 3) utilizar a mão de obra mutirante (em maior ou menor peso no processo) geralmente como colaboradora quando o trabalho não exigia grande qualificação (em muitas obras, para os trabalhos de maior dificuldade de execução, contrata-se mão de obra especializada). Destas experiências surgem tanto novas possibilidades de reivindicação para o movimento de moradia naquele momento, quanto um campo de discussão sobre essas práticas.

A introdução de um programa de mutirão representava a força do movimento por habitação que, à época, conseguia transformar a luta social reivindicativa em conquista institucionalizada. O movimento granjeou um peso histórico muito importante, além de colocar em ato uma série de procedimentos que movimentaram a autogestão (nas suas mais diversas formas) para realizar os sistemas produtivos de habitação (CARVALHO, 2004), a partir da mobilização de práticas democráticas de trabalho e dos procedimentos de autoconstrução em redes comunitárias — que foram as práticas construtivas vindas do meio rural e adotadas também na construção das casas na cidade.

MARICATO (1979) ressalta que a própria produção do espaço da cidade ocupado por essa classe trabalhadora que vinha chegando a São Paulo e seus entornos foi feita pelos trabalhadores organizados para suprir necessidades (de acesso, de espaços comunitários, de limpeza) pelas quais o poder público não se responsabilizava.

A autoconstrução se estende portanto para a produção do espaço urbano e não se restringe aos meios de consumo individual. Nos domingos e feriados, nas horas de descanso, os trabalhadores constroem artesanalmente uma parte da cidade. O assentamento residencial da população migrante em meio urbano, fundamental para a manutenção da oferta larga e barata de mão de obra, se faz às custas de seu próprio esforço, sem que o orçamento “público” se desvie de outras finalidades, na aplicação (MARICATO, 1979, p. 79).

A complexidade da questão é imanente ao tamanho do problema da habitação no Brasil. OLIVEIRA (2006) coloca a questão na origem da industrialização do País, que contou fortemente com o rebaixamento do valor da mão de obra: “A industrialização estava se fazendo, com base na autoconstrução, como um modo de rebaixar o custo de reprodução da força de trabalho” (OLIVEIRA, 2006, p. 68). Esse quadro sustentou-se em alguns pilares fundamentais: tanto a produção barata de alimentos no campo, para manter a cesta básica num baixo custo — para que a mão de obra se mantivesse com valores rebaixados e, assim, a indústria pudesse atender as demandas internacionais de baixo custo dos produtos —, quanto a impossibilidade da classe operária ter poupança para conquistar a tão almejada casa própria. Aliás, é importante ressaltar que o valor que os brasileiros dão à casa própria provém também das pouquíssimas possibilidades de conseguir não pagar aluguel, já que não dispõem, por exemplo, de soluções habitacionais com alguma qualidade urbana e que são adotadas em outros países como, por exemplo, o “aluguel social”; as soluções encontradas aqui são de má qualidade e precárias (como os cortiços, as moradias nas favelas e outros tipos de moradia em locais com pouca ou nenhuma infraestrutura urbana).

OLIVEIRA (2006) argumenta que o custo da habitação não entra nos cálculos dos governos e das empresas para compor o salário mínimo e, assim, seu valor é sempre rebaixado, o trabalho é mal pago e há um sobretrabalho exigido de quem autoconstrói sua casa. Há nesta equação maior exploração por produtividade aumentada do trabalho. A solução geralmente encontrada pelas classes populares para acesso à habitação é a autoconstrução, como autoempreendimento dos moradores da cidade.

Nós sabemos a consequência desse barateamento. A consequência é que isso não é mais uma cidade. É um acampamento. Essa forma de barateamento resultou nas nossas periferias, que são feíssimas, horrorosas. Inviabilizaram a própria vida das pessoas. Em certa medida, portanto, esse processo continua a sustentar-se na autoconstrução (OLIVEIRA, 2006, p. 69).

O que ocorre é que esses padrões de construção migraram do campo para a cidade e barateiam também a produção da cidade (como barateavam a produção no campo antes do fenômeno do agronegócio).

De acordo com este modelo, o mercado formal de urbanização produz, privadamente, “cidade”. Isto de fato ocorreu para as classes médias e altas; para os demais brasileiros, no campo e nas cidades, restou uma inserção precária e ambígua no território: sem condições básicas de urbanidade, com vínculos frágeis com a terra que ocupam, vulneráveis a expulsões e remoções. Nas cidades, o resultado foi uma urbanização sem infraestrutura básica, ora pela omissão do poder local da tarefa de fiscalizar o mercado formal, que frequentemente deixa os loteamentos sem infraestrutura, ora por sua incapacidade de ofertar moradia e loteamentos adequados aos grupos de menor renda, impulsionando um mercado privado paralelo de baixíssima qualidade urbanística e habitacional (ROLNIK e KLINK, 2011, p. 103).

A partir da década de 1990, o agravamento do desemprego relacionado ao crescimento do trabalho informal revela que quem não tinha emprego formal recorreu à informalidade (e por aqui não temos programas eficientes de seguridade social), e a precariedade mostrou novas faces dessa acumulação do capital. Essa informalidade mostra formas inéditas de flexibilização de contratos e até novas formas de trabalho, como descreve SENNETT (2004), que modificam substancialmente os sentidos produzidos pelo trabalho. OLIVEIRA (2006), ao observar a participação do trabalho informal de boa parte da população neste processo, aponta para os grandes ganhos do capital, muitas vezes sem custo nenhum, como, por exemplo, no caso do trabalho de venda de produtos no mercado informal, que faz parte do circuito de acumulação e participa da circulação das mercadorias (mercadorias legais, alimentos

para vencer seus prazos de validade ou mesmo as mercadorias piratas). “A produção é pelos meios de capital e de reprodução do capital, mas a circulação é vastamente irrigada por esse enorme exército informal” (OLIVEIRA, 2006, p. 71).

Os anos recentes mostram um crescimento econômico aliado a políticas sociais distributivas que modificaram o cenário econômico no Brasil, mas algumas questões vitais não foram ainda enfrentadas, diz POCHMANN (2010), e as políticas sociais precisam — além de ser distributivas — se tornar redistributivas, com os pobres pagando menos imposto e os ricos pagando proporcionalmente mais para que haja uma distribuição da renda mais efetiva.

As formas de (re)produção do espaço da cidade de São Paulo marcaram seu desenvolvimento e configuraram padrões de regulação, por um lado, e total desregulação para outra porção de cidade. Pochmann (2010) afirma que o fluxo migratório que auxiliava o crescimento econômico fortemente baseado em São Paulo era sempre maior do que a capacidade de absorção das camadas produtivas do mercado de trabalho. As escolhas do País foram sempre para que os empresários mantivessem suas margens de lucros (compensando a falta de investimento interno com políticas financeiras e juros altos), mesmo em tempos de pagamento da dívida externa, em detrimento de investimentos na produção e no mercado interno, o que fez com que os trabalhadores fossem sempre a parte mais fraca da disputa.

O que se exige hoje dos moradores já não é o mesmo que antes perfazia os sentidos produzidos para se definir o que são “bons trabalhadores” — na chave de uma construção ética do trabalho e do que esta poderia trazer para os indivíduos se completassem suas ascensões obreiras. Pede-se aos sujeitos que “deem um jeito”, que empreendam projetos próprios (a economia solidária, o cooperativismo e a autogestão não deixam de corroborar essas novas formas de construção das estratégias para lidar com a pobreza, temas a serem explorados no decorrer do texto), e esses processos compõem as novas maneiras como os moradores se relacionam com a cidade, ancoradas em crescente necessidade de autoafirmação.

Cada um por si. Esta parecia a regra da movimentação social, dos circuitos que devem ser ativados, produzidos por discursos que dizem aos moradores da cidade “Se você quer uma casa própria, procure um movimento que o acolha e do qual você possa participar de suas regras, para viabilizar uma moradia melhor; para ter

renda, seja empresário de si e monte um negócio próprio, que pode ser desde uma microempresa até a participação em uma cooperativa autogestionária”, ou mesmo um negócio ilícito nas redes de circulação de mercadorias, pois cada sujeito negocia com suas circunstâncias para se constituir na cidade. Essas parecem ser as “regras” gerais para se manter sobrevivente. As pessoas precisam “se virar”, porque a renda do trabalho é absolutamente taxada, com impostos muito altos para os pobres, que pagam 50% do que ganham em impostos (POCHMANN, 2010).

As gestões municipais em São Paulo não deram continuidade aos programas habitacionais ligados a mutirões. A alternância partidária no poder entrecortou experiências e sua descontinuidade caracterizou a cidade pela falta de processos de longo prazo que poderiam trazer outro desenvolvimento social. A cidade “aprendeu” a lidar com essa falta: acostumou-se com as periferias autoconstruídas.

Pode-se obstar que existia uma normativa, até que relativamente detalhada, para a realização dos mutirões, articulada em torno da criação do Funaps Comunitário. Mas é sabido que esta normativa era precedida de uma circunstância institucional inadequada: quem promovia os mutirões era uma Superintendência de Habitação Popular (Habi), dentro de uma Secretaria de Habitação, a Sehab — uma instância de governo à qual não era conferida, juridicamente, a responsabilidade pela comercialização dos empreendimentos habitacionais que promovia. Logo, tratava-se de uma normativa, pelo menos, insuficiente. E é claro que isso trouxe consequências dramáticas: foram formalizados inúmeros processos contra os gestores públicos e os agentes comunitários envolvidos com os mutirões, acusados de promover “loteamentos clandestinos”; na gestão seguinte (Paulo Maluf), não foram medidos esforços, através do TCM, para a criminalização das associações e de seus dirigentes e assessores técnicos em relação à administração dos recursos públicos investidos nas obras; tudo no esforço de desbaratar aquilo que se considerava pernicioso: a afirmação de autonomia em relação às ordens jurídicas que regem a ação pública. Todo este esforço assegurou uma paulatina adequação das ações movimentistas ao regramento jurídico que orienta a ação do poder público — como veremos a seguir (LOPES; KAPP e BALTAZAR, 2010, p. 7).

No final dos anos 1990 e já nos anos 2000, não presenciamos tantos movimentos sociais atuantes. A UMM mantém-se bravamente atuante nessas gestões, mas perde sua força reivindicatória na gestão de Marta Suplicy (2001-2004), enredada nas formas de financiamento do próprio movimento e do seu aparelhamento nas instâncias do poder municipal, o que acaba por abrandar as forças movimentistas.

CAVALCANTI (2006) afirma que a UMM institucionaliza-se por não ter enfrentado questões de financiamento, calcanhar de aquiles deste processo, mantida assim como “controle político”. A reivindicação do mutirão ainda em pauta em São Paulo enfrenta questões políticas importantes. O próprio debate em torno das práticas do mutirão autogestionário provoca embates severos em busca de uma razão prática, por um lado, e em busca da crítica do processo, visto como exceção, por outro.

De uma parte, um grupo de arquitetos com práticas profissionais ligadas aos mutirões e outras formas de produção de habitação popular ainda se mantém defensor desta alternativa, mostrando o canteiro de obras como a festa, como afirmam Oseki (ARANTES, P. F., 2002; OLIVEIRA, 2006) e FERRO (1979), lugar de uma construção coletiva onde a autogestão constrói outras relações de trabalho. De outra, não se pode negar que a necessária institucionalização dos programas habitacionais produtores de mutirão acaba por mostrar a existência de um outro tempo do trabalho em que essas relações concretas vindas do exercício da autogestão também estariam refeitas e sendo constantemente atropeladas pelo tempo da abstração, o tempo do mercado de trabalho. RIZEK e BARROS (2006) chamam a produção de habitação social por mutirões autogeridos de “fábrica de mitos”. O argumento é que a produção de habitação social que conta com trabalho dos seus participantes precisa ser problematizada; nem sempre os autores que discutem essas práticas o fazem, por haver um comprometimento profissional com essas questões que torna invisível toda uma problemática do mutirão. Construir essa problematização a partir de elementos que compõem a cidade como foco da questão urbana ajuda a pensar essa relação do trabalho com o fazer mutirante.¹⁶

¹⁶ Embora esta seja uma questão importante para tratar da produção de habitação popular na cidade de São Paulo e, também no Brasil, nos limites deste trabalho não temos como enfrentar em profundidade este debate.

O processo que deveria ser construído em conjunto acaba configurando o que podemos nomear de gestão também nestes espaços potencialmente mais democráticos, que puderam se formar assim porque também se constituem na exceção, como afirma OLIVEIRA (2006), algo que só pode funcionar porque não tem pretensão de se universalizar, e que no momento em que vira política pública perde suas virtudes. O mutirão investigado é um lugar onde as pessoas podem trabalhar todos os fins de semana, com poucas folgas mensais, por longos anos, e pouco é feito para transformar esse cotidiano estabelecido.

Os mutirões vindos da gestão Erundina (por exemplo, o mutirão União da Jata, na Zona Leste da cidade de São Paulo) são ainda hoje exemplos modelares de ações conjuntas que criaram lugares com grande qualidade arquitetônica, com soluções de moradia paradigmáticas para as novas experiências e reivindicações. Embora muitas dessas obras também tenham experimentado grandes dificuldades, com muitos conjuntos que levaram três ou mais gestões municipais para ficarem prontos, os resultados foram animadores para o movimento de moradia e a população moradora das periferias, que puderam ver surgir novas soluções para a conquista da casa própria, para além das soluções disponibilizadas naquele momento pelo BNH e que, no geral, não contemplavam famílias com renda inferior a três salários mínimos. Ainda hoje, os financiamentos para a casa própria nessa faixa de renda são muito limitados. A problematização a ser feita é que, na medida em que essa solução habitacional torna-se gestão (governamentalidade), o processo torna-se ainda mais complexo. Há uma invisibilidade presente neste processo, que configura a gestão.

O que está em jogo é a perspectiva de acesso a recursos: parece-nos que uma quantidade significativa dos municípios que vêm desenvolvendo seus Planos promove uma “arquitetura de fachada” institucional que apenas disfarça a engenharia do cálculo de acesso aos fundos públicos. Assim, de olho nos recursos do FNHIS, articula-se uma rápida adequação da estrutura organizacional da prefeitura que, para todos os efeitos, corresponde integralmente às exigências do Programa: criam-se Fundos de Habitação de Interesse Social sem nenhum comprometimento de recursos locais, registrados nos orçamentos municipais; criam-se Conselhos Gestores de Fundos que não dispõem de fundos para gerir — e, conseqüentemente,

deixam de reunir razões para sequer serem regularmente convocados (LOPES; KAPP; BALTAZAR, 2010, p. 10).

A noção de governamentalidade de Foucault possibilita entender como este processo ocorre nas formas mais precarizadas de trabalho no Brasil. As formas de governar estabelecem entre os governados e a sociedade uma relação mediada pelo modo como estas instâncias de poder concebem o que é a própria sociedade e como os indivíduos devem viver ali. Hannah Arendt estabelece a comunidade como um parâmetro das práticas políticas dos espaços públicos, e lá onde a comunidade política desapareceu é lugar da dominação, da violência¹⁷. Podemos ressaltar ainda que as práticas de trabalho remunerado encontram-se também fora do assalariamento: sofreram grandes transformações que assolam um cotidiano de preocupações e cansaço, fato este que pudemos observar nas falas dos entrevistados. É nesta medida que OLIVEIRA (2003a) interpreta as relações de classe no Brasil, numa dicotomização que produz uma elite sustentada em profunda relação de desigualdade na qual submete os trabalhadores a uma situação de extremo achatamento salarial, situação que mostrou seus custos pela grande desigualdade de renda e pelas difíceis soluções para as desigualdades urbanas, sem saídas fáceis para este quadro que afeta a reprodução da cidade e seus padrões de sociabilidade, mesmo em momentos de melhoramentos econômicos e sociais.

Mas a representação da “cidade” é uma ardilosa construção ideológica que torna a condição de cidadania um privilégio e não um direito universal: parte da cidade toma o lugar do todo. A cidade da elite representa e encobre a cidade real. Essa representação, entretanto, não tem a função apenas de encobrir privilégios, mas possui, principalmente, um papel econômico ligado à geração e captação da renda imobiliária (MARICATO, 2000, p. 165).

Nesta medida, podemos caracterizar a participação no movimento de moradia, no nosso universo de pesquisa, como porta de entrada em um mutirão (conforme observado no estudo empírico), resultado de engajamento político inicial

¹⁷ Sobre esse tema ver ARENDT, 1989; RIZEK, 2006 e FELTRAN, 2005.

que se torna bastante pragmático (o que pudemos identificar na fala de muitos dos entrevistados). Os mutirantes que permanecem politicamente ativos no movimento de moradia depois de iniciada as obras são as lideranças do mutirão, como discutiremos mais adiante, na descrição e na análise do mutirão Recanto da Felicidade.

A luta cotidiana para a construção da casa é brutal. O mutirão funciona nos fins de semana; com uma só folga mensal, não sobra tempo para outras atividades, como convívio mais intenso com a família, lazer ou descanso, nem para engajamento político mais efetivo. O tempo e o dispêndio de energia voltam-se para este compromisso com o mutirão, numa obra de longa duração.

Podemos apontar uma identificação com o processo muito intensa apenas em poucos entrevistados. Mas, mesmo para aqueles em que a adesão ao mutirão se dá só pelo trabalho para a conquista da casa, essa participação traz embutida a construção de sentidos. Essas significações produzidas são uma ligação com a vida social. Essa produção de sentidos para as narrativas da vida são alentadoras, frente a este processo tão complexo de trabalho; de certa forma, uma sublimação, como mostra DEJOURS (2006). Nesta medida, a participação para a construção da casa própria produz fios, nexos para uma narrativa da vida, que, para muitos, ficaria comprometida se esse processo não se completasse. A luta pela obtenção da casa tem múltiplas significações: é uma luta política, em que cada participante precisa conquistar sua casa própria, para lidar com a precariedade da vida nas formas em que esta se apresenta.¹⁸

Neste contexto aproximam-se velhas e novas questões sobre os mutirões. A problemática do sobretrabalho reaparece e se agrava pela situação de erosão do mercado de trabalho em vários assentamentos e ocupações, em que a relação entre o trabalho mutirante e a excepcionalidade do trabalho formal são condições diretamente relacionadas. Sobre isso é necessário destacar as

¹⁸ TELLES (2006) e FELTRAN (2005), ao analisar seus campos de pesquisa, afirmam que o caráter paternalista de certas iniciativas financiadas pelo poder público de fato podem despolitizar iniciativas (das mais diversas naturezas), e certamente monopolizam os sentidos produzidos que ficam cativos a esta chave empobrecida da pura necessidade. Nesta medida, o mundo público já não é mais o alvo, tornando o mundo comum menos presente, como lembra Arendt, mesmo em experiências nas quais a autogestão poderia figurar centralmente como articuladora deste processo, como fomos observando nos nossos relatos de campo.

questões problemáticas no mutirão. Oliveira (2006) afirma que o conflito se publiciza antes do mutirão, quando os movimentos reivindicam a moradia; mas, quando o mutirão acontece o conflito se privatiza. Esta privatização do conflito não ocorre porque o mutirante irá construir sua casa, mas porque o trabalho executado se tornará invisível (MIAGUSKO, 2008, p. 87).

Sem dúvida esse aspecto é extremamente relevante, e, no caso do Recanto da Felicidade, torna-se ainda mais constitutivo para se compreender como os sujeitos se vêm no interior deste processo. Em uma assembleia para decidir a nova formação da direção do mutirão, para dar continuidade à longa obra, uma das mutirantes fez uma observação para mim e para as amigas a seu lado, numa tentativa de compreender o que estavam sofrendo: “Acho que jogamos cocô na cruz.” Suas companheiras lhe pediram para não falar daquele modo, que não teriam feito nada de errado, e que aquela fala tinha um conteúdo moral negativo que seria prejudicial a elas. Mas ela manteve a frase e a repetiu numa forma de dizer que tudo por que estavam passando guardava uma injustiça difícil de ser compreendida.

Também é importante ressaltar que os circuitos legais¹⁹ de conquista da casa (como este de participação em um programa com um convênio público) são fundamentais neste processo e participam então na construção desta narrativa. A casa legalizada para todos ali é uma fonte de ligação com um acesso diferente à cidade. A casa própria representa uma vida mais organizada, que permite vislumbrar, no geral, outro tipo de inserção na cidade, por conta da localização do mutirão e da situação de estabilidade que a nova casa permite: deixar de pagar aluguel, morar num apartamento com dois quartos, dispor de infraestrutura urbana, serviços públicos de educação, saúde etc.; e o acesso ao mundo do consumo também fica facilitado, para alguns, com um endereço da casa própria, neste local com urbanização mais consolidada. Mas os sacrifícios exigidos para isso capturam a participação em um processo em que a política desaparece: “ela” surge a cada evento no qual é produzida, nos moldes de RANCIÈRE (1996a), pondo em xeque os diferentes mundos, produzindo algo novo e criativo; mas em seguida desaparece e essas experiências acabam desfeitas. O modo

¹⁹ A promessa de posse do imóvel no final do processo é extremamente relevante para a permanência no mutirão.

como essas subjetivações produzem um sentido para a vida torna a se acomodar aos sistemas padronizados pelas contingências da vida.

Para Rodrigo, da assessoria técnica do mutirão Recanto da Felicidade e arquiteto responsável pela obra, há momentos muito ricos que se constituem a partir de uma cooperação verdadeira no interior da obra, nos momentos em que muitos mutirantes se envolvem em uma mesma atividade e juntos constroem essa relação na qual a participação ocorre de forma substantiva. Mas ressalta que são momentos raros e destruídos em seguida pelas grandes dificuldades que a obra impõe a todos, e os momentos seguintes de falta de recursos ou pouca disponibilidade para a construção desse trabalho coletivo acabam por desfazer o que utopicamente seria a condução de todo o processo.

Há uma formação política, de algumas pessoas, pessoas pensando aquilo como uma forma de vida, pesando aquilo como sobrevivência. Mas uma coisa eu entendi com a convivência é que aquilo lá é um inferno. As pessoas além de trabalharem elas pagam. (...) Toda a coisa tinha que ser muito mais ambiciosa (Rodrigo, arquiteto).

FOUCAULT (1977) fala do dispositivo como uma rede que forma os sistemas de subjetivação, de pensamentos e crenças, amarrando a produção dos sentidos. Neste caso, muitos (os mutirantes que ainda não moram nos prédios ainda em construção) têm o presente marcado por uma suspensão: a situação de moradia que não pode ser totalmente ajeitada enquanto a obra não termina, o que significa dizer que a vida fica suspensa pelo presente de muito trabalho, de muito esforço para conquistar a casa própria, que para todos unanimemente é a grande conquista da vida, mas que, como programa social, neste caso do mutirão, representa o uso do tempo de trabalho que mal é contabilizado para abatimento no valor a ser financiado e pago pelo apartamento. Um processo sem dúvida injusto e totalmente invisibilizado por esta dimensão privada que ganha ao se tornar um trabalho não percebido por ninguém.

Este trabalho invisível é a questão mais relevante e problemática do mutirão enquanto política habitacional. O trabalho do mutirante não apenas não pode ser mensurado ou contabilizado, como não possui estatuto político ou jurídico. Assim, nos custos finais da produção da moradia por mutirão, o

custo do trabalho desaparece. Este trabalho é invisibilizado pelos órgãos financiadores e pelos movimentos de moradia e não é visto pelos mutirantes como trabalho (MIAGUSKO, 2008, p. 87).

Esses processos de trabalho supõem a participação nas decisões referentes às formas de concepção e execução do trabalho, embora esta mesma dimensão se apresente em muitos momentos (como destacamos anteriormente) como possibilidades que não conseguem quebrar certas barreiras impostas pelos modos de fazer já estabelecidos, ou mesmo por gestões que articulam modelos políticos “semiprontos” para empreender experiências, mais preocupadas com a forma dos empreendimentos que precisam garantir elementos como a necessária viabilidade econômica, os aspectos técnicos ou eleitoreiros.

Antes de passar para uma descrição mais aproximada do mutirão, um fato recente na obra escancara essas relações de invisibilidade, inclusive neste estatuto jurídico que o mutirão não possui, nem mesmo no interior da Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (Cohab). Um ex-funcionário de uma empresa contratada pelo mutirão, que havia trabalhado nesta obra por menos de três meses, acionou a Justiça do Trabalho para garantir o recebimento de seus direitos trabalhistas. Como a empresa não apareceu para se defender, a Justiça do Trabalho acionou o mutirão e a Cohab, como responsáveis pelo pagamento da indenização. A Cohab defende-se e não é responsabilizada; a associação do mutirão não comparece à audiência e fica integralmente responsabilizada pelo pagamento da indenização ao trabalhador, no valor de R\$ 32.000,00, somada às custas do processo. Ao que tudo indica, o advogado contratado na época pelo mutirão procedeu de má-fé e não compareceu à audiência de forma deliberada. Mas é notável que, para o poder público, o mutirão não deveria ser defendido pelo corpo jurídico da Cohab e, portanto, o pagamento da indenização não poderia sair dos recursos empenhados para a obra, sendo considerado débito da associação dos mutirantes. É muito sintomático que este processo tenha se desenrolado desta forma, considerando o mutirão uma instância privada que deveria se defender privadamente. O Poder Judiciário também foi incapaz de perceber que o trabalho dos mutirantes era a única forma de poupança daquele grupo e que a associação não dispunha de recursos para pagar este tipo de débito. A Justiça, que garantiu os direitos do trabalho, não pôde ver de quem deveria cobrar: o

mutirão é uma obra privada ou pública? Qual é o seu estatuto? Para os mutirantes, a notícia foi estarrecedora. O assessor técnico chamou este processo de “descompromisso social” do poder público que não se responsabiliza pela obra. A invisibilidade do trabalho é reforçada em episódios como esse.

1.3. O Recanto da Felicidade

Em 2011, o mutirão Recanto da Felicidade entrou no seu oitavo ano de obra, o que, para a grande maioria dos seus participantes, significa um tempo ainda maior no processo para obtenção da casa própria, se contabilizada a participação anterior no movimento de moradia até o início da obra propriamente dito.²⁰

As entrevistas com os mutirantes do Recanto da Felicidade foram feitas com um roteiro aberto de questões que pudessem dar espaço para as reflexões sobre as diferentes dimensões dos trabalhos e de como a vida se organiza a partir desta linha conectiva. As visitas ao mutirão ocorreram ao longo dos anos de 2009 e 2010, onde realizei entrevistas e conversas com os mutirantes e com os membros da assessoria técnica. Ao todo foram 16 entrevistas gravadas. As visitas também foram contingenciadas pelo andamento da obra, já que em momentos sem recursos disponíveis a obra ficou muito lenta e com pouco movimento do mutirão, e assim retomei as visitas em momentos de maior movimento, quando os recursos para término de boa parte da obra foram finalmente conquistados junto à Cohab.

A chegada ao campo no mutirão apresenta-se como um choque: a etapa ainda em construção é composta por três prédios em um terreno com um declive muito acentuado que se apresenta já da rua de baixo e torna-se um espanto desde a primeira

²⁰ Houve uma substituição de 50% das famílias da associação Recanto da Felicidade, visto que, já desde o início, as desistências foram acontecendo devido à demora no início da obra. Depois, ao começar a construção dos prédios e com o trabalho acontecendo em todos os finais de semana, mais famílias desistiram e foram substituídas, conforme depoimentos de mutirantes em CARVALHO (2004). Mas, com o alongamento do tempo de obra, essas desistências cessaram, visto que, a partir de certo momento, a participação na obra torna-se ponto incontornável e o tempo investido é maior do que a possibilidade de desistir.

visita: será esta a obra? É. A obra está sendo executada em duas etapas: a primeira parte composta pela construção de dois prédios, em um terreno na mesma rua, com mutirantes morando nos apartamentos prontos desde 2008; a segunda etapa composta pela construção de mais três prédios, em outro terreno em declive, e esta parte da obra apresenta uma maior complexidade de execução. A Cohab privilegiou a primeira etapa, com vistas à inauguração dessa parte da obra naquela gestão; “sobrou” então a segunda etapa de maior complexidade e mais dispendiosa em todos os aspectos da sua edificação (CARVALHO, 2004), o que certamente colaborou em muito para atraso dos cronogramas de obra, repasse e aditamentos de verbas.

O mutirão está localizado na Zona Oeste da cidade de São Paulo, na região administrativa da Subprefeitura do Butantã, no bairro do Jardim Educandário, distrito de Raposo Tavares (em torno de 97 mil habitantes), bem na divisa com a cidade de Taboão da Serra, em região de periferia com predominância de classe média baixa e de crescimento lento,²¹ mas com áreas de alta e muito alta vulnerabilidade social.²²

Percebemos uma mistura de uma periferia mais consolidada, com alguns serviços essenciais nas proximidades, mas também com novas ocupações em áreas irregulares, em loteamentos não legalizados ou favelas, com demandas por equipamentos urbanos (GOMES, 2008). O conjunto está localizado em dois lotes que distam 300m um do outro; no entorno foram surgindo novas ocupações e favelas desde a conquista definitiva do terreno do conjunto, há mais de uma década. O convênio para a construção do conjunto foi assinado em 1999, na gestão municipal de Celso Pitta, em negociação que envolveu a Secretaria de Habitação da Prefeitura e a União de Movimentos de Moradia. Como não houve repasse de verbas, a obra só teve início bem

²¹ Cf. mapas de distribuição de grupos sociais na cidade de São Paulo de MARQUES e TORRES (2005, p. 69).

²² CARVALHO (2004) descreve a área como remanescente de conjunto da Cohab-SP Jardim Educandário, formado por prédios de quatro andares, além de um entorno com lotes urbanizados em que os moradores receberam material para construção por mutirão, nos moldes da gestão Mário Covas (1982-1985) — este tratava-se de mutirão sem autogestão, e também uma ocupação em terreno com alguma regularidade no seu parcelamento.

mais tarde, com um “termo aditivo”, só em janeiro de 2002. Até ali só havia alguns esboços de como seria o conjunto.

Com declividade muito acentuada, passando de 50% em alguns pontos do terreno, o custo da obra na área maior ficaria muito elevado por causa de muros de contenção, terraplanagem e rampas de acessibilidade. Por decisão da Cohab, da assessoria técnica e da associação, chegou-se a um projeto que reduziria os custos de cada unidade. Ao mesmo tempo, aumentou-se o número de unidades, o que resultou no projeto que está sendo executado: na área maior, três prédios com dez andares cada um e com elevadores (não previstos inicialmente), somando 120 unidades; na área menor; dois prédios de cinco andares, com 40 unidades, já finalizados — com um total de 160 unidades construídas (CARVALHO, 2004).

É importante contar a história do conjunto, pois isso ajuda a compreender como a demanda por habitação é tratada pelo poder público na cidade de São Paulo. A partir das continuidades e descontinuidades nas gestões da prefeitura, vemos o gerenciamento desses conjuntos construídos por mutirão tratados burocraticamente pela Cohab, sem se observar que há uma mão de obra diferente e que exigiria tratamento distinto da mão de obra contratada. Deste modo, percebe-se como as gestões das políticas de habitação afetam os participantes, ao mesmo tempo em que tornam suas experiências invisíveis para a gestão. A maneira como são conduzidos os processos de cada conjunto habitacional expressa isso.

O início da formação da demanda do mutirão deu-se com a filiação ao movimento de moradia da Zona Oeste. Tão logo saiu o convênio, criou-se a associação dos mutirantes, que logo precisou realizar a ocupação do terreno no Jardim Educandário, como forma de “garanti-lo” para a obra e evitar, desta maneira, que o terreno fosse tomado pelas favelas que foram sendo construídas em todo o seu entorno. Até o início da obra, os moradores revezaram-se nesta guarda do terreno sob ameaça iminente de ocupação, fato relatado pelos mutirantes que participaram desde o início da associação. Segundo os mutirantes, a própria notícia da assinatura do convênio para construção do conjunto atraiu novos moradores para a região, o que culminou no aparecimento de novas favelas no entorno dos terrenos. Esse processo é visto por eles com muita ambiguidade: por um lado, notam que faz parte da expansão da cidade o aparecimento de moradores interessados em construir casas nas proximidades do

conjunto que estará ou está sendo construído, por conta da promessa de melhoria da infraestrutura urbana (portanto, haveria certa “naturalização” do processo); por outro lado, as favelas são malvistas pelos mutirantes, como locais que aproximam os perigos da cidade ao conjunto cercado do mutirão (sempre como se o perigo, as violências da cidade, viessem de fora).

No mutirão Recanto da Felicidade, mais de 60% da mão de obra mutirante são mulheres, e há um grupo delas que é chamado carinhosamente de “as véias” (CARVALHO, 2004). Esta grande adesão feminina traz características peculiares para a obra. Muitas destas mulheres, tanto as jovens quanto as de mais idade, não tinham nenhuma identificação com esse trabalho braçal, e o envolvimento nas atividades de obra dos fins de semana é visto por muitas como obrigação para cumprir os acordos estabelecidos e o regulamento da obra, conteúdo que aparece nas entrevistas com elas e nas conversas com o assessor técnico. Poucas conseguem se envolver de forma mais efetiva.

A observação dos trabalhos nos dias de mutirão foi muito interessante: em um cenário de três prédios de dez andares, ainda em construção, em um terreno íngreme, a obra sempre parece avançar a passos muito lentos. As “véias” e outros mutirantes afastados dos trabalhos pesados da obra ficaram alocados em trabalhos considerados mais leves — como dona Maria,²³ que ficou na creche, cuidando das crianças. A creche do mutirão ficou alocada no Educandário, uma instituição próxima ao mutirão que presta assistência social, especialmente a crianças e jovens.

Dona Maria se diz sempre preocupada com as crianças, principalmente com as meninas, que tinham contato com jovens moradores no abrigo do Educandário; por isso, ela cuidava para que as crianças ficassem sempre à vista. Muitas dessas crianças já estão grandes e muitas cresceram indo à obra; era portanto uma grande responsabilidade, afirma ela, cuidar dos filhos de quem estava trabalhando no mutirão.

No início, também havia uma cozinha comunitária em que essas mulheres mais velhas trabalhavam, mas foi fechada nos últimos anos por não obedecer ao regramento da Vigilância Sanitária. Outro local em que algumas dessas mulheres são alocadas é a biblioteca comunitária da associação, localizada em um dos

²³ Os nomes dos mutirantes foram alterados para preservar a identidade dos entrevistados.

apartamentos — neste caso, são três mulheres que estão com restrições médicas para participar dos trabalhos mais pesados da obra. Os mutirantes nessa situação também são postos em outras atividades, como cuidar do banheiro, entregando papel higiênico, ou servindo água aos mutirantes.

Nos fins de semana, a obra recebe em torno de 90 mutirantes por dia normal de trabalho (durante a semana, vão os pedreiros contratados e mutirantes que preferem cobrir seus dias de trabalho ou faltas durante a semana). Entretanto, em obra tão grande, o número sempre parecia reduzido demais para que a empreitada chegasse ao término o mais rápido possível. Em períodos de falta de recursos, este número diminuía ainda mais e não se chegava a 30 mutirantes. Nas conversas com a liderança da coordenação (que, entre outras tarefas, faz o controle de frequência), começam a surgir os “casos” mais complicados: a mulher com 35 anos que tem um problema grave de coração; o homem com sérios distúrbios psiquiátricos que a família deixou como mutirante depois da morte da mulher e que inicialmente participara da obra; o mestre de obra com pressão alta, que foi da obra para o hospital (e alguns meses depois acabou afastado desta função remunerada). Há ainda ocorrências de pessoas de mais idade que morreram neste período de obra e de outras que adoeceram e se afastaram. Há também um grande número de mutirantes que, afinal, não pôde participar do trabalho pesado. Nos intervalos para o almoço, os trabalhadores reuniam-se e lembravam vários mutirantes que haviam morrido durante a obra ou as mulheres que haviam tido filhos. As histórias de cada um vão sendo recordadas e compartilhadas nesses longos anos de convivência.

O caso de seu Antonio é interessante, para se ver como os longos anos de obra supõem sempre negociações de novos papéis para todos. Seu Antonio é uma liderança do movimento de moradia desde a década de 1970, ainda durante a ditadura militar (CARVALHO, 2004). Na obra, desempenhou esse papel de liderança e também formou lideranças na família, em decorrência de sua longa participação no movimento: sua filha cuida da parte administrativa da obra; seu genro, das compras do mutirão. Tornou-se ainda contramestre de obra contratado pela associação, com a anuência dos mutirantes, embora esta situação ferisse o estatuto da obra. Em muitos momentos, essa relação de tanta proximidade, misturando papéis, ficou problemática, até que, em meados de 2010, ele foi destituído das suas funções de contramestre. Seu trabalho

junto à obra vinha sendo questionado, devido à qualidade e ao andamento lento da obra. Muitos membros da coordenação começaram a reclamar de seu trabalho e redigiram um documento com as obrigações de um mestre de obra, e ele não cumpria essas responsabilidades. Até sua filha, que tem importante posição de comando na associação, concordou que seria necessário demitir o pai e chamar outro profissional, processo importante para a condução da obra. Mas seu Antonio ficou muito ressentido com a situação. Na assembleia em que se reuniu quase a totalidade dos mutirantes (no final do ano de 2010) para decidir pela nova coordenação, mostrou-se muito nervoso; andava para lá e para cá e falava alto, reclamando de todos e da injustiça que, em sua opinião, haviam feito com ele. Na saída dos mutirantes, ao término da votação e da aclamação da nova diretoria — a qual manteve os membros mais atuantes que concordaram em permanecer e completaram o quadro da associação com novos nomes de mutirantes (em um sistema de votação espontânea em que os mais votados iam sendo consultados se queriam ou não participar da nova diretoria) —, seu Antonio foi o comentário geral. As mulheres especialmente estavam bravas com as ofensas que ele havia proferido e diziam que ele não poderia xingar a todas de prostitutas. Mas seu Antonio estava sentindo a perda de seu poder político, a perda das suas funções remuneradas, a perda do apoio da comunidade para continuar à frente da obra.

1.4. Circuitos de trabalho na cidade, o mutirão e suas dimensões sociais

O conjunto Recanto da Felicidade situa-se em área periférica da cidade. Situado na Zona Oeste paulistana, encontra um entorno com serviços públicos estabelecidos na região, e os moradores e mutirantes apresentam diversos arranjos para acessar serviços de melhor qualidade ou mais convenientes às suas famílias. Um mutirante, morador de um conjunto habitacional localizado bem perto dali e cujos filhos ficavam totalmente por conta dos cuidados de sua mulher (que também trabalha), contou de sua luta para conseguir vaga numa escola de ótima reputação em bairro mais abastado, situado a alguns quilômetros do conjunto. As diferenças acerca de como os moradores conduzem suas relações e circuitos de circulação pela cidade

são marcantes: quando estão muito afastados do centro e quando se encontram numa situação urbana melhor, não se sentem estigmatizados pelo local de moradia. O conjunto de mutirão — embora com um entorno de novas e velhas favelas — está integrado a uma área que se encontrava consolidada, e os participantes e novos moradores já conseguem usufruir dessa relação com a cidade.

Mas, de fato, as diferenças que o local de moradia podem provocar no contato com a cidade são constituidoras desses circuitos por onde os moradores circulam e também, portanto, de acesso ao trabalho. TELLES (2006) mostra, em seus relatos de campo, como moradores das áreas mais distantes de São Paulo sofrem dessa segregação espacial brutal, que limita a construção dos círculos sociais para grande parte dos moradores das áreas mais periféricas, e como isso interfere diretamente na busca e conquista de trabalho — os lugares mais abastados ficam absurdamente distantes e a cidade é fragmentada por realidades díspares. Estas distâncias mostram-se na culpabilização desses indivíduos por sua pouca escolaridade e qualificação para o mercado de trabalho, e as saídas para uma vida melhor estruturada são muito restritas pela situação de segregação urbana. Um círculo difícil de vencer.

Mas não há dúvida de que as formas de trabalho estão absolutamente modificadas por todos os cantos da cidade; o que observamos nas falas dos nossos entrevistados, por exemplo, é uma crescente dependência do trabalho autônomo e também informal. E as relações com a cidade e os circuitos de relações sociais estabelecidas têm ligação intrínseca com o lugar de moradia, como demonstra o fato de que essas personagens não experimentam uma situação de isolamento social e conseguem se movimentar neste incerto cenário do trabalho autônomo, em que os rendimentos não são regulares e podem variar muito nos diferentes períodos do ano. Para se trabalhar desta forma, é preciso montar uma rede de relações que possa garantir os contatos necessários para os trabalhos surgirem.

Este processo de *desassalariamento* a que camadas importantes da população foram submetidas nos momentos de intensificação de crises econômicas modifica as paisagens sociais, tornando realidade o convívio das comunidades com essa nova cultura mais cindida com o trabalho formal. Há uma massa de pessoas que o mercado de trabalho não absorvia e, assim, houve uma busca de outras formas de reconhecimento social, alocada em outras chaves interpretativas (o consumo, os

círculos sociais, as atividades voltadas para remuneração, que trazem “outras” perspectivas sociais).

Essas novas relações marcam a constituição das comunidades periféricas em São Paulo, deixam seus traços muito presentes no cotidiano — como o medo da perda do emprego ou do trabalho, a falta de uma moradia digna ou a dificuldade em conquistá-la, a precária acessibilidade — e acabam por imprimir marcas sociais nesses moradores da periferia. Afirmando essas características, vamos formando o contexto social no qual o universo da pesquisa está situado, e mesmo que esta não seja exatamente a realidade que cada um enfrenta diretamente, essas marcas ficam e se consolidam nas representações que os indivíduos constituem sobre a cidade, em como conquistar direitos e a sua autoimagem de trabalhadores.

Esta é uma característica que sempre encontramos em São Paulo: as agruras encontradas na periferia da cidade se fazem presentes nas estratégias para a organização da vida e interferem decisivamente nas formas das construções dos vínculos sociais, como vamos poder observar a partir das falas de nossos entrevistados. Assim também ressaltamos que experiências de comunidades mais consolidadas e solidárias podem trazer uma constituição social mais sólida para seus participantes. São novas formas que o trabalho assume, na medida em que a classe trabalhadora perdeu espaço de formalidade e ganhou informalidade e, assim, formas mais desregulamentadas de trabalho tomaram lugar do que antes era o campo de caracterização de uma classe operária mais bem constituída. Essas novas formas se expressam em trabalhos mais precários, em tempo parcial, subcontratados, e na feminização do trabalho — que acrescentou ao quadro a diminuição dos rendimentos, já que no Brasil as mulheres têm remuneração menor do que a dos homens.²⁴

Uma importante consequência deste processo é a maior dificuldade que os jovens encontram para ingressar no mercado de trabalho formalizado. Pela maior dificuldade em conseguir trabalho formal, as perspectivas são de se filiar a trabalhos precários, formas encontradas para quem vive nas áreas periféricas mais empobrecidas da cidade, mesmo em momentos de maior aquecimento econômico em que o País cresce, mas não faz desaparecer os problemas a serem enfrentados (POCHMANN,

²⁴ Sobre esse tema ver ANTUNES, 2007 e HIRATA, 2002.

2010). Igualmente, para uma faixa de trabalhadores com mais de 40 anos há maior dificuldade em retornar ao mercado de trabalho quando perdem o emprego, principalmente em conseguir de novo um vínculo formal. Essas características do mercado de trabalho desdobram-se nas expectativas dos indivíduos sobre o que podem encontrar no mercado e, portanto, sobre o modo como vão conseguir estruturar a própria vida no meio de tanta precariedade.

Estas transformações são fundamentais, porque configuram outras relações que os indivíduos vão estabelecendo com o trabalho, com a busca por reconhecimento social e, portanto, com a cidade: nas formas de reivindicação de direitos ou na busca de novos modos de (re)inventar o cotidiano. Que “novos sujeitos”²⁵ são esses e que cidade está sendo produzida a partir desses processos?

1.5. Gestão e cidade no Brasil contemporâneo

As considerações mais gerais mostram a formação de modos de gerir a cidade reproduzidos em diversas escalas nos mais diversificados lugares, mas nada nos contam sobre os processos específicos e suas peculiaridades. As lutas estabelecidas pelos atores de determinado lugar informam como construíram o espaço social em que vivem. Assim, narrando as experiências de alguns personagens escolhidos, conseguimos vislumbrar outro tipo de relação com o trabalho e com a moradia que perfazem as práticas cotidianas de viver na cidade. É o que faremos no próximo capítulo, a partir de análises das entrevistas com os mutirantes.

Há todo um novo universo de organizações não governamentais e assessorias técnicas que sinalizam um momento histórico diferente no qual se modificou o cenário de participação mais ativa da comunidade, como vemos acontecer no mutirão em questão, discussão que será retomada no terceiro capítulo, ao analisarmos a experiência do banco comunitário. Há toda uma articulação do

²⁵ SADER (1988) afirmou a constituição de “novos sujeitos” políticos que surgiram da institucionalização dos movimentos sociais. Hoje, nos questionamos se a política ficou de fora dessas novas configurações que se apresentam como formas de organização da vida na cidade.

movimento por habitação, da população que participa do processo de mutirão e do poder público que reflete esse novo momento e um novo contexto em que essas articulações são estabelecidas, numa chave mais burocratizada.

Na fala de Rodrigo, arquiteto da assessoria técnica, responsável pela obra, encontramos essa preocupação acerca do pragmatismo desses atores sociais: o poder público e o movimento emperraram o encaminhamento mais acelerado da obra, o que representaria importante solução para os mutirantes — esses, sim, participando efetivamente com trabalho e destinando um tempo da vida que parece não ser o mesmo tempo da gestão pública e dos movimentos sociais, tal como configurados hoje.

Se, por um lado, são inegáveis as questões do controle social do investimento público e da redução de custos na produção de habitação social, por outro lado a impossibilidade de arbitragem pública do trabalho em canteiro, sua quase invisibilidade, seu silenciamento, seu caráter não contabilizável para além das cotas de cada família, os difíceis processos de aprendizado, a reposição das dimensões hierárquicas assentadas em regulamentos de obras compatíveis com uma lógica da produtividade do trabalho e, ao mesmo tempo, presos aos imperativos do movimento de moradia e de suas associações, compõem um quadro bastante complicado entre os mutirantes, destes com as associações, assessorias e com seus próprios familiares (quem trabalha nos finais de semana, como se combinam trabalho em mutirão e relações de gênero, formas de sociabilidade familiares, etc.), sem que as dimensões de equivalência mercantil, expressas nas formas contratuais do trabalho e nos modos de arbitragem desse trabalho, possam ter qualquer efetividade (RIZEK e BARROS, 2006, p. 391).

A gestão da Cohab demora a liberar as verbas e acaba não se responsabilizando pelo término da obra; promessas são feitas, mas não se consegue efetivamente a responsabilização pela parte burocrática da obra. O movimento de moradia vem recebendo a contribuição mensal dos mutirantes, que, ainda durante a obra, continuam pagando com certa assiduidade à associação e ao movimento sua contribuição. Forças que poderiam acelerar a obra parecem entorpecidas pelas práticas burocráticas que vão minando outra dimensão do processo, que poderia dar visibilidade a este trabalho mutirante e fazer pressão política para que a obra possa

findar. Os mutirantes foram derrotados! Derrotados pela passagem do tempo que só os levaram a um círculo tenebroso da burocracia, onde perderam (ou vão ainda perdendo) toda a potência transformadora do processo. ARANTES, P., (2007) afirma que, para se opor ao movimento do capital, é preciso um vigor que consiga se sustentar no tempo com força; e aqui esses mutirantes perderam.

Para discutir a cidade atual, é preciso ver algumas características que vão se tornando marcantes para compreensão dos processos de sua reprodução. Há certo gosto de promessa não cumprida que impregna os movimentos sociais latentes das décadas de 1980 e 1990 no País e se tornam lugar hoje onde o pragmatismo gestor dos governos (tanto da direita como de esquerda) se fortalece como forma de lidar com a situação brasileira. As ONGs haviam modificado esse cenário de organização urbana.

Na década de 1980, os canais de participação se alargam para dar lugar a atores sociais até então ausentes destes espaços. É o período de proliferação de ONGs, associações profissionais, entidades de defesa de direitos humanos, de minorias, e de meio ambiente, entre outros (JACCOUD; SILVA e BEGHIN, 2009, p. 380-381).

A escolha pelo sistema de mutirão como modelo para a construção da casa está articulada com o processo de constituição dos modelos mais democráticos de participação que foi se desenhando a partir da década de 1980. Muitas experiências que levantaram a bandeira da participação social tornam-se modelos para a gestão da pobreza por meio de políticas públicas, mas nem sempre com resultados efetivos de abertura de novos espaços democráticos de participação.

Contudo, sem âncora no igualitário e sem a construção de um social, forjou-se no Brasil uma história de modernidade sem mudanças significativas. E a pobreza, a miséria, a falta de oportunidades de emprego, a seletividade do acesso à terra parecem assim compor um mosaico cuja chave para decifrar sua perenidade ao longo dos séculos ainda desafia a sociedade (DELGADO e THEODORO, 2009, p. 413).

A forma moderna que a condução das políticas sociais toma depois da constituição de 1988 é uma modernização das formas, das leis, que chega para uma parcela da população, mas chega muito mais lentamente para outras parcelas mais empobrecidas da sociedade brasileira.

A modernidade dos direitos adquiridos das classes médias e da absurda falta destes mesmos direitos — ou de grande parte deste — a que são submetidos os mais pobres. A modernidade da exclusão, da não inclusão, da ausência de políticas, da falta de respostas institucionais, do silêncio para com amplos segmentos da população. Não é falta de Estado, mas a constituição de uma dada conformação de Estado, conformação esta que se coaduna com um espectro social onde graça a desigualdade em sua reprodução ampliada (DELGADO e THEODORO, 2009, p. 414).

Há então parcelas da população que, como mostra SINGER, A. (2009), passaram a ser alcançadas por políticas sociais compensatórias nas duas gestões do governo Lula (2003-2010), que fizeram chegar o Estado a regiões do País onde ele se encontrava ausente no atendimento aos mais pobres. As políticas sociais, como o Programa Bolsa Família, assim como o aumento real do salário mínimo e a abertura do crédito consignado para os aposentados, operaram transformações importantes para a chamada “classe c”, que SINGER, A. (2009) chama de subproletariado (a parte dos trabalhadores que ganham até dois salários mínimos *per capita*, precarizados no trabalho informal, desempregados que fazem bicos).²⁶ Embora sejam graduais e não alterem as grandes estruturas de funcionamento político e econômico do País nem colidam com o capital (SINGER, A, 2009), as transformações representam aumento real do poder de compra (e de endividamento) dos trabalhadores brasileiros e faz efetivamente uma modificação nas paisagens dos bairros pobres de todo o País,²⁷ o que se reflete em novas

²⁶ “Apesar de não dispormos de uma atualização para o trabalho realizado por Singer, a lógica permite supor que os processos de aumento da produtividade, desindustrialização, desemprego estrutural, subemprego, precarização do trabalho em geral e crescimento da pobreza que acompanharam a implantação do neoliberalismo nos anos de 1990 tenham, no mínimo, mantido a proporção de subproletários no proletariado em geral” (SINGER, A., 2009, p. 98).

²⁷ É interessante notar essas transformações, porque fazem parte de um contexto de mudanças que podemos observar no nosso campo de pesquisa, mais especialmente nas modificações urbanas, com

possibilidades aquisitivas, antes impensáveis para essas camadas de baixíssima renda da população, como nota SINGER, A. (2009). POCHMANN (2010) diz que este processo se parece mais com mudanças no enfrentamento de questões fundamentais para trabalhadores muito empobrecidos, através de políticas de melhora real do salário mínimo, por exemplo, do que com mudanças de classe social dessas camadas da população brasileira.

Esses contextos econômicos recentes vão criando novos contornos sociais. No capítulo seguinte, por meio de relatos e da análise das falas de nossos entrevistados do mutirão, traçaremos algumas considerações sobre esse universo da relação intrincada entre trabalho e cidade. Assim, podemos compreender como os participantes do mutirão Recanto da Felicidade ali permaneceram, ou com trabalho, ou com pagamento das faltas, inseridos no processo de obtenção da casa. Sem essas referências das dificuldades para acessar outros programas de habitação ou mesmo outras políticas sociais, não compreenderíamos essas motivações para permanecer, mesmo com a vida em transformação.

Neste processo em que a governamentalidade instala-se de forma mais definitiva, vimos transformações nas gestões públicas brasileiras, profundas e necessárias, mas que, em grande medida, não conseguem modificar práticas de setores importantes e necessários para que no País se construam espaços democráticos mais alargados, tanto quanto se poderia imaginar pela forte organização associativa trazida pela luta política na linha de frente das reivindicações populares.

Para os mutirantes, permanecem reproduzidas as formas de trabalho e de relação com a cidade em que uma chave da humilhação constitui esses sujeitos, e o mutirão continua a reproduzi-la. No capítulo seguinte investigamos essas relações. No capítulo terceiro, porém, vamos perscrutar práticas novas de trabalho que derivam das atividades do banco comunitário, como os movimentos culturais, sempre com essa interrogação sobre se constituem redes que se interligam de forma a constituir práticas anticapitalistas. A ver.

aumento do número de estabelecimentos de comércio e maior variedade de produtos ofertados, no bairro em que se situa o banco comunitário investigado.

1.6. O papel das ONGs e da assessoria técnica

Uma importante forma de gestão que está no cenário nacional hoje são as ONGs e o chamado “terceiro setor”, que ocupam lugar central nos novos modelos de gestão, apostando na terceirização das funções estatais para se realizar. Estas novas estratégias gestionárias, que levam modelos participativos para a execução de políticas sociais, apresentam dois aspectos aqui importantes para análise: 1) apropriação de inovações dos próprios movimentos sociais ou formas de incorporar reivindicações dos movimentos, 2) mas que, na outra face da moeda, não implantam essas inovações sem antes modificá-las e torná-las um modelo a ser copiado por outras gestões (em muitos exemplos, esse aspecto aparece como marca partidária, o que dá a “cara” da gestão).

As investigações sobre o tema mostram que não há grande margem para a criação de novidades, porque há lógicas que operam nestes expedientes, como diz FELTRAN (2005), que vão desde a profissionalização da atuação da sociedade civil até um funcionamento que obedece à lógica da empresa privada, em que há uma concorrência por verbas públicas que acaba por conformar os programas a serem implementados.²⁸

Também podemos destacar as transformações nos próprios movimentos sociais que perderam força política na sua atuação. Isso retira do horizonte um caráter

²⁸ É bom lembrar, como faz FELTRAN (2005), que o cenário das ONGs e do terceiro setor é muito variado, incluindo todo tipo de organização, desde movimentos populares até entidades filantrópicas. Há também o risco de se confundir essas articulações, como se fossem todas “iguais”, igualmente antidemocráticas, e é preciso investigar cada uma criteriosamente, para separar suas distâncias e afirmar proximidades. “Há de se marcar, entretanto, que a conflitividade social que havia colocado os movimentos urbanos em cena pública, na década de 1980, e que justamente havia lhes oferecido estatuto político, esteve bastante ofuscada no final dos anos 90. O argumento que desenvolvo no último capítulo procura evidenciar a hipótese de que esse fenômeno também sugere a reflexão sobre o encolhimento da política, e dos campos políticos que os movimentos sociais haviam forjado, na sociedade brasileira como um todo. Os espaços participativos de debate substantivo abertos no interior da poliarquia, que justamente prometiam aos movimentos terrenos políticos duráveis de atuação, que consolidaria seu estatuto político, não cumpriram sua promessa, ao menos não suficientemente. O que podemos ter visto, nos últimos anos, é justamente o oposto dessa tendência, e a literatura recente tem tratado disso” (FELTRAN, 2005, p. 55).

mais democrático que o período anterior trazia com a organização associativa dos movimentos sociais e mantém uma lógica meramente gestonária. Deste modo, MAGALHÃES JR., HIRATA e TELLES (2006) mostram nos relatos de campo que muitas organizações vão sendo estabelecidas nas periferias mais distantes em São Paulo e também estão em grande medida filiadas a interesses particulares em receber verbas destinadas a programas sociais (e não ligadas a sua execução e ao “sucesso” para a comunidade que necessita do benefício ou dos investimentos sociais). Nesta medida, são criadas organizações com esta única finalidade de arrecadar fundos públicos.

Modo muito peculiar pelo qual se estabelece a relação entre trabalho e cidade pelas vias de uma cadeia de mediações e conexões na qual estão cifradas todas as facetas do mundo urbano atual. Toda a tragédia social está aí cifrada. Não precisamos lançar mão de nenhum argumento miserabilista, nem denunciar a fome do mundo, para ter a medida do tamanho da catástrofe social que se tem pela frente... (MAGALHÃES JR., HIRATA e TELLES, 2006, p. 231).

Todas essas questões configuram um universo no qual o jogo social vai se passando e conformando a cidade em que se vive e na qual são criados certos expedientes para a conquista (e a denegação) dos direitos sociais.

Podemos olhar mais de perto para o papel da assessoria técnica neste processo. Há uma mediação entre Estado e mutirantes realizada pela assessoria, embora a contratação seja feita diretamente pela associação do mutirão. A participação no mutirão em regime de autogestão mostra caminhos inovadores nos princípios de como construir a cidade. Como construir espacialmente e como constituir indivíduos que possam a partir desse tipo de participação ter vínculos sociais mais consistentes, mais democráticos, indivíduos que consigam reivindicar direitos. Mas, neste processo, a constituição da autogestão para o trabalho da obra confere uma gama controlada de decisões possíveis de serem feitas pela coletividade: há outra série de decisões feitas

por instâncias técnicas e burocráticas e com seus discursos, que não deixam margem para decisões coletivas. A autogestão é feita “na medida do possível”; há assembleias para decidir sobre andamento da obra, gastos, escolhas coletivas dos materiais de construção a serem utilizados, etc.; mas há decisões que tomam um caráter técnico, e podemos ver certo conformismo sobre o andamento da obra que não consegue movimentar para além dessas necessidades.

A relação da demanda com a assessoria técnica é também fonte de contradições: há uma parceria estabelecida, mas também momentos mais problemáticos. A obra conta com dois técnicos e um técnico social vindos da assessoria: um engenheiro, que acompanha a obra desde o início, e um arquiteto, que veio substituir outro membro da equipe e que acompanha a obra desde 2008; conta ainda com um técnico social, aqui fonte de maiores problemas para a assessoria técnica. As sucessivas mudanças de técnicos sociais dificultaram a confiança dos mutirantes na nova técnica que chegou em meados de 2010. Ela se apresentou a todos oficialmente na reunião de mudança na coordenação, afirmando que ficaria até o final do processo e tentando conquistar uma posição de parceria com os mutirantes para realizar um trabalho produtivo com eles.

A assessoria técnica faz uma mediação entre a associação e o poder público, representando na obra, portanto, de certa maneira, o poder público através da obrigatoriedade de cumprimento das normas técnicas impostas ao andamento da obra. Mas este procedimento causou no Recanto da Felicidade uma burocratização do processo que se mostrou intransponível: as exigências são sempre muito além do que é possível para uma obra em mutirão cumprir.

Essa obra escancara o processo todo. No tempo, no desperdício. Não teria como ser menos tempo dentro dessa lógica formada pela Cohab (Rodrigo, da Assessoria Técnica).

O programa em que o mutirão está alocado não permitiu que todas as necessidades técnicas obrigatórias da obra fossem cumpridas nos editais da obra, o que causou uma série de problemas quase insolúveis para que obra pudesse ter um fim. Neste caso, o mutirão explode e escancara esta questão dessa burocratização

exacerbada, que veio com a criminalização dos mutirões na gestão Maluf e uma série de mudanças na legislação para este tipo de obra.

HAROCHE (2008) ajuda a organizar esta contradição. Ao trabalhar com autores da escola de Frankfurt, como Simmel e outras importantes referências contemporâneas, como Sennet mostra como os sentimentos formam-se na contemporaneidade: há uma atenção que vai se construindo em relação aos indivíduos, mas uma atenção baseada em desatenção anterior e insuperável na formação de um Estado Democrático. O indivíduo acaba por se contentar com uma atenção superficial que vem das políticas sociais, mas com graves consequências nas formações subjetivas, na capacidade de olhar, de julgar (como diria Hannah Arendt).

O indivíduo, situado no centro das preocupações sociais e políticas, recebe hoje mais e mais atenção. A qualidade e a onipresença dessa atenção superficial, formal e fragmentária tende, no entanto, a despojá-lo da capacidade psíquica de olhar. Ele é continuamente constrangido a olhar e, ao mesmo tempo, despossuído da capacidade de olhar; a atenção exclusiva e incessante direcionada às dimensões visíveis comporta uma dimensão alienante, reificadora, que pode levar à desatenção criminosa, negadora do indivíduo, da pessoa e da subjetividade (HAROCHE, 2008, p. 145).

A cada detalhe observado por essa relação estabelecida pela Cohab com este mutirão mostram-se as dificuldades em fazer novas práticas funcionarem de forma efetiva. A obra estava com um déficit de gastos injustificados de 10% no dispêndio de R\$ 24 milhões no final de 2010, e o assessor técnico enfatizou como este número é pequeno nessa administração totalmente amadora da obra. Com os controles muito rigorosos dos órgãos do Estado, a obra é muita mais cercada por fiscalizações e controles, que as construtoras não precisam sofrer e cumprir da mesma forma. Não há assessoria jurídica, não há assessoria de contratos; tudo é feito de forma amadora, inclusive as formas de contratação da assessoria técnica. Nesta medida, os controles mostram que há, por princípio, certa criminalização dos movimentos para a gestão deste dinheiro disposto para a obra, porque sempre são necessários três orçamentos para contratação de serviços e aquisição de materiais. Essa lógica faz funcionar o programa de construção por mutirão; não há nenhuma disposição para que a lógica seja

distinta, o que inviabiliza resultados mais democráticos das relações estabelecidas pela obra para os futuros moradores.

Em 2010, um funcionário da Cohab ficou encarregado de acompanhar a obra. O fato de que isso ocorreu por pressão da assessoria técnica e da associação do mutirão, para que a obra acabasse, nos dá a dimensão dessas dificuldades. O funcionário foi recebido com o preceito de observar o que se poderia ser feito para melhorar processos da obra, mas logo começou a cobrar aspectos que estariam errados; o arquiteto então o chamou, para que juntos solucionassem os problemas apontados. Logo, o funcionário pôs-se a aparecer nos dias em que o arquiteto não estava, e a parceria não conseguiu se efetivar: de fato, ele não estava interessado em resolver os problemas em conjunto com a associação; parecia mais fácil apontar os problemas e cobrar soluções do que buscá-las conjuntamente.

Também é preciso ressaltar que a forma como os contratos são realizados, de forma amadora e sem articulação com outras associações, torna o processo ainda mais complicado. Não há, por exemplo, um banco de empresas que trabalham com mutirões, a Cohab não faz este tipo de sistematização. Assim, a cada novo contrato há grande risco de que os trabalhos ou materiais não sejam de boa qualidade, porque em geral são contratados pelo menor preço possível, o que gera, muitas vezes, a necessidade de refazer trabalhos, com prejuízos enormes ao andamento e aos recursos da obra.

2.1. A casa própria exige sacrifícios

Perceber como os moradores vivenciam a cidade a partir da experiência do mutirão nos faz seguir alguns contornos da cidade moderna que sugerem vias de como, contemporaneamente, podemos lidar com os processos intensos de transformação social.

A cidade, desde sua origem, é a “expressão mais acabada” para as suas civilizações correspondentes, diz RONCAYOLO (1988). Há diversas leituras de uma mesma cidade que a multiplicam em diferentes e desiguais refrações do que ela se constitui para os mais diferentes grupos e também para cada sujeito, para cada morador. São Paulo se expressa em suas desigualdades mais gritantes, percebidas por todos das mais diferentes formas. Os moradores das áreas periféricas pobres percebem seu “direito à cidade” de formas absolutamente distintas das formas de quem habita áreas plenas de equipamentos urbanos. Se a segurança, os equipamentos urbanos de melhor qualidade e a beleza são destinados só para alguns — e isso é explícito para quem circula pela cidade nos trajetos para o trabalho —, isso significa que usufruir, fruir a cidade não é para todos da mesma maneira.

GONÇALVES FILHO (2007) mostra, através de relatos de um grupo da Vila Joanisa, na periferia de São Paulo — onde realizou pesquisa por anos — que muitos moradores desenvolvem um sentimento de não ter direito a ter direitos, bem como de impossibilidade de poder fruir a cidade. Para eles, é como se não houvesse esse direito ao acesso do que a cidade oferece aos outros; disso resulta uma angústia que se projeta a cada novo evento em que esteja envolvida alguma possibilidade de se aproveitar a cidade para além do habitual. Ocorre então uma interdição de se apropriar

como experiência de algo novo, criativo. Para o autor, essa impossibilidade representa um comprometimento desses sujeitos que não podem experimentar o prazer sem um “gosto amargo”, como se algo tivesse se perdido, e em alguns casos esse prazer é inacessível. Expressam, nesta medida, experiências de humilhação social que comprometem essa relação com a cidade e com outras sociabilidades.

Na experiência do mutirão, para muitos, a participação é algo que não abre novos espaços de criatividade, de democracia ou maior ativismo no fazer da cidade, elementos que podem mudar os sujeitos de formas mais duradouras e que vão para além da obra. A vivência deficitária na cidade os aparta de uma integração social e, por conseguinte, os interdita a experimentar de forma positiva a autogestão na obra. Para outros, essa experiência em si é de fato muito rica, mas essa denegação de reconhecimento pode aparecer em outros campos da vida, como no acesso ao mundo do trabalho, também de forma angustiante — como veremos a seguir, no caso de Rosa, que gostaria de ter uma inserção diferente no mercado de trabalho, mas isso não parece estar a seu alcance.

Pensando nesta questão de forma mais abrangente, podemos caracterizar as políticas de habitação, assim como outras políticas sociais, muitas vezes como constituídas numa chave já travada para sujeitos que não podem experimentar novas formas de interação com outros sujeitos e com a cidade. Os *sujeitos assujeitados* a essa experiência são esses a quem o Estado e a cidade não oferecem alternativa.

Os indivíduos fizeram essa escolha anos atrás, quando se decidiram por essa forma de participação para conquistar a casa própria e hoje não se permitem modificá-la: o longo tempo de obra acaba amarrando os participantes ao processo do mutirão até o final (que ainda parece distante). Como Rosa, perto de 40 anos, que trabalha como empregada doméstica, mas gostaria de trabalhar com desenho de interiores, já que possui formação nesta área e trabalhou com isso antes de vir para São Paulo. Diz que sofre um preconceito enorme por ser doméstica e acredita ser muito difícil conseguir trabalhar nesta outra área em que tem formação técnica. Para ela, esta experiência em um trabalho de menor prestígio social torna suas outras qualidades e qualificações para o mercado de trabalho envoltas em grande invisibilidade social. A marca material do registro na carteira de trabalho é a mais visível, mas ela se sente marcada também na sua sociabilidade e mobilidade no mercado de trabalho,

percebendo uma mudança de atuação profissional quase como uma impossibilidade. Sua forma dinâmica de trabalho no mutirão mostra uma capacidade de liderança, de condução de um grupo de trabalho através da sua articulação e capacidade de vislumbrar as diferentes situações impostas pelo andamento da obra, tudo isso narrado por ela com grande clareza das suas próprias capacidades de liderar um grupo sem autoritarismo e rebaixamentos sociais. Mas a impossibilidade de novo acesso ao mercado de trabalho expressa, a seu ver, uma falta de reconhecimento social ainda sem perspectiva de recuperação.

E aqui nos deparamos com as contradições inerentes a esse processo de autogestão na construção da casa por mutirão. Em alguma medida, a participação de Rosa é extremamente positiva e poderia ser relevada como exemplo de constituição de espaços de grande autonomia e constituição de sujeitos políticos formados por uma participação no processo de autogestão, mas a sua vida pessoal e profissional ficou totalmente comprometida por seu trabalho na obra. Essa forma de invisibilidade pode ser compreendida como humilhação social. Estas condições de sofrimento são exploradas de forma muito sensível no texto de COSTA, F. B. (2004) e mostram que a relação com o trabalho pode constituir uma dimensão fundamental da vida nesta ligação com a formação das identidades sociais, das experiências que ficam comprometidas e cindidas por esse rebaixamento de expectativas e oportunidades. Isso porque se trata de sofrimentos do corpo e psíquicos, mas também de sofrimento político, como diz GONÇALVES FILHO (no prefácio de COSTA, F. B., 2004).

Ao tratarmos da desigualdade social, é possível que a dominação passe despercebida, mas é fenômeno político por excelência; não é possível tratar deste tema sem fazer referência ao poder, referência que se torna obrigatória e politiza a sua discussão. Igualdade é uma categoria política, diz GONÇALVES FILHO (2007), que supõe a “supressão da dominação”. Em situações de rebaixamento social, há sempre um humilhador e um sujeito que se deixa humilhar; em “experiências de humilhação”, movimentam-se sentimentos passados que não se consegue elaborar de outra maneira: o sujeito não é humilhado por vontade própria, mas porque aprendeu a se portar socialmente de maneira a acreditar que é inferior quando posto em determinadas situações, que lhe são certamente angustiantes.

Humilhação social é sofrimento longamente aturado e ruminado. É sofrimento ancestral e repetido. Um sofrimento que, no caso brasileiro e várias gerações atrás, começou por golpes de espoliação e servidão que caíram pesados sobre nativos e africanos, depois sobre imigrantes baixo-assalariados. Alcançou roceiros, mineiros ou operários, também uma multidão de pequenos servidores, subempregados e desempregados (GONÇALVES FILHO, 2007, p. 6).

A partir da análise desta relação conflituosa dos diferentes trabalhos realizados por esses mutirantes, perguntamos: como atores eminentemente políticos, ou com uma ação de alguma maneira política, podem ter chegado a essa situação de invisibilidade social? Como o mutirão se transformou nesse processo tão penoso, com um trabalho tão pouco representativo?

Os mutirantes mais ativos nunca poderão aceitar esta pouca representatividade do trabalho de mutirão, porque estão lá há anos, trabalhando, cansando-se, privando-se do convívio familiar. Mas sem dúvida há uma experiência comum de opressão, de submissão a um processo que pode ser traduzido no sentimento de inevitabilidade.

Para Rosa, o trabalho em si, na casa de uma família, e sua convivência por lá — o cotidiano, enfim — não é ruim; ela diz que ganha um salário bom, consegue pagar suas contas e ajudar o filho. Mas há de fato um problema no modo de recepção social deste trabalho: não há nenhum reconhecimento social, o trabalho é visto de forma depreciativa e isso a fere. Isso porque, entre outras coisas, como lembra GONÇALVES FILHO (ainda no prefácio de COSTA, F. B., 2004), na nossa sociedade reservamos aos pobres as atividades de trabalhos simplificados e devemos sempre nos ater ao fato de que quem participa de um mutirão vive este trabalho de exceção. Para ela, a consequência deste processo, com a sua participação no mutirão, faz com que todos os seus fins de semana sejam tomados pelo trabalho na obra, e ela abriu mão de morar com seu filho. O envolvimento no mutirão a afastou de seu então marido, o pai de seu filho, que não a apoiava e não se interessava por esta experiência, o que fez com que a relação conjugal se desgastasse, e a partir disso viesse a separação. Com um filho pequeno para criar e seus múltiplos trabalhos, a criança acabou indo morar com o pai. Os longos anos de obra são de fato implacáveis: todos os sonhos e expectativas

profissionais também estão estacionados, esperando um desfecho, enquanto os anos passam. Sem dúvida, isso cria uma sensação de inadequação para ela, em um emprego que não lhe permite alimentar sonhos de crescimento profissional; ela sente a idade, a impossibilidade de conviver com seu filho mais de perto.

Agora que meu filho vinha morar comigo eu arrumo um emprego a noite? A melhor coisa é minha mãe vir morar comigo, aí ficamos todos juntos. Aí meu filho vem morar comigo. É melhor, né? Vou ficar perto da minha mãe e do meu filho. Ele sente. Quando tem alguma festa, alguma coisa da escola ele nem me chama: - Não vai chamar sua mãe, Gabriel? Nem vou chamar minha mãe ela vai estar no mutirão, né? Não adianta chamar que ela vai falar que vai estar no mutirão. Tem um monte faltas que tem que pagar, não dá para ficar faltando. A avó paterna faz tudo, mas não é aquela vó carinhosa, muito pelo contrário, é tudo na gritaria. Eu vejo que ele está crescendo revoltado.

E assim mantém a experiência do mutirão resguardada pela convicção de que ter a casa própria é umas das grandes conquistas que poderá usufruir com seu filho. Com um filho já crescido e com a sua preocupação com a educação que lhe é dada por outra família, ela afirma que os hábitos da criança, diferentes do que gostaria de lhe ter passado, mostram as consequências das suas escolhas.

As soluções habitacionais passam por esses sacrifícios, porque não há muitas alternativas, mas se apresentam de forma rebaixada para quem tem uma renda inferior a três salários mínimos. Os mutirantes que ganham mais do que isso repensam esta solução como uma escolha que poderia ter sido diferente; quem tem uma renda menor não vê o processo do mesmo modo e ainda credita ao mutirão qualidades de acesso à única possibilidade da casa própria. As diferenças aparecem na forma de estruturar a participação no mutirão.

No Recanto da Felicidade, tendemos a ver este processo como um caso de invisibilidade: a Cohab segue a burocracia “normal” para tocar a obra e fazer

lentamente seus aditamentos financeiros; com isso, os mutirantes seguem um regime de trabalho pelo tempo que durar este cabo de guerra em que os dois lados puxam a corda para ver quem vence.

De forma melancólica, CARVALHO (2004) afirmou, há mais de cinco anos, que este mutirão permanece em atividade por tradição, e os mutirantes continuam lá, seguindo a “tradição” de serem invisíveis, neste exercício de opressão.

Tome-se o caso de dona Maria, uma das “véias” do mutirão, uma senhora de mais de 70 anos, que não pôde fazer a inscrição no programa de mutirão porque sua idade, já naquela época, não permitia, sendo então sua filha a fazer a inscrição por ela. Não havia como saber que o processo seria tão longo, e essa imprevisibilidade reconfigura as relações sociais a todo o momento. Mesmo numa idade já contabilizada, já mediada pela morte social,²⁹ foi possível para dona Maria entregar-se ao mutirão, embora a passagem do tempo escancare suas grandes dificuldades neste processo de invisibilidade social. A moradia precária, em favela próxima à obra, mostra a necessidade de um espaço maior, mais estruturado para a convivência de uma família grande. Dona Maria fala da sua falta de paciência com os netos nas visitas à casa (com seus diversos moradores e seus problemas, com todos sempre espremidos e apertados pelo pouco espaço de convivência); as visitas dos parentes já não cabem em sua pequena casa e na sua vida cansada, mas ela segue trabalhando na creche, cuidando das crianças dos mutirantes.

Com marido e filhos, dona Maria veio do Nordeste para São Paulo em busca de condição mais razoável de trabalho e aqui teve mais outras crianças (dez ao todo, com os quatro que perdeu). A situação de moradia sempre foi de precariedade extrema, mesmo antes que o marido a deixasse por conta da bebida. Hoje mora com três filhos (um com necessidades especiais), numa moradia de três cômodos, muito acanhada para todos. Dona Maria tem muita dificuldade em escutar e fala bem baixinho. Vai contando das crianças que viu crescer na obra, muitas das quais hoje já são adolescentes.

²⁹ Termos empregados por GORZ (2009), ao falar do envelhecimento como destino social.

2.2. A construção social do corpo para o trabalho

As dores do corpo provocadas pela obra marcam a todos. Todos as sentem, mas são sentidas de formas distintas: para alguns, são absolutamente suportáveis, mas para outros se tornam insuportáveis e motivo de afastamento das atividades pesadas da obra. Em algumas situações, podemos analisar essas dores com suas diferenças individuais das relações com o processo que se esgarça ou que se modifica. Assim, algumas experiências nos marcam neste sentido, quando as dores podem se tornar sinais de adoecimento. Não há como julgar o que cada um apresenta como seu limite físico frente ao trabalho pesado da obra, cada um elabora suas dores de acordo com as circunstâncias de suas construções sociais que podem se fazer representar nas experiências corporais e que, para alguns, torna o trabalho pesado na obra impossível. Claramente, temos diferenças de gênero que marcam os sentidos produzidos: na maioria, os homens participantes não estão afastados das atividades pesadas, e, claro, há uma carga de trabalho que os homens suportam muito mais, havendo diferenças de gênero bastante marcadas nesta construção social do corpo.

Nesses outros circuitos de atribuição de sentido para a construção do sujeito — um dos quais passa por essa elaboração corporal — o trabalho da obra para alguns mutirantes em alguns momentos pode tornar-se impossível, e isso pode vir caracterizado como um sinal de adoecimento. Mas também podemos pensar nas circunstâncias sociais que modificam esta percepção do corpo e da dor e conseqüentemente sua elaboração.³⁰ Os sentidos produzidos a partir da dor e da experiência da dor são processos individuais, mas também de interação com a coletividade.

Um aspecto interessante a ser ressaltado: na chegada ao mutirão, para começar as entrevistas, as pessoas selecionadas pela coordenação eram todas doentes e afastadas do trabalho mais pesado da obra. Eram certamente as pessoas mais

³⁰ COSTA, J. F. (2004) separa o *self* em um “eu mental” e um “eu físico”, categorias que ajudam a elaborar como o corpo sente dores e como o adoecimento deste corpo pode vir também deste “eu mental” que vai apresentar limites psiquicamente formados, mandando uma mensagem corporal de adoecimento.

disponíveis para conversar, sem atrapalhar o andamento dos trabalhos, o que nos causou uma sensação muito forte da situação de exceção que ali se estava produzindo. Uma *vida nua* que se mostrava sem qualquer constrangimento: as doenças do corpo e psíquicas impossibilitam o trabalho e retiram de certa maneira uma experiência de convivência, porque há um afastamento que ocorre com múltiplas significações, o que FOUCAULT (1984b) trabalha magistralmente em relação aos padrões de normalidade que compartilhamos nas situações sociais; tais padrões são construídos socialmente, e a reconstrução da história de alguns desses padrões, feita pelo autor, nos mostra como os sujeitos os recebem, os incorporam como sentidos que muitas vezes se encontram inscritos no corpo. Algumas dessas impressões iniciais da chegada ao campo foram amenizadas mais tarde nas entrevistas com mutirantes ativos, porque há, sim, uma experiência societária se produzindo ali, com todas as dificuldades do processo, com todas as ressalvas, e essa participação qualifica as pessoas para uma inserção distinta na cidade. WEBER, F. (2009), na sua pesquisa em um bairro operário na França, vai mostrando que o trabalho profissional e as atividades feitas em casa têm lógicas distintas por suas distâncias estabelecidas nas práticas cotidianas.³¹ A autora queria descobrir as coerências de um sistema de práticas operárias e se haveria correlação entre as posições sociais de dentro e de fora da fábrica. Os trabalhos autônomos, realizados pelos operários fora do horário de trabalho, são atividades com uma dedicação maior e não é por prazer de se trabalhar, diz um operário que ajudou a autora na investigação, mas porque, quando se trabalha para um patrão, há tendência a se dedicar menos, diz outro operário. Há nessas relações de trabalho contradições entre

³¹ O trabalho de WEBER, F. (2009) estabelece como tema de pesquisa os diferentes trabalhos (o trabalho e o “trabalho fora do trabalho”, título de seu livro) e as articulações construídas pelos indivíduos, pelas representações simbólicas do trabalho do outro e as interferências nas representações dos próprios trabalhos, constituindo, assim, um campo tenso de relações sociais. A etnografia das percepções empreendida pela autora mostrou caminhos interessantes como possibilidades de análise de elementos presentes nas constituições simbólicas destes atores investigados, mas que não estão imediatamente correlacionados. Com um trabalho de investigação e de descrição, podemos nos aproximar desses sujeitos para uma compreensão de como este campo se forma e se reformula com o tempo, ou a todo o momento, dependendo das relações cotidianas que compõem estas redes de significados buscadas pela necessidade de obter um sentimento de pertencimento.

uma visão ética de como o trabalho deveria ser executado pelos outros e o próprio modo de execução e os limites do que se pode suportar deste trabalho.

No mutirão, os padrões de como se deve trabalhar foram forjados no dia a dia da obra, em conjunto com práticas e padrões antes construídos e vindos de outras experiências. E há uma correspondência que pudemos notar com o trabalho remunerado e, portanto, uma ligação entre padrões do mercado de trabalho que invadem e se estabelecem como cobrança de como esse trabalho na obra deveria ser executado. Em muitos momentos, cobram-se formas de participação (e isso se dá, em grande medida, em relação ao trabalho na obra), e isso ocorre dessa maneira mesmo em situações de penalização — como quando o outro está doente —, porque a construção social desta doença vai ser necessariamente elaborada (e julgada) também pelo outro.

Três casos em particular me chamaram a atenção, e os três localizados nos trabalhos na biblioteca comunitária, local que se reservou para mulheres com problemas de saúde que precisaram se afastar da obra. Vamos nos concentrar no caso da jovem socióloga Cláudia, que está na biblioteca por causa de um problema na coluna. Outras duas mulheres gravemente doentes trabalham ali: Carolina, com sério problema no coração, perto dos 35 anos, e outra mulher, com problema psiquiátrico seríssimo e socialmente muito retraída, a ponto de não conseguir dizer o próprio nome.

No caso de Cláudia, a reconfiguração de sua participação no mutirão veio com a “aceitação” de uma doença na coluna. Mas para ela certamente houve reconstrução de sua participação e afastamento dos trabalhos pesados da obra, e, de certa forma, podemos construir essa relação entre uma ascensão social conquistada por seu diploma universitário e esse afastamento. Há, neste processo, um modo de resistir, como lembra Foucault (1984a), essa inscrição no corpo de um poder que obriga a esta submissão ao trabalho sem tréguas. É possível que sua nova profissão de professora de Sociologia tenha colaborado fortemente para este afastamento do trabalho ativo da obra. Com as radiografias apontando problemas lombares, ela decidiu que não queria mais continuar se machucando. Sua atividade, desde então, concentra-se no trabalho de organização da biblioteca.

O sentido desse trabalho na obra para Cláudia mudou neste processo: ao entrar bem jovem no mutirão, acreditava que em pouco tempo teria sua casa

construída, da mesma maneira que parentes próximos haviam conseguido a casa própria; mas a demora desse processo trouxe muitas reconfigurações nos seus papéis sociais, tanto profissionais quanto da própria participação no mutirão. A socióloga — como é conhecida na obra — ficou desiludida com o processo e espera a obra terminar para decidir o destino de sua família (seus pais e seu filho, com quem mora), para então decidir se vendem a casa que habitam, para ir morar no apartamento construído no mutirão em um bairro distante e desconhecido para todos, mas podendo assim comprar uma casa no litoral: o sonho da família. A menina que entrou jovenzinha no programa, porque viu a solução do mutirão funcionar para seus pais e tios, arrepende-se de suas próprias escolhas, pois passou a juventude toda ali dentro. Mas se sentiu impelida a permanecer, para fazer valer os anos em que já tinha permanecido trabalhando (aliás, experiência comum a todos os mutirantes).

Sua boa inserção no mercado de trabalho deu-se pela qualificação universitária que lhe possibilitou dar aulas de Sociologia na rede de ensino estadual e ficar mais tempo com seu filho pequeno, trabalhando na obra apenas um dia por semana, o que a obriga a pagar sua falta semanal em dinheiro (o que ocorre porque sua condição financeira permite esse tipo de pagamento). Na biblioteca comunitária, com o tempo, as atividades perderam a empolgação inicial, e caminha-se a passos lentos para uma organização mínima de livros recebidos em doações. Claudia tampouco consegue se comprometer com as outras atividades promovidas pela associação. Resistir foi também um processo de afastamento.

O modo como cada um dos mutirantes incorporou a obra em seu cotidiano mostra uma construção social do corpo que se volta completamente para o trabalho. Certamente, houve um período de adaptação, de fazer o corpo acostumar-se com a falta de descanso das folgas semanais, que deixaram de existir ao começar o trabalho na obra — onde o processo de se acostumar com os gestos do trabalho, com o ritmo de vida da participação do mutirão é uma experiência também corporal. Para as mulheres, essa experiência é ainda mais marcante, porque o trabalho pesado da obra não fazia parte dos escopos de sentido produzidos para o corpo: o corpo feminino não é

socialmente preparado para um trabalho que exige força, resistência física e falta de descanso.³²

Muitas dessas mulheres ainda passaram por gravidezes durante a obra, mas Linda adiou a sua, sempre esperando o ano seguinte, acreditando que não estaria mais neste trabalho da obra — mesmo dizendo que iria engravidar e continuar trabalhando no mutirão com o mesmo tipo de participação, contra a vontade do marido, que gostaria que ela não fizesse trabalho pesado durante uma possível gravidez. Ela não engravidou e continua a trabalhar numa posição de liderança de grupos de trabalho na obra, subindo e descendo as escadas dos prédios sem cessar nos dias de mutirão. Ela reclama do cansaço e do “corpo mole” das pessoas que não dão todo o seu potencial de trabalho para o mutirão. O “corpo mole” é sempre visto no outro como uma falta, como o que causa atraso no andamento da obra, mas é sem dúvida também uma possível proteção, de que muitos se utilizam para lidar com os limites do corpo.

As pessoas vêm para cá já cansadas da semana toda e sabem que não é uma empresa e relaxam um pouquinho. Aqui é diferente, o trabalho é mais pesado. Se eu fico em casa a semana toda, eu trabalho aqui numa boa. Mas se eu trabalhei a semana toda eu não vou me matar aqui. Carregar concreto, carregar massa..., já teve épocas piores aqui, encher laje, você não consegue nem torcer um pano depois de dor (Rosa).

Os *dispositivos*, como mostra FOUCAULT (1984a) e também na apropriação do termo por AGAMBEN (2009) para problematizar a política contemporânea nos mecanismos de reprodução e criação de novas instâncias de poder, ficam inscritos também nas referências corporais; a própria materialidade do poder se inscreve no corpo social, acrescenta o primeiro daqueles autores. Os mutirantes incorporam em suas referências corporais esse trabalho fora do trabalho, esse sobretrabalho, exigido para essa busca da casa própria.

Há uma questão, absolutamente invisível para o Estado, de regulação do estatuto da obra e das relações de trabalho mutirante no interior desta. Embora a obra

³² Como nas descrições que AUDOIN-ROUZEAU (2008) faz da preparação dos corpos dos homens para a guerra.

tenha financiamento público, não estão preservados os direitos de afastamento por acidentes ou adoecimentos do trabalho, por exemplo. Quem sofre um acidente na obra ou adoece, ainda assim tem que continuar cumprindo os regulamentos da associação, de presença ou pagamento das faltas.³³

E, assim, lembramo-nos da história de Mário, que passou por um problema de saúde muito sério: quase teve a perna amputada e ficou internado no hospital 23 dias. Sua mulher mantinha suas atividades profissionais e os cuidados com ele, e não cobriu suas faltas; quando voltou a se preocupar com as coisas do mutirão, deu-se conta de que teria que pagar essas faltas e já estava com quase mil reais de débitos com a associação. Não há instância jurídica e financeira que lhe traga uma reparação; o trabalho ganhou um caráter privado. Os pagamentos vão para o fundo de obra, que cobre os melhoramentos escolhidos pela coletividade, mas sem um seguro para esses acidentes. Mário, mesmo com todo este sacrifício, ainda mantém a “fé” no mutirão como saída para ter sua casa própria, sem arrependimentos. Continua trabalhando na obra; o corpo se recompôs e logo estava pronto para o trabalho novamente. Ele já está morando em um apartamento da primeira fase do mutirão e a saída do regime de aluguel, para ele, melhorou muito sua condição financeira. O corpo de Mário continua talhado para o trabalho.

O mutirão expõe uma face desse trabalho: sua *invisibilização*. O trabalho não é contabilizado de nenhuma maneira, em um processo de privatização do seu estatuto. Isso reflete a impossibilidade de se discutir publicamente essa esfera das necessidades. O que antes era reivindicação de movimentos sociais torna-se expressão da “desresponsabilização do Estado” frente ao desmanche das políticas públicas e dos direitos sociais que ocorreu nos anos 1990.

³³ “O círculo de não-reconhecimento do caráter contratual e contabilizável do trabalho de mutirão se completa no contrato individual de financiamento que, em nenhuma cláusula, traz qualquer referência ao trabalho dos mutirantes na obra, nem mesmo no pagamento das parcelas do financiamento. Este trabalho também não pode ser transformado inteiramente (a não ser como diminuição de custos) em compensação financeira com a diminuição dos valores pagos pelas famílias dos mutirantes-moradores” (BERGAMIN; RIZEK e BARROS, 2003, p. 38). Aqui se trata do caso específico de um mutirão em Diadema que expressa a situação e o estatuto do trabalho mutirante de forma geral.

As práticas e experiências de autonomia e de solidarismo dos movimentos sociais encontram, depois de duas décadas, sua face perversa e seu avesso. Os projetos sociais financiados pelo Estado e programas comunitários de todos os tipos para populações em situação de risco são saudadas e premiadas (simbolicamente e também financeiramente), sem que a crítica a este processo de anulação da política encontre lugar entre os próprios sujeitos (movimentos sociais, suas assessorias, parte da Igreja comprometida com esses movimentos, partidos de esquerda e mesmo intelectuais) para sua expressão. Este conjunto de práticas diante da miséria, carências e necessidades da população trabalhadora se justifica e se dramatiza, mas tem como preço a impossibilidade da emergência legítima de conflitos no interior das próprias experiências em curso e a impossibilidade de configurações de uma cena pública na qual a esfera das necessidades possa ser discutida como algo que diga respeito ao conjunto da sociedade e ao conjunto da esfera da política (BERGAMIN; RIZEK; e BARROS, 2003, p. 40-41).

Os mutirantes não conseguem construir canais que possam resolver os impasses surgidos na institucionalização do programa público de mutirão. O estatuto privado do trabalho está expresso em todas as histórias de sofrimentos que são individualizados nesse processo em que não há referências para uma discussão pública do significado da pobreza, e podemos observar uma nulidade pública do uso do tempo, nos termos de BESSIN (2006).

2.3. Cidade, temporalidades e dominação

O tempo pode ser considerado uma das grandes instâncias que regem a vida nas cidades modernas. O modo como um sujeito se relaciona com a cidade, com sua sociabilidade, vai sendo construído a partir de padrões de uso do tempo coerentes com esta aceleração que o mundo do trabalho confere e que tende, em grande medida, a se tornar preponderante sobre as outras temporalidades. Os usos do tempo estabelecem formas de dominação — mal percebidas desta maneira por quem está submetido a trabalhos extenuantes, mas necessários para a sobrevivência ou para a conquista da casa própria, como no caso investigado —, e esses usos acabam naturalizados pelas práticas cotidianas de trabalho.

O tempo é uma categoria de percepção do mundo que nos conecta aos eventos na forma de uma organização temporal. Isso mostra que, com o passar das gerações, nossas experiências nos ensinam modos de nos relacionarmos. Há uma acumulação progressiva no modo de uso do tempo, neste registro que foi sendo construído no *processo civilizador*, diz ELIAS (1998). O tempo social precisa ser sincronizado ao tempo físico, pois houve uma separação entre natureza e sociedade, decorrente das separações dos próprios campos científicos. Uma sociologia do tempo pode remontar essas relações, para que possamos observar como o tempo coordena e integra os indivíduos socialmente. Sem dúvida, essa sincronização tem um caráter político; virou papel do Estado regular o tempo do calendário para sincronizar as atividades dos homens.

Os tempos individuais e sociais colocam uma questão eminentemente política. Além de sua função de integração e coordenação, eles têm um uso hierárquico no interior das relações sociais. O senso comum e nossa experiência ordinária do tempo fazem lembrar o laço estreito entre poder e domínio do tempo. A arte de fazer esperar, de convocar, de ditar os programas, de prometer, de fixar um prazo, de agir ou de decidir é parte integrante do exercício do poder e dos conflitos que dele emanam. Viver em um tempo orientado pelos outros é a propriedade mesma da submissão (BESSIN, 2006, p. 1-2).

O mundo do trabalho cria um tempo próprio de realização das atividades a ele ligadas direta ou indiretamente. A duração de tempo da obra do mutirão submete seus participantes, expondo uma dominação, e essas formas de domínio são, de certa forma, anônimas — a dominação se torna presente por este trabalho que tem uma temporalidade própria, mas com essa característica peculiar de ser invisível. Este processo é insidioso, porque essa invisibilidade torna mais difícil algum acesso aos meios de pressão para que as coisas possam andar de forma mais acelerada.

Se pensarmos o tempo como categoria mediadora, podemos apreendê-lo no seu entrelaçamento das relações sociais: na família, nos círculos de sociabilidades, no trabalho e também quando não estamos trabalhando, em momentos de desemprego, nos tempos livres. Como nos dizem ADORNO e HORKHEIMER (1986), a “liberdade organizada é coercitiva”; o processo do esclarecimento pelo qual os homens passam transforma a racionalidade e a liberdade se torna mera promessa de fruir um tempo livre que, no fim, é inexistente. Esse tempo do trabalho, cujo conteúdo é controlado na sociedade de massa, medeia também o tempo livre que, não obstante, deveria atuar como agente restaurador da força de trabalho ao ser destinado ao descanso para que se possa trabalhar melhor no dia seguinte (ADORNO, 2002). Disto resulta a nulidade do tempo livre, se considerado como tempo criativo, que não esteja apropriado pelo capitalismo e seus interesses. O tempo, deste modo, dimensiona as relações de dominação, principalmente nas relações de trabalho. Nesta medida, como diz LUKÁCS (2003), o tempo fica reduzido ao cálculo e perde sua qualidade, sua fluidez e mutabilidade; serve apenas para fixar as precisões quantitativas que a produção deve atingir.

O tempo perde, assim, o seu caráter qualitativo, mutável e fluido: ele se fixa num *continuum* delimitado com precisão, quantitativamente mensurável, pleno de “coisas” quantitativamente mensuráveis (os “trabalhos realizados” pelo trabalhador, reificados, mecanicamente objetivados, minuciosamente separados do conjunto da personalidade humana); torna-se um espaço (LUKÁCS, 2003, p. 205).

A construção da autogestão poderia significar — e em muitos momentos realmente significa — um uso do tempo para si, quebrando uma temporalidade trazida

de fora, com parâmetros de uma abstração do trabalho. Mas, no geral, essas temporalidades se impõem e trazem consequências diferentes para cada gênero. Estamos aqui explicitando uma disputa em relação ao tempo,³⁴ inclusive no debate sobre as potencialidades da autogestão do trabalho no interior dos mutirões.

Estamos tratando de um processo no interior de uma sociedade disciplinar que torna esse tempo mediado, em alguma medida, útil. As instâncias educacionais das sociedades estão voltadas para docilizar os corpos, ou seja, ensinando essa disciplina e interiorizando padrões de sociabilidade que levem o homem a ter um comportamento adequado nos ambientes disciplinares. No processo de aprendizagem escolar e familiar, a disciplina inscreve-se no corpo, e esta adequação é o modo de buscar um pertencimento. Para FOUCAULT (1984a), esse regimento da vida (no trabalho, na escola, etc.) tem se desdobrado no fato de vivermos numa sociedade disciplinar regida pelo uso econômico do tempo, onde se busca aperfeiçoar esse uso com novas tecnologias, tornando-o ao máximo produtivo. Neste sentido, a ação do disciplinamento no corpo é direta, e os homens preparam-se para o trabalho braçal, quando sua posição de classe acaba por assim determinar. A reprodução da vida social e dos padrões de ação social acaba constantemente “vigiada”: como FOUCAULT (1984b) nos mostra em suas análises de *Vigiar e punir*, esse processo ocorre por meio de técnicas internalizadas pelos indivíduos, que nem precisam mais, em alguns casos, de vigilância efetiva para que se consiga a reprodução nos moldes vigentes. Para as mulheres, essa introjeção de padrões do uso do tempo é ainda mais forte, e podemos notar isso em um controle do tempo ditado pela divisão sexual do trabalho: as mulheres empenham-se em tarefas invisíveis para os outros. Nas palavras de BESSIN (2006, p. 3):

As relações de dominação são, portanto, incontornáveis na análise das temporalidades, e as relações sociais de gênero ocupam aí um lugar central. O caráter sexuado dos tempos sociais resulta da divisão sexual do trabalho. O trabalho doméstico e, de modo mais generalizado, as funções

³⁴ Considerando as proposições de Marx sobre a única propriedade dos trabalhadores no capitalismo, a força de trabalho, que constitui assim a única forma de que os trabalhadores, os oprimidos dispõem para participar desta civilização — que valoriza certa construção racional e técnica do progresso, como lembra LÖWY (2005).

reprodutivas, de educação e de socialização das crianças devem ser apreendidas como uma adaptação das mulheres ao tempo de outrem (o cônjuge, as crianças, a escola, as compras...). A disponibilidade permanente é a expressão temporal da relação de serviço que caracteriza este tipo de atividade. O tempo cotidiano do homem pode assim aparecer como linear e contabilizável, na medida em que cabe à mulher gerir a sincronização dos tempos sociais múltiplos e específicos de cada membro da família. Na impossibilidade de sua apreensão em uma perspectiva racional e qualitativa do tempo, o trabalho doméstico parece invisível ao olhar do trabalho profissional. A nulidade pública do tempo das mulheres fica mais evidente em uma cultura mercantil do tempo.

As mulheres administram diferentes temporalidades, na medida em que trabalham em espaços sociais diferentes, muitas vezes intercalando temporalidades distintas nas suas múltiplas jornadas de trabalho. Quando vão trabalhar fora, se ficavam somente em casa, sua ausência torna-se presente pela falta das suas atividades rotineiras. Quando vão participar de novas atividades, como as que vimos no mutirão ou em qualquer grupo de trabalho cooperativo, é comum enfrentarem em casa dificuldades para se ausentar.

Rodrigo, arquiteto responsável técnico da obra, faz uma análise deste trabalho no mutirão e afirma que há um ambiente muito machista que se torna muito ruim pela desqualificação e pela necessidade constante de afirmação deste trabalho feminino na obra. Este processo é muito desgastante: por exemplo, a cada novo membro da equipe de pedreiros contratados que chega, é preciso sempre construir e refazer relações que foram arrançadas nos trabalhos mutirantes e que estabelecem posições sociais para as mulheres diferentes das comumente encontradas em lugares sociais parecidos. Para Rodrigo, as mulheres aguentaram mais situações severas exigidas dos participantes da obra, em contraposição a muitos homens que, ao se sentirem em situações de muito rebaixamento social, acabaram saindo do mutirão — como poderemos observar adiante, com a saída da obra do marido de Melissa. Contudo, as mulheres permanecem, mesmo em situações limite, como adoecimentos severos, avanço da idade, etc.

Parece que a dimensão do sacrifício está realmente presente neste trabalho mutirante para conquista da casa própria. O sacrifício de Sísifo, na metáfora

que OLIVEIRA (1999) usa para responder às relações estabelecidas entre Estado e sociedade civil no Brasil, aparentemente nunca cessa de fazer sentido:

[...] no Brasil, a construção da cidadania e da democracia parecem-se com trabalhos de Sísifo. Os esforços constantes e continuados de toda a espécie, para alcançar patamares mínimos de cidadania e de convívio democrático, esteios da figura insubstituível do Estado de Direito Democrático, são permanentemente destruídos pelo amplo leque dos dominantes, que utilizam, para além dos códigos de sociabilidade anticidadãos e antidemocráticos, o poder estatal de forma implacável (OLIVEIRA, 1999, p. 9).

O sacrifício parece ser uma dimensão necessária deste processo. Para as mulheres presentes no mutirão, configura-se essa não identificação com o trabalho da obra e, de forma geral, a submissão delas ao processo. As mulheres, ao que se anuncia, adaptam-se às agruras da obra mais do que os homens, o que podemos notar como algo que traz indícios de rebaixamento social nas condutas normalizadas, que se tornam, depois, padrão para todos.

Esse tempo excessivamente longo — a obra já entrou em seu oitavo ano de duração — submete todos a um tempo do trabalho que, neste caso, se apresenta sem medida. Uma nova temporalidade foi formada com este mutirão, onde a falta de planejamento da vida se torna evidente.

O processo de construção pode ser visto como um processo de modificação interna e externa ao sujeito: construir a casa, construir um projeto, construir-se como sujeito. Embora esta equação seja truncada por outras referências fundamentais que a vida na cidade traz, o trabalho está lá presente em cada tijolo assentado e, certamente, isso se apresenta como um valor que é revertido em um vínculo forte com a casa. Perguntamos, entretanto, se isso traria um vínculo social maior. A resposta apresenta uma oposição: a casa própria aparece como um valor para todos os mutirantes, e isso os leva ao trabalho do mutirão e os mantém na obra por longos anos; a formação de uma sociabilidade (quase que por obrigação, graças à longa convivência e à partilha deste trabalho) já é outra questão. Há uma idealização nesta noção, como se o trabalho em conjunto, decidido pela autogestão, levasse à construção necessária de um vínculo comunitário. E, sem dúvida, a grande questão relacionada aos

programas de mutirão é a autogestão, sobretudo sua interpretação como grande promotora do desenvolvimento dessas relações comunitárias.³⁵ De fato, nessa conquista de uma participação, a autogestão traz grandes qualidades ao processo, mas precisa vir acompanhada de outros elementos também importantes, para não tornar a experiência estéril.

O trabalho é o presente, como diz LEPETIT (2001). Nas entrevistas no mutirão, o que aparece com muita clareza é o trabalho mutirante, todos os fins de semana, sem descanso, em uma continuidade infinita. O trabalho mutirante é o excepcional da vida, o que um dia vai acabar (pelo menos como promessa), mas que não acaba nunca. O presente então está marcado por uma suspensão: a situação de moradia que não pode ser totalmente ajeitada para os mutirantes que estão aguardando o término da segunda etapa da obra, o que significa dizer que a vida ficou suspensa por este presente de muito trabalho, de muito esforço para conquistar a casa própria, que para todos, unanimemente, é a grande conquista da vida.

O processo apresenta contradições: os próprios atores que dele participam por vezes se tornaram concretizações de forças contrárias ao término da obra, como o Estado e o próprio movimento de moradia. Podemos afirmar que a atuação da Cohab, com sua gestão burocrática, é ineficiente para este tipo de programa de habitação social. O órgão realizou uma gestão desastrosa neste caso, acentuada pelas dificuldades técnicas enfrentadas, como a declividade do terreno, a complexidade de obra tão grande em mutirão com prédios com elevadores, etc. Também podemos observar que o movimento de moradia tem atitudes contraditórias quanto a esta obra em particular. Ao receber as contribuições dos mutirantes, a longevidade da obra parece não incomodar tanto quanto deveria. A própria associação, com formas orgânicas e autoritárias de gestão (ressaltadas em diversas entrevistas), ainda que não deixem de representar esta demanda (este grupo de mutirantes), manteve por longos anos, como ressaltamos, a contratação de um mestre de obra — que também preferia atrasar os trabalhos com sua desorganização e ineficiência para continuar com seu salário.

³⁵ Voltaremos a essa discussão sobre o uso do termo *comunidade* no terceiro capítulo.

Ainda hoje essa excepcionalidade não cessa de dar trabalho aos mutirantes: novas vigílias foram necessárias para conter roubo de material da obra, que andava em ritmo lento por falta de verbas para sua continuidade. A forma encontrada foi manter cinco ou seis mutirantes dormindo no canteiro de obras todos os dias, para que os furtos cessassem, estratégia que se mostrou eficiente para cumprir seu objetivo principal, mas que de novo se mostrava contraditória, já que ficou decidido que os mutirantes seriam liberados em dois dias de trabalho a cada noite dormida nos prédios em construção. O sacrifício de dormir no canteiro, longe de casa, levava um número ainda menor de mutirantes ao trabalho na obra. É mais um caso de invisibilidade, em que a burocracia “normal” da Cohab se opõe, como em um cabo de guerra, ao regime de trabalho dos mutirantes. Mas, claro, já sabemos quem são os perdedores.

Para os mutirantes, a questão da violência fica bem equacionada pelo fato de que os dois conjuntos construídos são murados.³⁶ Todos lembram os primeiros tempos de ocupação, quando o grupo inicial tinha que dormir no terreno, para garantir que a área pública escolhida fosse realmente destinada ao mutirão e para que não ocorresse invasões, principalmente com a expansão das favelas que vinham crescendo no entorno. Além disso, o medo de dormir ali no terreno vinha da violência mais corriqueira, presente nas áreas periféricas da cidade, e a construção do muro significa uma proteção quase meramente simbólica.

Mesmo para os mutirantes que enfrentem problemas intramuros por todos reconhecidos, como o tráfico de drogas ou outros tipos de questões internas, acredita-se que, conhecendo os vizinhos, é possível contornar tais transtornos. Neste sentido, a experiência do mutirão confere uma proximidade comunitária por vezes negada, por vezes celebrada. No conjunto onde os moradores já estão instalados, essa conformação já aparece: a proximidade com vizinhos que partilham a experiência da obra possibilita resolver coletivamente questões do “condomínio” (como um entupimento no esgoto nos

³⁶ Vimos esta solução do cercamento dos conjuntos por grades e muros em diversas experiências na citada pesquisa “Procedimentos Inovadores de Gestão da Produção Habitacional para População de Baixa Renda”, tanto em São Paulo como nas outras cidades investigadas.

prédios já habitados). Mas outras questões de ordem mais violenta são silenciadas; fica o silêncio de quem não pode ou não quer falar sobre o assunto.³⁷ Essa questão atravessa, de fato, todas as experiências do viver na cidade, dissipando formações comunitárias nos moldes anteriores. E como a obra ainda não terminou, há todo um arranjo que a construção por mutirão exige desses personagens, que continua vigente e que, por enquanto, parece continuar entremeando as relações de vizinhança.

2.4. Narrativas femininas e masculinas: viver a cidade, construir a vida

Podemos observar nuances da experiência com o trabalho entre mulheres e homens. As representações simbólicas sobre o trabalho constituem um universo rico de análise que expõe significados revelados na construção dessa teia complexa, a partir de uma abordagem que não perca de vista tais distinções.

O espaço é vivido de forma diferente por homens e mulheres. O trabalho também não é realizado e experienciado da mesma maneira. O modo como se constroem os sentidos de suas trajetórias são absolutamente distintos: o uso do tempo, o lugar da família na construção da carreira ou a produção dos sentidos do trabalho não mobilizam as mesmas significações para mulheres e homens. As abordagens que tratam da divisão sexual do trabalho,³⁸ ao se debruçar sobre este tema, vão constituindo um campo de pesquisa e consolidando certo modo de construir essa realidade: certas características passam despercebidas, se não ativarmos esse olhar atento para o mundo em que desigualdades e hierarquias aparecem em primeiro plano e tendem a se naturalizar nos padrões das nossas sociabilidades.

Assim, ao olharmos para a participação das mulheres em experiências ligadas ao mundo público, elas nos aparecem com um caráter peculiar. As mulheres — e aqui estamos tratando de mulheres que moram na periferia de São Paulo (muitas são

³⁷ Em certa ocasião, pediram-nos para desligar o gravador, ao tratar do problema de tráfico de drogas do filho de um morador do conjunto já pronto, assunto interdito para quase todos.

³⁸ Há autores que fundamentam esse campo de pesquisa, como KERGOAT (1998), HIRATA (2002), BRUSCHINI (2000) e SOUZA-LOBO (1991).

chefes de família) — constroem para si suas experiências mais públicas numa chave de reconhecimento social que leva em conta uma gama bastante grande de relações: sempre que vão realizar uma atividade no mundo público, isso exige uma “negociação” com as instâncias do mundo privado. Para sair para o mundo público, as mulheres precisam gerenciar o que ficou em casa: o cuidado com os filhos, o companheiro, os afazeres domésticos.

Os dois aspectos da vida feminina, reprodutiva e produtiva, se imbricam constantemente. Sempre que existir uma ação qualquer em um desses polos, haverá repercussão de um sobre o outro, dada a articulação viva existente entre as esferas do trabalho e da reprodução (NOGUEIRA, 2009, p. 187).

Há uma relação de imanência da esfera pública e da esfera privada para as mulheres, o que aparece nas entrevistas realizadas; as atribuições de sentido das suas experiências na esfera pública são constituídas a partir de uma relação com a esfera privada — como ponto de partida (e em certa medida de chegada). É interessante notar que, para as mulheres, a carreira profissional, a participação política e a participação em programas sociais ganham sentidos a partir das relações com o mundo privado. E estão, certamente, imbricadas nesta luta por reconhecimento social, ainda que de maneira totalmente diversa do modo como esse reconhecimento se forma para os homens. As mulheres buscam ser reconhecidas por sua participação numa coletividade a partir da sua contribuição efetiva para esta formação, reconhecidas por seu trabalho cuidadoso (embora possam estar afastadas das atividades principais) e por seu esforço em estar ali. Para os homens, o reconhecimento parece precisar vir de seu desempenho “extraordinário” nas atividades, em como ajudaram a formar novos grupos de trabalho ou são importantes para a formação e manutenção da coesão do grupo.

Dois dos nossos entrevistados homens são autônomos, e a representação sobre o seu próprio trabalho se constitui por uma autorreferência positiva, como se o elogio precisasse vir deles próprios, porque, caso contrário, não viria de outro “lugar”.

Eu me dou bem com todo mundo. Sei conversar com as pessoas, sei respeitar. Não adianta passar a mão em você e por trás não ser honesto. Pode perguntar aqui no mutirão, para os arquitetos, não tem um que reclama de mim, todos gostam de mim (Mário).

Nesta medida, parece-nos que os espaços de trabalho formal continuam dando parâmetros, mesmo para quem não lhes pertence; quem trabalha por conta própria não tem outra fonte de reconhecimento além de seu próprio discurso, veículo que então deve realizar esta positivação da sua trajetória profissional. Isso é muito interessante, porque não ocorre para as mulheres fazer elogios ao seu próprio trabalho desta forma explícita: mesmo lideranças ou mulheres que assumiram no mutirão funções de “comando” da obra não apresentam discursivamente uma positivação do seu trabalho nesta chave. A positividade aparece na oportunidade de participar de um mundo público, o que significa um adensamento de contatos com grande número de pessoas que modifica suas referências sobre o mundo e traz novas possibilidades para suas trajetórias individuais. Poder ajudar os outros e ajudar a sua família a conquistar a casa própria, por meio do mutirão, já é um elemento que confere reconhecimento para elas. Para os homens, isso seria uma obrigação, e a transformação desta participação em reconhecimento precisa de outras características vindas da sua relação com o mundo público.

O reconhecimento social, segundo HONNETH (2003), pode ser compreendido numa perspectiva de luta social, na medida em que há para os sujeitos uma denegação (de amor, de direitos, de solidariedade) em algumas das esferas que formam uma identidade social completa. O reconhecimento social é o grande motor para a luta pela reparação dessas injustiças, tendo suas motivações nas dimensões intersubjetivas e fazendo parte de uma busca para a completude do sujeito social. Para este autor, há três esferas de reconhecimento que podem levar os sujeitos a participar de um movimento social como forma de reparação de injustiças: a esfera emotiva, que promove o desenvolvimento da autoconfiança; a esfera dos direitos, que desenvolve o autorrespeito; e a esfera social, que desenvolve a autoestima. A teoria de HONNETH sobre o reconhecimento social ajuda a articular, na análise desse tipo de participação, elementos fundamentais mobilizados nas práticas dos movimentos sociais, mas também das lutas individuais, para que sua participação possa caracterizar este processo com ganhos simbólicos para uma ressignificação da vida e das formas de viver na cidade.

Para muitas mulheres, o reconhecimento social pode chegar com a saída para o mundo público, por necessidade de trabalho, ou para ir em busca da casa própria. Mas, mesmo com motivos contundentes, muitas vezes há toda uma negociação com o parceiro, com os filhos (enfim, consigo mesma), para realizar uma transformação nos papéis de gênero que já havia determinado para si. A família negocia a ausência feminina, e isso faz parte do processo da sua participação em qualquer atividade, tanto na luta em movimentos sociais quanto na sua ida ao mundo do trabalho. Este se torna, então, um canal fundamental de transformações dos horizontes sociais de muitas dessas mulheres; no espaço da casa não há lugar para uma experiência de vivenciar a cidade, a casa é o espaço da privacidade. ARENDT (1995) afirma que, na esfera privada, as palavras e sua audição não constroem nada duradouro para o mundo, ao contrário do que pode acontecer numa experiência pública. É no mundo público que podemos realizar experiências virtuosas — no mundo privado do lar, não há possibilidade de se exercer a política, que necessita desta experiência para fora. As experiências participativas, nesta medida, ganham significado enriquecedor para as mulheres, e os contextos em que as experiências estão inseridas são fundamentais para consolidar sua constituição. Mas, para isso, é preciso, em alguma medida, que sejam experiências partilhadas com os companheiros ou familiares.

Foi o caso já comentado de Rosa, que desfez seu casamento porque sua experiência pública de participação do mutirão não pôde ser partilhada pelo marido. Essa negociação interna precisa passar pelo reconhecimento dessa experiência como algo a ser valorado, porque, se isso não acontecer, um sentimento de solidão é vivido com um sabor amargo, como veremos a seguir no relato de Melissa.

Na liderança da obra tem pessoas que já gritam, não tem paciência. É o que eu falo: aqui não é uma empresa, como é que eu vou gritar com você? Todo mundo fala: - É que a Rosa é boazinha, eu quero ficar com a Rosa. É que eu peço e eles fazem. Lógico que tem alguns que se escondem e não fazem, mas pedindo eles fazem, no geral. Não é na gritaria que você vai conseguir. Tem que ter paciência, ter jogo de cintura (Rosa).

CABANES (2004), em suas reflexões sobre as relações de alguns de seus personagens de pesquisa com os programas sociais dos quais fizeram parte em

São Paulo, fala sobre a inserção no mercado de trabalho como forte vinculador dos sujeitos à sociedade. A sociedade, por não garantir proteção social a todos, acaba distanciando os moradores (desempregados, subempregados, precarizados) das ações possíveis no espaço público para a constituição dos direitos sociais. E o campo empírico investigado pode fornecer este reconhecimento, por encontrar terreno fértil nos seus participantes que precisam (re)fazer estas ligações sociais. Para as mulheres, estas ligações se fazem rapidamente, mas também podem se desfazer com a mesma facilidade: com a pouca experiência no mercado de trabalho e em participação em movimentos sociais, esses sentidos produzidos precisam ganhar um “lugar” de existência, para não se desfazerem logo que as dificuldades comecem ou que o processo termine.

Mulheres e homens também buscam uma realização profissional que pode ir além de razões puramente econômicas. Embora essas razões econômicas sejam determinantes para a estruturação da vida, são também outros elementos que garantem os sustentáculos para a formação de autoestima: a luta (simbólica) pelo reconhecimento implica uma dimensão de realizações no mundo público, ainda que, para as mulheres, isso em geral se dê nessa relação com o mundo privado. Também podemos ressaltar a negligência com que essa forma de vínculo do trabalho tem sido tratada pelo Estado e pelos sucessivos governos, negligência que desaguou na corrosão dos padrões de sociabilidade, que os compromete e os torna mais difíceis.

Para muitas das mulheres que têm uma participação mais ativa na obra e na coordenação, a vida pessoal parece ter sido de alguma forma prejudicada. É muito possível que, para os homens, a ausência em casa não seja tão sentida, e seu corpo mais forte permite essas jornadas extras de trabalho com desgastes mais brandos. Para as mulheres, contudo, algo se perde: para muitas há uma mutilação dos sonhos e das realizações familiares.

Agora que meu filho vinha morar comigo eu arrumo um emprego a noite? A melhor coisa é minha mãe vir morar comigo, aí ficamos todos juntos. Aí meu filho vem morar comigo. É melhor, né? Vou ficar perto da minha mãe e do meu filho. Ele sente. Quando tem alguma festa, alguma coisa da escola ele nem me chama: - Não vai chamar sua mãe, Gabriel? Nem vou chamar minha mãe ela vai estar no mutirão, né? Não adianta chamar que ela vai

falar que vai estar no mutirão. Tem um monte faltas que tem que pagar, não dá para ficar faltando. (...) A avó paterna faz tudo, mas não é aquela vó carinhosa, muito pelo contrário, é tudo na gritaria. Eu vejo que ele está crescendo revoltado (Rosa).

No mutirão, uma construção ética do trabalho constitui-se como ponto forte no relacionamento dos participantes, e é possível afirmar que essa construção está parametrizada nas relações sociais direta ou indiretamente relacionadas ao trabalho. São dimensões substancialmente diferentes de trabalho — o trabalho remunerado e o trabalho na obra —, mas trazem parâmetros que ajudam a costurar as relações entre os participantes. As cobranças diretas ao desempenho do outro não são bem vistas, porque, afinal, ali cada um pode trabalhar por sua conta, à sua maneira; mas a força da dimensão cooperativa mistura-se com padrões exigidos nos trabalhos remunerados de cada um ou do que se constitui como uma dimensão ética do trabalho — uma postura que cada sujeito deve ter diante do trabalho —, o que faz com que sempre se espere do outro a maior dedicação possível, embora cada um tenha as suas próprias limitações.

As chaves de formação das relações coletivas vêm recheadas de expectativas e, entre estas, há duas muito importantes: que a obra avance e que os trabalhos se equiparem. Essa é uma espécie de cobrança que está sempre no jogo das relações formadas. Ao se cobrar “boa” participação, mesmo sabendo das limitações do outro (que podem ser uma grande limitação por doença ou sérios problemas familiares, por exemplo), é como se cada um esperasse que as condições de vida dos mutirantes pudesse ser medida e revertida em boas participações. Mas o conflito aparece, pois quem trabalha com maior afinco sente que a obra não avança em um ritmo satisfatório, porque há aqueles que fazem “corpo mole”, que não trabalham como deveriam, como poderiam.

Mas não é porque tem pessoas que desanimaram que eu vou jogar a toalha também. Tem dia que nós saímos daqui de cabelo em pé. Tem pessoas aqui que são muito complicadas, o jeito das pessoas... nós somos educadas com as pessoas e elas nos dão patadas. O respeito deveria vir em primeiro lugar.

Afinal de contas vamos ser vizinhos, vamos estar morando juntos, entendeu? Eu chego em casa e começo a refletir sobre como vai ser, pensando nas pessoas e como então são suas famílias. Lá em cima já tem problemas e aqui são mais famílias. Se eu pudesse escolher os meus vizinhos seria tudo de bom” (Diva).

Há um campo em estado de tensão em que podemos ler conflitos estabelecidos nas formas desenvolvidas de trabalho e nas diferentes leituras de todos sobre isso. Esta tensão vai se construindo e acaba renovada no dia a dia da obra. Por fim, há também permeabilidade com as lógicas de atuação do Estado, que também conformam essas relações sociais.³⁹

Há também formas sociais distintas construídas nessa relação, por conta das diferenças entre os participantes. Assim, mesmo a experiência de cada um constituiu indivíduos que partilham esta situação comum, mas apresentam muitas maneiras de construir suas trajetórias individuais e familiares. Mesmo a experiência comum, que podemos afirmar como uma experiência de opressão, não é vivida da mesma maneira por todos. Se para uns a forma de trabalho toma uma dimensão mais servil, para outros há uma disponibilidade para ocupar os espaços de participação que precisam ser ocupados. A potência dessas formas participativas para conformar um trabalho em espaços de autonomia mostra-se nos relatos dos principais atores que se envolvem neste processo intenso de organização de uma experiência coletiva. O trabalho na obra exige organização e diferentes formas de trabalho. Alguns participantes aceitam tomar esses espaços de comando; são pessoas com muita iniciativa, que tomam a frente do processo e constituem formas de trabalho de maior

³⁹ Aqui podemos nos voltar à discussão que CARVALHO (2004) empreende sobre as permeabilidades das diferentes lógicas que entram em jogo nas imbricadas relações entre o movimento social, a base e o poder público no interior do mutirão. “Uma dupla armadilha: ao participarem desses espaços de gestão, as lideranças podem confundi-lo como espaços de organização do próprio Movimento; ou se envolverem com o discurso da racionalidade Estatal, esta presidida pela ação burocrática. Assim, ou se perde a capacidade de traduzir as reivindicações em políticas públicas; ou temas nobres (e centrais) como a Reforma Urbana não se transferem às ações coletivas dos espoliados das cidades” (CARVALHO, 2004, p. 91).

liderança. Mas, como o longo tempo de duração da obra, neste caso, se apresenta sempre como aspecto negativo, todas essas pessoas ressentem-se das inevitáveis críticas a seu trabalho ou ao andamento da obra. Há um ambiente de muito cansaço, onde todos estão esgotados e sempre em busca de novos arranjos, nem sempre possíveis, para este trabalho de todos os fins de semana (com apenas uma folga mensal).

Pudemos vivenciar um processo interessante nesse sentido, quando os ocupantes da coordenação da direção do mutirão não se dispuseram de pronto a assumir essa coordenação por mais um mandato. Eles queriam que todos os mutirantes pensassem em sua própria participação e ajudassem a idealizar novas formas para esse trabalho de comando das atividades da associação, já que, até então, só metade dos membros eleitos na chapa anterior tinham trabalhado ativamente na coordenação. Durante a assembleia, ficou decidido que, na eleição da coordenação seguinte, em primeiro lugar se perguntaria aos componentes da coordenação quem se dispunha a permanecer e se havia alguma objeção dos outros mutirantes. Por meio desse procedimento, alguns membros permaneceram, e quem não queria mais pôde desistir de uma participação mais efetiva. Então, novos membros foram escolhidos, por meio de votação, para terminar de compor a nova direção — quem obtinha maior quantidade de votos ia sendo consultado sobre se gostaria ou não de compor a chapa.

Outro elemento revelado pelo mutirão pesquisado diz respeito à dimensão autoritária que o comando da associação dos mutirantes escolheu ao longo do tempo para resolver algumas questões cruciais do processo, em que os mutirantes discordantes não conseguiram caminhos para expressar seu descontentamento. Nesse caso, especificamente, para resolver questões nevrálgicas do mutirão, como o regulamento de obra, em particular o que diz respeito à atribuição de pontuação dos mutirantes, que determina quem tem direito a escolher primeiro onde quer morar — e neste conjunto foi uma questão fundamental, porque dois prédios estão prontos há tempos, com moradores já em seus apartamentos— e, em especial, o estabelecimento de que as faltas seriam cobradas em dinheiro. Um exemplo desse autoritarismo foi que a coordenação do movimento fechou os portões da obra em muitos momentos para quem chegasse atrasado, proibindo a entrada para trabalhar e assinar a folha de

presença, com o mutirante tendo, portanto, que pagar em dinheiro o dia perdido.⁴⁰ Esta é sempre uma questão em pauta: como conciliar as práticas do mutirão com a autogestão e práticas democráticas, em um grupo grande de pessoas que precisam se entender, conviver, fazer e obedecer a regras manufaturadas em conjunto?

2.5. Morar, lutar

Podemos construir uma ligação entre as experiências de trabalho e os modos de morar. As representações simbólicas de como as moradias reais e as imaginadas e os trabalhos reais e os idealizados constroem-se para os nossos entrevistados revelam padrões de sociabilidades e condutas. Mostram também diferenças de gênero e de idade nas expectativas de construção desta vida na cidade, da vida concreta expressa nas moradias e na construção das subjetividades dos indivíduos presentes nas elaborações sobre essas experiências.

No mutirão, a construção da casa passa por uma escolha da formação de uma participação coletiva: a casa é feita com expectativa sobre a formação de uma comunidade, e há uma expectativa de que as relações permaneçam baseadas em uma solidariedade no pós-morar (processo sempre diferente, quando chegam os membros de todas as famílias para construir uma relação de vizinhança).⁴¹

Através das mais diferentes classes sociais, o lar cristaliza importantes sistemas simbólicos e molda sensibilidades individuais. A moradia e o status social são obviamente associados e em várias sociedades a residência é uma forma de as pessoas se afirmarem publicamente. Em consequência, a

⁴⁰ Fato questionado por um dos entrevistados, muito atuante, que dizia não saber como ganhar pontos, só como perdê-los.

⁴¹ Na já citada pesquisa “Procedimentos Inovadores de Gestão da Produção Habitacional para População de Baixa Renda”, as relações de pós-morar foram exploradas, e percebemos grande dificuldade nos conjuntos para lidar com as novas formas de sociabilidade necessárias para boa convivência entre os vizinhos. Notamos que, nos conjuntos de mutirão, as relações no pós-morar permanecem conflituosas, embora em alguns conjuntos se consiga, ainda hoje, manter atividades comunitárias e em outros os conflitos apareçam de formas mais tensas.

construção ou a aquisição de uma casa é um dos projetos mais importantes que as pessoas irão realizar. A casa faz declarações tanto públicas quanto pessoais, já que relaciona o público e o doméstico. Ao criar uma casa as pessoas tanto descobrem e criam sua posição social quanto moldam seu mundo interior (CALDEIRA, 2003, p. 264).

Os distintos modos de vida expressam essa diversidade dos marcos identitários, e essas leituras passam também por questões de gênero, como lembra CORTÉS (2008). A casa pode ser o lugar da liberdade para um, mas também pode representar (e muito frequentemente é) uma prisão para outro. Os espaços são constituídos com essas clivagens de gênero, afirma o autor, mas esses elementos são variáveis e podem sofrer mutações ao longo do tempo e da história de cada um.

A casa é o palco das lutas internas de seus habitantes, é um microcosmo atravessado pelas problemáticas que põem em confronto pais e filhos, homens e mulheres, família e indivíduos, patrões e empregados, etc. Muitas vezes, o “doce lar” converte-se em um inferno de opressão e humilhação por ser um espaço em que reinam o autoritarismo e a arbitrariedade mais cruel (CORTÉS, 2008, p. 80).

Podemos observar como as representações da casa e do morar articulam essas relações entre o doméstico e público e a construção da vida. O exemplo de como Melissa (com 29 anos) vai construindo as narrativas da sua vida na cidade mostra como articula os diferentes aspectos da sua vida — como a sua estrutura familiar, seu casamento, sua profissão —, a construção da sua trajetória profissional e, finalmente, a construção da casa, como tudo isso representa os conflitos de uma vida que vai tomando forma. A construção da casa por mutirão demonstra as contradições presentes em sua vida bem familiar. Em diversos momentos, ela nos conta da sua ligação com a mãe, com os problemas de cada irmão, como se isso estivesse em choque com sua própria vida de mulher casada. Ela acredita, por um lado, que deveria estar mais separada da sua família de origem, mas, por outro, a vida a dois não substituiu afetivamente essa relação forte com a sua família, o que mostra uma idealização do que deveria ser o casamento que, de certa forma, não encontra respaldo na realidade. Ela parece sentir que não assumiu plenamente sua vida de mulher casada. As casas de

todos da família são muito próximas, em um bairro da Zona Norte da cidade: ela mora na mesma rua que a mãe; um irmão mora na rua de trás; outro dorme na casa da mulher, mas não fez sua mudança da casa da família — trata-se de uma rede de solidariedade que, para ela, pode ser desfeita com sua mudança para o apartamento do mutirão localizado em outra parte da cidade.

O modo como escolheu equacionar esta questão foi não pensar no futuro e, como diz, “viver cada dia” para decidir o que for preciso em cada momento e, assim, continuar indo ao trabalho do mutirão. O casamento recente não começou bem, depois de muitos anos de namoro. O marido abriu uma empresa de marcenaria com uma sócia jovem, arquiteta, e para Melissa este evento reconfigurou a vida do casal desde então. O marido tinha uma participação ativa no mutirão; a partir do momento em que montou a empresa, deixou de ir ao trabalho na obra. Ela se deu conta do que isso representa, ao receber uma carta da associação com a cobrança da dívida dos dias de trabalho acumulados; então, começou a ir em seu lugar. Mas ela se ressentiu de que o marido não pergunta sobre o andamento da obra e acredita que isso tenha relação com o fato dele ter “subido de vida”. E esta é realmente a maior preocupação dela; seu marido virou dono de empresa e foi constituindo outros modos de organizar e representar a vida.

Ele não veio mais. Aí eu acordei: como eu não apareci recebi uma cartinha que eu estava pendente. Aí fui ver a minha dívida, perdi uns pontos, tenho uma relação desses pontos que eu perdi, hoje era para eu estar em uma colocação melhor, não que eu esteja ruim, porque eu participo. Deixei tudo em dia para ter os pontos, tudo envolve o ponto. Eu até falei para ele: - eu sei que a finalidade do ponto é para a escolha, esse sacrifício é só para ter a escolha [do apartamento], será que vale a pena? Não sei, mas vou fazer a minha parte. (...) Mas ele é tipo de pessoas que não pergunta daqui. Então é a parte que te falei que eu fico um pouco triste. Porque é assim, quando eu comecei há sete anos atrás eu comecei eu e ele. Aí eu me sinto na obrigação, como eu não estou trabalhando eu venho, mas ele mesmo quando eu estava trabalhando ele preferia pagar a vir (Melissa).

Melissa reconfigura sua experiência em todos esses campos da sua existência: está desempregada há mais de seis meses e deseja um emprego na área em

que se formou (administração), tanto pelo investimento que fez em um curso universitário quanto, possivelmente, pela situação do marido — que hoje se encontra em uma posição social para ela classificada como melhor.

A questão que se apresenta é como lidar com seu casamento e as novas perspectivas que surgiram na vida do casal: o marido era um homem “simples”, como ela diz, e hoje não pede mais sua opinião para comprar roupas, não lhe diz quanto ganha. Quanto ao mutirão, embora tenha neste uma participação muito ativa, também já não lhe parece a forma mais adequada para conseguir sua moradia. É difícil para Melissa equacionar a nova condição profissional de seu marido com sua experiência no mutirão. Os modos de morar imaginários interferem nas construções das ligações dos indivíduos com a cidade e são concepções cambiantes. Não obstante, os modos de morar mostram-se como modelos sociais reafirmados pelas suas diferentes concepções⁴².

As dificuldades de Melissa dizem respeito a padrões de convivência familiar que podem se modificar por sua mudança de casa, mas ela tenta construir para si uma trajetória que possa articular todas essas variáveis ligadas também a seu casamento e sua realização profissional. A nova casa assumirá papel importante na sua vida, mas ela ainda não sabe se conseguirá ir morar no novo apartamento, o que significará certo desligamento do contato com a vida familiar.

Eu casei, tenho a minha casa, minhas responsabilidades e tudo, mas é como se eu morasse com a minha mãe. Eu não me afastei da minha mãe completamente. Eu vejo ela todos os dias. Eu não sei como vai ser. Se o apartamento ficasse pronto hoje eu viria para cá. (...) Vim, vim nem ele nem eu gostaria (Melissa).

⁴² [...] a arquitetura em geral e a casa familiar em particular assumem o aspecto e a função de um dispositivo pan-óptico de manutenção da ordem social. Assim, é possível entender que a casa (esse pretense baluarte do privado, do íntimo e do doméstico) não é tão-somente uma zona de refúgio e de proteção que se eleva para nos defender da esfera pública, mas — como fundamento material da família nuclear e pilar da ordem social — é também uma realidade política, um símbolo das disciplinas e a melhor garantia do controle ideológico e moral de seus ocupantes (CORTÉS, 2008, p. 84).

No contexto de sua vida, o atraso da finalização da obra não cessa de lhe trazer novos significados para a casa nova, ainda por terminar. E ela vai ressignificando o mutirão neste movimento.

É importante notar, nessa perspectiva, que o local de moradia estabelece um modo de vida continuamente reconstruído, só que de forma tão lenta que torna esses processos quase imperceptíveis. A casa é, de fato, um catalisador dessas experiências do cotidiano, e a mudança pode representar transformações drásticas das formas nas quais essas experiências se constituem. Isso pode ser muito positivo, se a estrutura anterior for visivelmente pior, mas pode ser muito angustiante e problemático para pessoas que tenham uma situação de moradia relativamente boa.

Uma boa moradia pode, então, ser caracterizada por toda uma rede de relações que estão em torno desta representação da casa. Como na troca de um emprego ou de formas de trabalho remunerado que também podem representar estas angústias sociais vividas no cotidiano. Se lembrarmos de como E. P. THOMPSON (2010) representa as tradições familiares, essas mudanças podem representar um horizonte de se desfazer de coisas, que são muito comumente a própria constituição de um mundo social.

Thompson tem um papel fundamental nessas novas formas de análise normativas que saem do utilitarismo, estudando as representações morais cotidianas que motivaram a população de baixas camadas inglesas a fazer movimentos de resistência ao capitalismo nascente (HONNETH, 2003). Mostra como as motivações não são puramente econômicas, não é só a privação econômica que leva aos levantes, mas algumas condições mobilizadoras de reação às expectativas morais atingidas, lesionadas, e a formação de um consenso coletivo de que isso ocorreu. Sua investigação começa nos consensos morais estabelecidos, que estão sempre num contexto social de cooperação, e as formas não oficiais de regulação desses consensos e as formas como os direitos e deveres entre as classes dominantes e dominadas estão distribuídos.

Os participantes do mutirão foram efetivamente em busca de um movimento social para conquistar sua casa própria, avaliando os riscos, o provável tempo do processo; foram fazer parte desta experiência que lhes parecia naquele momento ser uma boa via para chegar à casa própria. O movimento social também precisa ser caracterizado de acordo com o contexto que o conforma, sem o qual não pode ser entendido nos seus processos internos. Os movimentos sociais ligados à habitação, embora tenham perdido a potência política anterior, ainda assim mobilizam uma população para uma experiência participativa que promove momentos de intensa comunhão social, momentos em que a política se faz presente. Por outro lado, as formas da gestão pública nas políticas habitacionais ligadas ao mutirão, com grande aparato burocrático que dificulta e torna lentos os processos da obra, podem fazer as conquistas serem apagadas ou amenizam esses aspectos, tornando todo o movimento social, também este, burocratizado e defensor de interesses privados neste cenário de menor mobilização da política. Assim, não podemos caracterizar os movimentos de moradia, hoje, em São Paulo, diante de circunstâncias das já distantes décadas de 1980 e 1990, como já discutimos.

Os participantes buscam uma reparação, nos termos propostos por HONNETH (2003) e encontraram na participação formas de buscá-la. Rodrigo, o arquiteto responsável há mais de três anos pela obra do Recanto da Felicidade, contava-nos em entrevista as suas impressões, ao acompanhar a entrega das chaves de outro conjunto nesta mesma cidade em que a obra foi realizada sem mutirão, na modalidade chamada “autogestão sem mutirão”. Os moradores portavam-se de maneiras muito diferentes dos mutirantes, comportavam-se como consumidores, e a relação com a assessoria técnica também ganhara outro caráter, mais assemelhado às respostas que uma imobiliária daria às questões dos novos moradores, sempre ligadas às regras de condomínio e a interesses individuais. Não havia nenhuma construção de temas que envolvessem o coletivo.

A formação de uma comunidade é tema extremamente espinhoso, porque surge como forma de comprovação de que a experiência de autogestão com mutirão necessariamente forma uma comunidade de pertencimento. Mas temos que pensar e questionar os custos dessa formação e da proporção que toma no pós-morar, quando chegam as famílias que se conhecem muito pouco e “invadem” espaços

construídos por uma parcela menor de moradores. Se, por um lado, havia a expectativa de que os movimentos sociais pudessem se aliar às gestões públicas em busca da estrutura estatal, na disputa de recursos sempre escassos para programas sociais para populações de baixa renda,⁴³ por outro constataram-se as dificuldades de formar um campo efetivo da política, em que se impusessem interlocuções com reivindicação de uma fala legítima para conquista de autonomia frente aos processos naturalizados de construção da cidade, que aparentam a necessidade de acontecer sempre da mesma maneira (BERGAMIN; RIZEK e BARROS, 2003). O que se viu foi a transformação do campo como um todo: os movimentos tornaram-se mais pragmáticos, as assessorias continuam em busca de campos de atuação, mas já em outras bases em relação aos saberes e discursos técnicos como influência principal do fazer. Os interesses e as práticas diversificaram-se, também pela relação sempre tensa com as gestões públicas. O campo de construção de sujeitos autônomos parece não entrar no jogo de forma central; as novas formas de consumo e de inserção social ganham novas cores e modificaram o cenário, como discutiremos mais adiante. A política acaba esmagada pelos processos de gestão, aquilo que FOUCAULT (2004) chamou de governamentalidade, um conjunto de elementos que constituem uma ética para os sujeitos, o que define a relação de cada um consigo mesmo, mas sempre referenciado a uma cadeia de influências dos campos de poder.

Enquanto a teoria do poder político como instituição refere-se, ordinariamente, a uma concepção jurídica do sujeito de direito, parece-me que a análise da governamentalidade — isto é, a análise do poder como conjunto de relações reversíveis — deve referir-se a uma ética do sujeito definido pela relação de si para consigo. Isto significa muito simplesmente que, no tipo de análise que desde algum tempo busco lhes propor, devemos considerar que relações de poder/governamentalidade/governo de si e dos outros/relação de si para consigo compõem uma cadeia, uma trama e que é em torno destas noções que se pode, a meu ver, articular a questão da política e a questão da ética (FOUCAULT, 2004, p. 306-307).

⁴³ Ainda se mostra nessa chave interpretativa o Programa Minha Casa Minha Vida, do final do segundo mandato do governo Lula, que destinou parcela muito pequena à população que ganha menos do que quatro salários mínimos.

Mas ainda resta a vida na cidade, o cotidiano e como os indivíduos buscam contornar as dificuldades de quem precisa lutar para conquistar sua casa, uma renda e o acesso a uma vida digna.

2.6. Rumo ao urbano: trajetórias

Os indivíduos precisam formar redes sociais, pessoais e também financeiras, afirma ABRAMOVAY (2004), para lidar com a reprodução social. Nesta medida, a possibilidade de fazer uma poupança ou de obter financiamentos pode reestruturar a vida da família com o uso dos recursos disponíveis “e, por aí, ampliar suas chances na luta contra a pobreza” (ABRAMOVAY, 2004, p 22). O autor chama atenção para uma forma muito interessante de analisar esses circuitos: compreender o que Granovetter chama de “inserção nos círculos sociais”, algo que permite às pessoas atribuir sentido a essa esfera financeira, o que, na visão de POLANYI (2000), poderia ser lido em outra chave de interpretação, em que esses circuitos seriam uma “esfera institucional autônoma da vida social”. Para lidar com as eventualidades, passa a ser fundamental, como forma de equilíbrio, esse tipo de construção financeira, como um cálculo do que é possível realizar nas possíveis trajetórias urbanas. A questão da poupança e de como os indivíduos buscam alternativas estratégicas para lidar com a escassez, por sua vez, interessa para buscarmos compreender como os indivíduos lidam com as necessidades e recorrem à participação no movimento social em busca (entre outras coisas) de respostas consequentes para as precariedades habitacionais. As trajetórias urbanas explicitam um quadro complexo dessa busca até se chegar ao mutirão: as pessoas que estão no Recanto da Felicidade, participando há mais de oito anos da obra, não abandonaram o processo, mesmo com as dificuldades encontradas, porque suas motivações foram mais fortes — a possibilidade de se realizar uma poupança através dessa política de habitação confere sentido para essa luta travada no cotidiano.

Os nossos entrevistados vão nos mostrando que essas estratégias para lidar com a pobreza podem ser vistas como extremamente individuais, por um lado, na medida em que cada um vive uma trajetória urbana e monta suas formas de construir uma história que traga plausibilidade para a constituição de uma vida que valha a pena ser vivida, mesmo com dificuldades de grande calibre. Mas, por outro lado, a participação no movimento de moradia ajuda a canalizar esforços e conduz a uma dimensão coletiva, embora possamos caracterizar as distintas fases desta participação: há momentos pragmáticos, em que a participação ocorre para se cumprirem atividades de obtenção dos pontos que levam a um ranqueamento dessa participação, e momentos de construção desses processos coletivos de trabalho. É preciso destacar, porém, que nessas atividades de grupo nascidas em atividades necessárias para a obtenção da casa formam-se dimensões comunitárias. No Recanto da Felicidade, logo no início da formação da demanda, antes que o convênio com o poder público fosse assinado, os participantes montaram um acampamento no terreno escolhido, para garantir que este não seria alvo de invasões e isso pudesse atrapalhar as negociações com a Prefeitura. Neste momento, as atividades em grupo consolidam uma dimensão de solidariedade, no fim necessária para todo o trabalho da obra.

Esse malabarismo vai se desvendando nas histórias que cada um conta. Uma personagem como Reinalda nos ajuda a compreender que há, sim, uma espécie de cálculo sobre as expectativas do que essas trajetórias urbanas (que aqui podemos observar através das relações de trabalho, as situações de moradia dela e dos dois filhos) podem lhe proporcionar tanto como estratégias financeiras quanto como produtoras de sentido para sua vida e a dos filhos. A ida ao mutirão para esta mulher com 57 anos de idade traz para a sua trajetória um ganho impressionante de qualidade de acesso urbano.

Ao lado de duas amigas que logo foram para outra cidade, Reinalda chegou a São Paulo, vinda do interior do Paraná, com 21 anos, sem conhecer ninguém por aqui, fugida de uma família que não queria que ela partisse. Ela tampouco tinha expectativas do que iria encontrar e do que poderia lhe acontecer nestas terras, mas se aventurou. A precariedade rondou seus trabalhos, sempre em pequenas firmas e em casas de famílias, como faxineira e empregada doméstica; em muitos momentos, morou no trabalho, portanto sem residência própria. Só foi alugar um pequeno cômodo quando seu

filho mais velho nasceu e sua situação de moradia, em um de seus empregos, era muita precária e insegura para lá ficar com seu bebê. Para esta mulher, o apartamento (em um dos prédios já entregues, construídos na primeira etapa da obra e finalizados há mais de um ano) em que hoje vive com dois filhos e uma neta, construído por mutirão, representa um tipo de poupança que jamais poderia realizar com os recursos financeiros vindos dos ganhos das suas diárias atuais de faxina e do salário de ajudante em uma lanchonete de seu filho adolescente, ou mesmo através de qualquer outro tipo de programa popular de habitação que existia como possibilidade para ela, até se filiar ao movimento. Para ela, o circuito em que seu filho está inserido, com um emprego na Avenida Faria Lima, é muito relevante, e não pareceu desejar ascensão maior para a sua trajetória e a de seus filhos na cidade. Sua filha mais nova tornou-se mãe aos 16 anos (hoje tem 17 anos), o que também não parece representar grande problema, nem social, nem financeiro: o pai da criança não mora com eles, mas ajuda nas despesas da filha e ainda é o seu namorado, o que parece contentar moralmente uma mulher que criou sozinha os filhos, quase sem ajuda dos pais.

Sua trajetória urbana nos mostra uma condição de impossibilidade de superar a extrema pobreza na sua inserção precária na cidade, e, embora pareça não lhe ter faltado trabalho em nenhum momento, suas condições de moradia nunca foram próximas do confortável. O acesso a trabalhos sempre precários lhe rendeu moradias provisórias, o que indica a situação de instabilidade de vida, sua e de seus filhos. Reinalda considera a ajuda do poder público satisfatória e fundamental para ela ter adquirido casa própria e toda a rede de direitos que a propriedade da casa traz, acessando assim uma previsibilidade de vida impossível em outros momentos da sua trajetória urbana — e aqui se apresenta a força de sua fala, porque sua inserção na cidade mostra uma incerteza, uma solidão da vida na metrópole, que poderia nos passar despercebida. Mas os silêncios nos contam elementos dessa vida solitária: sem grandes redes de solidariedade estabelecidas, a experiência do mutirão confere a ela esse caráter de pertencimento que a participação no processo lhe deu. A construção do espaço, a obra, lhe proporciona sem dúvida um elemento que se encontrava perdido: o reconhecimento social.

Podemos ver a explanação de SIMMEL (1986) sobre a distância e a proximidade, que “a ponte e a porta” ilustram tão bem como metáfora das possibilidades

de encurtar ou separar as distâncias a partir de construções de novos espaços sociais. Interferindo numa paisagem produzem, assim, novas configurações, novos caminhos a serem seguidos que não estavam dados pela situação anterior. A precariedade está sempre em questão neste reino das políticas sociais para esses indivíduos que vivem a pobreza, e para quem os sentidos estão sendo produzidos e podem transformar essa situação de vulnerabilidade.

Mesmo com o trabalho pesado do mutirão e a falta de ajuda dos filhos neste processo (sempre foi ela quem foi para o mutirão, sem nenhum revezamento: ela diz que foi melhor assim, já que o filho é muito esquentado e teria arrumado briga na obra em pouco tempo, e a filha tem menos idade), essa oportunidade de construir outra relação com a cidade para ela e para os filhos e netos, a partir de um lugar de moradia estruturado, atribui significados importantes nesta dimensão do acesso à cidade e aos direitos. Reinalda não nos convidou a conhecer seu apartamento; permitiu nossa entrada no pátio dos prédios prontos da primeira etapa da obra onde mora, mas não nos levou a sua casa, e podemos perscrutar suas razões (a partir dos silêncios, do não dito): a falta de condição econômica para fazer os acabamentos do apartamento o mantinha como na entrega das chaves, sem reboco nos cômodos, sem piso em todas as áreas, e esta nos pareceu ter sido a principal razão para a entrevista ter acontecido na área comum dos dois prédios já prontos, embora o filho que trabalha a noite pudesse estar dormindo e sua neta pequena também estivesse por lá.

Para os homens, os sentidos do trabalho apresentam-se e se confundem com o sentido da própria vida. Para as mulheres, a família, a casa e suas tarefas fazem parte desta negociação para ir ao mundo do trabalho. Ou seja, para os homens, não há esta mediação: o mundo do trabalho mostra-se como dimensão da vida autônoma em relação à família. Nesta medida, a autoexaltação dos homens quanto à própria atuação no trabalho da obra está ligada a uma afirmação de sentido; o sacrifício do trabalho tem ancoragem no reconhecimento social e o grupo precisa atestar o desempenho do trabalho (mesmo que isso seja afirmado pelo próprio ator), conferindo a ele uma dimensão positiva.

Nas duas trajetórias masculinas tão diferentes que apresentaremos a seguir, há pontos comuns: a migração, que aparece como característica predominante para os participantes de forma geral do mutirão e que talvez possa explicar a perseverança do grupo no processo (são pessoas acostumadas a um duro cotidiano de vida, razão muito comum de seu deslocamento para São Paulo); a luta pela constituição de uma vida digna na cidade de São Paulo; e os caminhos pelos quais passam esta condição.

Mário veio menino do Paraná com um irmão mais velho. A cidade grande não os recebe muito bem, e eles passam muitas necessidades. O pequeno acaba no “lixão”, onde encontra ajuda para começar a construir a vida na cidade, com uma estrutura mais bem consolidada, dormindo temporariamente num caminhão de feira da família que o acolheu para trabalhar como feirante. Logo passa a dormir dentro da casa e é, então, adotado como agregado — bem aos moldes brasileiros, como sugere SCHWARZ (1997), ao analisar Machado de Assis. Trabalha com esta família por doze anos; depois, vai para uma escola ocupar-se de serviços gerais. Fica na escola por três anos e, em seguida, torna-se autônomo — esta forma de trabalho tão comum nos dias de hoje, como caminho para se conseguir renda depois de certa idade.

O reconhecimento de que precisa para produzir sentido neste trabalho autônomo passa por exaltar suas características pessoais: sua simpatia passa a ser para ele moeda de reconhecimento social, sempre exaltada no discurso sobre si: “Sou amigo de todo mundo, pode perguntar para quem quiser, sempre ajudo a todos que me procuram e sei respeitar a todos.” Tanto no trabalho que gera renda quanto no do mutirão, as características de homem pronto a ajudar, que não reclama dos outros sem razão, são fundamentais para ele se sentir pertencendo ao grupo numa posição de destaque. Nesta medida, não lhe interessa trabalhar por trabalhar; precisa deste sentido produzido por seu trabalho.

Antônio de Anchieta é mais contido, mas também não deixa de exaltar suas qualidades, para nos mostrar sua importância como participante no mutirão: diz que formou a primeira equipe de obra e que então viu sua importância para qualificar outras pessoas para que o processo pudesse caminhar de forma mais eficiente. Foi então ajudar outros grupos de trabalho para fazer esta tarefa, até chegar a assistente de mestre de obra. Antonio também trabalha como autônomo em montagem de pré-

fabricados. Morou em várias regiões da cidade e diz que sempre se adaptou bem em todas, embora não tenha firmado grandes redes de relacionamentos por conta das mudanças constantes.

Sempre participou da coordenação do mutirão, mas nesta última eleição escolheu não mais continuar e mostra ao longo da entrevista discordâncias em relação a certos procedimentos adotados pela atual coordenação (como elementos autoritários de condução ou regras contidas no estatuto de obra). Até o ponto em que, perguntado se teria se inserido no processo caso soubesse que seria tão longo, ele responde com muita propriedade que o mutirão é ao mesmo tempo ruim e bom. As contradições do processo são evidentes e aparecem em seu discurso, assim como no debate das discussões sobre mutirão e a autogestão.

Eu não tenho uma resposta pronta. Já me perguntaram várias vezes se estamos trabalhando certo ou errado. Se isso é bom ou ruim, a gente não tem como responder. Se a gente termina essa obra, pela dimensão dela em dois anos, a gente não saberia responder. No processo teve um amadurecimento por esse processo longo, na formação do condomínio, etc. A gente teve tempo para pensar em tudo como vai ser depois que viermos morar (Antônio de Anchieta).

Na fortuna crítica sobre mutirão, há uma gama com muitas gradações de opiniões que vai desde a posição de Oliveira (2006) — que afirma o mutirão como o lugar da exceção, porque não é uma solução habitacional que pode se universalizar — até os arquitetos atuantes, que ao se voltarem para uma análise mais normativa do processo, não se põem no lugar da crítica, o que seria, afinal, criticar a própria atuação profissional (RIZEK e BARROS, 2006). O processo é contraditório, porque movimenta toda a estrutura das políticas de habitação já realizadas no Brasil nos seus diferentes governos: da constituição das cidades até a formação das políticas de gestão urbana e fomento (pelo menos teórico) ao financiamento da habitação popular, inicialmente com a formação do BNH.⁴⁴ Como estes financiamentos dificilmente chegam às camadas da população que recebem até cinco salários mínimos, essas

⁴⁴ Sobre o desenvolvimento das políticas habitacionais do BNH, cf. SACHS (1999), CARVALHO (2004) e VILLAÇA (2004).

pessoas se vêm com poucas alternativas para conquistar a casa própria, o que significa sair do aluguel e, mais que isso, para muitos significa a única possibilidade de sair de uma condição de extrema precariedade habitacional que diz respeito também ao próprio acesso à cidade. Habitações impróprias, muito pequenas para os membros da família, moradia em cortiços, favelas, mudanças constantes constituem indicadores de limitado acesso a um espaço urbano construído em uma dimensão da necessidade.

A autoconstrução define bem o modo como a cidade se reproduziu, definindo assim também o tipo de espaço e de urbanidade que se desenvolveu em São Paulo, onde bairros inteiros, de gigantescas extensões, foram crescendo nesta base da autoconstrução. O que Antonio de Anchieta pode movimentar em uma frase (afirmando que o processo é ao mesmo tempo bom e ruim) diz respeito a toda a contradição presente e que não se resolve nas gestões de habitação: a construção do apartamento em um período de mais de oito anos (considerando-se apenas o tempo de obra, ao qual se pode acrescentar o tempo de participação no movimento, até o sorteio para a formação da demanda) representa e movimenta toda uma série de articulações de como os direitos sociais, o direito à cidade são tratados e como as pessoas conseguem (e precisam) articular um sentido a partir da participação neste processo.

O trabalho autônomo presente em quase todas as trajetórias familiares dos entrevistados diz respeito a novas formas de articular as relações de construção de identidades sociais com o trabalho. Para os homens, esta chave significa uma autovalorização profissional: sem ter contato direto com a hierarquia que constitui um trabalho formalizado e sem ter como receber um reconhecimento social advindo de desvinculamento de estruturas formais, há, no entanto, uma vigência de parâmetros de valores ligados ao mundo de trabalho formal que permanecem funcionando e devem, assim, ser exaltados. Esses homens precisam transmutar a sua experiência profissional — e também a do mutirão —, para que este trabalho autônomo tome uma dimensão social. Para as mulheres, que têm a experiência de trabalho sempre estabelecida em outros moldes, este recurso não se articula, porque as chaves de acesso ao reconhecimento social vindas pelo trabalho se dão por outros caminhos, como a forte ligação com o mundo privado para conquistar um reconhecimento que preferencialmente deve começar pelo reconhecimento desse âmbito familiar.

O desenvolvimento da cidade de São Paulo foi marcado por fortes ciclos migratórios, e, embora as taxas tenham sofrido um revés negativo na década de 1990, muitos dos participantes do mutirão são de uma geração de migração que está na cidade há mais de vinte anos. Um fator extremamente relevante como força central para a decisão da migração é a busca por trabalho, motivo principal nesse processo de construção de nova trajetória, diferente da dos pais que permaneceram na terra natal. Assim, a busca é de possibilidades que se abrem com a vinda a São Paulo. A cidade sempre recebeu migrantes e soube se constituir através de seu trabalho, com rebaixamento do valor dos salários como forma de reproduzir padrões de crescimento, que geraram abundância de um lado e baixos salários pagos ao trabalho do outro (OLIVEIRA, 2003a).

A noção de experiência de THOMPSON (2010) contribui para mostrar que esta escolha por uma ruptura radical pode caracterizar a decisão de migração na representação da quebra de uma tradição: o abandono do lugar de origem, da família, para se buscar oportunidades de trabalho em outros estados corresponde a uma decisão de reconstituir a vida em outro lugar, com referências totalmente novas refazendo todo um ciclo da vida. Muitas vezes, também para a manutenção do grupo social de pertencimento, que necessita desse sacrifício, por vezes de um único membro da família, por vezes de mais de um, para cumprir uma agenda urgente exigida pela emergência imposta pela extrema pobreza.⁴⁵

Como muitos dos nossos entrevistados, Linda, hoje com 30 anos, é migrante. Veio para São Paulo aos 14 anos, com os irmãos, e começou sua vida de trabalho na cidade cuidando de crianças. Seus pais ficaram na terra natal, no sertão da Bahia. Sua trajetória laboral foi guiada pelo trabalho doméstico, em empregos em casas de família com longa duração. Completou os estudos tardiamente, em 2007, período em que trabalhava durante o dia, estudava à noite e ia ao mutirão aos fins de semana. Mas hoje não está conseguindo fazer nenhum outro curso, por falta de tempo e

⁴⁵ Aqui é Rafael, do Banco Sampaio, quem nos inspira, por sempre lembrar que a pobreza tem suas emergências que sempre exigem muito tempo, desgastes e sacrifícios dos moradores das zonas pobres do País.

cansaço. Embora ainda não saiba como redirecionar sua inserção profissional, sonha em fazer um curso de culinária.

A diferença entre o trabalho dos homens e das mulheres aparece de forma marcada. E lembramos novamente de Linda: seu marido tem um trabalho mais qualificado numa loja de mobiliário, onde trabalha como vendedor e projetista em um *shopping* de móveis na Zona Sul da cidade. Ela é muito articulada e tomou a frente no mutirão, auxiliando o mestre de obra nas tarefas dos fins de semana. Essa liderança lhe foi exigida por sua articulação na obra e a necessidade de formação de pessoas que pudessem ocupar posições de comando — diz que foi chamada a ajudar.

O desgaste trazido pela longa duração do mutirão é visível, e Linda se sente cansada: cansada de lidar com as pessoas, de subir e descer as escadas da obra, do trabalho nos fins de semana; afirma que não acorda mais empolgada para ir para a obra, como acontecia antes.

Acho é sonho de tudo mundo aqui, está todo mundo esperando isso aqui acabar para retomar a rotina nos finais de semana. Poder ficar com a família, sábado sair, fazer o que você gosta. Acho que todos estão pensando nisso, porque é cansativo (Linda).

Mas seu trabalho profissional em casa de família parece lhe bastar, pelo menos até a obra acabar. Ela veio cumprir esse “destino” e ali está, embora seu trabalho no mutirão envolva outras habilidades que foram sendo desenvolvidas ao longo do processo. Ela reconhece isso, mas não sabe como pode modificar sua vida em outras instâncias. A segurança de um trabalho conhecido não lhe permite sonhar no momento com outras possibilidades profissionais. Quer fazer cursos para aprimorar algumas habilidades, mas ainda sem novas perspectivas de que se revertam em novos rumos.

Esse caminho de reconhecimento social nos mostra que as transformações desse mundo do trabalho vão se processando e acentuando certas condições de opressão. SENNETT (2004), ao falar das novas formas flexibilizadas de

trabalho, mostra a falta de novos parâmetros para que os trabalhadores possam organizar suas vidas de outras maneiras. As formas antigas deixavam de existir, como regra geral, quando um grande número de trabalhadores tinha um trabalho formal, direitos sociais garantidos e, assim, perspectivas para construir suas trajetórias de maneiras mais confiáveis. O que resta é um vazio de referências, e SENNETT (2004) usa a imagem dos trabalhadores à deriva. Nesta passagem, HAROCHE (2008, p. 168) questiona a contemporaneidade em outras chaves interpretativas, mas seguindo um sentido próximo: “Essas formas de humilhação, difusas, insidiosas e frequentemente sem autoria discernível são difíceis de serem observadas e estudadas, e nos fazem retomar questões que se situam no fundamento das ciências sociais.”

Podemos remontar a história do proletariado como uma história de humilhações, mas as formas contemporâneas provocam o surgimento de um eu massificado, que se torna cada vez mais isolado e apartado de referências para produzir os sentidos para sua existência e, para HAROCHE (2008), incapaz de criar vínculos psíquicos com os outros. Marx já mostrava que a alienação do trabalho afasta o indivíduo do seu próprio eu. E este processo resulta em uma “espoliação do eu” provocada por uma pobreza interior. É a formação da subjetividade que se apequena frente às formas contemporâneas de trabalho.

Há atualmente, formas de alienação e de humilhação difusas, indiscerníveis, indistintas e ilimitadas, que acarretam a pobreza interior de cada um não apenas no trabalho, como também fora dele. Tal pobreza interior é provocada pelas formas contemporâneas de trabalho nas sociedades de consumo, que implicam a psicologização das relações e a destruição da fronteira entre interior e exterior, em razão principalmente da redução do espaço público ao espaço privado, íntimo, à relação consigo mesmo (HAROCHE, 2008, p. 171).

Para esses homens, que constroem suas trajetórias na autoexaltação de seu próprio trabalho, foi o que restou. O olhar do outro não pode ser esperado para essa tarefa do reconhecimento social, mas estar em sociedade é essa troca de olhares; os sentidos são produzidos através desta troca. São pequenos rebaixamentos da qualidade do cotidiano percebidos nesses discursos que fazem a inserção do próprio trabalho no mutirão ser muito problemática.

As representações que trazemos do trabalho seguem certos padrões que nos conduzem à inserção social, à vida na cidade. É difícil vermos uma recusa ao trabalho em suas formas já estabelecidas. O personagem Bartleby, o escrivão, de MELVILLE (2005), que inicialmente se recusa a cumprir tarefas “pedidas” por seu patrão, respondendo “Acho melhor não”, o que é seguido mais tarde por sua recusa total ao trabalho, nos mostra certa inversão da lógica dessa relação de trabalho em que o chefe acaba por “permitir” esse não trabalho de seu empregado por medo, por pena, por se ver sem alternativa. Mas isso é uma alegoria, e dessa recusa surgem consequências que repõe mais uma vez a invisibilidade da opressão e a impossibilidade desta recusa ao trabalho ser bem-sucedida.

A vida na cidade, margeada pela opressão, é uma vida desenraizada (GONÇALVES FILHO, 1998). Quando não se possui nada, não se constrói nada, não se passa nada para os filhos. A construção da casa por mutirão, neste caso particular, faz cada um lidar com uma luta travada para produzir um enraizamento, e a construção da própria casa seria essa possibilidade, vinda de forma sempre tensa, com as adversidades que as relações de trabalho têm mostrado e as contradições que vão sendo negociadas entre querer e não querer pertencer àquele lugar. Nos próximos capítulos, discutiremos questões muito próximas a essas (e que serão informadas pela discussão já realizada até aqui), como proceder com os moradores da cidade que são rebaixados nas suas condições materiais pela pobreza e seguem sofrendo as consequências em uma condição subjetiva também rebaixada que, muitas vezes, também impede uma luta mais efetiva contra as injustiças sociais. As instâncias públicas vão sendo apreendidas por uma corrosão dos parâmetros do que poderia ser um mundo comum mais justo e sofrem um desmanche que incide nas suas políticas sociais. Elas não conseguem mais atingir cernes fundamentais para reverter esse processo. É preciso alternativas totalmente novas para dar ares renovados a essas políticas sociais, e é isso que investigaremos a seguir: a formação e a atuação do Banco Comunitário União Sampaio.

A análise a seguir certamente foi iluminada pela reflexão de como uma política social de habitação, conquistada pelo movimento social através de uma luta política, pôde se transformar em um programa com tão pouca visibilidade pública — permitindo que o sobretrabalho, presente na constituição do programa, se tornasse

ainda mais insidioso para seus participantes. A análise da experiência do Banco Comunitário vai nos mostrar novas formas de atuação política e também nos contar sobre os limites dos programas sociais implementados sem uma estrutura consolidada, quase como se o poder público (a parte preocupada com uma contribuição para cessar a reprodução da pobreza) apostasse nos atores sociais como realizadores das mudanças necessárias para a sociedade brasileira, como milagreiros que pudessem fazer chover ouro.

Parte 2

**A experiência do Banco Comunitário na
periferia de São Paulo:
Quando a exceção leva à política**

**Moeda social em São Paulo:
inventando novos arranjos**

*Não confunda briga com luta. Briga tem hora
pra acabar e luta é para uma vida inteira.*

(Sergio Vaz)

3.1. A exceção leva à política

Observando a experiência do mutirão vemos uma formação comunitária posta como promessa, ainda que difícil de ser cumprida — devemos alertar. A gestão da cidade carrega consigo uma institucionalização que resulta numa burocratização e, ao longo do tempo, num enrijecimento. A população não é mais o foco; as políticas precisam, para avançar, gerar dividendos políticos. Assim, o que antes fora fruto das conquistas dos movimentos sociais, produzindo resultados consolidados nas políticas e práticas de habitação, por exemplo, parece que acabam redundando, em grande medida, em práticas de mera reprodução institucional. Em certo sentido, os atores sociais envolvidos, inclusive os movimentos sociais, parecem participar desses caminhos de maior institucionalização, como pudemos observar a partir das práticas no mutirão estudado.

Nessa segunda parte da exposição da pesquisa, vamos apresentar a investigação de uma experiência da economia solidária na cidade de São Paulo, o Banco Comunitário União Sampaio, localizado no bairro do Campo Limpo, com o objetivo de colaborar na compreensão de como práticas de trabalho mais democráticas podem se constituir, ou relações de trabalho que busquem novas formas democratizantes tanto em seus relacionamentos internos como com o trabalho. Intentamos assim, através das observações vindas do campo empírico, compreender

como e quais práticas de trabalho podem efetivamente se firmar como novas formas de acesso à cidade para seus participantes⁴⁶.

As experiências de economia solidária⁴⁷, que, sem dúvida, são formas de constituição de trabalho no Brasil, trazem uma variabilidade grande de maneiras de se constituir e, neste sentido, são consideradas por alguns como práticas experimentais e por outros como uma reposição das precarizações do mundo do trabalho. É o que vamos investigar. Possivelmente nem uma nem a outra afirmação são absolutamente verdadeiras dependendo do caso investigado, o que mostra a complexidade de um mundo cheio de contradições para quem acessa a cidade na precariedade e vai constituindo as estratégias para levar a vida. A economia solidária torna-se, de certa maneira, uma alternativa para essas contradições impostas pelo movimento do capital, e assim não podemos reduzir suas experiências a meras reposições das explorações do trabalho.

Nesse capítulo faremos uma apresentação da experiência do Banco Comunitário (com temas que serão retomados no capítulo seguinte) começando com um relato descritivo do Banco Sampaio; em seguida, teceremos uma discussão sobre o trabalho e suas formas precarizadas; terminando o capítulo com uma breve reconstituição das principais vertentes e discussões que compõem o que podemos chamar de campo da economia solidária a partir dos anos 1990 no Brasil, para então voltarmos para a análise do Banco Comunitário⁴⁸. No capítulo quatro teceremos

⁴⁶ O que pode resultar em um acesso de maior qualidade aos direitos, possibilidades de superação de situação de violência e humilhação social – que são para muitos moradores um código comum de inserção na cidade –, ou mesmo novas formas de trabalho ou de possibilidade de crédito, que possam trazer reflexões sobre o consumo e uso do dinheiro para quem se apropria da experiência.

⁴⁷ Vamos ao longo deste capítulo buscar realizar, de alguma maneira, uma reconstituição desse campo de reflexões e práticas do que podemos chamar de economia solidária no Brasil.

⁴⁸ No quarto capítulo, apresentaremos uma análise dos dados de campo obtidos por entrevistas qualitativas. Foram algo em torno de dezesseis diálogos, entre conversas mais informais, entrevistas mais curtas e entrevistas bastante longas gravadas com os coordenadores e funcionários do Banco Sampaio, da Associação União Popular de Mulheres e da Agência Solano Trindade, moradores do bairro, clientes do Banco, além de outros atores sociais, como os gestores do programa dos bancos comunitários e um dos organizadores de sarau da Zona Sul. Também utilizamos a observação participante de algumas atividades do Banco Comunitário e da Associação em que ele está sediado. As visitas ao Banco Sampaio aconteceram entre novembro de 2010 e setembro de 2011.

análises a partir de alguns temas escolhidos, pertinentes à questão que organiza essas reflexões: as intersecções entre trabalho e cidade. Queremos compreender, desse modo, como as propostas e ações do Banco podem modificar, em alguma medida, o acesso desses atores sociais a melhores condições de trabalho, condições que contribuam na produção de sentidos para a vida, trazendo também melhoras nas sociabilidades constituídas. Nessa medida, vamos à busca de analisar como o Banco Sampaio se relaciona com o bairro de pertencimento e seu entorno. O campo empírico orienta nossas reflexões, o que significa dizer que o enfoque da pesquisa será antes o modo como a atuação do Banco constitui novas formas de relação dos moradores com a cidade; do que investigar as relações do Banco com o campo da economia solidária ou se esse tipo de experiência pode fazer frente ao desenvolvimento do capitalismo.

De qualquer modo, o questionamento principal que o campo da economia solidária nos traz é compreendermos até que ponto novas experiências sociais que movimentem a economia popular podem trazer modificações no que diz respeito à relação dos indivíduos com a cidade. SINGER, P. afirma⁴⁹ que a economia solidária se consolidou nesses últimos anos nas brechas da crescente informalidade, do desemprego, e em zonas de grande precariedade, mas não só nessas zonas. Há experiências associadas a certo sindicalismo, como a recuperação de empresas falidas, há um campo ligado à Igreja e também a formação de políticas sociais vinculadas à economia solidária, transformando as experiências em modelos de gestão pública para programas de geração de trabalho e renda. As contradições são inerentes às experiências de economia solidária e assim podemos notar que a discussão nesse campo passa pela sua afirmação como um movimento social de expressão que faria frente ao grande capital, conquistando novas formas de produção em que os trabalhadores pudessem formar relações de trabalho mais distantes dos modelos de exploração intensa do capital⁵⁰.

⁴⁹ SINGER, em fala no IEA-USP, em julho de 2008.

⁵⁰ LIMA, 2007, faz um histórico sobre o cooperativismo e suas diferentes vertentes brasileiras: há desde cooperativas que visam meramente a terceirização para diminuir custos, vinculadas completamente à empresa contratante até experiências de economia solidária como o cooperativismo autogestionário, com suas dificuldades de implantação e êxito no mercado.

Embora nem sempre se possa verificar grandes transformações nas práticas de trabalho, podemos afirmar que há no geral certos ganhos na autonomia que são conquistados nas experiências de autogestão do trabalho cooperativo pelas mais variadas formas de implementação de gestão do trabalho nesses empreendimentos – ainda mais se compararmos às formas anteriores de trabalho de seus participantes. Podemos discutir essas práticas articulando as dificuldades que grandes parcelas da população têm para acessar os trabalhos formais e o modo como essas experiências se constituem também como estratégias de sobrevivência num acesso difícil à cidade. Devemos ressaltar que os últimos anos foram de crescimento econômico consistente, com expansão do mercado interno e algumas novas configurações urbanas (ROLNIK e KLINK, 2011). Por outro lado, analisando o crescimento do PIB *per capita*, pode-se notar que há algumas transformações nas configurações de desigualdade que se expressam nas dinâmicas das cidades, mas de forma desigual. Assim, os moradores/trabalhadores sentem o desenvolvimento econômico no cotidiano da cidade de formas muito distintas, embora haja impactos significativos nas suas vidas, como por exemplo, maior possibilidade de consumo. As experiências vinculadas de alguma maneira à economia solidária são desenvolvidas para essa população que é atingida mais lentamente pelas transformações virtuosas dos ciclos de desenvolvimento.

Algumas experiências da última década nos mostram que a implantação de empreendimentos de cooperativismo em São Paulo não são fáceis de equacionar. A dimensão da cidade deve produzir estratégias de execução muito precisas e elas nem sempre são possíveis pela heterogeneidade das periferias de São Paulo, como nos lembram MARQUES e TORRES (2004). Fatos esses que precisam ser levados em consideração para a implantação deste tipo de projeto de gestão na cidade. Pudemos constatar isso observando os resultados pouco efetivos do *Programa Começar de Novo*⁵¹ da gestão de Marta Suplicy⁵², que contava com a incubação de cooperativas para (re)introduzir pessoas com mais de 40 anos no mercado de trabalho. O Programa oferecia uma renda proveniente em um primeiro momento de uma bolsa social, mas

⁵¹ Embora o programa tenha sido inovador e importante na condução de experiências posteriores no âmbito federal, como o *Bolsa Família*, na visão de POCHMANN, 2010, que foi secretário da gestão Marta Suplicy da SDTS – Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade.

⁵² Cf. BERGAMIN, 2007.

que logo deveria ser gerada pela própria cooperativa, supondo então que ela teria êxito quase imediato no mercado e em muito pouco tempo conseguiria ser autossustentável. Podemos notar como forma-se um importante gargalo neste tipo de programa de geração de renda: recursos diminutos e pouco tempo para desenvolvimento dos empreendimentos no mercado são questões que persistem como grandes obstáculos aos resultados positivos em empréstimos dos bancos comunitários, por exemplo, discussão que iremos enfrentar a seguir no texto.

Vamos então à apresentação dessa experiência, que alia um movimento social já consolidado, a Associação União Popular de Mulheres, e novos caminhos trilhados pelo movimento social a partir da abertura do Banco Comunitário União Sampaio.

3.2. Apresentando o Banco Comunitário União Sampaio

I.

Nessa primeira aproximação ao Banco Comunitário União Sampaio, podemos afirmar que encontramos um novo modo de fazer política: atores sociais jovens filiados a uma associação com muitos anos de atuação no bairro, buscando uma organização a partir de uma rede de iniciativas que vêm acontecendo nos últimos anos na Zona Sul da cidade de São Paulo (entre os subdistritos de Campo Limpo e Capão Redondo). Essa parece ser a principal articulação que o projeto do Banco Comunitário traz: movimentar de novas maneiras o trabalho que já vinha sendo realizado na Associação em que está sediado, a União Popular de Mulheres do Campo Limpo e Adjacências – UPM.

O Banco Comunitário União Sampaio surgiu de um convênio da SENAES, do Banco Palmas, a ITCP/USP – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da USP – e o Movimento de Moradia. O Banco foi formado na Associação União Popular de Mulheres com longa história no bairro e vem ganhando força para realizar novos projetos. Assim, podemos apontar mudanças na constituição desse movimento social porque há a mistura de atores jovens com as lideranças mais consolidadas da

região, o que faz com que se ampliem os espaços de produção da política e de constituição de relações mais democráticas. A atuação dos atores sociais envolvidos com esse projeto acaba por fortalecer o desenvolvimento do Banco Comunitário: os coordenadores do Banco; a coordenação e os funcionários da União Popular de Mulheres; os moradores frequentadores da Casa da Mulher e os moradores mais ligados aos projetos do Banco; os novos sujeitos que vão se filiando aos mais recentes projetos; os comerciantes que aceitam a moeda social; os solicitantes dos empréstimos do Banco; a rede de pessoas de fora do bairro que se interessa pelo projeto e vão contribuindo com parcerias com o Banco.

A implantação do Banco Sampaio no bairro de alguma maneira abre horizontes para encaminhar essa luta política. A própria União Popular de Mulheres é um movimento social bastante atuante, e passa por um caminho de institucionalização para que se possa conquistar recursos e financiamentos para dar continuidades às lutas cotidianas. A constituição do Banco Comunitário Sampaio permite uma oxigenação e vai consolidando a formação de uma *comunidade política*, embora possamos afirmar que muitas das discussões e implementações sejam fruto também da experiência desses atores mais antigos da Associação. Essa mescla com os atores mais jovens desenvolve as relações entre os moradores do bairro de forma efetiva.

O Banco Comunitário União Sampaio é um banco comunitário que possui uma moeda social circulante: o *Sampaio*, que tem sua circulação delimitada territorialmente, o que visa garantir que o dinheiro nessa moeda local fique na comunidade. Para que a moeda circule nesse território, alguns comerciantes da região aceitam pagamentos em seus comércios na moeda social. O Banco trabalha com microcréditos produtivos, para investimentos em empreendimentos que gerem renda e empréstimos pessoais para que os moradores possam cobrir emergências.

Buscaremos então caracterizar o bairro e descrever o cenário em que o Banco Sampaio está localizado, para que a constituição da relação entre os atores sociais ligados e essa experiência possa ganhar sentido.

O Jd. Maria Sampaio tem aproximadamente 30.000 moradores e faz parte do distrito do Campo Limpo, que possui 211.361 habitantes, e é próximo ao Capão

Redondo, que conta com 268.729 habitantes⁵³. O Jd. Maria Sampaio, em São Paulo, faz divisa com Taboão da Serra por meio de um córrego, onde hoje há um piscinão, que, no entanto, não resolveu por completo a questão das enchentes ainda frequentes. O bairro fica numa região de morros e é marcado por três tipos de ocupação, que conferem características diferentes aos moradores dessas áreas: o chamado bairro – área formada sobretudo por casas de alvenaria mais estruturadas e moradores em melhor situação urbana, a Cohab, e a favela – área com maiores problemas de moradia, pobreza e situação urbana. A ocupação é bastante característica das periferias de São Paulo, com casas construídas bem juntas formando um tecido urbano sempre entremeado por favelas. E com problemas também semelhantes aos de outras periferias, como o fato de que as casas das partes altas só recebem água da Sabesp no período da noite, ficando sem acesso à rede durante todo o dia. Taboão da Serra e Campo Limpo são localidades contíguas, e a proximidade não vem só por seus limites geográficos, mas também porque as redes de transporte, de educação, de projetos sociais etc., não obedecem a esses limites territoriais. A rede de transporte público passa pelo terminal Campo Limpo e quem precisa sair do Taboão para vir para regiões mais distantes em São Paulo precisa se deslocar até o terminal, assim como quem mora no Jd. Maria Sampaio e como todos os moradores das proximidades, já que o terminal faz a distribuição dos ônibus para toda a cidade. Na região do Banco Comunitário há dois CEUs – Centros Educacionais Unificados –, assim como uma escola no Jd. Maria Sampaio que é bastante usada pelos moradores do Taboão da Serra, já que residem na vizinhança (o que também aproxima esses territórios). Alguns dos projetos sociais importantes acabam por aglutinar os moradores, como cursos profissionalizantes e atividades para as crianças que participam das ONGs. O Projeto Arrastão, por exemplo, localizado no Campo Limpo, bem na divisa com o Taboão da Serra, é uma ONG situada no bairro desde 1968, e é uma referência importante para os moradores do Campo Limpo e de Taboão da Serra com seus cursos para crianças, jovens e adultos⁵⁴.

⁵³ Dados da Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras do Município de São Paulo, fonte: IBGE 2010.

⁵⁴ A entidade, formada em 1968, hoje conta com mais de 100 funcionários; suas atividades atendem em torno de 6.500 pessoas por mês.

Nas suas localidades mais pobres, a região conta com todo tipo de problema relacionado às condições extremamente precárias da vida. Há conjuntos de prédios de habitação populares abandonados antes do término da obra e ocupados por moradores que se encontram com condições de moradia muito difíceis. As favelas da região têm áreas de muita precariedade material, no geral correspondendo a uma vida muito precária também: desemprego, abuso, violência, abandono das crianças a situações de grande risco social.

Outra percepção dos moradores importante para compreender a vida naquela localidade é a relação com a violência cotidiana na vida das pessoas. Com a chegada do PCC (Primeiro Comando da Capital) ao bairro, novos arranjos se formaram: se por um lado há certa negociação sempre perigosa e frágil com o crime, de outro lado há uma legitimação dessa atuação pela população que percebe uma melhora da vida quando a violência parece mais controlada por uma arbitragem dos conflitos mesmo que feita pelo PCC⁵⁵. Estamos falando, portanto, da parte da Zona Sul considerada a mais violenta da cidade de São Paulo. Os dois distritos policiais de Campo Limpo e Capão Redondo ocupam segundo e terceiro lugares, respectivamente, no ranking de homicídios⁵⁶ e, fazem divisa com Parque Santo Antônio, o primeiro da lista.

A partir desse quadro, as mudanças que os movimentos sociais vão implementando são visíveis e importantes para todos. Essas mudanças só podem ser compreendidas articulando elementos que estão numa linha tênue entre a legalidade e a ilegalidade⁵⁷. O domínio do PCC – que de alguma maneira se articula em negociação com todas as redes de atuação cultural e assistencial no bairro e, em contrapartida, a movimentação da polícia, tornam as mudanças no bairro ligadas à chegada dessa de

⁵⁵ Sobre esse tema ver MARQUES, 2009.

⁵⁶ Dados de criminalidade por distritos policiais em abril de 2011, provenientes da Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo e publicados pelo jornal O Estado de São Paulo, em 16 de abril de 2011.

⁵⁷ Vários autores como RIZEK, 2010 e TELLES, 2010, vêm refletindo sobre o modo como as fronteiras sobre o legal e o ilegal se encontram borradas, sem uma distinção nítida, o que não permite utilizarmos as categorias convencionais de análise sociológica.

“organização” vinda das prisões⁵⁸. Como exemplo, podemos citar as constantes operações de revista aos moradores, traços de uma atuação política da Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo que acirra o conflito dos moradores com a polícia, esta sendo vista como servindo aos ricos exclusivamente.

Também é importante ressaltar que o bairro ganhou novos empreendimentos comerciais nos últimos anos, dois deles contam com investimentos particularmente altos para a região, como a padaria, com investimento estimado em R\$ 500.000,00 e um mercado pertencente a uma rede que possui lojas na periferia da Zona Sul da cidade, que investiu algo em torno de R\$ 1.000.000,00. São números que expressam uma atividade econômica que cresce em todas as regiões da cidade, e mostram nova disposição de investimentos na periferia, também ali no Jd. Maria Sampaio. Assim, há a percepção de que na periferia tem circulado mais dinheiro e que os investimentos em estabelecimentos comerciais mais bem equipados vêm sendo concretizados nesses últimos anos. Embora ainda precário, o bairro vai lentamente sofrendo algumas transformações visíveis: já não é necessário sair da localidade para fazer todas as compras. O novo comércio mais estruturado passa a dividir espaço com o comércio informal habitual das periferias da cidade.

Nesse comércio algumas lojas aceitam o Sampaio como meio de pagamento: uma loja de materiais de construção, uma de lingerie, uma lanchonete e outros tipos de comércio, como o Sarau do Binho e o Sarau da Vila Fundão⁵⁹. Mais de vinte comerciantes aceitam e ajudam a fazer a moeda circular. Os comerciantes que aceitam Sampaio foram “convencidos” pelos funcionários do Banco a participar do projeto. Muitos ainda vão até o Banco trocar as moedas sociais recebidas no dia a dia por Reais, mas alguns já sentem que o Banco trouxe também uma responsabilidade relacionada ao consumo e se preocupam em gastar a moeda local recebida ali mesmo

⁵⁸ Os índices de morte por homicídio caíram de forma acentuada e consistente nos últimos anos na cidade de São Paulo em todos os distritos. No Capão Redondo, especialmente, essa queda é muito acentuada, mais de 70%, assim como em outros distritos que tinham índices piores do que países em guerra, como o Jardim Ângela e a Brasilândia.

⁵⁹ Essas atividades culturais dessa região da zona sul de São Paulo formam uma rede de apresentação de grupos de produção artística, como discutiremos adiante.

nos estabelecimentos comerciais do bairro, para fazer a moeda circular e fortalecer o comércio local.

Se por um lado podemos identificar grandes transformações de consumo e de acesso ao consumo com a chegada desses estabelecimentos mais estruturados – o que representa para o bairro mudanças substantivas de desenvolvimento territorial, ligadas às transformações econômicas que ocorreram nos dois governos Lula, por outro lado não são todos os processos que levam urbanidade para as periferias. Assim, por exemplo, há a percepção de que a acessibilidade piorou para saída e chegada ao bairro com transporte público após a construção do terminal de ônibus Campo Limpo, inaugurado em outubro de 2009. Os moradores descreveram os trabalhadores que chegam pela manhã no terminal, que centraliza chegadas e saídas do bairro para o resto da cidade, como “zumbis”. Ao que parece, o tempo de espera para se conseguir entrar numa condução aumentou e a população gasta mais tempo para chegar ao trabalho e voltar para casa depois da jornada. Essas experiências deixam uma inscrição no corpo dos moradores da cidade que precisam passar longas horas no transporte para chegar ao trabalho e mostram como a cidade reproduz as desigualdades e cria novas formas dessa reprodução. Há para os moradores nitidamente falta de percepção dos problemas e de vontade política por parte do Governo Municipal para enxergar as necessidades de acessibilidade da população.

O Banco União Sampaio não pode ser entendido sem a compreensão da atuação da Associação Comunitária que é parceira do Banco: a União Popular de Mulheres da Zona Sul e Adjacências. O Banco está localizado dentro da Associação, não só fisicamente. A Associação participa do Banco inclusive com recursos que podem ser deslocados para lá. O objetivo principal do trabalho da União Popular de Mulheres é romper esses ciclos de precariedade nessa região, marcada pela pobreza e pela violência e com todas as consequências delas. Dada a longa história no bairro da UPM, com seus mais de vinte anos de atuação, a ideia do Banco foi recebida como um projeto que viria se somar aos outros já desenvolvidos pela Associação.

Na verdade o Banco chegou nesse patamar que ele chegou tão rápido, nesses dois anos com um processo de apropriação da comunidade muito grande em relação a esse projeto. Não há como negar que isso só aconteceu porque o Banco está aqui na União Popular de Mulheres, essa Entidade já

desenvolve atividades nesse espaço há mais de 5 anos, então a comunidade já conhece o espaço, já conhece o que acontece, essa questão da segurança nunca tivemos problemas, isso são reconhecimentos da comunidade, muito mais do que a pessoa vir e falar, as atividades, tem a ação de andar no bairro e tudo. Essa credibilidade que o Banco tem com os moradores é a credibilidade que a Entidade tem aqui no bairro. O Banco tem muito ainda muito que construir para extrapolar o que foi construído nesse tempo (Rafael Mesquita, coordenador do Banco Comunitário União Sampaio).

Houve, então, uma aposta no Banco Comunitário como um instrumento para ajudar a romper com ciclos de dificuldades econômicas enfrentadas pelos moradores do bairro que levaram e ainda levam a um desenvolvimento lento e desigual da região, mesmo em tempos de crescimento econômico e diminuição do desemprego no Brasil (POCHMANN, 2010).

Uma Associação de tantos anos conquistou um lugar no bairro: para a realização de cursos, uso de computadores, lugar de conversas, onde as crianças brincam e vão tomar lanche (lanche este destinado ao grupo de idosos, mas muito frequentado pelas crianças, que sabem o horário e vão lá se alimentar quando possível). E com a chegada do Banco Comunitário, os moradores vão até lá tomar dinheiro emprestado. A circulação de pessoas na casa é enorme, em torno de 300 pessoas passam por lá por dia.

Esse conjunto de transformações que os movimentos culturais trazem para o bairro e adjacências e que começaram a ganhar corpo nos últimos anos constituem indícios de que há novas formas de conviver. Os encontros frequentes mostram nova sociabilidade para os jovens, com atividades como os saraus culturais semanais; só no entorno do Capão Redondo e Campo Limpo são ao menos três com atividades em um dia fixo da semana. A Associação foi também ela um Ponto de Cultura, programa do Ministério da Cultura, que fomenta atividades culturais como ensino de música para crianças (nesse caso, aulas de instrumentalização para tocar samba aconteceram em um bar, que também se torna um local de referência para os jovens⁶⁰). A associação espera

⁶⁰ Mesmo com o projeto terminado, os instrumentos permaneciam a postos no bar no dia em que havia uma sessão do chamado “cine samba” e pude estar presente. O “bar” era também a casa do professor de música, que afirmou que o seu estabelecimento havia falido, com sempre acontecia, e que não tinha,

receber os recursos de um novo convênio já aprovado para a formação de um novo Ponto de Cultura. Também podemos pensar nas possibilidades de profissionalização que essas atividades constantes começam a mostrar. Há uma percepção dos moradores entrevistados de que os jovens já não querem mais sair do bairro de qualquer jeito quando conseguem se profissionalizar de alguma maneira, o que poderia ser uma representação de ascensão social. A possibilidade de ficar morando no bairro vai se tornando real e mostra que a localidade ganhou novos contornos, e essa diversidade de coisas acontecendo é possível por diversos fatores que vão se correlacionando, como o fato de que as pessoas não têm mais tanto medo de permanecer na rua até tarde, podem circular nos territórios do bairro, o que possibilita novas formas de sociabilidade para todos, especialmente para os jovens e as crianças. As reclamações dos moradores são mais ligadas hoje às formas de abordagem da polícia, com o aumento do número dessas abordagens para revistas dos moradores.

A Associação União Popular de Mulheres tem sua atuação voltada aos moradores, especialmente as mulheres, para ajudar na superação da pobreza. A violência foi sempre um foco fundamental de atuação de dona Neide, a sua incansável presidente, hoje com mais de setenta anos. A Associação passou, como tantas outras associações e ONGs, pelo processo de institucionalização e hoje busca através de editais de financiamentos públicos concretizar projetos para sua manutenção, como pagamento de aluguel da sua sede no Jd. Maria Sampaio, pagamento dos funcionários e a gestão das atividades em mais duas casas: o Espaço Maria Bonita, no Jd. Lídia, no Capão Redondo e Galpão do Movimento de Moradia, no Jd. Suinga, também no Capão Redondo. Os convênios com as Secretarias Municipais, como a SAS e a Secretaria de Educação; as parcerias com o Governo Estadual, com o Programa Viva Leite, de distribuição de leite; o programa VAI – Valorização de Iniciativas Culturais, da

portanto, cerveja para vender. No local há uma biblioteca para que as crianças e seus frequentadores noturnos possam ter contato com os livros e que isso seja um incentivo à leitura. O bar tem uma decoração com muitos objetos penduradas no teto e também quadros que haviam sido pintados recentemente por frequentadores da casa, adultos e crianças.

Prefeitura de São Paulo⁶¹ – que contemplou em 2010 a produção de dois CDs e um outro projeto em 2011 para a abertura da Agência Popular de Fomento a Cultura Solano Trindade⁶², linha de financiamento de produções culturais vinculadas ao Banco Sampaio; e os projetos pontuais com o Governo Federal, como o Ponto de Cultura/MINC e o Prêmio Economia Viva, vão formando um leque de iniciativas dessa intrincada rede de gestão de uma Associação em busca de recursos para dar continuidade às suas atividades.

A Associação tem uma preocupação enorme com todas as atividades em que se envolve, e fomenta uma discussão política sobre por que implantar tais ações e quais as consequências para a “comunidade”⁶³. Podemos afirmar que essas iniciativas por um lado se encontram na lógica de funcionamento das ONGs e Associações em que hoje se concretizam o gerenciamento desses lugares sociais, e podem ser vistas, por outro lado, como um outro movimento no interior desse processo. Aqui a lógica que faz a UPM funcionar não é a que participa da reprodução de um padrão de ordenamento da sociedade e do modo como a periferia deve contribuir, assim, para a constituição de certa “gestão da pobreza”. A UPM e o Banco Comunitário funcionam na busca de uma ampliação de espaços de participação dos moradores e a contrapelo busca novas formas de organização da sociedade.

A ligação umbilical do Banco com a Associação faz com que o desenvolvimento do Banco Comunitário não seja algo pontual e nem se abata com as dificuldades por que passa esse tipo de experiência.

Quando há um projeto que consideram importante para os moradores, acabam dando continuidade a ele, mesmo quando terminam os recursos financeiros, sempre atrelados aos tempos determinados dos convênios firmados, muitas vezes o tempo das gestões Municipais, Estaduais e Federais. Assim, por exemplo, se deu a

⁶¹ O Vai foi criado pela lei 13.540, de autoria do vereador Nabil Bonduki, em 2003, para incentivar com recursos subsidiados a produção cultural liderada por jovens pobres, em locais com poucos equipamentos de cultura e lazer.

⁶² Esses projetos VAI contam com orçamento em torno de R\$ 20.000,00 cada.

⁶³ Pude acompanhar uma reunião de final de ano para avaliação das ações do ano que havia passado e planejamento para o ano seguinte, na qual todos os projetos foram discutidos a partir dessa proposição política sobre o que foi interessante para o bom andamento da atividade e o que poderia ser melhorado.

manutenção de um curso de alfabetização, o MOVA – Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos⁶⁴, atendendo os moradores em parceria com a Secretaria de Educação Municipal, mas que não renovou o convênio em um dado período. Mesmo depois de acabadas as verbas destinadas a ele, as aulas continuaram porque, em uma avaliação dos projetos da Casa, seus membros concluíram que era importante manter o curso aberto. Em relação ao projeto do Banco Comunitário, quando findou o primeiro convênio, a Associação deu continuidade a ele, investindo no projeto com bastante prioridade. Há uma continuidade nos projetos para que a população se aproprie deles e do espaço, e possa utilizá-los para conquista de autonomia: essa é a filosofia do trabalho de todos ali. Como exemplo disso, podemos citar o convênio com a Prefeitura, através da SAS – Secretaria de Assistência Social – para receber idosos em grupo de terapia ocupacional todas as tardes. Ou os grupos de recebimento de leite, que levam os moradores da região até a Casa da Mulher⁶⁵, em parceria com a Secretaria do Abastecimento do Governo do Estado de São Paulo, por meio do Programa Viva Leite.

II.

O Banco União Sampaio surge de uma parceria entre a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES-MTE), o Instituto Palmas de Fortaleza (ligado ao Banco Palmas, primeiro banco popular com moeda social circulante local no Brasil), a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da USP (ITCP-USP) e o Movimento de Moradia – através do projeto “Economia Solidária e Movimento de Moradia: Desenvolvimento Local Solidário para as Regiões Periféricas de São Paulo”. Desse projeto formaram-se cinco bancos comunitários em diferentes regiões da cidade de São Paulo com verba de uma emenda parlamentar.

⁶⁴ O MOVA foi criado na gestão de Paulo Freire à frente da Secretaria de Educação do Município, na gestão de Luiza Erundina em São Paulo, em 1989, para alfabetização de jovens e adultos.

⁶⁵ Os coordenadores da UPM acham fundamental, para que se possa desenvolver esse trabalho, que os moradores do bairro e da região cheguem até a Associação, já que com uma sede própria não há mais possibilidade de se fazer tantas visitas à casa das pessoas, como era feito no início do trabalho com as mulheres do bairro. Eram conversas sobre as relações de violência e as condições de vida, entre outros temas.

A implantação dos bancos foi feita a partir de um curso dado pelo Banco Palmas para apreensão dos principais fundamentos do funcionamento de um banco comunitário, e depois através de uma assessoria do Nesol – Núcleo de Apoio às Atividades de Extensão em Economia Solidária/USP – até os primeiros meses de funcionamento do Banco, quando o financiamento do projeto, nessa primeira etapa, terminou⁶⁶.

Muitas das experiências vinculadas à economia solidária têm se mostrado precárias. São experiências destinadas às populações pobres e são executadas com grandes dificuldades institucionais durante todo o processo. Nesse caso da formação dos bancos comunitários em São Paulo, foi feita uma parceria com o Banco Palmas e os cinco bancos constituídos receberam um financiamento muito pequeno. A princípio seriam somente conjuntos construídos por mutirão que poderiam ser escolhidos como localidade para os bancos, porque a emenda parlamentar era destinada ao Movimento de Moradia de São Paulo, mas a UPM do Jd. Maria Sampaio surgiu como uma possibilidade para a formação do Banco por ter uma associação comunitária constituída há décadas no bairro, reunindo assim alguns requisitos importantes para a constituição de um banco comunitário⁶⁷. O Banco Sampaio, então, se forma nos “quarenta e cinco minutos do segundo tempo”, como nos conta o coordenador do Banco⁶⁸, contando com forte oposição de outras lideranças comunitárias ligadas ao

⁶⁶ Como sempre nessas experiências de economia solidária, as verbas são escassas e contingenciadas a determinados fins. O financiamento do projeto terminou, mas os bancos precisaram se manter sozinhos: a associação que tinha interesse de que o banco pudesse firmar novas experiências conseguiu manter seu funcionamento de forma efetiva.

⁶⁷ Além disso, há todo um contexto de desentendimentos entre a ITCP/USP, que inicialmente ia gerir o projeto, e o Movimento de Moradia. Em conversa com uma das membras da ITCP, houve um *mea culpa* ao analisar o processo: ela pôde reconhecer que por inexperiência entrou em choques desnecessários com as lideranças do movimento, o que resultou no afastamento da ITCP da gestão do projeto. O Nesol assumiu a constituição dos quatro bancos comunitários previstos inicialmente e a ITCP se manteve no projeto com a abertura do Banco Sampaio, que foi no fim “bancado” por eles, para que toda a experiência acumulada no estudo dos bancos comunitários não se perdesse. Visitamos três desses bancos: o União Sampaio na Zona Sul; Apuanã, na Zona Norte; e o Autogestão, também na Zona Sul.

⁶⁸ A experiência dos bancos comunitários também nos chamou a atenção por essa ligação com o movimento de moradia e por se situarem nos conjuntos de mutirão. Porém, o Banco Sampaio reúne

movimento de habitação, porque a UPM não tinha vínculo com experiências de mutirão⁶⁹. Além disso, uma série de conflitos entre o movimento de moradia e a ITCP/USP atrasou a implantação do projeto e dificultou a entrada da UPM como localidade para que mais um banco comunitário fosse aberto. Nesse processo entrou o Nesol como assessoria técnica na abertura dos quatro bancos ligados ao movimento de moradia e a ITCP permaneceu no projeto assessorando apenas o Banco Sampaio.

Depois da conquista da constituição do Banco Comunitário no bairro o desafio seguinte foi conseguir financiamento para o lastro do Banco. O financiamento teve que ser negociado porque a princípio os empréstimos aos moradores seriam realizados com um cartão eletrônico pelo Banco do Brasil, mas a falta de regulamentação dos bancos comunitários pelo Banco Central impediu que essa parceria fosse adiante. Assim, o Banco Sampaio conseguiu através do projeto, iniciar suas atividades com uma movimentação de R\$ 2.000,00 em Sampaio, com lastro em Reais, mais R\$ 8.000,00 destinados aos empréstimos produtivos. Os recursos são destinados para empréstimos pessoais, sem pagamento de juros, para necessidades emergenciais, como a compra de um botijão de gás, pagamento de contas, compras de bens de necessidade nos mercados locais que aceitem a moeda; e, também para crédito produtivo (empréstimos geralmente de até R\$ 1.000,00), com juros que podem chegar a 2,5%, bem inferiores aos praticados no mercado. Os empréstimos produtivos têm se destinado àqueles que desejam investir nos seus próprios negócios como, por exemplo, a abertura de uma loja no comércio local, investimentos nos empreendimentos já existentes, ou até mesmo financiamento para pequenas reformas habitacionais.

O Banco Sampaio completou dois anos em junho de 2011 e esse seu pouco tempo de funcionamento mostra que as dificuldades enfrentadas ainda permanecerão

algumas características que o apresentam como um projeto promissor, com potencial para levar adiante a experiência da moeda social em São Paulo.

⁶⁹ A visita ao Banco Comunitário Apuanã nos mostrou uma composição bastante diferente. A coordenação do Banco estava ligada à UMM o que dava, até aquele momento, uma direção determinada às escolhas de funcionamento do Banco, sempre ligadas aos interesses da Associação, que havia conduzido todo o processo do mutirão e do pós-morar. Ali os apartamentos construídos não podem ser repassados ou vendidos e a Associação tem reivindicado na justiça a sua posse. É uma associação muito atuante e forte, mas, para fazer funcionar o Banco Comunitário, essas características pareceram mais atrapalhar do que fortalecer a experiência.

até que o Banco consiga um maior aporte financeiro. A aposta da ITCP-USP (que assessorou a formação do banco) é de que com três anos de funcionamento o Banco conseguiria autonomia financeira. Mas a fragilidade da constituição institucional do Banco se apresenta como um dos grandes limitadores para que suas atividades possam ter um peso maior no bairro. A movimentação financeira do Banco é muito pequena e ela não paga o seu funcionamento, que precisaria de um lastro financeiro muito maior para que o projeto pudesse se autossustentar (embora este realmente não seja um objetivo essencial para o funcionamento do Banco Sampaio)⁷⁰. A estrutura é pequena e há dificuldades para um acompanhamento mais de perto dos empreendimentos e dos moradores que pegam empréstimos de consumo. Há uma série de acompanhamentos a atividades que o Banco poderia realizar como, por exemplo, auxiliar os comerciantes menos experientes a fazer um livro caixa ou identificar o momento de legalizar um empreendimento, mas o Banco não consegue dar conta dessas demandas.

Depois de um ano de funcionamento, o Banco deixou de receber ajuda para manutenção dos seus três funcionários e passou a contar exclusivamente com os projetos já em andamento na União Popular de Mulheres para dar continuidade ao seu trabalho, mas hoje conta novamente com recursos para pagamento dos funcionários por um aditamento do projeto com a SENAES (em parceria com o Nesol) para manutenção dos bancos comunitários existentes e criação de novos bancos na região sudoeste do país.

Os empréstimos são realizados após uma avaliação de crédito realizada através de conversas com a família e observação das relações sociais e familiares. Quando o Banco avalia que um possível cliente não tem boa relação com a comunidade, sugere-se que o indivíduo busque outras alternativas, como o Bolsa Família, por exemplo.

Rafael Mesquita, coordenador do Banco Sampaio, acredita que a experiência em São Paulo é muito diferente daquela realizada pelo Banco Palmas em Fortaleza/CE, pelas grandes diferenças que existiram nas formações das periferias de Fortaleza e da cidade de São Paulo. Em Fortaleza, o comércio no bairro dos Palmares era absolutamente incipiente e todas as compras e usos de serviços tinham que ser

⁷⁰ Rafael, coordenador do Banco, calcula que seriam necessários mais de R\$ 100.000,00 de lastro para o Banco se autossustentar, valor com o qual conta o Banco Bem de Vitória, no Espírito Santo.

feitos fora do bairro. Na avaliação de Rafael, em São Paulo, na época de formação do Banco Comunitário, em 2009, o Jd. Maria Sampaio já contava com um comércio mais estabelecido, o que traz dificuldades maiores para a implantação e fortalecimento do Banco.

Conversando com Rafael e outro morador do Capão Redondo – cujo pai foi proprietário da padaria na rua principal de comércio do Jd. Maria Sampaio, vendida para a atual proprietária que reformou a padaria investindo meio milhão de Reais – temos relatos da enorme transformação que esta rua comercial do bairro passou nos últimos anos. Grandes investimentos, como a abertura de um supermercado de uma rede que tem lojas na periferia da Zona Sul da cidade, investindo mais de um milhão de Reais, além da padaria, mostram uma nova disposição de investimento na periferia. Novos mercados vão se consolidando e dando visibilidade para um crescimento de consumo da população, que vê assim uma melhora nas condições de moradia, com maior facilidade de obter os bens de consumo de maior necessidade.

Aqui encontramos uma hipótese potente de análise do desenvolvimento deste Banco Comunitário, iluminada pelas caracterizações que pudemos realizar: é possível fazer política, movimentar atores sociais que podem congregam novas articulações nas suas comunidades, também porque conhecem como são as lógicas da política local (lógica policial, como afirma RANCIÈRE, 1996) para realizar um trabalho distinto. Um trabalho que se move entre essas lógicas, mas também conseguindo articular características que fogem a uma mera reprodução e aceitação dessa naturalização que a pobreza sofre. Há uma luta política travada em cada ação e em cada estratégia para lidar com diferentes lógicas da política municipal, e a *política* está propriamente nestes lugares sociais em um campo de disputa pelos significados, como nos lembra RANCIÈRE, 1996. A coordenação do Banco Sampaio conjuntamente com a União Popular de Mulheres procura organizar e realizar projetos, muitos vinculados sim às gestões públicas (como os convênios com as Secretarias Municipais, etc.), mas também busca articular projetos e montar estratégias que possam render novas organizações urbanas, novos modos dos moradores acessarem a cidade, como a experiência do Ponto de Cultura, que foi realizada de forma descentralizada da Associação, em outros locais, com outros atores participando e se engajando nos projetos da UPM. Vemos, então, a articulação de um movimento social

que não se encontra atrelado às formas totalmente conhecidas e estabelecidas, buscando essencialmente o fazer da *política*⁷¹.

III.

A criação de bancos populares nos bairros de periferia, uma experiência recente na cidade de São Paulo, objetiva fomentar através do acesso ao microcrédito para financiamento de empreendimentos realizados nos bairros, um desenvolvimento das atividades econômicas e das relações entre os moradores onde os bancos estão localizados. Os empréstimos sociais cobrem as necessidades de crédito para fomento de um crescimento da economia local e para cobrir emergências, entre outras coisas. Um fator fundamental para desenvolvimento dos bancos é a circulação da moeda social aceita nos comércios locais. Um banco comunitário possui essencialmente um papel de articulação das relações sociais do bairro, que passam pelas relações de trabalho, geração de renda, fortalecimento da economia familiar, além de outras possibilidades como o que ocorre no banco popular aqui apresentado: o Banco Comunitário União Sampaio, localizado no Campo Limpo, Zona Sul da cidade de São Paulo. Definir o que é uma moeda social pode ajudar a compreender sua implantação, assim a definição dada pelo Banco Palmas de Fortaleza mostra seu funcionamento:

Moeda Social Local Circulante, também chamada de circulante local, é uma moeda, complementar ao Real (Moeda Nacional - R\$), criada pelo Banco Comunitário. O circulante local objetiva fazer com que o “dinheiro” circule na própria comunidade, ampliando o poder de comercialização local, aumentando a riqueza circulante na comunidade, gerando trabalho e renda. Desta forma a Moeda Social torna-se componente essencial nas estratégias dos bancos comunitários. Os créditos em “reais” podem ajudar no crescimento econômico do bairro ou município gerando novas riquezas. Mas são as moedas sociais que asseguram o desenvolvimento ao favorecer que essa riqueza gerada circule na própria comunidade. (site do Banco

⁷¹ No sentido atribuído por RANCIÈRE, 1996, fazer política é o estabelecimento do dissenso. No caso da atuação do Banco Sampaio, seria a realização de projetos que busquem instituir novas formas de pensar e agir sem seguir aquelas já estabelecidas.

Ao movimentar essa intrincada rede de relações, a moeda social pode fomentar uma nova articulação entre os moradores desses bairros e a cidade a partir da implantação de outros parâmetros de circulação da moeda, como por exemplo, o incentivo ao consumo local. O questionamento é de como romper com os ciclos de pobreza que vão se reproduzindo, uma vez que sem intervenções não há como quebrar com as condições sociais adversas que participam de um movimento infundável de reprodução das desigualdades, mesmo em momentos de maior aquecimento econômico.

A pobreza é uma doença crônica. Não pode ser curada com medidas improvisadas. Pode haver medidas de curto prazo, mas é preciso ter em mente uma estratégia de longo prazo quando se dá um rápido passo tático. A continuidade das relações cria um clima de confiança, que ajuda a estabelecer a base para um nível superior de relacionamento. Nesse sentido, um programa curto é totalmente inócuo. Por isso é tão importante ter funcionários empenhados durante todo o trabalho de implantação do programa, pessoas que encaram com a maior seriedade a tarefa de erradicar a pobreza de nosso país (YUNUS, 2000, p.133).

O desenvolvimento do trabalho no Banco Comunitário União Sampaio é voltado para atender as necessidades dos moradores possibilitando com que o microcrédito traga melhorias à vida das pessoas de forma geral. Assim o coordenador do Banco Sampaio Rafael Mesquita⁷² e sua equipe, buscando referências com os moradores e com os outros membros da UPM, foram formando uma conceitualização para parametrizar as ações do Banco, como por exemplo buscando definir o que é para eles a inadimplência de algum cliente do Banco. E a relação do Banco com a inadimplência é distinta da definição do mercado: expressa uma relação que diferencia o Banco Comunitário de outras instituições financeiras. Se as pessoas estão cumprindo os compromissos firmados com o Banco, como o uso do crédito para o fim declarado

⁷² Os nomes do coordenador do banco, do analista de crédito, da presidente da Associação e outros colaboradores não foram trocados, a pedido deles.

na solicitação, isso é percebido como a manutenção de uma relação de confiança com o Banco, mesmo que o cliente não esteja pagando as prestações em dia. Há um campo de diálogo para que se possa explicar as dificuldades, já que o Banco Comunitário volta sua atuação para as relações com os moradores do bairro e as relações financeiras não são as que importam centralmente, como sempre lembra a todos os seus interlocutores o coordenador do Banco. Os atrasos acontecem nos pagamentos e vão sendo avaliados ao longo do processo com o Banco, em que os problemas vão se tornando coletivos⁷³. O coordenador do Banco e o analista de crédito vêm acumulando experiências de outras iniciativas de que participaram. Thiago, o analista de crédito do Banco, mesmo muito jovem, hoje com vinte e três anos, já participou e trabalhou em diversas entidades do terceiro setor, no chamado *empreendedorismo social*.

Eu ganhava R\$ 600,00 e morando com minha mãe lá a gente começou a modificar a casa, bati uma laje. Eu morava num dois cômodos, dormia num quarto junto com meu irmão, o quarto já era a cozinha. Minha mãe é manicure e empregada doméstica. Dois cômodos e um banheiro só. Pensamos em fazer um cômodo em cima que ficou o quarto da minha mãe. Começamos a modificar a nossa casa com os R\$ 600,00 que eu ganhava lá com 15 anos. (...) Quem coordenava o projeto era eu, aprendendo, né mano? (...) Mô dá hora, né meu, eu lá no Arrastão implementando um projeto, dando atenção na escola porque estava vendo a aplicação da matemática na prática, fazendo objetivo geral, elaborando texto... (Thiago, analista de crédito do Banco Sampaio).

E por outro lado, temos a experiência do coordenador Rafael, que conviveu em acampamentos e assentamentos do MST, trazendo um acúmulo de conhecimentos e experiências políticas que ajudam a lidar com as questões que surgem no Banco e na Associação. E, sobretudo, ambos se sentem bastante à vontade para a criação de novos

⁷³ Na reunião no final de 2010 com toda a equipe da UPM para avaliação das atividades do ano e propostas para o ano seguinte, esse era um dos temas da reunião: definir o que era para eles e para a comunidade inadimplência, sustentabilidade e outros conceitos importantes para o desenvolvimento das atividades da Casa. São palavras, que sempre surgem nas conversas, entrevistas e atividades ligadas aos bancos comunitários, que eles queriam redefinir com os seus próprios termos, em uma espécie de apropriação prática dos conceitos.

projetos. Nesse sentido, a apropriação da experiência do Banco parece ser incomum, porque os outros bancos comunitários formados em São Paulo não conseguiram ainda resultados tão importantes em tão pouco tempo. Estamos, portanto, tratando aqui de um caso exemplar, como também é o Banco Palmas de Fortaleza, que rapidamente ganhou autonomia econômica e uma atuação no bairro que lhe permite criar outras relações com os moradores e dos moradores com a cidade, possibilitando a eles maior acesso à cidade⁷⁴.

A experiência do Banco Comunitário mostra que o que está em jogo é a conquista de maior autonomia para os moradores do bairro. O Banco atua sempre no sentido de auxiliar as pessoas onde elas encontram as maiores dificuldades e ser o local onde podem, então, buscar auxílio por meio de um financiamento de microcrédito, mas também partilhar saberes, introduzir novos modos de construir cada empreendimento. As dificuldades para essas tarefas são imensas: o Banco conta com poucos recursos efetivamente e não tem como suprir, evidentemente, todas as necessidades de quem o procura. Há auxílio a quem vai pedir microcrédito para empregar em atividades autônomas, para que possa constituir uma renda ou aumentar os rendimentos do trabalho assalariado, além dos empréstimos para as emergências.

O exemplo da filha de uma comerciante já estabelecida na Vila Sampaio, mostra a complexidade da atuação do Banco. Ela procurou ajuda para abrir um novo comércio. Em conjunto com a equipe do Banco, pesquisou o que era mais apropriado para a região, observando que tipo de comércio faltava; a moça abriu então uma loja de produtos para bebê. Logo em seguida, com algumas poucas semanas, a loja tornou-se um comércio de doces, para em seguida fechar definitivamente. A necessidade de que empréstimos destinados para empreendimentos econômicos possam gerar uma renda imediata é um dos grandes desafios da atuação do Banco e de quem solicita crédito, como podemos vislumbrar a partir desse exemplo. Neste caso, a empreendedora não

⁷⁴ O Banco Palmas foi criando suas formas de funcionamento; primeiro o projeto de um banco comunitário foi implantado e só depois a moeda social foi constituída, como ideia de um pesquisador argentino que arrumou financiamento para essa etapa do projeto. Até hoje, o Banco vai inventando formas de movimentar o bairro; recentemente organizou uma série de reuniões para que os jovens pudessem identificar qual seriam os maiores problemas do bairro e a partir de um diagnóstico feito por eles próprios buscar soluções para as questões levantadas.

conseguiu esperar o tempo para que seu novo negócio pudesse minimamente prosperar no bairro, que apresenta também características muito peculiares: é um bairro de periferia da cidade de São Paulo, bastante característico de uma ocupação que já conta com algumas décadas, com áreas próximas de córregos, com riscos de enchentes e situação precária de moradia e condição social dos moradores. O comércio tem crescido nos últimos anos, mas ainda é pequeno; possivelmente não são todos os tipos de atividade que conseguirão se firmar.

O segundo caso que podemos observar é de uma moradora que tomou um empréstimo para a reforma de uma banca que vende temperos na rua central do bairro. A senhora precisava do empréstimo para reformar sua banca de rua e o Banco estava analisando qual seria a melhor solução para a sua situação, que era de extrema necessidade e acesso a poucos recursos. Passados alguns dias, ela apareceu com um serralheiro que afirmou executar o serviço por um valor abaixo do valor de mercado e, assim, o empréstimo que tinha um limite máximo pôde ser efetuado. No dia da nossa primeira visita, pudemos constatar que o serviço fora pessimamente realizado e a dona da banca estava angustiada e furiosa. As chapas de metal colocadas eram frágeis demais e podiam ser rasgadas com faca, dizia ela, apresentavam grandes vãos e, assim, não daria para ela deixar sua mercadoria dentro da sua banquinha, que se encontrava sem nenhuma segurança. O coordenador do Banco conversou um pouco com ela e depois continuamos caminhando e, no seu relato disse que pensava em fazer um mutirão de ajuda para reforçar a banca já que o serviço já havia sido feito e o empréstimo realizado. O problema era dele também. Em uma segunda visita, a comerciante de temperos havia sido atropelada e um de seus filhos estava tomando conta da banca, e teria que ficar ali dias, sem ir à escola até a recuperação de sua mãe. As situações de emergência são comuns na periferia e exigem o dispêndio de muito tempo para seus moradores, sempre me lembra Rafael, o coordenador do Banco. Para ele, esse era o seu papel junto aos seus devedores: ajudá-los a enfrentar as adversidades, como se eles agora não estivessem mais contando apenas com a própria sorte. Nessas conversas pudemos aquilatar a dimensão da atuação do Banco Sampaio para o bairro e da importância da figura de seu coordenador e do avaliador de crédito para que o Banco se concretize nessa dimensão do que nativamente se nomeia comunidade; há uma mistura de uma ajuda assistencial com projetos mais

institucionalizados, e nessa medida podemos questionar se não perfazem novos sentidos ao termo “comunitário”.

O termo “comunitário” é objeto de reflexão crítica por RIZEK, 2006. Nesse texto a autora afirma que as relações comunitárias nomeiam uma série de elementos que são positivados no próprio uso do termo, que acaba sendo utilizado para apresentar certa relação com a cidade nessa chave positiva, como algo que deve ser construído pelos moradores, quase de forma compulsória. Os moradores que enfrentam a pobreza acabam sendo caracterizados como “públicos alvos”: políticas sociais, associações, ONGs, etc., estão sempre em uma disputa por recursos escassos para as necessidades e tornam a pobreza como objeto dos seus projetos, processo em que a “comunidade” se torna referência para essa construção. “(...) porque são propostos e vividos como territórios de igualdade, ali mesmo onde a desigualdade, o controle estrito, a escassez e, por fim, a desigualdade se desenham no plural” (*idem*, p. 9). A cidade forma uma nova ordem antiurbana nesses territórios onde a conquista da igualdade e da autonomia são horizontes distantes, afirma RIZEK, 2006. E isso provoca um movimento de apropriação dessa *ordem* em um processo de naturalização da pobreza e suas consequências, como algo que tem que funcionar de forma operacionalizável pelos atores envolvidos nesse processo.

Mas, também é preciso dizer que este termo aparece nas falas dos moradores e também dos atores que participam dos meios institucionais, para nomear nativamente as localidades e seus moradores. O uso do termo comunidade vem sim carregado de sentidos, que podem ser questionados, até mesmo em uma chave política, como nos fazem pensar ARENDT, 1995, e RANCIÈRE, 1996, porque são sentidos que podem estar esvaziados de significados para o ganho de maior autonomia e conquista de espaços de disputa. O jogo da política é justamente conseguir ressignificar as articulações dos moradores com a cidade, trazendo novos elementos já esquecidos nesse processo que naturalizou as desigualdades sociais e que permite enfim que as cidades vão se construindo e se reproduzindo com territórios apartados da urbanidade⁷⁵.

⁷⁵ Sobre a relação urbana, ver MARICATO, 2000; KOWARICK, 2002; ROLNIK e KLINK, 2011 e VILLAÇA, 2001.

Para aquelas pessoas que não têm a quem recorrer, a entrada na Casa da Mulher e da Criança – como a Associação é conhecida no bairro – é algo que permite um apoio incomum a quem mora na periferia. E no caso específico do Banco Sampaio consegue-se sair dos registros conhecidos de agiotas, que emprestam dinheiro a juros extorsivos, e dos favores das redes de solidariedade estabelecidas, mas onde nem sempre se pode buscar ajuda financeira e apoio institucional.

A atuação do Banco põe em questão em alguma medida o consumo e uso do dinheiro, já que corriqueiramente o uso do dinheiro é um ato banal. A implantação de uma nova moeda faz com que os sujeitos precisem reorganizar seus padrões de consumo e repensar sua relação com o dinheiro observando aonde irão gastá-lo (porque há alguns estabelecimentos cadastrados no projeto que recebem a moeda social como pagamento) e isso pode transformar comportamentos e arranjos no bairro. O dinheiro circulante permanecendo na própria localidade tem como potência a articulação de um fomento do trabalho que pode ser realizado localmente, pensando na produção, consumo e fluxos como elementos que podem promover um desenvolvimento endógeno.

As pesquisas empreendidas para implantação do Banco Palmas mostraram dados surpreendentes do bairro Palmeiras na periferia de Fortaleza: uma população com renda média muito baixa movimentava altos valores na soma de cada despesa (como alimentação, produtos de limpeza, etc.). A atuação do Banco Comunitário pôde se concentrar em aumentar os gastos na comunidade fazendo com que o dinheiro começasse a circular localmente; além disso, os comerciantes do bairro foram incentivados a aceitar a nova moeda como forma de pagamento, o que ali garantiu uma rápida aceitação da moeda social⁷⁶. Observando a atuação da coordenação do Banco União Sampaio, podemos perceber que a institucionalização e o desenvolvimento do Banco passam por relações cooperativas e comunitárias que estão em outro tempo que não é o tempo do capital. A ligação que a coordenação do Banco Sampaio e sua equipe faz com os usuários do banco é de um trabalho social que não passa por programas institucionalizados, mas se configura em relações formadas nessas práticas.

⁷⁶ Informações obtidas em entrevista com o coordenador do Banco Palmas, Joaquim, em 2002. Joaquim foi também responsável pela implantação do Banco Palmas, experiência que completou 10 anos de existência em 2008.

O Banco hoje está sempre com pouca moeda social em caixa para empréstimos, portanto, com dificuldades para realizar empréstimos maiores. Para o funcionamento do Banco, é importante que a moeda circule pelo bairro e não retorne rapidamente para o Banco, sinal de que há uma aceitação crescente da moeda. Mas como o volume de Sampaio é baixo, nesse momento não há como investir em ações relacionadas à aceitação da moeda social. Muitos dos empréstimos produtivos foram realizados para os comerciantes já estabelecidos e que conseguem firmar com maior facilidade um compromisso de pagamento (não que esta seja a razão principal para que o empréstimo seja liberado, mas esses comerciantes se mostram muito interessados nos empréstimos a juros pequenos do Banco Comunitário).

Maria, que faz cortinas na sua casa, largou sua atividade de diarista para ficar exclusivamente nessa atividade de costura. Já pediu alguns empréstimos para compra de material, para limpar seu nome no banco e conseguir implantar uma máquina de passar cartão de débitos (o que facilita o recebimento das suas vendas sem calotes, como estava ocorrendo). Nelson, dono de uma loja de lingerie, pediu um empréstimo ao Banco Comunitário para arrematar um lote de mercadorias de uma loja que ia fechar, ele não tinha como acessar outro tipo de crédito e o Banco avaliou que, mesmo ele não pertencendo propriamente ao perfil principal dos usuários do Banco, seria muito bom tê-lo como parceiro, e o empréstimo foi feito. Esses são alguns dos atores que solicitam empréstimos produtivos.

A atividade no Banco Comunitário é artesanal, exige uma liderança capaz de fazer a mediação com os moradores para que cresçam socialmente a partir desse aporte financeiro, mas, sobretudo, para que a *comunidade* se desenvolva e se reinvente constantemente.

IV.

O Banco Sampaio tem uma coordenação jovem e volta-se também para fomento de uma linha de crédito ligada a iniciativas culturais. Para tanto constituíram a Agência Cultural Popular de Fomento a Cultura Solano Trindade, a princípio como uma linha de financiamento do Banco Sampaio; mas o que vai ganhando corpo é a ideia de que com o tempo a Agência se torne independente em relação ao funcionamento do Banco. A moeda própria da Agência surge no final de 2011 e sua filosofia é incentivar a produção cultural dos artistas da periferia formando uma rede de troca de serviços entre os componentes da Agência com o financiamento de livros de escritores, gravações de CDs, mas também organização de shows, divulgação etc. Essa iniciativa com a articulação em rede para troca de contatos e serviços ligados aos empreendimentos culturais, parece ser a grande novidade que vem sendo desenvolvida pelo Banco Sampaio. Ainda é um processo inicial, mas mostra uma apropriação dos processos de implantação do projeto do Banco que salta aos olhos de todos que acompanham esta iniciativa. Um dos técnicos sociais que participa da formação do Banco Sampaio e agora está preparando a implantação de mais de trinta bancos comunitários na região Sudeste do Brasil pelo Nesol, mostrou-se empolgado com a apropriação que a coordenação e os funcionários do Banco fazem das ideias e sugestões propostas, como forma de melhorar a inserção e circulação da moeda e também processar de forma cada vez mais consistente uma ligação com os moradores do bairro. Há o envolvimento de pessoas pensando e introduzindo projetos novos, mostrando que através desses processos pode-se vislumbrar a construção de um desenvolvimento do bairro e de seus moradores⁷⁷.

A coordenação do Banco mostra atuação junto à comunidade e apresenta ideias novas sobre o que pode ser um desenvolvimento comunitário a partir do processo de fortalecimento de um projeto como esse. Essa experiência permite articular e congregar diversos atores sociais que começaram a pensar e atuar juntos para desenvolver o que chamam de economia da cultura. A grande efervescência que

⁷⁷ Vimos, ao longo dos últimos meses, uma profusão de novos atores participando do cotidiano da Casa da Mulher e a multiplicação de contatos com movimentos culturais de todas as partes da cidade, divulgando o projeto da Agência Solano Trindade e as suas iniciativas para firmá-la como polo de articulação de uma nova política cultural.

vem ocorrendo na Zona Sul da cidade de São Paulo se soma a esses grupos de produção de cultura que começaram a desenvolver, através deste e de outros projetos, o que chamam de uma luta política. O principal objetivo para esse coletivo que vai se formando é o sustento das experiências e, para isso é necessário fortalecer um mercado de produção e consumo do que é produzido ali. Os grupos de produção cultural existem e sempre existiram na periferia, mas carecem da falta de um mercado estruturado para que a sua produção possa se sustentar. As opções de trabalho para os jovens na periferia são extremamente limitadas e estão entre uma inserção muito precária em empregos informais ou de pouca remuneração e a participação em atividades ilícitas, como o tráfico de drogas. Com formas de produção e consumo de arte em um circuito alternativo, caminha-se para novas atitudes e exemplos, mas também, nesse caso fomento de um debate político sobre essas inserções.

Para remontar a história deste coletivo podemos nos remeter a alguns escritores e artistas da Zona Sul da cidade que ganharam reconhecimento nacional e abriram as portas para a expressão de novos artistas. Essa produção cultural começa a se orgulhar deste lugar social e pode, então, falar sobre a periferia para a periferia. Alguns artistas começaram este processo de produção literária e musical vinculada aos temas da periferia como a violência, inclusive policial – temas que antes não eram retratados desta maneira e hoje constituem uma reflexão que expande horizontes, porque a vida na periferia não se resume a episódios de violência e isso também quer ser mostrado pelas mais diversas expressões artísticas.

O desenvolvimento da Agência Popular de Fomento a Cultura Solano Trindade começa a articular novos atores sociais que organizados em rede podem ganhar uma força que não teriam de outra forma, para realizar projetos mais ambiciosos – esse parece ser um caminho bastante promissor. O fomento à cultura local pela Agência está vinculado à experiência do Banco Sampaio. A principal meta seria estabelecer trocas de serviços com uma moeda própria baseada em trabalho e, intercambiável em Sampaio, para que se montasse uma “cadeia produtiva” que pudesse incentivar os jovens da comunidade a se profissionalizar artisticamente e também em áreas afins, como a produção técnica musical, por exemplo.

A Agência, articulada com a atuação do Banco Sampaio, busca fomentar um movimento político e para tanto, criar uma movimentação de atores sociais. Vemos

então a articulação de um movimento que não se encontra atrelado a formas institucionalizadas de organização e execução dos projetos (embora tenham sim sido contemplados com financiamentos públicos para viabilizar sua abertura, via um projeto para o VAI, da Prefeitura de São Paulo e premiação do projeto no Programa Economia Viva), mas o campo de atuação da Agência é uma invenção, que têm sido posta em prática conforme as demandas e novas ideias vão surgindo. A aposta em novas articulações, no momento atual, se voltam para a estruturação de um mercado fora do eixo convencional, com produção e consumo da arte produzida na periferia, fomentando um mercado de trabalho da cultura que possa ligar as diversas dimensões dessa “cadeia produtiva”, ainda em grande parte a ser construída.

Neste espaço precário da cidade, há jovens (e artistas não tão jovens) articulando projetos culturais individuais das mais diferentes espécies, visando a formação de uma rede que possa torná-los mais fortes. Fomentando esses projetos, de certo modo, se parte para uma estruturação de um novo mercado de trabalho para esses artistas que sozinhos não conseguem se manter da sua arte. A produção de um discurso que dê forma a esse processo parece ser um dos pilares fundamentais dessa articulação: há um discurso potente, que ganha força a cada reunião deste grupo de pessoas, de dentro e de fora dos bairros da periferia, um discurso com forte conteúdo político (mas não em um padrão de política partidária, devemos ressaltar). A política vem sendo produzida neste contexto do que poderíamos chamar de pós-desmanche das expectativas de constituição de espaços mais democráticos no país (OLIVEIRA e RIZEK, 2007): cientes de todas as articulações da chamada “política real” esses novos atores não contam exclusivamente, ou podem contar em muito poucas ocasiões, com os políticos locais para a realização de qualquer atividade, e então buscam sempre alternativas. Os artistas da periferia desejam uma inserção mais profissional no circuito das artes e, este grupo percebeu que precisava, para isso, formar um circuito alternativo no qual essa arte circulasse de forma mais organizada, pois esse circuito já está bastante estabelecido ali na Zona Sul da cidade. Mais do que isso, começa a ficar claro que é preciso criar na periferia acesso a essa arte produzida ali e que para isso é necessário novos arranjos e a busca por uma profissionalização. Essa profissionalização não é tarefa fácil. Tudo ali apresenta enormes dificuldades, é muito

difícil de fazer acontecer: exige uma persistência enorme porque a falta de recursos, ou falta de incentivos pode ser vista como um empecilho intransponível.

Como contraponto, podemos afirmar que o mercado da arte está estabelecido e os financiamentos às atividades de cultura foram durante muito tempo centralizados nas grandes produções. O mercado de música erudita, por exemplo, constituído por toda uma cadeia de profissionais, é altamente custoso e competitivo e também sofre com a flexibilização e precarização do trabalho, mesmo para profissionais altamente qualificados, como os cantores líricos e músicos de orquestras, como nos mostram SEGNINI (2006) e COLI (2006). Trata-se aqui de uma arte absolutamente consagrada desde o seu nascimento nas cortes europeias, até a sua recepção nas principais cidades brasileiras como signo de refinamento e cultura e que sempre se apresentou como um ganho para a cidade como um todo. Esses grandes empreendimentos artísticos recebem financiamentos públicos e privados, em parcerias ou em forma de renúncia fiscal, e nos mostram a complexidade de um mercado de arte que a tudo torna indústria cultural. Assim, mesmo essa arte estabelecida tem problemas de financiamento e gestão do trabalho, também as orquestras e corpos de cantores líricos dos teatros passaram por reestruturações dos seus processos de trabalho (SEGNINI, 2006 e COLI, 2006).

Essa arte é “estabelecida”, inquestionável como definição de cultura, de formação de cultura, enquanto que a arte que se produz nas periferias das cidades, de modo geral, é vista com desconfiança, quando contraposta a essa produção cultural feita por indivíduos cultos.

O programa Ponto de Cultura, do Governo Federal, pôde trazer certa descentralização das produções artísticas que envolvem também a própria definição do que é a arte, como ela é produzida e em que lugar ela é produzida⁷⁸. Os grupos da periferia puderam acessar recursos de financiamento público de forma mais facilitada para viabilizar seus projetos, muitos já existentes, esse processo mostra que a discussão é absolutamente pertinente. A arte produzida na periferia pode formar um mercado sem comprometer uma dimensão estética da sua produção? Como viabilizá-lo?

⁷⁸ Não cabe, no âmbito dessa pesquisa, aprofundar a discussão pertinente ao funcionamento e resultados do Programa Ponto de Cultura, do MINC. Aqui estamos tratando exclusivamente da experiência da Associação União Popular de Mulheres como Ponto de Cultura.

3.3. Formas do trabalho periférico

Podemos enxergar as experiências de trabalho como constituindo a própria experiência de viver a cidade. Os indivíduos neste exercício cotidiano de atribuição de sentido às suas vidas vão absorvendo (assim como vão também modificando) as formas de organização social, processo que se dá em diversas dimensões. As formas do capital empreender hoje sua acumulação – observáveis, por exemplo, nas mudanças dos padrões de consumo, operam transformações nos cotidianos, presentes nos índices de emprego/desemprego, nas novas ocupações, nas carreiras profissionais (ou sua impossibilidade), nas formas de construir as trajetórias urbanas.

Para tecermos as relações do trabalho, tanto mutirante quanto remunerado, como experiências que articulam sentidos para os sujeitos, precisamos pensar nas transformações contemporâneas no mundo do trabalho no Brasil, que não são poucas – como a crescente informalização e precarização do mercado da década de 1990 e inícios dos anos 2000; e também podemos mencionar o novo momento de aquecimento da economia nos anos recentes. Há melhoras significativas dos índices de emprego e da própria desigualdade social brasileira nos últimos anos, que acabam trazendo para muitos novas formas de trabalho, embora para outros só exista uma reposição de velhas explorações, ou outras formas de exploração e novas formas de gastos (como discutiremos adiante), um consumo que se transformou oferecendo um tipo de acesso novo à cidade⁷⁹; embora devemos ressaltar que essas transformações chegam na periferia de São Paulo, como pudemos observar a partir do trabalho de campo, de forma desigual, muito mais lenta para uma parcela grande dos moradores residentes ali. Para uns há uma nova tônica das experiências de trabalho, mas para outros a precariedade continua em um tipo de trabalho distante do assalariamento ou de contratos de trabalho que tragam alguma proteção de direitos constituídos. Embora os

⁷⁹ Tema que desenvolveremos com maior profundidade no capítulo quatro, já que as novas formas de consumo vinculadas às transformações econômicas e sociais do país podem servir de ferramentas para pensarmos as consequências das propostas do Banco Comunitário na modificação de padrões de consumo, até mesmo de um consumo que possa trazer um desenvolvimento local para o bairro e seu entorno através do uso da moeda social implantada pelo projeto.

dados mostrem que há uma melhora significativa nas condições de trabalho⁸⁰, como aumento importante de trabalhadores com carteira assinada a partir de meados dos anos 2000, é preciso ressaltar que há um caminho longo de melhoras a serem cultivadas para que esses resultados cheguem de forma cada vez mais efetiva para os trabalhadores que enfrentam as piores situações no mercado de trabalho (POCHMANN, 2010): os trabalhadores menos qualificados, informalizados, terceirizados, em trabalhos precários, em trabalhos domésticos.

Nesse sentido, vale destacar a diferença entre os indicadores do mercado de trabalho nos anos 1990 e 2000, especialmente a partir de 2004. De fato, enquanto na década anterior ocorreu uma desestruturação significativa do mercado de trabalho, com aumento do desemprego, perda do valor real dos salários e aumento da informalidade, os dados dos anos recentes apontam para um processo de estruturação do mercado de trabalho, com a melhoria de praticamente todos os indicadores, com exceção da porcentagem dos assalariados terceirizados, que continuam a aumentar.

É importante considerar, todavia, que embora os dados sejam alentadores, o passivo trabalhista brasileiro é enorme e exigirá muito esforço, especialmente na forma de políticas públicas, para que o trabalho precário possa ser significativamente reduzido no país (LEITE, 2009, p. 24).

Também é preciso ressaltar que as mudanças no mercado de trabalho nestes anos 2000 ocorreram de forma desigual quando se desmembram os dados por indicadores, tais como idade, gênero, escolaridade, como nos mostra BORGES (2010). Os jovens têm ainda mais dificuldade de inserção no mercado e se encontram em trabalhos mais precários, assim como as mulheres que, mesmo com maior escolaridade, têm um desemprego maior.

Essa constatação deixa evidente a nova configuração do mercado de trabalho pós-reestruturação: os baixos salários são a base sobre a qual se ergue a retomada do crescimento, apesar da crescente escolaridade dos trabalhadores, como veremos a seguir (BORGES, 2010, p. 623).

⁸⁰ Ver LEITE, 2009, fonte dos dados: IPEAdata e PNAD.

POCHMANN (2010), também chama atenção para as reformas necessárias nas políticas públicas para novas mudanças substantivas. Afirma que reduzimos a desigualdade social, voltando a um índice GINI⁸¹ da década de 1960, através das políticas sociais e aumento real do salário mínimo. Mas, sem efetuar reformas importantes não conseguiremos avançar a passos largos para um índice de desigualdade social ao menos razoável.

Agora o enfrentamento dos problemas que estão vinculados à emergência do capitalismo urbano industrial não foram enfrentados. O Brasil não fez as reformas clássicas do capitalismo contemporâneo, não fez a reforma agrária, não fez a reforma tributária e não fez a reforma social (POCHMANN, 2010, p. 14).

Debruçar o olhar sobre a periferia nos mostra mudanças que ali vão mais lentas, muito mais lentas. As modificações cotidianas aparecem nas formas de consumo, no trabalho mais fácil de ser arrumado, no menor desemprego, mas a relação com a cidade continua a se basear na emergência, na precariedade de acesso aos direitos de participar da divisão da riqueza social. Quando olhamos algumas práticas desses atores sociais investigados, podemos entrever algumas mudanças e também elementos dessa relação com a cidade que permanecem nas chaves da precariedade. Essas análises devem levar em conta as gestões públicas Municipal, Estadual e Federal. Alguns programas públicos possibilitam em mudanças mais efetivas para a vida das pessoas se bem formulados e se a implantação for bem sucedida; é quando as políticas sociais tocam mais diretamente nas formas de organização da vida, o que parece ocorrer dependendo mais de quem viabiliza o Programa (as ONGs, Associações, Instituições etc.) do que da atuação direta do Estado hoje⁸². Os financiamentos de programas de cultura, por exemplo, ali na Zona Sul de São Paulo, parecem, como pudemos observar em alguns espaços, ser aproveitados para trazer modificações nas relações sociais, que podem mudar mais efetivamente a inserção dos jovens no mercado de trabalho. Essas mudanças pontuais a partir da formação do

⁸¹ GINI é um índice que mede a desigualdade a partir da renda domiciliar *per capita*.

⁸² No âmbito desse trabalho não teremos como explorar a discussão como ela mereceria ser explorada.

Banco Comunitário e da Agência Solano Trindade vão compondo um quadro descritivo das realidades de trabalho que podem nos dar pistas dessas transformações⁸³.

É preciso então buscar compreender as maneiras como os trabalhos formal e informal se colocam como horizonte para os moradores dessas localidades periféricas e com isso inserir a discussão dessas novas experiências de trabalho hoje em um contexto mais geral de transformações das maneiras de exercer as sociabilidades na cidade. Isso porque a economia está sempre de alguma maneira refletida nas práticas sociais, nesta “nova morfologia” que o trabalho apresenta atualmente, como diz ANTUNES (2007): o trabalho fabril diminuiu em todo o mundo e cada vez mais homens e mulheres exercem trabalhos temporários, precários, em tempo parcial, terceirizados, domésticos, sem direitos sociais etc., características que permanecem fazendo parte de um léxico do mundo do trabalho hoje.

A dinâmica recente do mercado de trabalho e o conjunto de políticas formadas com o que podemos reconhecer como o neoliberalismo e suas práticas de trabalho são reconhecíveis, mas também a condução para a produção de sentidos do trabalho para cada sujeito que participa do processo (mesmo sem saber), práticas que acabam permanecendo mesmo em momentos de menor desemprego. COUTROT (2005), afirma que o medo do desemprego e da precarização acabam produzindo certas condutas dos sujeitos frente ao mercado de trabalho, como a insegurança, extremamente produtiva para o capital, que mantém por um lado ganhos estrondosos e por outro baixos salários nas bases. Isso ocorre por diversos processos, tais como a descentralização produtiva de grandes empresas – o que acarreta a produção de grandes valores vindos das forças das marcas através de uma produção a baixos custos. Se a década de 1990, no Brasil, fora marcada pelo neoliberalismo, com pouca atuação e regulação do Estado, os anos 2000 já tiveram uma condução diferente que leva a uma maior distribuição de renda, por um lado, mas por outro essas transformações das formas de trabalho vão sendo incorporadas pelos atores sociais. Dos trabalhadores se exige uma atitude mais empreendedora, tanto nos trabalhos autônomos quanto nos trabalhos assalariados, essa característica vai pouco a pouco sendo incorporada como

⁸³ Agora, se são apenas casos isolados ocorridos por iniciativas pontuais, ou se programas de gestão pública por serem bem estruturados podem ajudar a promover mudanças sociais mais efetivas, não temos como saber a partir desse estudo empírico localizado.

uma exigência tácita que garante a sobrevivência do trabalhador, diz LIMA (2010). Este é um processo de individualização cada vez maior das responsabilidades do trabalho.

O empreendedor, o trabalhador flexível e mesmo o cooperado, tornam-se figuras representativas do 'novo' espírito do capitalismo. Cabe ao trabalhador internalizar os novos requisitos impostos pelo mercado. A realização pessoal e profissional e mesmo sua sobrevivência pessoal, cada vez mais depende disso. O futuro é incerto e manter-se no mercado exige grandes investimentos pessoais. A nova racionalidade capitalista considera o estado provedor um elemento de atraso ao desenvolvimento pessoal, pois impediria a busca permanente pela empregabilidade e, por consequência, o espírito empreendedor. O individual se sobrepõe ao coletivo, mesmo quando o discurso é do coletivo. O coletivo exige uma configuração empreendedora que o sustente (LIMA, 2010, p.189).

Essas novas práticas ditadas no mercado de trabalho também se refletem nas formas de organização da vida no cotidiano evidenciadas, por exemplo, nas dificuldades que os jovens enfrentam quando chegam à idade de entrar no mercado, como pudemos observar nas falas de nossos entrevistados. Assim, outras opções surgem para suas escolhas, o que nos remete à importância do trabalho como núcleo organizador da vida, do mesmo modo como a sua falta como balizador deste processo também tem um impacto enorme nas formas de socialização, sobretudo pelo que se pode chamar de “desassalariamento” e suas consequências, como a dificuldade de vislumbrar uma carreira mais linear e também no papel que o consumo desempenha como uma grande estruturação das identidades sociais.

Os jovens se encontram marcados pelas experiências de trabalho dos pais e pelo modo como as pessoas mais próximas conseguem essa inserção no mercado de trabalho, ou como conseguem alternativas de geração de renda⁸⁴. As opções se afinam na periferia, onde a qualidade da escola, os exemplos de trabalhos com maior autonomia são raros, e as dificuldades de inserção comprometem essa primeira fonte

⁸⁴ WACQUANT, 2001, chama atenção para o fato de que esses processos trazem uma forte “dessocialização do trabalho assalariado”.

de oportunidade para a entrada no mercado⁸⁵. O próprio consumo entra aqui como uma chave explicativa para uma maior inserção social; no Brasil de hoje, ter acesso ao consumo pode significar uma integração nunca antes vista desta maneira. A discussão sobre a classe c e o crescimento ou não da classe média a partir de parâmetros de consumo mostra que há mudanças importantes no país nos últimos anos, agora percebidas como indícios visíveis de crescimento.

Assim, é interessante observar como atualmente novas formas de trabalho vão se constituindo de acordo com os contextos socioeconômicos. Há novas exigências aos trabalhadores: de que sejam empreendedores – os trabalhadores informais têm um sentido claro em relação a isso – por razões de sobrevivência no mercado. Mas também os trabalhadores assalariados, operários, geralmente de empresas grandes, precisam arcar com um gerenciamento da sua carreira incorporando o autocontrole e a autocoordenação do seu trabalho para permanecer, sobreviver neste ambiente empresarial (LIMA, 2010). E mesmo os executivos estão cada vez mais cativos dos tempos do trabalho que tomam grande dimensão em relação às outras esferas da vida (PEREIRA, L. 2011 e CARDOSO, 2009). A informalidade ganha importância para compreendermos práticas de trabalhos, pois mostra estratégias de sobrevivência.

O trabalhador informal, mais que um excluído do mercado, seria então um empreendedor por necessidade. Depende de seus investimentos no negócio/atividade que desenvolve para sobreviver, de sua predisposição em inovar, trabalhar duro, como probabilidade de sucesso. Transformar uma situação de mercado desfavorável, em seu contrário (LIMA, 2010. p. 175).

⁸⁵ BORGES, 2010, mostra que os jovens entram no mercado de trabalho com carteira assinada em trabalhos de pouca remuneração e baixa qualidade. Nas faixas de adultos, os homens são empurrados para trabalhos informais, porque são precocemente tirados do mercado formal. Os trabalhos autônomos não representam uma saída virtuosa, com maiores ganhos de renda. Podemos ver isso nos dados comparativos de São Paulo, com o mercado mais estruturado, onde o crescimento se dá nos trabalhos formais em tempos de aquecimento econômico e Salvador, que com um dos maiores índices de desemprego das capitais, apresentou crescimento muito maior de ocupados por conta própria, sem indicar que o “empreendedorismo” seja algo a ser comemorado como um desenvolvimento do mercado de trabalho.

Esse empreendedorismo traz uma pressão para quem está no mercado, e, como pudemos constatar nas análises sobre o trabalho autônomo, essa pressão é sentida também por quem trabalha no mercado informal ou trabalha como autônomo. DEJOURS (2006), diferencia as construções psíquicas ligadas ao trabalho (especialmente a trabalhos perigosos) de homens e mulheres. Fala numa categoria, a *virilidade*, uma característica essencialmente masculina – que faz parte importante das transformações no mundo do trabalho. Há uma valorização de comportamentos considerados viris, que vão tornando o mal banalizado na sociedade contemporânea através de práticas que ignoram o sofrimento alheio ligados ao trabalho, sublimando-o por defesas psíquicas que frequentemente recorrem à grande violência e, deste modo, espriam e banalizam esse sofrimento (como os guardas nazistas e o invento de novas técnicas para melhor matar, no início a atividade se mostra sofrida e depois é elaborada como uma tarefa a ser cumprida da melhor forma possível). Mas o grave desta situação é que esses comportamentos espalham um processo de banalização das condutas ligadas ao trabalho, em referência ao processo de banalidade do mal que Arendt analisa a partir do julgamento de Eichmann. A banalidade do mal acaba por se desdobrar e pode acontecer a partir da impossibilidade de discernir e de julgar. Esse encolhimento da possibilidade de julgamento e de discernimento implica em um encolhimento das faculdades humanas, isto é, propriamente humanas. As pessoas não podem proceder de outra forma nas suas práticas de trabalho porque precisam provar que são capazes de exercer aquela determinada função, nem que para isso elas tenham que mandar os outros executarem tarefas absurdamente penosas (físicas ou psíquicas). O medo do desemprego, a coragem sendo constantemente exigida de ser mostrada e outros fatores importantes nos ambientes de trabalho, levam a comportamentos de banalização do mal, diz DEJOURS (2006).

Mas essa perspectiva aberta por Hannah Arendt encontra a *posteriori* um eco possante na questão que deu origem ao presente ensaio, a saber: de um lado, a indiferença e a tolerância crescente, na sociedade neoliberal, à adversidade e ao sofrimento de uma parcela de nossa população; de outro, a retomada, pela grande maioria de nossos concidadãos, dos esteriótipos sobre a guerra econômica e a guerra das empresas, induzindo a atribuir o mal à ‘causalidade do destino’; enfim, a falta de uma indignação e de reação coletiva em face da injustiça de uma sociedade cuja riqueza não pára de

aumentar, enquanto a pauperização atinge simultaneamente uma parcela crescente da população.

Em outras palavras, encontram-se aqui, no nível dos membros de toda uma sociedade, as três características da normopatia: indiferença para com o mundo distal e colaboração no ‘mal tanto por omissão quanto por ação’; suspensão da faculdade de *pensar* e substituição pelo recurso aos esteriótipos economicistas dominantes propostos externamente; abolição da faculdade de *julgar* e da *vontade* de agir coletivamente contra a injustiça (DEJOURS, 2006, p. 117).

Em décadas anteriores no Brasil, especialmente até os anos 1980, enquanto a economia ainda estava em crescimento, pensar a integração dos indivíduos com a cidade era articular essa relação pelo trabalho, lendo nesta relação um certo “êxito” de quem vinha do campo e construía uma trajetória de vida na cidade (isto incluía em grande medida a autoconstrução da moradia própria – ainda que os serviços urbanos faltassem e só chegassem, em grande medida, por reivindicações sociais). Remeter ao modo como o processo de urbanização foi empreendido nas cidades brasileiras, como em São Paulo com seus padrões bastante segregadores das classes populares, implica mostrar que na própria construção da cidade a relação com o trabalho ia funcionando como uma espécie de catalisador, ainda que numa chave da precariedade. Podemos observar essas características nas expectativas dos fluxos de migração que ocorreram para a cidade de São Paulo. Para quem chegou à cidade nos anos 1970 e 1980 havia valores sociais refletidos na aposta de ascensão social vinda do acesso ao trabalho, o que em certa medida poderia garantir minimamente acesso à moradia, educação, serviços de saúde, ou seja, uma ligação com a urbanidade por meio da qual seria possível se integrar à sociedade. Mas a construção absolutamente desigual das cidades começa e se mostrar nas faces dos movimentos sociais e na luta contra a ditadura militar. O trabalho assalariado não garantia acesso aos direitos, à urbanização; os trabalhadores e seus familiares, especialmente na década de 1980, mostram a força reivindicatória dos movimentos populares, para que o acesso à cidade seja conquistado

por suas lutas. Os moradores da cidade se tornaram sujeitos políticos; havia então uma promessa de ampliação democrática dos espaços das cidades através da conquista de direitos civis que poderia representar o acesso aos bens públicos e seus serviços⁸⁶.

Hoje, os valores são outros e há como horizonte interpretativo, por conta de um processo de denegações da construção de uma cidadania mais efetiva, uma *desfiliação* vinda de uma situação de desenraizamento social, como afirma CASTEL (*Apud* KOWARICK, 2002). O quadro social vai mostrando sua complexidade com o aprofundamento das políticas neoliberais no país por um lado, e por outro as crises de desemprego recentes e as mudanças no mercado de trabalho mostraram certa impotência das lutas políticas como forma para se conquistar direitos.

A década de 1990 é crucial para compreendermos o momento atual⁸⁷, tanto porque foi ali que o país delineou alguns dos novos parâmetros econômicos que iriam marcar as constituições sociais e políticas, como o porquê das transformações recentes mostrarem que o trabalho continua a produzir sentidos importantes para os indivíduos mesmo com a aposta de que o neoliberalismo desreglamentaria ainda mais e de forma irreversível as relações de trabalho⁸⁸.

Outro processo importante do final dos anos 1990 foi o crescimento da participação das ONGs nas conduções das políticas sociais, o que levou a uma participação crescente do chamado terceiro setor, com a formação das OCIPIS (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público). Isso faz com que se possa tratar da questão social de forma cada vez mais privatizante, sem prestação de contas públicas de recursos que vão se privatizando ao longo do caminho, até chegar às políticas sociais.

⁸⁶ Este é um tema caro às Ciências Sociais: SADER, 1986; PAOLI, 1982; SPOSITO, 1993; KOWARICK, 1994, DAGNINO, 1996; entre outros, escreveram importantes textos que retratam a luta operária e a formação dos movimentos sociais.

OLIVEIRA, 2006a, afirma que a financeirização da economia deu um novo contorno ao capitalismo no Brasil, que nos repunha como dependentes dos contextos externos, o que interferiu diretamente nas negociações das políticas internas impedindo a implementação dos universais para a execução de planos mais ambiciosos de constituição de um mundo comum, como ocorreu em toda a década de 1990.

⁸⁸ SENNETT (2008), nos lembra de que essas alterações de perspectivas frente ao mercado de trabalho mudam a relação com o tempo: há uma institucionalização do tempo que se torna informe, borrando os contornos de organização da vida.

Um das consequências desse processo é a formação de uma cidade com os padrões urbanos de São Paulo, que deixa os circuitos de circulação, moradia, trabalho, lazer e consumo muito comprometidos com essa produção perversa do espaço social. Um espaço onde a autoconstrução ditou o crescimento da cidade nas periferias sem fim, onde a acessibilidade só é pensada para a ida ao trabalho, com linhas de transporte coletivo voltadas quase que exclusivamente a levar os moradores da periferia para os centros de comércio e serviços e, que nesta medida, rebaixaram a vida na cidade à mera reprodução de destinos sociais⁸⁹.

Para buscarmos caminhos de compreensão dessa vida em São Paulo podemos ver como Lefebvre constrói a noção do urbano sempre se referindo à construção de uma obra onde o homem pode realizar a sua natureza e investigando como essa natureza consegue se exprimir. Nesta perspectiva, enxergaremos outras faces da cidade. Para o autor essa obra facilmente pode se voltar contra o homem impedindo-o de realizar-se na cidade, com um empobrecimento dessas relações de humanidade (MARTINS, 2005 *in* LEFEBVRE, 2008). Trata-se do que o autor identifica como tempo-espaço. Quando moramos temos o espaço, mas também o manejo do tempo, expresso na distância da moradia em relação ao centro, ao comércio, ao lazer, ao trabalho, etc. Essa relação de espaços-tempos se vincula à reprodução das relações sociais de produção, desdobrando-se em tempo de trabalho, de consumo, de lazer, de percurso etc. O espaço é sem dúvida instrumentalizado por esta “racionalidade” que quer ordenar o mundo. A fragmentação do espaço não realiza sua grande potência que é a reunião, que permitiria ao “sujeito” (individual e coletivo) se realizar como sujeito. Sem isso o espaço perde suas funções lúdicas, simbólicas e retira o desejo dos sujeitos, como afirma MARTINS (2008), sobre a obra de Lefebvre. O uso do espaço nos interessa aqui para vermos como os sujeitos dele se apropriam, refletir sobre o “espaço concebido e vivido”, como no caso dos mutirões e das comunidades que ali permanecem depois de terminados os conjuntos, ou no caso do Banco Comunitário e movimentos culturais na Zona Sul de São Paulo nos seus encontros para formação de uma comunidade política, como discutiremos adiante.

⁸⁹ As lutas políticas que presenciamos no Campo Limpo, no Capão Redondo e adjacências nos mostram focos de resistência a esse tempo do trabalho que deve se voltar exclusivamente ao desenvolvimento do capital.

As fronteiras entre trabalho formal e trabalho informal já não são tão marcadas como antes, assim como outras dicotomias que ajudavam então a compreender em que terreno as coisas se passavam já não ajudam, porque não são mais marcos definitivos, como ressaltam algumas pesquisas mais recentes de TELLES (2007 e 2009) e RIZEK (2006). As pessoas convivem com ilegalidades, ilícitos que vão deixando de ter um caráter de interdição para poderem se mover num cotidiano marcado pela necessidade da “viração” econômica, práticas que vão se institucionalizando e, cada vez mais, vão sendo incorporadas aos cotidianos (também o capital se apropria cada vez mais dessas formas para acumulação)⁹⁰.

Se o crime participaria de uma “realidade paralela” que, portanto, não confere a quem participa uma existência social completa⁹¹, o trabalho formal, ao contrário, ainda traria uma significação de uma identidade social.

É tentador encarar explosões de violência coletiva ‘vindas de baixo’ como sintomas de crise moral, de patologias de classes baixas, ou como tantos outros indícios de iminente ruptura societal da ‘lei e da ordem’ (WACQUANT, 2000, p. 28).

As pessoas que moram em áreas mais afastadas e segregadas podem carregar um sentimento de indignidade pessoal expressiva na vida cotidiana, diz WACQUANT (2000), e isso ocorre também nas periferias brasileiras. Nas áreas mais afastadas da cidade esse sentimento de indignidade pode se fazer presente também como ideologia, como forma de demarcar as diferenças que os territórios da cidade

⁹⁰ É possível pensarmos que talvez não sejam tão recentes assim as porosidades entre as legalidades e as ilegalidades, mas sim a natureza das ilegalidades tenha se transformado. Podemos notar, de qualquer forma, que a relação é bastante persistente.

⁹¹ FELTRAN, 2005, analisando a impressionante reação à perda de um filho de uma das suas personagens de pesquisa, vai construindo esta relação de perda de mundo, nos termos de Arendt, por parte do indivíduo que vai até a entrada para o crime, onde ele se torna indistinto a tal ponto que a sua morte faz parte de um processo em que a escolha já fora feita antes: a mãe já tinha perdido seu filho para o crime e, quando a morte finalmente se consuma, não há abalo nenhum: ocorreu o esperado. “Todos os que contam sobre este assassinato seguem falando de Renato até certa altura, justamente quando adentra o universo das drogas e do crime. A partir daí, se fala sempre de forma geral, não há mais indivíduo, há uma grande lei inescapável que serve a todos.” *In op cit*, p. 170.

apresentam. MIAGUSKO (2009), afirma que a própria forma da mídia se referenciar à pobreza no Brasil, revela uma construção que ressalta os elementos que perfazem uma construção negativa dessa vida na periferia; são enfatizados temas ligados à “violência juvenil, gravidez precoce, famílias desestruturadas e desemprego crônico” (p. 79).

Este discurso-diagnóstico estabelece um círculo vicioso entre o problema social focado, os programas do Estado definidos para enfrentá-lo, o ‘público-alvo’ determinado e os vários discursos (políticos, midiáticos, das ONGs, dos religiosos, dos movimentos de moradia) que apresentam soluções para os problemas do bairro (MIAGUSKO, 2009, p. 79).

Fato este que certamente reforça a subjetivação negativa dos moradores de periferia. As formas de desenvolvimento das cidades brasileiras levam à constituição de certos padrões de desenvolvimento que acabam reproduzidos pelas gestões e são aceitos de alguma maneira pelos moradores, que possuem grande dificuldade para se opor a esses processos e precisam se utilizar dos meios disponíveis para chegar aos seus objetivos, como ter uma casa própria, possuir uma renda, ter um emprego, etc. Estes processos de relação com a cidade se mostram como uma forma de “arrumar a vida”, para usar a expressão de ABRAMOVAY (2004): as pessoas criam estratégias para conviver com a precariedade. Participar de um mutirão ou buscar financiamento em um banco comunitário se configura inteiramente nesta perspectiva, e isto aparece nas falas dos entrevistados com muita ênfase. Mas os empréstimos no Banco Sampaio ainda não conseguem atingir a comunidade enquanto estratégia para uma “arrumação da vida” mais definitiva; as emergências ainda são o principal “foco” do Banco Comunitário neste momento.

A construção de uma obra por processos de autogestão e a experiência dos bancos comunitários podem constituir novas relações com o trabalho, refazendo sentidos produzidos por esses sujeitos para as relações com a vida, produzindo os sujeitos da cidade e produzindo a cidade⁹².

⁹² “Como se vê, o argumento é redondo e forte. E é isso mesmo que se está sendo insinuado com todas as letras: a Revolução, ela própria parece de novo estar batendo à porta, se é verdade que o eclipse da centralidade da mercadoria-trabalho no processo produtivo é o sinal precursor de que estão lançadas as bases materiais da superação de um modo de produção que progride barbaramente pela chantagem da

3.4. Com o pé em duas canoas: o difícil equilíbrio da Economia Solidária

A condução das atividades da Associação União Popular de Mulheres se volta para a construção de novas formas de inserção social dos moradores do bairro. De certa maneira, há ainda alguma resistência por parte do Banco em usar a expressão “economia solidária” para designar as suas ações práticas no bairro, assim como há resistências da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo – ITCP/USP em aceitar novas formas de lidar com a economia que não estejam nos moldes já estabelecidos pelas práticas ali realizadas e nomeadas como economia solidária⁹³. O Banco Comunitário veio colaborar para a construção dessas relações a partir do trabalho – baseando-se nas perspectivas do que o microcrédito pode oferecer à comunidade, propiciando acesso à geração de renda a quem não tem, além de acesso facilitado a um microcrédito emergencial. Assim, podemos afirmar que a experiência da formação do Banco Sampaio se conecta com uma rede de outros empreendimentos desse movimento denominado economia solidária⁹⁴.

necessidade e do antagonismo. Como se a ação direta de um piqueteiro, e seus replicantes mundo afora, fosse o equivalente prático da seguinte constatação: já que meu trabalho é um anacronismo, chegou a hora de escapar dessa danação. *À nous la liberté!*” (ARANTES, P., 2007, pp. 206/207). O autor está tratando de um movimento de desempregados argentinos no auge da crise daquele país em que as reivindicações eram de não inclusão, dando um basta a se oferecerem como mão de obra a ser explorada: “vai faltar mão-de-obra para ser explorada”.

⁹³ Voltaremos a essa discussão adiante.

⁹⁴ “Economia solidária é fundamentalmente uma organização de qualquer tipo de atividade econômica – pode ser produção, crédito, comercialização, consumo –, tudo o que for realizado em bases totalmente igualitárias e democráticas. Quer dizer, o empreendimento de economia solidária é um empreendimento coletivo, os sócios são os donos e os operários do empreendimento. Geralmente quem trabalha no empreendimento são os sócios, não há capitalistas externos, e as decisões são tomadas democraticamente pelos que participam. Isso é economia solidária” (SINGER, P. in MONTERO e MOURA, 2009, p. 91).

A economia solidária tem sua origem no Brasil⁹⁵ nas iniciativas de projetos de diversos lugares sociais que vão construindo novos modelos de formação de empreendimentos de geração de trabalho e renda e buscando o fortalecimento de relações democráticas e de maior autonomia⁹⁶. Algumas iniciativas, como projetos desenvolvidos pela Cáritas Brasileira, um volume importante de recuperação de fábricas, experiências do MST (essas trazem a autogestão como importante vetor de organização), etc., são bastante significativos para o que podemos designar como o início dessas experiências e a formação de um campo denominado Economia Solidária. Podemos caracterizar o surgimento das ITCPs a partir da iniciativa do Programa “Ação”, formado em 1993, por Herbert de Souza, que surge para combater a fome no país, e em 1994 começa a incentivar projetos ligados ao fomento de trabalho para geração de renda, de onde surgiu a primeira ITCP ligada ao Centro de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COOPE/UFRJ). Visto como um programa importante e inovador por vincular as políticas sociais a projetos de caráter não assistencialista e emancipador para os indivíduos que dele participavam, as ITCPs se espalham pelo país todo, principalmente a partir de 1997. O trabalho das ITCPs é importante para consolidar a economia solidária, ainda que muitas vezes essas experiências sejam bastante frágeis porque contam com recursos escassos e trabalham com pessoas com pouca ou nenhuma experiência no mercado de trabalho (PEREIRA, C.M.G.P., 2011).

Hoje, a economia solidária pode ser vista como uma forma de buscar fortalecer os trabalhadores na relação capital/trabalho, isso porque se busca constituir essa relação laboral em outras chaves de gestão e propriedade dos meios de trabalho,

⁹⁵ Há vários textos que fazem uma reflexão bastante acurada sobre o campo da economia solidária no Brasil deste período pós anos 1990, embora os pesquisadores e gestores desse campo nos alertam de que não há uma teoria de Economia Solidária, mas sim a constituição do que podemos chamar aqui de um campo formado por práticas e reflexões. Ressaltamos alguns textos importantes: SINGER, P. 2002; SINGER, P. e SOUZA, 2000; FARIA, 2005; PAULINO, 2008; ESTEVES, 2011; GAIGER, 2004; LAVILLE e FRANÇA FILHO, 2004; POCHMANN, 2002.

⁹⁶ É importante ressaltar que este capítulo não tem como objetivo processar uma investigação de forma aprofundada sobre os fundamentos da economia solidária, mas intenta, sobretudo, investigar as relações de trabalho que surgem a partir do empreendimento escolhido para investigação, para assim observar as relações com a cidade que essas experiências podem propiciar.

mas também é preciso observar que esse é um campo que trata de precariedades no mundo do trabalho.

Questões como a individualização, autonomia, autocontrole, autogestão, e solidariedade compõem o chamado novo e precário mundo do trabalho, colocando novos desafios para a compreensão das possibilidades da ação coletiva, das identidades sociais e de uma cultura do trabalho que responde às transformações da cultura do capitalismo. As reinterpretações ou ressignificações de formas de organização do trabalho, originárias em contextos econômicos e políticos distintos, respondem a essas transformações (LIMA, 2010, p. 191).

O questionamento é se essas práticas conseguem reverter a precariedade constituinte dos empreendimentos desse campo e, assim, gerar novas atitudes, o que pode trazer novas formas de vida, como diz GAIGER (2004). Cooperativas, empreendimentos produtivos de propriedade coletiva de menor porte, bancos comunitários – que geram moedas sociais de circulação local, clubes de trocas, empresas recuperadas por trabalhadores, etc.; são experiências que tomam formas mais democráticas de gestão e propriedade do trabalho e frequentemente formam uma rede de relações que compõem um associativismo social. Mas o risco para muitas dessas experiências é o de tomar as metodologias e práticas já constituídas no campo para por em prática projetos de cunho mais assistencialista ou que não consigam articular a autogestão como eixo importante de constituição das relações de trabalho não possibilitando, com isso, novos arranjos de trabalho, o que ainda repõe hierarquias sem transformar as relações laborais. Nessa medida, a experiência do Banco Sampaio vai nos mostrando saídas interessantes via consolidação de um movimento social para articular redes de relações que permitam que os moradores possam se apropriar do projeto e dar a ele outras configurações, longe dos assistencialismos predominantes nos projetos sociais praticados no bairro.

Singer acolhe as experiências do cooperativismo inglês como modo explicativo das formas de gestão e propriedade coletiva que formam a economia solidária como campo, e encontramos aí certo “mito fundador” de uma corrente da Economia Solidária. Algumas experiências inglesas no século XIX são tidas como

referências de formas alternativas ao capitalismo⁹⁷, como afirmação de lutas para tratamentos mais justos de trabalhadores assalariados e práticas de trabalhos menos penosas, como as das fábricas de Owen (1771-1858) e suas sociedades cooperativas formadas inicialmente nos Estados Unidos, mas que, depois, se espalham por outros locais na Inglaterra. SINGER, P. (2002), chama estas experiências de “cooperativismo revolucionário”, e afirma que desta maneira tão radical elas não se repetiram em nenhum outro lugar⁹⁸.

Experiências como a de Rochdale na Inglaterra (inaugurada em 1844), que se constituiu em uma cooperativa de consumo tida como a primeira desse tipo, de inspiração owenista, e as experiências cooperativas da Espanha, como o Complexo Cooperativo de Mondragón, o Grameen Bank, de Bangladesh, fundado em 1976, vão sendo visibilizadas e revisitadas das mais diferentes formas, tanto para a construção da economia solidária como um campo constituído, quanto como exemplos inspiradores⁹⁹.

No Brasil começa a se desenhar um movimento de cooperativismo e autogestão mais consistente em meados dos anos 1990 e início dos anos 2000, seguindo alguns empreendimentos exitosos: fábricas recuperadas em sistemas cooperativos por trabalhadores; as experiências do MST; cooperativas incubadas pelas ITCs – ligadas às universidades; cooperativas surgidas por outros modelos – como a transformação de experiências dessa natureza em políticas públicas com os governos petistas do Rio Grande do Sul (1999-2003), com o Programa de Economia Popular Solidária, e com o governo da Prefeitura de São Paulo (2001-2004), através do Programa Oportunidade Solidária. Todos servem de exemplos para novas formas de organização econômicas que podem ser experimentadas¹⁰⁰, ainda que devemos ressaltar que empreendimentos incubados em São Paulo nesse período, escolhidos a partir da definição de um público alvo ao Programa – ligado ao recebimento das bolsas

⁹⁷ Cf. SINGER, P., 2002; FARIA, 2005.

⁹⁸ Alguns inspiradores de movimentos do chamado “socialismo utópico” na França, como Saint-Simon (1760-1825) e Fourier (1772-1837) também propuseram novas formas de organização social frente ao desenvolvimento do capitalismo.

⁹⁹ Cf. SINGER, P., 2002; SINGER, P, *in* SINGERP, e SOUZA, 2000; ANJOS, 2011; YUNUS, 2000.

¹⁰⁰ Cf. FARIA, 2005; POCHMANN, 2002; PEREIRA, C.M.G.P., 2011.

sociais¹⁰¹, não tenham, na sua grande maioria, conseguido sobreviver, entre outros fatores, por conta da inexperience no mercado de trabalho e da precariedade em que se encontravam os participantes.

As experiências de economia solidária são muito heterogêneas, o que nos impede de fazer grandes generalizações sobre elas. As organizações institucionais ligadas à economia solidária, como a formação da FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária e a SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária, ambos constituídos em 2003, procuram dar diretrizes mais gerais para fortalecimento do campo (PEREIRA, C.M.G.P., 2011)¹⁰².

As contradições estabelecidas desde o nascimento dessas experiências não se resolvem em nenhuma das etapas produtivas e de consumo. Os estatutos diferenciados de trabalho, como a autogestão e a propriedade coletiva, podem levar a relações mais democráticas de trabalho (em alguns casos) com maior controle dos trabalhadores e dos processos produtivos, mas geralmente não conseguem transformar os estatutos da concorrência ou da circulação dos produtos do trabalho no mercado. Assim, os que fazem parte dessa cadeia de relações necessariamente estarão envolvidos no processo e inseridos no capitalismo, embora possam trazer perspectivas de mudanças pela aquisição de relações de solidariedade. Uma experiência como a do Banco Comunitário investigado vai mostrando a constituição de práticas que possibilitam discussões que possam promover mudanças nessa proposição de construção de uma *comunidade política*. Assim, as propostas vão no sentido de realizar modificações nas relações que se constituem no interior da precariedade tal como o mundo do trabalho e da vida social se apresentam.

¹⁰¹ Sobre esse tema ver BERGAMIN, 2007; SCHWENGER, PRAXEDES e PARRA in FRANÇA-PINTO, LAVILLE e MAGNEN, 2006.

¹⁰² Pode-se fazer uma distinção entre as vertentes de análise do desenvolvimento da economia solidária no Brasil, para caracterizar as discussões provocadas pelo desenvolvimento desse campo. PEREIRA, C.M.G.P., 2011, define o seu desenvolvimento com as seguintes vertentes: “São elas: (i) a Economia Solidária enseja o socialismo; (ii) a Economia Solidária é uma forma de produção anticapitalista e plural, mas não enseja o socialismo; (iii) a Economia Solidária é uma política inovadora, de caráter republicano e orientada para o desenvolvimento” (p. 4).

De qualquer maneira, todas essas perspectivas se cruzam para interpretar as experiências de economia solidária no interior das formas que a economia e as políticas sociais alcançam no Brasil. Como afirma FARIA (2005):

Sendo o relacionamento com o mercado concebido como um problema central, um nó crítico cujo desenlace é dos mais complexos, as contradições que atravessam as experiências cooperativas não podem ser falseadas ou superadas lançando-se mão do caráter coletivo da propriedade, ou pela perspectiva de maior participação dos trabalhadores na gestão e na riqueza produzida. É preciso, portanto, que a compreensão dessas formas alternativas de produção leve devidamente em conta a sua natureza híbrida no interior desse modo de produção, as dificuldades que enfrentam e os nós críticos que lhes são inerentes (FARIA, 2005, p. 14).

Uma parte significativa da economia solidária está voltada, em grande medida, para setores precários do mercado o que faz com que os gargalos da produção e consumo apareçam como fatores centralmente problemáticos, pois no final do processo as mercadorias devem concorrer no mercado capitalista. A concorrência vai se desenhando no interior dos processos produtivos e esses interferem direta ou mesmo indiretamente para o êxito de um empreendimento dessa natureza, embora os processos sejam substancialmente diferentes. Os processos produtivos, se estiverem defasados em tecnologia, no uso de matérias primas, e mesmo na gestão do trabalho, vão trazer um déficit nesta possibilidade de concorrência. Assim, os gargalos da circulação das mercadorias para empreendimentos de economia solidária (e mesmo as experiências que vamos acompanhando no Banco Comunitário) são invariavelmente significativos e mostram as dificuldades em se enfrentar essa concorrência de mercado.

No Brasil essas experiências de economia solidária foram ganhando força e vem então surgindo um movimento social que vai se fortalecendo, culminando na criação da SENAES, uma secretaria de âmbito Federal constituída no início do primeiro mandato do governo Lula, com a tarefa social e política de aglutinar e fortalecer os projetos da economia solidária. A secretaria foi constituída e se manteve sob o comando do Prof. Paul Singer durante todo o governo Lula e início do governo Dilma Rousseff (2011), não sem conflitos e confrontos durante esses anos.

A economia solidária é o campo dos gestores. Indicador disso é a proliferação de instituições que logo passaram a abordar essa temática na última década. Como vimos, já são em número considerável as ONG's, associações, cooperativas, incubadoras, institutos de assessoria etc., que passaram a incorporar o tema e atuar no campo da economia solidária. Quando envolve políticas públicas, estas instituições ganham novo impulso. Pois o 'mercado' não é a maior fonte de recursos para projetos sociais nesta área. O Estado é ainda o melhor caminho, daí que os gestores públicos também não perderam tempo e criaram logo uma instituição própria, uma 'Rede de gestores'. A denominação é perfeita (FARIA, 2005, pp 364/365).

Congregar as expectativas dos movimentos nacionais não é tarefa fácil. A secretaria tem uma contingência de verbas para realizar projetos que restringe enormemente seu campo de atuação, como poderemos observar ao analisar a implantação dos bancos comunitários em São Paulo. Se, por um lado, a formação e continuidade da secretaria mostra certa força desse movimento nacional, por outro, o acesso absolutamente restrito aos financiamentos de projetos mostra uma falta de força política para expansão dessas formas alternativas de produção nas gestões de Lula na presidência. Consolidar uma política que contemple e forme outras relações com o capital, assim como consolidar uma gestão pública dos recursos para que se voltem para iniciativas da economia solidária, tem se mostrado uma tarefa bastante difícil, mas que vem ganhando novas proposições com o Plano Brasil sem Miséria, nesse início de governo Dilma Rousseff (2011).

Para começarmos a refletir sobre as possibilidades trazidas pelos bancos comunitários, é interessante pensarmos nas transformações do mercado de trabalho, já observadas no início do capítulo e, também, nas transformações dos campos de análise desses processos ligados às transformações políticas e sociais possíveis de serem apreendidas por uma investigação desse objeto. Isso porque se analisarmos cada experiência de economia solidária isoladamente ou mesmo buscando generalizações desse campo, não conseguiremos dar conta da complexidade e das contradições do processo. As experiências modelares revelam saídas interessantes e positivas, desta maneira, a economia solidária como uma alternativa para a construção de uma sociedade mais justa, o que pode não corresponder inteiramente às próprias práticas – já que estas apresentam enormes dificuldades de consolidar direitos sociais, de gerar

rendas que fujam da mera subsistência, etc. Mas é necessário afirmar que precisamos ter alguns parâmetros da realidade existente, tanto territorialmente quanto dos participantes das experiências analisadas para podermos observar as conquistas. Na pressa de caracterizar as análises como de uma vertente ou de outra no campo da economia solidária podemos nublar as próprias experiências. Não parece ser tarefa fácil prosseguir uma investigação tentando não enviesar as análises com as referências teóricas já marcadas, como se já soubéssemos os resultados, se positivos ou negativos dentro das referências teórico/políticas disponíveis para análise. A investigação precisa considerar as referências territoriais, o acesso ao mercado de trabalho pelos moradores daquela localidade, para compreender os contextos de cada experiência. E esse será o esforço aqui empreendido, ao depararmos mais uma vez com as experiências do Banco Comunitário União Sampaio e sua relação com o Jd. Maria Sampaio, no Campo Limpo. Aqui importa mais observar a relação desenvolvida pelo Banco Comunitário no bairro do que analisar em profundidade o modelo de um Banco Comunitário como potência crítica do capitalismo. O Banco Comunitário em si é um projeto vinculado a essa rede que podemos definir como economia solidária, mas isso nos diz pouco sobre suas potencialidades ou mesmo críticas a um modelo de gestão que articule precariedades sociais com projetos de geração de renda. As observações vindas do campo empírico dessa experiência podem nos mostrar mais sobre como o Banco Comunitário e a moeda social funcionam ali e o que está em jogo, portanto, na formação de uma *comunidade política*.

O Banco Sampaio ainda não ocupa um lugar de extremo destaque naquela localidade e não tem recursos financeiros nem mesmo perto do suficiente para que os moradores contem com o Banco como uma fonte forte de disponibilização de microcrédito. Porém, o Banco vem esforçando-se para que a população vá conhecendo, se interessando e se apropriando do projeto.

O que buscaremos observar é como o trabalho ou o que podemos chamar de uma economia popular no bairro se articula com os projetos montados pelo Banco Comunitário e se estas relações constituem novas possibilidades na cidade.

Assim, podemos lembrar que o trabalho informal não era tratado nos anos 1980 e 1990 como foco central para compreensão das atividades econômicas e sociais do país (KRAYCHETE, 2000). Mesmo nos estudos da esquerda a compreensão da

economia popular passava pelo trabalho assalariado e pelas organizações sindicais que essa modalidade de trabalho possibilitava. A consolidação da economia solidária, nesse sentido, traz novos questionamentos sobre o trabalho informal e sua importância para o mercado de trabalho e para a economia popular. A discussão sobre o acesso ao microcrédito, por exemplo, se filia nessa vertente de compreensão da economia popular e de como uma parcela grande da população que está fora do mercado formal pode ganhar uma organização financeira e social. A economia informal mostra escapes das formas capitalistas do trabalho, como diz KRAYCHETE (2000). Esse novo olhar para a economia popular possibilita novas reflexões e novos arranjos, como nos empreendimentos do Banco Grameen.

Para os empreendimentos populares, por exemplo, a perda do emprego de um dos membros da família tende a ser absorvida como um ‘custo’ adicional para o próprio negócio. Ou seja, como a família não pode ‘dispensar’ os seus membros, os recursos que seriam destinados ao empreendimento são redirecionados para as despesas básicas do consumo familiar, mesmo que comprometendo o ‘capital de giro’ ou a ‘lucratividade’ do empreendimento. O que seria um comportamento irracional ou ineficiente, sob a lógica da acumulação, assume um outro significado para os empreendimentos populares. Ou seja, no caso dos empreendimentos populares, é impossível separar as atividades de produção e comercialização de bens e serviços das circunstâncias de reprodução da vida da unidade familiar destas pessoas (KRAYCHETE, 2000, p. 36).

Os parâmetros dados pelo mundo do trabalho estão relacionados à reprodução do capital e presentes em todos os campos da vida social. Para constituir novas práticas sociais que levem a novos patamares dessa reprodução, com menores desigualdades, também as políticas sociais teriam que primordialmente combatê-las. Elas conseguiram resultados importantes no Brasil recentemente, como discutimos anteriormente, mas há ainda um vasto campo a se caminhar para constituir relações que produzam menor desigualdade social no país. O lugar do trabalho na nossa sociedade não foi alterado e a reflexão é se as práticas ligadas à economia solidária conseguem uma modificação.

A nenhum de nós, nem a nenhum trabalhador, nos ocorre, ao nos levantarmos de manhã, que aquele contrato de trabalho que está presente na carteira de trabalho, ou aquela obrigação que joga as pessoas na rua como biscoiteiros, nenhum de nós se pergunta, antes de tirar o pé da cama, se não está sendo cometida contra si alguma violência. Para nós, é absolutamente natural. Quer dizer, é uma longa história de como o relógio e como o tempo cumulativo se introduziram no lugar do tempo circular, que é a noção da Idade Média. É toda uma longa história para naturalizar aquilo que é uma enorme violência (OLIVEIRA, 2000, p. 82).

Algumas práticas dos movimentos sindicais conseguiram “civilizar os dominadores”, como diz OLIVEIRA (2000), mas muitas dessas práticas foram depois apropriadas pelo capital para efetuar ganhos. Neste debate sobre as potências da economia solidária, há também embates: de um lado, seus defensores acreditando nas possibilidades do cooperativismo e autogestão como uma conquista de autonomia em relação ao trabalho e constituição de relações mais democráticas dentro e fora do mundo do trabalho e, do outro lado, há quem não consiga vislumbrar como experiências de cooperativismo e autogestão, ou de outras modalidades da economia solidária, possam fazer frente aos movimentos do capital. As contradições são evidentes ao analisarem-se os empreendimentos de Economia Solidária e as referências à viabilidade econômica, mesmo que se evidencie no geral que se consegue construir ambientes mais democráticos – o que ainda não significa, muitas vezes, obter êxito econômico.

Outro exemplo é a crítica que Paulani¹⁰³ faz às moedas sociais. Para ela, estas não podem fazer frente ao *modus operandi* do capitalismo, utilizando-se do meio de pagamento como uma variação daquilo que está no coração da acumulação e circulação do capital: a moeda. Para ela, haveria uma competição com a moeda oficial em que a moeda paralela necessariamente perderia.

Embora os bancos comunitários e outras experiências solidárias possam ser analisados por essa perspectiva mais macroeconômica e crítica e, nesse sentido, vistas como ineficientes como projeto de superação das desigualdades provocadas pelo

¹⁰³ Leda PAULANI falou sobre as moedas sociais no debate Economia solidária, limites e possibilidades, organizado pela ITCP/USPI, em outubro de 2010.

capitalismo, essa reflexão das práticas mostram novas perspectivas para nos debruçarmos nas experiências do movimento da economia solidária, como nos propõe ARANTES, P. (2000).

A outra discussão a respeito do livro de Paul Singer é sobre a questão do Estado, e portanto do crédito. As cooperativas precisam de crédito. Já se disse ao Paul Singer: “É necessário pensar macro, porque quem controla o crédito em uma economia capitalista controla tudo”, como vem dizendo e argumentando Fernando Haddad, no qual me inspiro e espero ter entendido bem. Não é à toa que bancos e Estado estão sempre juntos. E o controle do crédito é político. Num certo sentido, não seria um despropósito dizer que os bancos deveriam estar fora do mercado, pois dinheiro não é mercadoria, como trabalho e terra também não são. Então o problema do crédito nesses implantados utópicos pós-capitalistas repõe todo o problema clássico de uma sociedade de classes antagônicas em que a economia é de comando político. Até a era liberal foi um ciclo histórico de capitalismo politizado até a medula. Com o crédito, o Estado entra na equação, ou seja, a disputa entre as classes pelo crédito passa pelo confronto com o Estado. O dinheiro é um artefato político e o curso da moeda é uma peça fundamental da dominação social. (...) Se se chegar ao problema do dinheiro e do crédito, chega-se ao coração do sistema, e obviamente os atuais donos do mundo não vão deixar barato, só mortos largarão o osso (ARANTES, P. 2000).

YUNUS (2000), faz uma defesa do microcrédito como uma ferramenta que pode efetivamente combater a pobreza extrema. As experiências do Banco Grameen, em Bangladesh e em nos outros países onde o Grameen tem atuado, vêm mostrando que os pobres não têm acesso a uma atividade financeira por impedimentos impostos pelas burocracias dos bancos que pode ser caracterizado como um sistema que atua para a constituição de um “*apartheid* financeiro”. E mesmo as regras dos programas sociais acabam, muitas vezes, por dificultar para os pobres a utilização dos recursos desses programas, como vimos com o caso emblemático da formação e das práticas do BNH aqui no Brasil.¹⁰⁴

O microcrédito possibilita acesso direto a uma renda, o que para os pobres é fundamental para a estruturação da vida, para que novas estratégias de sobrevivência

¹⁰⁴ Ver Sachs, 1999.

possam ser formadas com maior eficiência. Sem crédito, a pobreza se reproduz sem nenhuma possibilidade de superação desta condição econômica e social. A defesa de YUNUS (2000) é de que o acesso ao microcrédito não corresponde meramente às necessidades financeiras, mas é uma ferramenta para transformações de condições de vida muito difíceis e que as gerações seguintes também se beneficiam dessa melhora, com uma melhor possibilidade de dedicação às atividades escolares, melhor acesso à comida e a uma casa mais confortável.

Os bancos comunitários movimentam novas maneiras de efetuar a circulação do dinheiro: através de incentivos para que a produção e o consumo de certos bens e serviços possam ser realizados localmente, fazendo o dinheiro circular na própria comunidade, o que cria um círculo virtuoso em torno das atividades locais. Há claro, uma questão de escala. Nos bancos que nasceram recentemente em São Paulo, especialmente podemos afirmar sobre o Jd. Maria Sampaio, esse dinheiro circulante local não chega a ser representativo para nenhum comerciante como fonte de uma fidelização do consumo nos seus estabelecimentos. Mas começa a se fomentar uma nova relação com o dinheiro, com o consumo, que pode trazer uma reflexão importante e potente. Os bancos comunitários funcionam não só como agentes financeiros, como nos mostra YUNUS (2000), nas descrições das metodologias formadas pelo Banco Grameen para atuar frente à população mais pobre e como vamos observar na atuação do Banco Sampaio na sua comunidade.

É interessante notar, antes de avançarmos, que as experiências de economia solidária, se muitas vezes não conseguem articular uma real quebra dos paradigmas econômicos, parece serem em seu conjunto heterogêneo o que de mais interessante vem acontecendo no campo de políticas, projetos e práticas de trabalhos e geração de renda destinados aos pobres no Brasil contemporâneo. Podemos questionar a qualidade das políticas sociais no Brasil, se elas conseguiram vencer nos últimos anos, em alguma medida, as práticas assistencialistas que foram forjadas no processo neoliberal de conduzir a política econômica, movimento iniciado nos anos 1990, e que incidiu diretamente no modo de formular as políticas sociais e de liberar os recursos para tanto. Os próprios movimentos sociais foram se adequando às “novas regras” e se ligando a ONGs para conseguir acessar esses recursos disponíveis. Também os sindicatos combativos, como a CUT – Central Única dos Trabalhadores começaram a

defender pautas mais pragmáticas, ligadas à manutenção dos postos de trabalho e não mais pautas reivindicativas de melhores condições de trabalho e da relação de classe¹⁰⁵.

A defesa da economia solidária por seus partidários credita fortemente às relações estabelecidas entre os participantes uma fonte de transformação pessoal e social. Com a análise de experiências que nos mostrem outros aspectos para além da geração de trabalho e renda, podemos contribuir com o debate refletindo sobre a apropriação de novos modos de atuação na cidade e seus territórios.

¹⁰⁵ Sobre esse tema ver OLIVEIRA e RIZEK, 2007; PEREIRA, C.M.G.P., 2011.

Capítulo 4

O Banco Comunitário União Sampaio e o capitalismo: Contracultura na periferia da cidade

Acho melhor não.

(HERMAN MELVILLE, *Bartleby, o escrivão*)

4.1. Periferia e trabalho: apropriação do tempo mediado

O debate sobre o estatuto do trabalho nas experiências mais participativas, como as de Economia Solidária, busca mostrar como os participantes produzem mudanças e como elas se fazem sentir. Há autores que defendem essas práticas como fontes de transformação das relações de trabalho e da sociedade e autores que criticam essa posição otimista frente a essas experiências, porque elas seriam meramente uma forma de reprodução da precariedade que o capitalismo delegou aos trabalhadores mais desqualificados. Porém, mesmo autores mais entusiastas da Economia Solidária reconhecem as dificuldades em se competir no mercado capitalista a partir de empreendimentos frágeis financeira e tecnologicamente como são geralmente essas experiências.

A questão principal pode então ser deslocada, como faremos neste capítulo, para a observação e análise de práticas de moradores da periferia de São Paulo envolvidos em processos que movimentam relações de trabalho. Buscamos observar se mudanças substantivas podem se realizar em experiências de trabalho. Os

questionamentos sobre essas experiências tomam as relações de precariedade do trabalho como algo comum.

O Banco Comunitário União Sampaio se constitui como uma experiência de economia solidária, mas podemos ver esse processo como uma articulação de um movimento social que abraçou a ideia do banco comunitário como modo de formar novas relações sociais no bairro. Buscamos analisar essa experiência de um movimento social que busca nesse momento construir novas formas de trabalho, novas relações com o dinheiro e com o consumo; colocando, dessa maneira, uma questão para as famílias do bairro e para os produtores de cultura na periferia: como construir novas formas de relações sociais, com o bairro e com a cidade. Observar a efetividade da construção desse processo vai mostrando-nos as dificuldades das relações de trabalho já estabelecidas e como elas pautam diretamente a relação com a cidade. Implicam também em construções subjetivas que podem ser (re)elaboradas na medida em que as mudanças e as continuidades vão se apresentando nos modos de constituir a vida e suas narrativas.

Uma parte dos estudiosos da economia solidária conclama as positivities a partir do exercício da participação nessa chave da construção pedagógica da experiência¹⁰⁶. Mas, como pudemos observar, nem sempre os projetos conseguem vencer os limites de tempo, de recursos impostos aos programas que podem ser nomeados de solidários. Além disso, é preciso lembrar que foi se construindo para a

¹⁰⁶ “Pode-se afirmar que a ligação do empreendedorismo associativo com a Economia Solidária está na retomada do protagonismo de pessoas em situação de pobreza e na condução de uma atividade econômica. A melhoria das suas condições de vida, a ativação das capacidades organizativas, relacionais e de enfrentamento das dificuldades, já são elementos positivos em um processo associativo que visa potencializar as capacidades humanas e gerar renda para sobrevivência digna.

Ao relacionarem-se com programas de políticas públicas e com os demais agentes sociais envolvidos no processo de empreender coletivamente, são geradas aprendizagens que transformam a vida dos sujeitos participantes de várias formas e que modificam também a atuação do Estado como instrumento de redução da desigualdade. Esse redirecionamento de posturas envolve também a sociedade civil, que passa a interagir com processos e produtos oriundos das práticas associativistas, tendo a oportunidade, como cidadã e consumidora, de participar em alguma medida de uma mudança social” (VERONESE e FERRARINI, 2011, pp. 17/18).

participação uma “virtude” que é tida como algo fundamental para estabelecer uma cidadania responsável.

O discurso da responsabilidade, no entanto, está presente em tantas esferas da vida social que seria pertinente supor que estamos lidando com um novo sistema ideológico. Se no mundo do trabalho tal discurso é consequência da individualização da força de trabalho, na sociedade como um todo a responsabilização sucede a crise das instituições republicanas. [...] Assim, se do trabalhador se demanda responsabilidade, do cidadão se demanda participação (PEREIRA, L. 2011, p. 73).

A análise dessa experiência do Banco Sampaio precisa vincular-se à teorização do trabalho e da relação central que ele exerce com a cidade, para que possamos observar e assegurar a hipótese principal que queremos desenvolver nesse capítulo. A construção do banco comunitário só toma forma na medida em que há por trás dessa experiência um movimento social que pode articular a constituição de novas formas de relações com o trabalho e, dessa maneira, com a cidade.

Estamos tratando de um movimento social que vai ganhando novos contornos e conformações com novos atores sociais, e que vai se articulando com as formas que o Banco encontra para produzir um desenvolvimento territorial. Os fazeres cotidianos dos moradores com padrões de trabalho estabelecidos vão se transformando, mas também sendo absorvidos por fortes pressões sociais. O trabalho no mutirão pode trazer uma dubiedade enorme no uso de formas de autogestão e cooperação de trabalho sem, em muitos casos, trazer uma satisfação à altura do esforço realizado. Há sempre os sentidos produzidos pelos atores sociais envolvidos que atribuem grande relevância ao trabalho realizado no mutirão, porém, estamos atribuindo uma parte dessa constituição certa sublimação do sofrimento como forma de suportar a dor produzida por todo o trabalho e pelo processo da obra. PEREIRA, L. (2011) nos lembra, a partir da leitura de Dejours e de outros autores, que há um processo de invisibilidade do sofrimento psíquico dos trabalhadores que fica ignorado tanto nos casos clínicos, quanto nos estudos de sociologia do trabalho, como algo que não consegue ser explicitado e dito. E aqui podemos dizer o mesmo sobre o trabalho realizado no mutirão analisado; o trabalho muito penoso físico e psíquico (por outras relações subjetivas frente ao afastamento familiar e social provocado pela obra) pode não constituir o principal foco

de crítica ao processo da realização do mutirão. O trabalho ligado de alguma maneira ao desenvolvimento do bairro pode também trazer resultados positivos; mas, sem dúvida, esses resultados têm que conectar as conquistas individuais vindas dessas experiências para ganhar uma dimensão mais coletiva. Isso porque o uso do tempo mostra contradições com as propostas de participação, já que são tomados padrões que estão em “assincronia” com os outros tempos sociais, como afirma CARDOSO (2009):

Vê-se ainda a fragmentação e individualização do tempo dedicado ao trabalho e o surgimento de uma pluralidade de novos tempos de trabalho. Fragmentação e individualização causadas, sobretudo, pela crescente flexibilização que coloca o tempo de trabalho cada vez mais em total assincronia em relação aos outros tempos sociais – como o da família, do lazer, do amor, da educação, do descanso, entre outros (CARDOSO, 2009, p. 22).

A discussão sobre práticas anticapitalistas no interior da produção capitalista passa por se discutir essas apropriações do tempo. É preciso atentar ao tempo do trabalho e às possibilidades de que ele não seja absolutamente apreendido pelas formas de exploração que extrapolaram os ambientes de trabalho e tomaram a dimensão de uma absorção total do comando dos usos do tempo para toda a vida. A periferia de São Paulo expressa esse assalto ao tempo da vida. Se a melhora dos índices de desemprego representa uma melhora do padrão de consumo, isso não expressa diretamente conquistas para as condições gerais da vida. Consumir mais, consumir produtos melhores pode trazer uma exultante sensação de pertencimento social, mas as condições reais da vida na cidade não melhoram na mesma velocidade.

Podemos apontar novas formas de sociabilidade que podem ser conquistadas pela apropriação de atores sociais nesse processo. E o desenvolvimento de um movimento social vinculado ao banco comunitário parece ser a forma mais potente dessas realizações acontecerem, como podemos observar no Banco Palmas de Fortaleza, no Banco Bem de Vitória e vislumbramos esse desenvolvimento no Banco Sampaio em São Paulo. Ao que parece, a constituição dos outros bancos comunitários em São Paulo não conseguiu ainda se desvincular das formas de atuação já institucionalizadas (digamos assim) em movimentos de moradia, e não parecem

funcionar como fundação de novos modos de atuação como movimento social, o que poderia trazer novas formas de articular os moradores da cidade. Ao que nos pareceu, a partir dessa experiência, a refundação das práticas dos movimentos sociais é sempre necessária. Assim, podemos fazer uma comparação das atividades do Banco Sampaio com os outros bancos comunitários em funcionamento na cidade de São Paulo e no Brasil. Os outros bancos comunitários formados nesse projeto junto com o Banco Sampaio mostraram uma articulação pouco eficiente, o que parece estar ligado a uma não apropriação da “ideia” dos bancos comunitários como algo que pode trazer novas perspectivas de funcionamento para o movimento social. Seria necessário para isso romper com práticas já estabelecidas, construir novas formas de articular os moradores do bairro, sem promessas de conquista da casa própria, mas buscando novos horizontes para essa relação. Isso tem se mostrado muito difícil, essa construção movimenta muitas convicções que parecem impossíveis de serem rompidas¹⁰⁷ nesses casos, ao menos por enquanto. A troca de experiências entre os bancos comunitários da região sudeste do País como a que ocorreu no Seminário de Extensão Universitária e Economia Solidária: Bancos Comunitários, organizado pelo Nesol/USP, em agosto de 2011, parece ser importante fonte de observação de como os trabalhos podem ser diferentes e ao mesmo tempo inspiradores para a constituição de novas formas para esses movimentos sociais acontecerem pela cidade, a partir dessa experiência da constituição de um banco comunitário.

¹⁰⁷ Pudemos a partir do acompanhamento do Seminário de Extensão Universitária e Economia Solidária: Bancos Comunitários, organizado pelo Nesol/USP, agosto de 2011, fazer algumas visitas aos bancos comunitários e conversar e observar os coordenadores e trabalhadores dos bancos da região sudeste do País. Experiência muito rica que nos mostrou que os bancos que estão caminhando de forma efetiva se apropriaram dos movimentos sociais que os tornam participantes desses projetos e ampliam as articulações nos bairros de origem. Nos bancos com desenvolvimento excepcional, isso acontece porque seus coordenadores são extremamente dinâmicos, com uma visão sobre o bairro e as possibilidades de desenvolvimento do banco comunitário como algo que pode ser apropriado pelos moradores como ferramenta para estabelecimento de relações mais democráticas, alargando espaços de participação através de práticas associativas que tornam a comunidade uma *comunidade política*, como pudemos observar no desenvolvimento do Banco Bem, de Vitória, e no caso já bastante conhecido do Banco Palmas, de Fortaleza.

Analisaremos neste capítulo alguns aspectos visíveis na forma como os moradores do Jd. Maria Sampaio e bairros próximos vão se apropriando das experiências realizadas pelo Banco Sampaio para construir essa outra vertente de um movimento social já consolidado no bairro, mas que ganha vitalidade com a constituição do Banco. As práticas ligadas ao trabalho nessas atividades do Banco não se contrapõem aos modos como as pessoas trabalham na periferia. Mas há uma reflexão sobre esses modos e como se poderia fazer diferença para essas pessoas. O Banco propõe um questionamento sobre as formas desse trabalho. Se pensarmos em como temos estruturada uma inserção no mercado de trabalho e como vem sendo difícil essa relação, mesmo nas esferas mais privilegiadas de acesso ao mercado, podemos vislumbrar as dificuldades para quem se defronta com formas precarizadas de participação no mercado.

Do comerciante com maior rendimento, passando pela auxiliar de limpeza de firma terceirizada, aos jovens que estão entrando agora no mercado de trabalho, todos se encontram próximos nessa chave da precarização, dos vínculos constituídos com muito, muito trabalho, sem garantias de que esse esforço vá trazer qualquer contrapartida para a constituição de uma vida que possa ser vivida para além dessa esfera do trabalho.

Chamamos atenção para esse ponto importante: o trabalho organiza centralmente a vida porque toma conta dos outros tempos da vida, apreendendo também os tempos de não trabalho (CARDOSO, 2009). Ao se ter compromisso com duas fontes de renda, sobra pouco ou nenhum tempo para outras atividades, o trabalho ocupa o lugar das outras dimensões da vida (como ocorre há mais de oito anos para os mutirantes do Recanto da Felicidade). E, como nos lembra DEJOURS (2006),

O trabalho pode ser mediador insubstituível da reapropriação e da realização do ego. O fato é que o trabalho é uma fonte inesgotável de paradoxos. Incontestavelmente, ele dá origem a terríveis processos de alienação, mas pode ser também um possante instrumento a serviço da emancipação, bem como do aprendizado e da experimentação da solidariedade e da democracia (DEJOURS, 2006, p. 140).

Assim, é importante observar em qual medida o fortalecimento desse movimento social consegue modificar essas correlações dos tempos de trabalho, e se representa uma melhor relação com as outras temporalidades, que foram ficando cativas de um tempo socialmente mediado pelo trabalho.

O depoimento de Claudinho nos mostra uma visão desse movimento, que existe há muito tempo e pode começar a ganhar uma profissionalização cada vez maior por meio de uma rede que estruture essas ações, como é o desenvolvimento da Agência Solano Trindade (Agência de fomento de produção cultural popular ligada ao Banco Sampaio) que vai dando corpo a esse processo.

É um grande movimento, considero um movimento histórico hoje, na periferia Zona Sul, essa rede que estamos falando de cultura. Porque você tem gente fazendo história mesmo. Acredito, piamente, que meus filhos e netos lá na frente vão estudar na escola os meus amigos nos livros de história, ouvir as músicas deles, a literatura deles. Já está acontecendo, minha enteada estuda nos livros dela essas pessoas que eu encontro sempre: o Gaspar, o Z'África Brasil, o Racionais. Isso vai só se ampliando, crescendo. Antes era só o meu trabalho, o meu... ego mesmo, e agora não. Tem um coletivo que vai crescendo. O Bar do Binho, por exemplo, é um lugar que todo mundo adora tocar lá, é pequenininho, mas todo mundo gosta de ir lá. Gente da Cooperifa vem tocar no Binho, quem está no Binho prestigia lá e depois vai no Sarau do Fundão. É meio que uma obrigação ir lá, prestigiar. Um vai incentivando o outro até que ganha pernas próprias. [...] Queremos montar um mercado, um mercado de cultura. Queremos ganhar dinheiro, temos que ganhar grana, precisamos ter dinheiro para pagar as contas no final de mês. Estamos aprendendo a nos estruturar, profissionalizando cada vez mais, queremos montar oficinas para profissionalizar garotos com formação técnica, operar um som, um *holding*, para afinar um instrumento, montar um palco; o menino se forma e vai ganhar a grana dele, a ideia é essa. [...] O sarau não é só poesia. É um lugar onde todos apresentam seus trabalhos, um lugar que todo mundo sabe quem está fazendo o que, é um lugar de encontro, onde todos se apresentam; quer achar alguém, vai para o sarau. É como um condutor do trabalho de todo mundo, de todo o movimento, como uma célula que leva oxigênio para o todo o corpo. Fazemos muito negócio do lado de fora do sarau. É um grande comunicador (Claudinho, 48 anos, músico, trabalha na Casa da Mulher).

Claudininho está expressando o modo como enxerga a construção desse coletivo, que tem como objetivo principal proporcionar desenvolvimento coletivo, para que o bairro territorialmente se desenvolva, sem precisar centralmente dos circuitos do mercado já estabelecidos. Desse modo, os atores envolvidos começaram a observar que toda essa produção de cultura que existe ali pode ser potencializada com ações que busquem a constituição de uma rede. Há uma “forma coletivo” que começa a ganhar força para desenvolver essas ações que a Agência Solano Trindade se propõe a desenvolver. Sozinho, cada um vive as suas dificuldades sem conseguir partilhá-las e sem conseguir levar adiante projetos mais coletivos. Juntos, ganham essa força que só a organização de um movimento social pode trazer. A busca é para fomentar relações de trabalho que rompam com o usual.

4.2. A construção da cidade: reflexões sobre o consumo moderno

Ao olharmos para a cidade de São Paulo, vemos transformações que vão ocorrendo cotidianamente e que podem passar despercebidas: um novo ponto comercial, um supermercado com dimensão maior, uma padaria muito equipada e uma variabilidade de comércio como o que pudemos observar na primeira visita ao Jardim Maria Sampaio. Em uma volta no quarteirão com dois moradores das proximidades, pudemos notar todas essas novidades no bairro. Eles diziam, ao chegarmos à rua comercial – o centro do bairro de aproximadamente 30.000 habitantes –, que ali não existia quase nada até poucos anos atrás. A maior ocupação no centro do bairro pelo comércio é coisa muito recente, de cinco anos para cá, o que podemos associar a um aumento do poder de compra dos moradores de periferia da cidade, dado por um combinado de diversos indicadores sociais que podemos associar também às mudanças processadas nos dois governos Lula (2003-2010).

Este tema nos leva a um diálogo sobre a constante construção da cidade e os temas mais clássicos da sociologia do trabalho. Através das questões de funcionalidade da cidade, da infraestrutura urbana, do mercado imobiliário como regulador de importantes movimentos internos das cidades, podemos pensar nos

indivíduos que ali habitam e suas relações com o espaço como elemento produtor de formas de organização da vida: os usos destes espaços podem variar, mas vão sendo definidos, parametrizados, por formas de constituição da vida social. Da sua materialidade (dada pela concretude da produção social do espaço) surgem as primeiras questões: como os moradores da cidade formam sua subjetividade e quais são as possibilidades de reverter a perda de qualidade da relação com o tempo e com a vida que se passa em um determinado espaço? Os moradores do bairro se sentem com um acesso maior à cidade por poderem consumir mais, de forma mais fácil pelo conforto grande em se ter todo tipo de produtos ofertados perto da sua casa? Sem dúvida a resposta é positiva; mas isso é suficiente? Esse consumo substitui outras dimensões da vida (aquelas que não concebem espaço-tempo como *locos* de transformação)?

Se a cidade continua ofertando as mesmas precariedades, os serviços públicos na mesma (falta de) qualidade, o consumo exerce um papel apaziguador, mas com limites claros frente a essa rede ainda precária do acesso à cidade. Outro aspecto a ser levantado é uma questão que vem ganhando força ao longo das últimas décadas para as cidades brasileiras (mas não parece ser só no Brasil que este fenômeno ocorre) – elas se tornam cada vez mais territórios perigosos: o sonho de parte significativa dos moradores é se afastar deste convívio e morar em condomínios fechados. Do mesmo modo também os grandes centros de consumo, que misturam os espaços públicos e privados, criam uma indistinção perigosa, porque a cidade vira somente rota de acesso a esses espaços, como diz CORTÉS (2008). A cidade se torna meramente lugar do perigo.

Simmel nos ajuda a configurar a questão na medida em que nos propõe a possibilidade de percebermos a cidade como um grande movimento de construção e reconstrução, tanto do espaço, como dos indivíduos que ali habitam. Mesmo uma cidade totalmente mediada pelas temporalidades do dinheiro pode, em alguma medida, transformar elementos da sua dinâmica, trazendo aos seus moradores possibilidades de atribuir novos significados à cultura a partir da criação de novas temporalidades. Pensando na dinâmica social, as cidades nunca estão congeladas num dado momento – mesmo as cidades de beleza única (embora a reflexão sobre elas possa eternizar um momento): isto nos leva a pensar que as soluções para os problemas são sempre

provisórias – assim como os usos da cidade. Para Simmel (SOUZA, 2005), a tragédia da cultura é que as formas sociais se estabelecem e se modificam muito lentamente, de modo quase imperceptível, mas a subjetividade humana se manifesta com uma velocidade enorme (podemos pensar na criatividade humana, por exemplo). Essas diferenças de tempo formam uma separação entre as formas sociais e a subjetividade, dada pela condição do desenvolvimento da cultura, que, para o autor, se manifesta como tragédia. Fenômeno do qual as cidades não escapam, na medida em que a grande influência do dinheiro como mediação das relações sociais afeta a construção do tempo, do espaço e das subjetividades. Este processo desencadeado por interesses econômicos na constituição da cidade tem um rebatimento importante nas formas sociais dos moradores da cidade, e elas se espraiam para outras dimensões da vida, que acabam por apertar os espaços para que a subjetividade dos moradores possa se expressar com plenitude. O interesse do dinheiro segue ganhando as batalhas nas cidades ocidentais.

O caráter fetichista que Marx confere aos objetos econômicos à época da produção de mercadorias constitui apenas um caso especial, modificado, deste destino geral de nossos conteúdos culturais. Estes conteúdos encontram-se na situação paradoxal – e com a elevação da cultura cada vez mais – de terem sido criados por sujeitos e destinarem-se a sujeitos, mas, seguirem, na forma intermediária da objetividade, uma lógica de desenvolvimento imanente e com isso se distanciarem tanto da sua origem como de sua finalidade (SIMMEL, in SOUZA, 2005, p. 98).

Contemporaneamente, encontramos nas formas do consumo uma peça cada vez mais fundamental na relação dos indivíduos com a cidade. Como apaziguamento dos conflitos existentes, o consumo encontra seu lugar social e se torna uma fonte importante de sublimações dos agravamentos das crises que se passam no tecido social. Hannah ARENDT (1995) afirma que a grande transformação do *trabalho* em *labor* se dá pelo fato do trabalho não mais manufaturar objetos duráveis, mas objetos que trariam felicidade ao serem consumidos e, isso muda as expectativas dos homens frente à vida.

COSTA, J. F. (2004) reconstrói algumas posições de Arendt sobre consumo e afirma, a partir da leitura de Baudrillard, que há um “estado mental de insatisfação crônica que torna o indivíduo um consumidor modelo” (COSTA, J. F. 2004, p. 139), fenômeno que Baudrillard chama de “pauperização psicológica”. Desta maneira, o que está por trás do consumo seria uma insatisfação que mantém a sociedade funcionando com os seus mecanismos de fabricação de um consumo de massa. Mas COSTA, J. F. (2004) se opõe a esta visão e afirma que a saída de Sennett em *O declínio do homem público*, lhe parece mais acertada ao ver no consumo uma forma de afirmação do sujeito, de desenvolvimento emocional e assim o consumo é visto sob outras facetas e não só como alienação do sujeito das suas vontades¹⁰⁸.

No apogeu do sentimentalismo burguês, portanto, os objetos possuíam uma função moral clara. A visão pejorativa do consumidor empalidece ao observarmos o comportamento efetivo do comprador dos primeiros tempos do capitalismo industrial e comercial. A privacidade sentimental colaborou, certamente, para a diluição do papel cultural do cidadão. Uma coisa, porém, é mostrar como a hipertrofia do privatismo sentimental foi um dos fatores responsáveis pelo descaso para com o mundo público; outra é afirmar que a compra dos objetos perturba o desenvolvimento das emoções ou do interesse moral pelo outro (COSTA, J. F. 2004a, p. 161).

As pessoas se voltam cada vez mais para o consumo como forma de constituírem-se como sujeitos, como se ele pudesse restaurar (e de certa forma isto é cumprido, em uma chave negativa) o que foi perdido. E o que se perdeu foram os outros tempos da vida social que ficaram cativos do tempo do trabalho, perdendo-se também espaço e possibilidades de viver de outras formas. Como vivemos para trabalhar e o trabalho tudo captura, o consumo se apresenta como um bom mecanismo de satisfação momentânea.

Essa forma que o consumo toma se espalha por todos os campos sociais: os segmentos econômicos de consumo mostram eficiência ao encontrar um mercado consumidor em expansão no Brasil mais recentemente; há um grande nicho de

¹⁰⁸ COSTA, J. F. (2004) ressalta a visão de Peter Gay que fala de uma “moral dos sentimentos” ligada à compra dos objetos ofertados, e existente desde o início da formação burguesa.

mercado que são as classes populares em busca de bens tecnológicos (celulares, computadores), linhas de eletrodomésticos e eletrônicos, cosméticos, moda etc. O acesso à cidade passa pelo consumo que realiza essa vida e suas estratégias de sobrevivência e se, de um lado, apazigua os conflitos, por outro os acirra, com o ativamento de outros meios – os conflitos sociais que se constituem fora dessa ordem estabelecida; e tudo, no fim, direciona-se para a conquista dos bens desejados.

E até o consumo pode virar moeda de troca de uma vida ligada ao bem estar do planeta, à sustentabilidade, nas formas de um “consumo responsável”, como alerta FONTENELE (2010), o que traz contradições inerentes a um consumo excessivo, por um lado, mas por outro libera o consumidor de uma culpa presente nesse processo. Há como se redimir comprando mercadorias.

Daí porque este artigo buscará mostrar como esse sentimento de angústia tornou-se o fermento para o novo grande produto do capitalismo contemporâneo – a segurança – que, em nova roupagem, vende redenção como mercadoria (FONTENELLE, 2010, p. 218).

Nesse sentido, a formação da moeda social realizada pelo Banco Comunitário parece que pode se conectar a outras formas de consumo, mesmo com todas as contradições que a formação de uma moeda pode apresentar.

Benjamin (*in* LÖWY, 2005) nos ajuda a compreender a constelação de relações expressas nas transformações do consumo. Os indivíduos no capitalismo têm suas relações mediadas por sua adoração ao dinheiro, e a aposta então é no desenvolvimento da técnica, na racionalidade, como se elas pudessem nos salvar. Porém, é importante ressaltar que o movimento deste tipo de racionalidade é o próprio progresso (e assim caracterizamos a crença no progresso como redentor das nossas dificuldades) – mas ele expressa a continuidade da opressão, diz o autor. O acesso a bens que dão conforto é excelente de um determinado ponto de vista, mas não cansa de mostrar as suas outras facetas perversas que ficam escondidas no progresso do desenvolvimento técnico e que não nos deixam ver o “retrocesso da sociedade” no nosso caso: o endividamento da população para conseguir ter esses bens, a falta de perspectivas melhores do que o consumo desenfreado (como se ele pudesse então resolver as desigualdades), além, é claro, da incessante reprodução social do espaço em

moldes que reproduzem essas diferenças hierarquizadas, o que LIPIETZ (s/d) afirma ser a reprodução de padrões industriais extrapolados aos padrões de produção da cidade, com os bairros segmentados por categorias profissionais, como ocorria no desenvolvimento do fordismo.

CARDOSO (2009) mostra esse processo a partir da reflexão do tempo de trabalho como aquele que centralmente vai comandando os outros tempos sociais; esse tempo do trabalho é um tempo do trabalho industrial masculino que vai se tornando padrão de produção e reprodução do tempo cronológico. Ele também acaba por mediar a construção das subjetividades e das ações, embora esses sejam campos que guardam alguma individualidade, mesmo os concebendo como construções sociais.

Este processo mundializado se expressa na cidade de São Paulo na proliferação incessante dos shoppings por todas as áreas da cidade (a segmentação aparece como modo de apreender um público cada vez maior para esses centros). E a leitura da cidade se expressa nas formas de resolução dos conflitos: os problemas sociais permanecem inalterados e os moradores vão para o hipermercado ou para o shopping passear e comprar, pois para eles esta ida é parte importante da inclusão no mercado consumidor, possível a partir do fim da hiperinflação e início da estabilidade econômica, com compras facilitadas, por exemplo, pela oferta maior de crédito também para as camadas mais pobres da população. E este parece ser um aspecto socialmente relevante para a compreensão dos anseios desses moradores dessa grande cidade brasileira, que é São Paulo.

É uma reprodução de comportamentos de classe que vão sendo incentivados com o único objetivo de criar novos e maiores nichos de consumo. A cidade continua a funcionar como se todos esses processos não defendessem interesses, como se os espaços reproduzidos fossem neutros, diz CORTÉS (2008). Como o consumo não traz nenhum benefício para a cidade propriamente, quem tem acesso aos bens de consumo realiza uma parte da vida social como sublimação de uma melhora das sociabilidades que não vai ocorrer; pelo contrário, sofre com um individualismo que se exacerba com essa constituição cada vez mais limitada do espaço público. Mas a reprodução das desigualdades estão expressas nestes contínuos usos dos espaços a partir de um rebaixamento de expectativas. E este é o contexto em que iniciativas que buscam articular outras formas sociais estão inseridas, por isso as dificuldades para

fazer diferente e quebrar com a reprodução incessante desse fosso social. Estes padrões de consumo e reprodução da cidade acabam servindo como guia para as condutas sociais e também na constituição das subjetividades.

Em São Paulo, como nas grandes cidades brasileiras, essa tendência privatizante, que o consumo expressa como sublimação, mostra o afastamento da política, como diz Francisco de OLIVEIRA (2003b) nesta passagem:

A morte da pólis é a morte da política e a negação da negação: todo espaço público deve ser privatizado, deve estar sob o olhar panóptico, porque o perigo é o público. (...) Não há mais política: há técnicas e dispositivos foucaultianos que se impõem com a lei da necessidade. Adequamos nosso discurso para reconhecer a 'realidade' e em nome dela, planejar a exceção. Reconheçamos: nosso esforço teórico transitou da busca da normatividade para a racionalização da exceção, que nossa prática cotidiana já leva cabo faz tempo. Porque do nosso horizonte já sumiram as transformações (OLIVEIRA, 2003a, p.13).

Essas formas de consumo expressam aspectos da relação com a cidade e com as formas de morar. O acesso ao consumo revela-se uma forma importante de pertencimento social, como nos mostram as reflexões apresentadas por SINGER, A. (2010). Nesse sentido, fala-se de uma população que estava alijada das interferências do Estado no Brasil, os integrantes da chamada classe C, que, ao receberem benefícios sociais, como o Bolsa Família, ou maior acesso ao crédito durante os anos de governo Lula, sentem-se pertencendo a um jogo social do qual não participavam anteriormente. Mas o “acesso ao jogo” ocorre só pela via de um consumo apaziguador dos conflitos e, que, por enquanto, não gera outras formas de composição política.

O consumo como um recurso de inserção social parece frágil e fraco, embora importante para quem viesse sofrendo pela falta desse acesso. HAROCHE (2008) nos mostra que essas transformações do consumo são produzidas simbioticamente com as mudanças das formas de trabalho contemporâneas. Para a autora, há um processo de “espoliação do eu”, que não deixa mais formar uma subjetividade complexa e, portanto, torna-se incapaz de dar aos sujeitos formas críticas de inserção nos espaços das cidades. Os espaços de trabalho são inteiramente cativos dessa lógica do desenvolvimento do capitalismo e hoje isso representa uma solidão

maior, um grande isolamento constituindo sujeitos que não sabem mais olhar para si e para o mundo.

No passado produtor, hoje consumidor, o indivíduo deve se vender constantemente e, para isso, precisa mostrar-se, exhibir-se de maneira repetitiva. Em [que] se encontra em face de uma incitação contínua que põe em xeque sua capacidade de escolha, de reflexão, e o conduz, em última instância, à passividade e à submissão, quando não à anulação do eu. Trata-se, então, de compreender a humilhação pelo fato de o indivíduo ser situado em posição de passividade, de dependência, e experimentar um sentimento de impotência e frustração, de intensa humilhação: confrontando à complexidade e à opacidade crescentes, não consegue mais encontrar sentido na sociedade, nem em si mesmo. A sociedade de consumo desvaloriza os indivíduos, sua singularidade, sua criatividade, sua imaginação, a própria pessoa em cada um de nós [...] (HAROCHE, 2008, pp. 169/170).

E este é um jogo duplo e contraditório que conforma os sujeitos contemporâneos: se, por um lado, os indivíduos ganharam importante papel na formação da cidade moderna, por outro, eles perdem cada vez mais características de formação de uma individualidade em meio a um processo acelerado de consumo e das caracterizações que esse consumismo exacerbado traz para as sociedades contemporâneas.

Nessa medida, podemos considerar que a moeda social implementada pelo Banco Comunitário adquire um sentido bastante simbólico e pedagógico, ao expressar a possibilidade de repensar valores e ressignificar o dinheiro inserido numa economia. Essa reflexão pode trazer ganhos para a economia do bairro, na avaliação do coordenador do banco. A moeda não irá conseguir revolucionar essa economia, mas pode mudar padrões de consumo, através da tomada de consciência das relações envolvidas no que se está consumindo, e da formação de uma rede de produção e consumo que possam se articular.

Acredito na sustentabilidade do projeto como a sustentabilidade da nossa comunidade. Porque não adianta o Banco ter um monte de dinheiro para emprestar se a nossa comunidade não tem condição de acessar o crédito, de pagar o crédito. O Banco traz questões políticas muito importantes, o debate sobre a economia – que a comunidade não faz – a questão da educação financeira (Rafael Mesquita, coordenador do Banco Sampaio).

Ainda voltaremos a essa questão da moeda social, para discutir se ela tem potencial para conduzir um processo político de transformações.

4.3. Experiências de trabalho dos moradores do Jd. Maria Sampaio

Na visão dos comerciantes que tomaram empréstimos do Banco Sampaio há ali uma experiência que pode ajudar a desenvolver o bairro. Conversamos com dois comerciantes da região, vizinhos nos seus comércios: um comerciante de lingerie e uma vendedora de temperos. A formação da “vocação” para o comércio parece ser mais ou menos a mesma para os dois comerciantes: vinda por uma vontade de ter um negócio próprio e nenhuma formação para isso. Outro aspecto interessante de ser analisado diz respeito a como se apresentam: embora tenham possivelmente uma renda bastante superior à média dos moradores do bairro, continuam se dizendo pobres. O que nos faz refletir sobre o que caracteriza a pobreza. Ao que parece, há uma transmutação da noção de trabalhador para certa construção social da pobreza como uma característica importante para a busca de identificações sociais. A substituição de uma autodefinição de trabalhador para a definição de “– sou pobre” é muito significativa nesse contexto de mudanças intensas no mundo do trabalho, com todas as flexibilizações de contratos e direitos, com o trabalho autônomo ganhando um contorno cada vez mais expressivo. Esse trabalho autônomo acaba desejado pelos sujeitos numa crença de que significará maior liberdade do uso do tempo, o que dificilmente representa as práticas reais desse tipo de trabalho.

Mas as semelhanças se encerram aí entre essas duas personagens do bairro. As diferenças na condução dos negócios são enormes. O comerciante Renato¹⁰⁹ montou uma loja de lingerie no bairro e se encontra em uma situação de grande estabilidade, com um negócio todo legalizado, alvará de funcionamento, o que não é comum a todos os comerciantes. Dona Alzira tem uma barraca para venda de alho, cebola e outros temperos bem mais precarizada, por ser uma barraca de metal em um pedaço de um terreno que dá para a rua, ela sente a sua situação como instável, com medo de que a Prefeitura possa retirar sua barraca a qualquer momento do local, embora esteja ali há 14 anos. De certa forma essa instabilidade guiou a condução do comércio de dona Alzira: ela não gosta de ter um estoque muito grande de temperos e tampouco diversificar muito suas mercadorias, o risco parece limitar seu “plano de negócios”. Sua vida parece mais apertada, em certo sentido, embora tenha uma renda bastante interessante e surpreendente para quem não consegue fazer um caixa, mesmo que pequeno, para eventualidades nos negócios ou para suprir as emergências da vida; ela ganha entre R\$ 3.500,00 e R\$ 4.000,00 por mês. Mas, com quatro filhos, viúva de seu ex-marido alcoólatra, contas a pagar, como as prestações de um carro que comprou zero quilômetro em 60 vezes, o seguro do carro, uma chácara de veraneio (comprou o terreno e construiu uma casa), o salário de R\$ 300,00 que paga ao filho do meio que lhe ajuda na barraca, dona Alzira nunca tem sobras para as emergências.

Renato analisa tudo para que o seu negócio possa prosperar, controle de estoque – mantendo toda a movimentação de estoque da sua loja em um software que lhe permite até saber as preferências das clientes e câmeras que filmam toda a movimentação da loja, inclusive os furtos. Renato foi contando-nos as dificuldades iniciais de um comerciante sem nenhum conhecimento no ramo e como foi ao longo dos últimos quatro anos aprendendo a conduzir o seu comércio. Desde a escolha do tipo de mercadoria que desejava se especializar, Renato demonstrou tino para os negócios: o comércio a ser aberto tinha que ser destinado ao consumo feminino, assim se decidiu pelas lingerias e mesmo sendo homem resolveu que iria permanecer na loja atendendo e gerenciando o negócio (o que afirma ser sempre foco de atenção das clientes da loja que lhe perguntam o porquê da escolha por esse ramo de atividade).

¹⁰⁹ Os nomes dos comerciantes do bairro foram alterados para preservar suas identidades.

Manteve por mais de três anos seu emprego em uma empresa de segurança terceirizada para só então se dedicar à loja no Jd. Maria Sampaio e à sua nova loja perto da Av. Francisco Morato. Sua mulher continua fazendo faxina; depois de permanecer algum tempo na loja, por não ter demonstrado esse “tino” comercial, ficou só como diarista.

A vida na periferia é assim, mesmo para os comerciantes com uma renda maior que a média dos moradores: o trabalho constitui uma dimensão de sacrifício. Podemos observar essa dedicação ao trabalho, como no caso de Renato ao seu negócio e ao emprego que não abandonou por anos, e de sua mulher, que também continuava com as faxinas e cuidava da loja. Investir nos negócios, nesse caso, significa uma capacidade empreendedora e coragem para investir sem saber se haverá retorno. Um auxílio para esse plano de negócio poderia ser uma atribuição do Banco Comunitário, se o projeto tivesse recursos destinados a esse tipo de assessoria, algo que auxiliasse a organização e planejamento dos custos e investimentos no comércio e dos gastos pessoais poderia ajudar a obter melhor desempenho no empreendimento. Para dona Alzira parece fazer falta, sua situação de maior insegurança não lhe permite vislumbrar outras possibilidades para o seu comércio. Para Renato isso não parece tão necessário, ele foi observando hábitos de consumo das suas clientes, gostos, e foi formando estratégias de vendas.

Mercadoria às vezes enalhou, eu seguro, eu prefiro colocar mercadoria em promoção quando o cliente tem dinheiro, eu fico pensando: em janeiro ninguém tem dinheiro, está tudo mundo ferrado, não adianta fazer promoção. Coloco a promoção em novembro e dezembro. Não gosto de repetir mercadoria, as mulheres gostam de novidade, repito uma ou duas vezes e depois parou. Quando chega 8 ou 10 modelos diferentes eu tento não por os 10 de uma só vez. Ponho uma ou duas e depois de dois dias mais um e nunca todos juntos. Para sempre ter novidade, esse é o segredo. (...) Eu não sou burro de trabalhar no comércio e não aprender. Esfriou o que eu vou fazer? Eu não vou deixar faltar meia, não vou deixar faltar touca... é isso o que vai segurar (Renato, 40 anos).

Deuzelite, com quarenta e poucos anos e três filhas é definida pelo coordenador do Banco como a melhor e mais medrosa empreendedora do Banco. Mas lhe falta coragem para abrir uma loja no Banco ou aumentar seus empreendimentos,

como Rafael já lhe propôs diversas vezes. Faxineira em uma firma de terceirização de limpeza, ganha em torno de um salário mínimo por mês, mas conta com o seu “bico” de sacoleira. Com a revenda de lingerie, ela ganha muito mais do que isso por mês; com as vendas das peças que compra em Santo Amaro e revende no bairro para suas freguesas ela complementa a sua renda. Não consegue vislumbrar, ao menos por enquanto, a possibilidade de largar o emprego em que ganha pouco para investir e alargar o seu negócio. Ela é cliente do Banco Sampaio e solicita empréstimos quando precisa de um capital de giro para sua atividade comercial, são empréstimos pequenos, de até R\$ 500,00 e que ela gosta de saber que vai conseguir pagar com facilidade. Sua filha trabalhava na Casa da Mulher e no Banco Sampaio e por essa relação de proximidade Deuzelite conseguiu compreender as atividades do Banco e utilizá-lo, o que não ocorre com todos os moradores do bairro. Frequenta as aulas de alfabetização para adultos na Casa da Mulher e vai superando aos poucos suas dificuldades com a escrita e com a matemática, e aqui reside um dos seus medos em empreender um negócio próprio, sua insegurança por ser pouco letrada e não ter habilidades com as contas necessárias para abrir um negócio próprio. Ela afirmou que em alguns meses ela recebe até R\$ 1.800,00 com suas vendas porta a porta.

Rafael falou que eu sou muito medrosa. Falou que também queria participar dos meus riscos. Ele aceitava. Eu falei: “Rafael... R\$ 1.500 para mim é muito dinheiro, para mim é dinheiro”. Levei um cano agora de quase R\$600,00, é uma coisa que eu não estava esperando. Eu falei: no momento eu não quero não [pegar um empréstimo maior para aumentar suas vendas]. Uma hora eu vou sair do meu emprego, eu ganho um salário mínimo. Minha renda com as vendas é bem maior do que eu recebo lá na empresa. Ali é garantido, todo mês. Eu tenho medo, é medo (...) Tem mês que eu vendo até R\$ 1.800,00 nas minhas vendas. (Deuzelite).

Sua filha do meio tem um desempenho escolar excepcional, o que a motivou a mudar de escola para cursar o Ensino Médio. A partir dessa experiência, Juliana conseguiu vislumbrar a enorme distância social que existe nas formações das duas escolas em questão, a sua antiga, no bairro onde nasceu no Jd. Maria Sampaio, e a escola nova na Vila Sônia, bairro mais abastado entre o Butantã e o Morumbi. Essa experiência lhe trouxe uma visão crítica do bairro em que mora e de como as injustiças

vão marcando destinos sociais. Seus amigos de infância continuam na escola estadual do bairro, onde há uma falta estrutural de professores: na visita em que foi conversar com a diretora da escola sobre o Banco Sampaio observou que havia, das 18 salas de aula, 8 sem aulas todos os dias em todos os períodos.

Quando eu saí dessa escola eu fui para lá com uma amiga, tipo fui eu e minha amiga e a gente não conhecia ninguém e era tudo diferente. Uma coisa totalmente nova. A cabeça é diferente, a parte física da escola, a missão da escola, as pessoas da escola, a cabeça das pessoas que estudam na escola, tudo é diferente, mesmo aquele bagunceiro tem uma visão diferente, todo mundo falando sobre faculdade. É engraçado você ouvir um aluno falar assim: - “Nossa essa escola já foi tão boa...” Você para e pensa: aqui eu tenho 10 trabalhos para fazer num dia só, eu não paro, sem tempo para lazer e aqui [na escola do bairro Jd. Maria Sampaio onde estudava antes de mudar de escola] o tempo todo eles jogam Uno no horário da aula (Juliana, 16 anos).

A diretora da escola perguntou ao coordenador do Banco se eles não queriam fazer alguma atividade com as crianças enquanto elas estavam com horário vago. A escola parecia estar em horário de intervalo em pleno horário normal de aulas, era uma multidão de alunos jogando cartas e brincando e Rafael negou que pudesse fazer alguma coisa com as crianças. A escola forma os jovens da comunidade e segue reproduzindo essas distâncias sociais irreparáveis.

Olhando o caso de Deuzelite podemos pensar nos desafios a serem ultrapassados ali para que as pessoas se encorajem a pensar as relações com o trabalho em outros moldes e possam ousar fazer diferente. Conceber o trabalho com outros parâmetros é difícil. Bernadete, por exemplo, com 39 anos e três filhos, foi gradualmente abraçando uma nova profissão: se tornar costureira autônoma. Ela se especializou, a partir de um curso no SENAI, em fazer cortinas. Hoje tem um empreendimento legalizado (ela pode dar nota fiscal aos seus clientes e recebe pagamentos numa máquina de débito, o que diz ter sido fundamental para deixar de receber calotes nos pagamentos, como vinha acontecendo). Toda essa estrutura que conseguiu a partir do trabalho na sala da sua casa de quatro cômodos no Taboão da Serra, colado ao Jd. Maria Sampaio, veio da sua inserção em algo que podemos chamar

de especialização em um nicho de mercado. O seu contato com pessoas de Igrejas Neopentecostais na região, próximas da Igreja que frequenta, lhe trouxe uma boa clientela e a possibilidade de largar quase todas as faxinas que fazia por dia (somente uma patroa não a deixou ir, e ela reclamava a falta desse dia a menos quinzenalmente para fazer suas cortinas, mas ainda não tinha conseguido “abandonar” a patroa). A mudança foi grande e ainda contou com a ajuda que conseguiu no Banco – um empréstimo lhe ajudou a limpar seu nome para que pudesse alugar a máquina do cartão. Ela busca se especializar para produzir as cortinas mais desejadas por seus fregueses. Bernadete diz que precisava de maior divulgação de seu trabalho com as cortinas para ser mais conhecida no bairro, já que muita gente vai fazer suas cortinas em outros lugares da cidade por não saber que ela faz cortinas ali. Essa rede começa a ser definida com as atividades do Banco, embora o Banco tenha abraçado novas iniciativas e tenha ainda dificuldade de articular os empreendimentos do bairro na forma de uma rede ampla de consumo mais localizado territorialmente, um dos grandes desafios a serem conquistados para maior desenvolvimento das suas atividades.

Não adianta eu apontar os comércios e dizer isso é economia popular, aquele é economia solidária, aquele é capitalismo, isso não adianta, os comerciantes querem ganhar dinheiro. Ele não sabe o que ele é, essa qualificação é de fora, os outros é que estão qualificando ele. Não adianta eu ficar esperando que os revolucionários venham pedir empréstimos no Banco, assim vou ficar de braços cruzados. O objetivo do Banco é mudar a visão das pessoas (Rafael Mesquita, coordenador do Banco Sampaio).

A atuação do Banco pode inspirar novos modelos de trabalho, de inserção no mercado, ou mesmo mostrar apoio a essa rede de pessoas que percebem o trabalho do Banco Sampaio como algo de inspiração comunitária. Apoios são produzidos, mas também questionamentos sobre como construir o trabalho e onde consumir o que se ganhou. Essa não é efetivamente uma relação automática, é preciso que o Banco permaneça despertando a confiança dessa rede de relações para que o trabalho continue avançando nesse sentido de reivindicação de novas formas de constituição de relações de trabalho e de relações sociais. O envolvimento de todos que trabalham na Casa da Mulher com as questões do bairro, a preocupação com a escola da região, o esforço em

promover debates sobre todas essas relações vai mostrando essa constituição movimentista que esse envolvimento supõe. Quando o Banco se compromete em não cobrar juros altos dos empréstimos, ou obrigar quem procura o Banco a levar empréstimos na moeda social¹¹⁰, faz isso por acreditar que a construção dessa relação de confiança pode construir relações mais democráticas que possam trazer melhor acesso à cidade para os moradores do bairro e das regiões próximas.

4.4. Associação União Popular de Mulheres e os desdobramentos na cidade

A União Popular de Mulheres da Zona Sul se caracteriza classicamente como um movimento social, formado da necessidade de reunir as mulheres para falar sobre as demandas da vida como: a violência, as condições da vida doméstica, trabalho e outras questões relacionadas à vida na periferia. Dona Neide, sua presidente até hoje, e outras mulheres atuantes no bairro começaram a reunir mulheres para essas conversas. Um exercício de retirar da invisibilidade experiências que podiam ser compartilhadas, mas se encontravam em uma dimensão absolutamente privada da vida, mas que quando contadas se tornam possíveis de serem vistas. Esse processo de dar visibilidade às questões comuns às mulheres é um ato político. Nesse sentido, o simples ato de partilha de experiências pode realizar uma transformação importante no sentido de que as mulheres repensem seu lugar social e possam transformar elementos desse mundo privado em novas experiências. (PAOLI, 1991; BERGAMIN, 2001¹¹¹). Além disso, muitas reivindicações provenientes dessas reuniões foram levadas aos diversos âmbitos e instâncias das gestões públicas para a conquista de melhorias das condições da vida no bairro para seus moradores.

Dona Neide é uma fonte inesgotável de histórias dos moradores da região, especialmente das mulheres, que lhes confidenciam experiências que só se contam na

¹¹⁰ Os empréstimos só são feitos parcialmente em moeda social se o morador concordar, isso porque pode fazer a moeda circular nas suas compras cotidianas.

¹¹¹ Na minha dissertação de mestrado trabalhei esse tema do trabalho feminino e as confluências entre as esferas privadas e o mundo público para as mulheres.

intimidade, mas que em algum momento precisam ser partilhadas para que o sofrimento possa ser elaborado de alguma maneira. E o bairro é fonte inesgotável de histórias, de tragédias individuais que quando contadas podem ter solução, alguma solução. E a Casa da Mulher tem sido esse lugar confortável para muitas mulheres que puderam, e podem até hoje, buscar algum apoio às suas questões – o que para quem mora na periferia de São Paulo, muitas vezes, não há como resolver ou como lidar com os momentos dramáticos da vida.

Nossos entrevistados, moradores dessa parte da Zona Sul, considerada como um dos lugares de maior violência da cidade de São Paulo, guardam marcas. A violência afeta a todos. Muitos perderam irmãos, parentes e amigos assassinados, o que de alguma maneira torna essa uma experiência comum. Tratar dessas marcas não deveria ser o supérfluo, é questão central, mas difícil de serem consideradas como objeto de política social. E, assim, como sair incólume de uma experiência de violência? Essa população nos mostra que tratar as agruras da vida com descaso, como se a vida fosse assim mesmo para quem não tem muitos recursos (nem financeiros, nem psicológicos) para enfrentá-las não é algo trivial. Frente à morte violenta, o desprezo da invisibilidade é humilhante.

Olhar a humilhação social pode nos auxiliar novamente a tratar de questões que se referem à vida na periferia de São Paulo. Muitas das mulheres atendidas na casa da União Popular de Mulheres têm em comum essa experiência de humilhação política, como nos conta GONÇALVES FILHO (2007). O mundo da necessidade parece se apresentar sem disfarces em experiências de violência, violência doméstica, abuso sexual de crianças, situações análogas à escravidão (!).¹¹² A atuação da “Casa da Mulher” junto a essas mulheres não se limita ao programa de atendimento aos idosos

¹¹² Não consigo dar outro nome a quem vai morar na casa de outra pessoa como agregada, nos termos de Schwarz (1997), e se torna empregada da casa, engravida do filho da patroa aos 17 anos e tem seu filho “dado” para outra família – como nos contou uma entrevistada, numa das histórias que vão nos mostrando esse mundo da necessidade, da impossibilidade de superação das desgraças que aconteceram por conta da violência com que as relações são estabelecidas no Brasil. E então vai-se carregando para o resto da vida a humilhação social sem tratamento adequado. Algumas das mulheres frequentam a Casa da Mulher por anos e não conseguem compartilhar seus horrores (ficam lá bordando, compartilhando as tardes, impossibilitadas de elaborar suas próprias experiências). Mas aqui voltamos às invisibilidades da cidade e à insuficiência das políticas sociais para lidar com elas.

da Secretaria de Assistência Social e a alguns trabalhos voluntários esporádicos de profissionais da área da saúde que podem fazer um atendimento mais especializado a essas mulheres. Contam também com o trabalho incansável de dona Neide e dos outros colaboradores, que é sempre pouco frente aos desafios colocados por essa dimensão da vida em São Paulo. A “Casa da Mulher” conta com duas psicólogas voluntárias que atendem algumas dessas mulheres.¹¹³

O Banco Sampaio pertence à Associação que atua no bairro em busca de uma vida com menos sofrimento cotidiano para as mulheres moradoras das proximidades. Os conflitos violentos trazem parâmetros importantes para a atuação do Banco na comunidade: formar alternativas reais que possam se constituir como caminhos factíveis para os jovens que buscam, entre outras coisas, certo reconhecimento social, trabalho e acesso à cidade. A inserção em uma atividade remunerada para os jovens vem entremeada de dificuldades e o tráfico de drogas e as violências decorrentes de uma vida ligada às práticas ilícitas são presenças constantes na vida de todos que crescem em bairros da periferia da cidade, marcados por índices de violências elevados.

Podemos notar, nas trajetórias dos jovens entrevistados, uma distinção ora muito clara e ora bastante borrada entre um mundo lícito, do trabalho, e um mundo ilícito, de pequenas e/ou grandes contravenções. Uma história contada por um de

¹¹³ Em visita ao Banco Comunitário Autogestão, também na Zona Sul de São Paulo, uma das quinze psicólogas que atendem mediante valores populares na Associação onde o Banco está localizado, contava as experiências de violência que acabam se reproduzindo nas crianças. Elas chegam lá para atendimento indicadas pelas escolas da região, com um diagnóstico escolar de déficit de aprendizado. A psicóloga relatou casos de mães que torturam seus filhos, sem ao menos perceber que seus atos são violentos; aprenderam a lidar com a vida desta maneira e reproduzem esses padrões. Contou de uma mãe que obrigava a filha a comer a panela toda de macarrão preparada porque a criança tinha falado que estava com fome, depois de comer uma grande quantidade a criança vomitava e a mãe a obrigava a comer o vômito. Para a psicóloga, trata-se de um caso de tortura, e infelizmente essa mãe não percebia seus atos como violentos. GONÇALVES FILHO (in COSTA, 2004) nos fala da memória dessa humilhação ancestral, crônica; as crianças aprendem unicamente essa linguagem da violência e a reproduzem mais tarde. A impossibilidade da aprendizagem na escola mostra uma interrupção nos processos em direção à autonomia como sujeito. E, sem nos atentarmos para isso, não conseguiremos compreender as enormes dificuldades desses moradores em se apropriar politicamente dos movimentos sociais como modo de modificar a realidade.

ossos entrevistados nos mostra as fronteiras sempre tensas entre um mundo tido como correto e uma inserção bandida. Isso porque as clivagens de classe aparecem de forma clara nessa visão que se apresenta binária da vida social, como se só existissem as duas possibilidades de construir a vida, no direito ou fora dele. Isso acaba por revelar as diferenças existentes nas visões de mundo e formas de construir as experiências de quem não pertence à periferia, e para os jovens que cresceram ali nos anos 1990 – o flerte com o mundo do crime, dos ilícitos, é constante (FELTRAN, 2007). Muitas vezes, os ilícitos representam a possibilidade de se entrar no mundo do consumo, que é também sinônimo de inserção e aceitação social para essa faixa etária.

Em uma organização social do bairro, um jovem foi reconhecido pela amiga da diretora da instituição que fazia uma visita à entidade, como o assaltante que havia entrado em sua casa armado e apresentado uma conduta extremamente violenta com a dona da casa durante o assalto. O rapaz enfiou o revólver na sua boca para que ela parasse de gritar. E, segundo sua própria definição, ao contar a história para seu conhecido de infância, se afirmou bastante “noiado” e acabou por lhe arrancar alguns dentes com a arma, em um desfecho bastante violento para o assalto. Ele era procurado pela polícia e entrava na instituição por ter passado por lá quando garoto nos projetos sócio educativos da ONG. A proibição da diretora para que não mais pudesse entrar na instituição causou mal estar no nosso entrevistado, que conhecia o rapaz por causa da convivência na própria ONG, e levou-o a reflexões sobre a vida na periferia. Vítor começou a fazer considerações sobre a conduta das instituições de acolhimento de jovens em situações de risco. Se por um lado lhe deram oportunidades enormes de conhecer e se relacionar com uma gama de pessoas e experiências, por outro acabam mantendo as distâncias sociais, no fim contribuindo para a reprodução dessas desigualdades, já que as oportunidades de trabalho não perfazem mudanças efetivas (os cursos e treinamentos dados na entidade acabam sempre elaborados na lógica da reprodução da pobreza). Quem dirige esse tipo de entidade não tem interesse de que os jovens que saem de lá ocupem posições de comando como as suas, de que ganhem os mesmos salários de quem vem dos bairros mais abastados da cidade para fazer o trabalho de coordenação, nunca exercido por quem cresceu na comunidade, reflete nosso entrevistado. As oportunidades são dadas, mas não são as mesmas oportunidades de quem não nasceu ali.

Vítor está reivindicando que a política esteja entremeada em todas as camadas das relações sociais, não só nos lugares considerados “certos” por quem detém maior poder econômico e social. Uma crítica dura e elaborada com a convivência na Casa da Mulher, em que os projetos são pensados em outros moldes. Ao reivindicar um novo lugar para seu amigo de infância, mesmo que criminoso, busca afirmar que todos sejam sujeitos que possam ter acesso aos direitos igualmente, e que possam assim acessar soluções políticas (FELTRAN, 2007).

As propostas políticas do Banco Comunitário encontram saídas que caminham no sentido da reconstituição de um movimento social, estabelecendo para si como tarefa uma luta política, nos termos de RANCIÈRE (1996a) É preciso causar o dano, estabelecendo o dissenso, para que se possa avançar e modificar os lugares sociais já estabelecidos por quem detém poder.

A política expõe as desigualdades, afirma RANCIÈRE (1996a), ao relacionar mundos então separados, e isso só é possível porque há uma igualdade de nascimento na democracia: somos todos seres falantes, junto com uma desigualdade no uso da palavra. É preciso reivindicar esse uso da palavra através do estabelecimento do dano para que um conflito estabeleça essa relação necessária entre mundos diversos. Isto é política: uma disputa pelo significado das coisas, uma disputa por poder disputar esses significados. É a afirmação de que há um mundo comum partilhado. Todo o resto ao qual estamos acostumados a nomear como política RANCIÈRE (1996a) chamará de polícia: “Ordem de distribuição dos corpos em comunidade”. A democracia existe onde essa ordem pode ser perturbada pelo litígio, por sujeitos indeterminados, que nem fazem parte dos aparatos estatais, nem se configuram como parte da sociedade – essa disputa por fazer parte configura o dissenso.

Quando Marx afirmava que o Estado servia aos interesses dominantes, isso era tido como escandaloso, diz RANCIÈRE (1996a), mas foi ficando evidente que o poder estatal está calcado na impossibilidade de fazer escolhas diferentes do que as exigidas pelo mercado mundial. Não há como contemplar a todos, então se faz o que

está sob este domínio do neoliberalismo, que prega suprir meramente o reino das necessidades, e fará sempre de forma insuficiente.

Aqui, infelizmente, o consenso se depara com um daqueles paradoxos que eu mencionava no começo: os atores sociais chamados a assumir suas responsabilidades para o tratamento concertado dos problemas são sobretudo convidados a verificar que a solução ‘mais razoável’ é na verdade a única solução possível, a única autorizada pelos dados da situação tais como os conhecem os Estados e seus especialistas. O consenso então não é nada mais que a supressão. Apresentam-na como um desapossamento do poder da autoridade estatal em proveito da iniciativa dos atores sociais. Apresentam-se eles próprios como Estados ‘modestos’, que renunciam a suas prerrogativas para deixar que se opere no núcleo da sociedade a adaptação ótima dos interesses e dos direitos (RANCIÈRE, 1996b, p. 379).

Como a política é o campo da ação, diz ARENDT (1995), que pode levar ao imprevisível, somente quando se terminam os processos históricos sabemos o que a ação provocou. Ao que parece, isso vai deixando um campo para um desmanche da política. Nada novo pode ser construído que não seja absolutamente vinculado ao “bom” funcionamento do Estado e da sociedade comprometido com as formas que essa pós-política tomou. Fazer um movimento que reivindica novas atuações dos atores, que possa fazer os atores perceberem sua estagnação frente às injustiças sociais demanda traçar também novas estratégias.

Denomino partilha do sensível o sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um *comum* e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas. Uma partilha do sensível fixa portanto, ao mesmo tempo, um *comum* partilhado e partes exclusivas. Essa repartição das partes e dos lugares se funda numa partilha de espaços, tempos e tipos de atividades que determina propriamente a maneira como um *comum* se presta à participação e como uns e outros tomam parte nessa partilha (RANCIÈRE, 2005, p. 15).

Mas como fazer com que os indivíduos que não estão acostumados a uma ação no mundo público possam sair da sua cotidianidade de trabalho e geração de

renda ou de suas outras atividades, e possam acreditar que a periferia possui este potencial? Ao longo das últimas décadas, e em toda a construção do país, os moradores da periferia foram se acostumando a um lugar subalterno, as pessoas foram sendo humilhadas ancestralmente, como diz GONÇALVES FILHO (2007); como conquistar então novas formas de atuação social? Não é tarefa fácil. É tarefa para uma vida toda de militância, como dona Neide seguindo sua luta diária nas atividades incessantes da UPM. Ou Thiago ao refletir sobre a formação da Agência Solano Trindade a partir do projeto Economia Viva:

Com esse projeto [Economia Viva] o que a gente pensou? Nesse projeto vamos investir em duas coisas: em recursos materiais e recursos humanos. Todo mundo ganhando igual, todo mundo vai ganhar R\$ 1.000,00, é um projeto de economia solidária então todos ganharão igual. O que não é essa a conclusão da economia solidária institucional e acadêmica, digamos assim. Um ganha R\$ 4.000,00 e eu estou aqui fazendo o meu trabalho de analista de crédito e ganho R\$ 670,00 por mês. (...) A gente parte desse pressuposto, dentro da economia solidária todo mundo deveria ganhar igual (Thiago, analista de crédito do Banco Sampaio, 23 anos).

A atuação da União Popular de Mulheres em um dado momento se institucionaliza, como grande parte dos movimentos sociais no final da década de 1990 e início dos anos 2000. As ONGs se profissionalizam, o que significa dizer que começam a buscar recursos que possam financiar suas atividades que deixam de contar exclusivamente com um voluntariado. Esse processo de institucionalização dos movimentos sociais, associações e ONGs, pode ser percebido através das mudanças de atuação do Estado, nas mais diferentes esferas de poder, que param de executar diversos projetos sociais diretamente, terceirizando para essas entidades essa atuação¹¹⁴. Os membros mais ativos da União Popular de Mulheres começam a fazer

¹¹⁴ Esse processo de institucionalização das ONGs foi transformando os atores sociais, antes engajados em reivindicar demandas, agora no lugar de gerenciadores dessas demandas e de seus recursos sempre contingenciados pela escassez.

atividades remuneradas no interior da Associação, marcando também transformações importantes na relação com a comunidade, que começa a ver a Associação com esse caráter mais “profissional”, quase como prestadora de “serviços comunitários”.

Em uma reunião de avaliação das atividades do ano de 2010 e planejamento para o ano seguinte, os participantes da Associação comentavam como fazer para que os grupos de moradores frequentadores dos projetos sociais desenvolvidos ali não se relacionassem desta maneira com eles; queriam formas mais democráticas e mais participativas disso acontecer. Data-se o início desta atitude mais reclamadora de no momento em que começaram a receber remuneração para execução dos projetos sociais. Assim, ao mesmo tempo em que contam com um apoio institucional mais elaborado, observam uma cobrança maior desses participantes, como se fosse uma obrigação da Associação resolver problemas do cotidiano da Casa e do bairro, como se os moradores não precisassem se movimentar também – como se fosse possível um repasse dos problemas, sem um envolvimento nas soluções.

As novas lideranças políticas que vêm surgindo na Associação procuram se desvincular dos “antigos” modos do fazer política ou de construir um movimento social. Thiago fala da sua rede de contatos que foi sendo constituída ao longo das suas passagens por diversas entidades, ONGs e atividades profissionais.

A minha vinda para a “Casa da Mulher” ficou bem claro que é essa rede que faz com que o meu trabalho seja potencial, como o Luan, como o Fernando. É a riqueza dessa rede que a Casa da Mulher tem hoje. Aumentou e qualificou, tá ligado? (Thiago, analista de crédito do Banco Sampaio).

“O eixo da vida política nas periferias, antes atravessado pela polarização entre as formas de reivindicação por melhores condições de vida e trabalho (o embate por uma apropriação, pelas famílias trabalhadoras, de maiores parcelas do excedente econômico) e os recursos de método tradicionais do clientelismo político, deslocara-se para uma convergência de todas as associações populares sob a forma das organizações não-governamentais e entidades sociais prestadoras de serviços sociais. (...) Desautorizava as organizações de base como espaços de representação de interesses para mobilizá-las na gestão contingente dos projetos sociais – a repartição das demandas em um contexto de escassez” (MAGALHÃES JR., 2011, p. 12 e 13).

Dessa forma, as atuações de outras entidades no bairro e no seu entorno foram construindo uma reflexão sobre qual posição política deveria ser adotada por todos ali, que foi ele também se modificando ao longo dos últimos anos. Observando a atuação de infindáveis ONGs no Campo Limpo, Capão Redondo e seu entorno, produziram uma desconfiança: ver que as formas de gastos de recursos públicos (principalmente), mas também privados, em atividades com resultados bastante insatisfatórios na superação de ações assistencialistas fez com que as escolhas fossem de alguma maneira diferentes para essa equipe da União Popular de Mulheres.

4.5. Trabalho e política: dá casamento?

A formação de políticas para fomento de renda traz um campo importante de investigação da relação entre cidade e trabalho. Hoje, em muitos municípios há programas em que se levam em conta as dificuldades que os indivíduos encontram para se inserir no mercado formal e voltam-se à geração de renda.

Apostando em novas articulações para lutas políticas, o Banco Comunitário usa como inspiração para essa reflexão a formação de novas redes de relações que possam fomentar novos tipos de inserção no mercado de trabalho. E podemos, então, afirmar que com a formação do Banco Comunitário abriram-se novas possibilidades. As experiências que já vêm se articulando há alguns anos na Zona Sul, com os saraus, a literatura produzida ali, os coletivos de música, teatro, etc., mais o contato do Banco Sampaio com o coletivo Fora do Eixo, trouxe a ideia da formação de uma Agência de Produção Cultural “das quebradas”. Um circuito de troca de trabalhos e serviços que pudesse ligar de forma mais forte e efetiva as iniciativas culturais que já existem naquela parte da periferia da Zona Sul.

A realização desse projeto vem sendo construída através de reuniões com os coletivos de produção de cultura que possam se integrar a essa estruturação de um mercado fora do eixo convencional de produção e consumo da arte produzida na periferia, ou que se encontrem fora da produção e comercialização de mercado. Foram feitas diversas reuniões com os grupos da Zona Sul, para entendimento e apropriação

do projeto por todos que pudessem se interessar pela ideia, mas também foram realizadas reuniões em outras regiões da cidade para uma divulgação mais geral do projeto, fora do circuito já conhecido de produção e cultura. A Agência Popular de Fomento a Cultura Solano Trindade, ainda em momento de formação dos seus processos e procedimentos, propõe trocas de serviços e horas de trabalho a se realizarem através do fomento de uma nova moeda social, o Solano. O objetivo é de que os coletivos e artistas individualmente possam realizar trocas com novas mediações de valorização do valor. Repensar as formas de participação a partir do trabalho traz significados distintos para os atores sociais que começam a articular essa produção cultural e de trabalho de novas formas, relacionando os trabalhos não mais com os valores estabelecidos pela mediação do trabalho abstrato.

Os textos do jovem Marx que conferem ao trabalho o estatuto de essência genérica do homem só são possíveis sobre a base do programa estético do idealismo alemão: a arte como transformação do pensamento em experiência sensível da comunidade. E é esse programa inicial que funda o pensamento e a prática das ‘vanguardas’ dos anos 1920: suprimir a arte enquanto atividade separada, devolvê-la ao trabalho, isto é, à vida que elabora seu próprio sentido (RANCIÈRE, 2005, p. 67).

O trabalho exercendo essa estruturação bastante central das identidades sociais quando transmutado de lugar pode efetivamente se tornar uma forma de reflexão política. Essa é a discussão do momento ao se tratar da formação de coletivos de fomento de produção cultural. Coletivos que com essas novas formas de atuação vão formando circuitos de produção e circulação de música, literatura e outras formas de arte, que, por sua vez, vão se constituindo como ideia de certa “cadeia produtiva”, o que não se consegue articular no mercado convencional.

Também podemos ressaltar que há um debate bastante recente voltado para as novas formas que algumas experiências nas periferias vão tomando, e que dependem sempre das configurações locais. Tais como as implementações das UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora) nos bairros no Rio de Janeiro (TOMMASI e VELAZCO, 2011), aonde a chegada da polícia pacificadora vai trazendo uma série de reconfigurações aos bairros que veem novos circuitos de trabalho sendo organizados.

Ou mesmo as produções de cultura que seguem padrões de mercantilização com o aproveitando de políticas de fomento de arte e consumo crescente (RIZEK, 2011).

Há uma reconfiguração do discurso e do imaginário sobre a favela através da difusão de imagens positivas na mídia (sobretudo na mídia digital, espaço privilegiado para a divulgação dos projetos de ONGs e governos). A favela não seria mais o lugar do tráfico, da violência, do perigo, do medo e sim o lugar da solidariedade, da riqueza cultural, artística e estética, num discurso que exalta a capacidade empreendedora e criativa da população local (TOMMASI e VELAZCO, 2011, p.9).

A questão é se essa saída do circuito do mercado convencional não vai formando um novo mercado, que também pode apreender os sujeitos em novas formas de exploração e/ou de contenção da arte. Mas esses são processos ainda por se completar; e há sempre, como nos lembra Foucault, a possibilidade de formação de movimentos de resistência. TOMMASI e VELAZCO (2011) e RIZEK (2011) descrevem experiências em que as atividades culturais são transformadas em mera mercantilização, sem nenhuma dimensão estética envolvida no processo, com um empresariamento de um consumo que cresce na periferia e reduz a arte a uma disputa e apreensão de mercado, a uma dimensão econômica.

A questão que acabou se constituindo então diz respeito à gestão da vida, da sobrevivência e das expressões culturais que passariam a configurar um novo modo de pensar e gerir a pobreza e seus territórios, na perspectiva da inserção, inclusão, “auto-estima”, antídoto e afastamento da violência e das drogas etc, das estratégias e políticas denominadas como “de juventude” (RIZEK, 2011, p. 3).

Fomentando um mercado de trabalho da cultura de periferia, percebe-se novas formas de inserção nesse processo de engajamento jovem na produção cultural. O coletivo Fora do Eixo¹¹⁵, formado em Cuiabá, Mato Grosso, a partir da experiência de produção cultural, se une a outros coletivos de Rio Branco, Acre; Uberlândia, Minas

¹¹⁵ Ver debate sobre o Coletivo Fora do Eixo nos textos do PASSA PALAVRA (2011); BENTES (2011); PARRA e ADAMS (2011) e ARBEX (2011).

Gerais; e Londrina, Paraná para promover intercâmbios de grupos musicais para shows, buscando um público de jovens universitários fora de um circuito estabelecido; assim, começou-se a vislumbrar novas possibilidades nessa saída do grande mercado de produção cultural, com um empresariamento dos coletivos. Com a implantação de moedas sociais e moedas lastreadas na troca de serviços, o coletivo Fora do Eixo ganhou força empresarial em diversos estados brasileiros, até chegar à cidade de São Paulo em 2010, montando uma casa sede que também produz encontros e shows.

A formação da Agência Solano Trindade pelo Banco Comunitário Sampaio vem da junção de diversas influências e referências dessas possibilidades trazidas pela chegada, por um lado, da economia solidária, com a introdução da moeda social e formação do Banco na UPM, por outro da observação desses contextos de produção de cultura na Zona Sul da cidade, que compõe um *caldo* interessante de uma produção cultural na periferia que vem sendo articulada há mais de uma década, com os adventos dos saraus, por exemplo.

As dificuldades de produção de arte para os diversos grupos de música, produção de literatura, se constituem, em grande medida, como limitações para esses artistas, são barreiras, no geral, intransponíveis para alguma profissionalização. Com uma literatura já estabelecida, com Ferréz e Sérgio Vaz, com grupos musicais com reconhecimento nacional como o Racionais MC's e outros começa uma efervescência ligada à produção de cultura para esta parte da cidade nunca antes retratada, nunca antes reconhecida. Com a instituição dos saraus, o Sarau da Cooperifa, com Sérgio Vaz – já com 10 anos, o Sarau do Binho, também com essa idade, e, mais recentemente, o Sarau da Vila Fundão, além de outras experiências, este movimento foi ganhando corpo. Mano Brown montou um estúdio de gravação junto com Ferréz no Capão Redondo, e a *1 da sul* de Ferréz é uma marca de roupas com mais de dez anos, hoje uma marca reconhecida. Todas essas iniciativas vão se tornando exemplos, incentivos para que os jovens possam ter uma inserção social ligada à cultura. Esses processos são importantes pois devemos lembrar que mesmo com aquecimento da economia as opções de trabalho para os jovens na periferia são extremamente limitadas e estão sempre entre uma inserção muito precarizada em “subempregos” e a saída para atividades ilícitas. Essa produção de literatura, música, de uma arte feita na periferia

que retrata a periferia, a mesma que antes não era tema a ser tratado e “consumido” dessa maneira, tem, nesse contexto, uma grande importância.

RANCIÈRE (2005) afirma que a representação do real elaborada pela arte é também produtora de um regime de verdade, por se utilizar dos esquemas de constituição da produção de sentidos que está, no geral, de acordo com os modos de fazer isso em cada época. Os acordos estéticos acabam por determinar por onde caminham esses níveis de sentidos produzidos. Arte e política podem dialogar, diz RANCIÈRE (2005), pelas através das consequências que a produção estética tem no real.

Os enunciados políticos ou literários fazem efeito no real. Definem modelos de palavra ou de ação, mas também regimes de intensidade sensível. Traçam mapas do visível, trajetórias entre o visível e o dizível, relações entre modos do ser, modos do fazer e modos do dizer. Definem variações das intensidades sensíveis, das percepções e capacidades dos corpos. Assim se apropriam dos humanos *quaisquer*, cavam distâncias, abrem derivações, modificam as maneiras, as velocidades e os trajetos segundo os quais aderem a uma condição, reagem a situações, reconhecem suas imagens. Reconfiguram o mapa do sensível confundindo a funcionalidade dos gestos e dos ritmos adaptados aos ciclos naturais da produção, reprodução e submissão (RANCIÈRE, 2005, p. 59).

Aqui chegamos ao ponto de partida do movimento social que vai se formando em torno da produção de cultura como um polo de desenvolvimento de um mercado de trabalho, mas também e, sobretudo, de desenvolvimento de relações mais democráticas entre os participantes dessa produção de arte e que pode significar a constituição de novas formas de relações sociais mais gerais. O que veio antes abriu espaço e consolidou relações que inexistiam, e o que ficou estabelecido carrega uma grande modificação da realidade daquela periferia de São Paulo.

Trabalhar numa ONG é o sonho de quem está se formando, o melhor trabalho do mundo, eles falam: - “Estou no melhor trabalho do mundo...” (...) Temos que pensar uma formação a longo prazo para essas pessoas que estão aqui... Quer dizer que o pessoal da burguesia prospecta trabalhar no terceiro setor e a gente da quebrada, não? E a gente prospecta ser

explorado? Ser cozinheiro... como muitos são na comunidade. Ninguém vai contratar um coordenador da quebrada para tá lá, tá ligado? Porque ele vai trazer demandas intrínsecas daquela quebrada...

- Com essas reflexões você incomodava?

- Eu incomodei demais.

(Thiago, analista de crédito do Banco Sampaio).

Os sujeitos políticos que põem em questão esse regime do “uso da palavra” e da “partilha do sensível” lutam para formar uma comunidade política. Porque ao se determinar que na periferia só se faz uma produção artística que não merece ser vista como discurso produzido sobre a realidade, se está desqualificando o que ali acontece. As políticas e programas públicos que incentivam certa descentralização dessa produção artística, como os Pontos de Cultura do Minc no Governo Federal e o programa VAI, no âmbito Municipal, possibilitaram concretamente a realização de diversas ações e produções que puderam ser reunidas, no caso da constituição da Agência Solano Trindade, para que essa descentralização da produção dos discursos artísticos possa ser desenvolvida com maior reverberação também na periferia. A periferia falando sobre a periferia e para a periferia (e depois ganhando a cidade) pode ser vista como uma nova forma de produzir discursos, o que RANCIÈRE (2005) chama de nova partilha do sensível. Há a formação de um novo campo de disputas.

A partir da constituição do Banco Comunitário, a UPM pode se voltar para novas reflexões. Embora a moeda social e a própria inserção do Banco Comunitário não seja ainda algo tão forte no bairro, há, sem dúvida, outras referências sendo construídas – a constituição, ou o que poderíamos chamar de continuação em novos moldes, de um movimento social que se apoia nas referências que chegam ali e vão sendo transformadas por uma apropriação política por parte desses atores sociais que coordenam as ações do Banco Comunitário. Duas referências como a economia solidária e os coletivos culturais se articulando em rede foram logo cedo costuradas por eles como experiências que poderiam se unir (e, como em todos os projetos que a coordenação do Banco Sampaio se compromete a fazer, logo começou o desenho de como a Agência poderia funcionar).

Uma parte interessante da história da Agência é que as pessoas ligadas à economia solidária que trabalhavam na Incubadora da USP na época não conseguiam perceber como esse movimento poderia acontecer, e Rafael, Thiago e a equipe de trabalho insistiram na constituição de uma agência de produção e troca de serviços de cultura como uma iniciativa que fomentaria práticas mais democráticas de acesso ao mundo do trabalho e à cidade, por uma apropriação dessas raízes da periferia como algo que se podia constituir como a própria identidade da Agência. Só a partir de um maior desenvolvimento do coletivo Fora do Eixo, em São Paulo, (e isso se deu de forma muito rápida) é que a Incubadora começou a acreditar no projeto, que já estava em andamento por iniciativa exclusiva do Banco Sampaio, com ajuda de algumas pessoas que participaram da elaboração dos projetos de fomento nas suas primeiras iniciativas. Essa iniciativa da Agência Solano Trindade promissora articula novas formas de inserção no mercado de trabalho para quem trabalha com produção de arte, de contestação dos padrões de consumo e de uso do dinheiro.

4.6. A nova moeda social

Discutir a inserção de uma moeda social não é algo trivial. Rafael comentava que quando expõe o funcionamento do Solano, moeda da Agência Solano Trindade – lançada em uma grande festa no Sacolão das Artes, no Parque Santo Antônio, no final de setembro –, as pessoas sempre acham que é mais complicado do que de fato é esse funcionamento da moeda social. A impressão que tem é que as pessoas acham que ele está escondendo alguma coisa desse funcionamento; que de tão simples as pessoas acham que seu funcionamento é complexo.

Esse imbróglio pode ser explicado porque a complicação está justamente no modo como nós valorizamos o valor e como nos acostumamos a ele. De acordo com o que MARX (1985) nos mostra, no capítulo primeiro d'*O capital*, o dinheiro faz a mediação das relações sociais que vão se tornando abstrações, o tempo do trabalho vira a medida do dinheiro e faz desaparecer o trabalho concreto que é substituído por essa relação de abstração: o trabalho vira mera medida do valor. Ao dizer para as pessoas que elas terão que, de alguma maneira, reconsiderar essas formas de valorização do

valor já naturalizadas e que os trabalhos terão que se equiparar com uma discussão “olho no olho” e não mais pelos padrões que estamos habituados, causa espécie e as pessoas têm dificuldade de perceber como será possível voltar-se a outras formas de valorização do valor.

O dinheiro iguala os conflitos de classe (JAMENSON, 2001) e hoje, como discutimos anteriormente, o consumo permite certo apaziguamento social porque confere algum acesso aos bens desejados, que no fim representam o próprio desejo de reconhecimento. Jamenson mostra que a modernidade toma formas dessa abstração do capital que desterritorializa as trocas, impondo a lógica da acumulação às relações sociais, às relações de trabalho:

Se, como sugeri, o modernismo, como uma espécie de realismo cancelado, segmenta e diferencia um ponto de partida inicialmente mimético, então ele pode ser relacionado a um papel-moeda aceito por todos, cuja flutuação inflacionária de repente leva à introdução de novos instrumentos e veículos financeiros historicamente originais (JAMESON, 2001, pp 164/165).

A moeda Solano propõe que haja uma doação por seus membros de horas de trabalho voltadas internamente para a Agência, para que os trabalhos possam ser trocados, muitas vezes em sistemas mistos de pagamentos na moeda social e em Real. Como estabelecer novos parâmetros de valor se não conseguimos vislumbrar um sistema fora do mercado? De fato praticamos essas formas informalmente, trocando trabalhos que no valor de mercado não se equiparariam, mas que em outros circuitos de trocas (que poderíamos chamar de solidários) podem ter diferentes formas de ocorrer. Essa formação de uma rede articulada e organizada causa espanto, porque esses atores sociais não costumam se apresentar como formadores de novos circuitos que possam sair dos circuitos do mercado. O desafio é enorme: realizar uma rede de mais de cem coletivos, com dezenas de profissionais conseguindo se articular em processos que vão precisar de fomento da própria Agência para que essa circulação dos trabalhos aconteça não é uma tarefa fácil. As decisões precisam ser tomadas de forma democrática, mas que consiga agilidade para que as produções saiam em prazos estipulados – um dos grandes desafios levantados na discussão muito interessante entre os participantes no evento de lançamento da moeda Solano. Mas, ao que parece, esses

atores sociais ligados ao Banco Sampaio, como Rafael e Thiago, se juntaram a outros tantos atores da região que estão trabalhando com produção cultural há anos e podem vislumbrar grande potencial de desenvolvimento para o projeto, o que representa também a possibilidade de que individualmente cada um ali possa viver da própria arte ou do próprio trabalho, sem tanta exploração. Há uma visão comum que congrega esses atores: é preciso atitudes políticas frente a todas as relações sociais. As relações de trabalho, a relação com os espaços públicos, com os espaços dos bairros de periferia e as sociabilidades podem ser transformadas por novas ações que constituam práticas diferentes, práticas políticas.

Considerações finais

O trabalho pode ser interpretado como uma categoria política. Trabalhar produz um sentido que conduz os indivíduos na sua vida social, o que nos remete à relação de pertencimento à cidade (ou em sua negatividade, à denegação desse reconhecimento). Podemos pensar, a partir das relações que todos esses tipos diferentes de trabalhos aqui analisados nos mostram, que direta ou indiretamente o trabalho pode produzir sentidos diferentes para as sociabilidades individuais e coletivas. Nessa medida, novas formas e concepções de trabalho podem sim mostrar caminhos de arranjos “comunitários” que funcionam como incentivadores de novos projetos. O fomento de outras formas de inserção no mercado, diferentes do padrão estabelecido usualmente pelo sistema capitalista, vai configurando novos vetores de formação da política que podem se articular a partir do trabalho e da inserção profissional. A cidade pode trazer oportunidades, impensadas em momentos anteriores: basta que haja uma movimentação consciente das dificuldades e desafios para esses novos projetos vingarem. Pode haver a instituição da política nos termos de RANCIÈRE (1996a) quando as comunidades de periferia se tornam lugares sociais cheios de movimento, onde acontecem essas novas possibilidades de trabalho, manifestações culturais e consumo.

A busca de construção da política na precariedade tem as suas implicações. Aqui pudemos observar a construção de duas experiências que trazem, ao menos na concepção dos programas, práticas democráticas de trabalho, com promessas de um alargamento dos espaços públicos – como se a participação dos atores pudesse construir uma relação melhor com a cidade. Tratamos de dois campos bastante distintos nessa movimentação que parte de uma intensa precariedade nas relações de trabalho em direção à construção (ou à sua intenção) da política. E os caminhos são cheios de pedras.

A experiência do Mutirão Recanto da Felicidade nos mostrou claramente como pode ser difícil driblar a institucionalização das conquistas dos movimentos sociais. Como os movimentos são dialéticos, nesses que circundam as realidades do

movimentismo social por vezes o que ocorre é uma *dialética negativa*¹¹⁶, em que os processos não se completam, interditando, assim, grandes conquistas. Não devemos desmerecer, de forma nenhuma, todas as conquistas do movimento de moradia, mas o programa de construção de habitação popular por mutirão apresenta sérias questões, como poucas opções de financiamento para quem tem renda abaixo de três salários mínimos, para citar apenas uma delas. Devemos então buscar por onde compreender esse processo, e a própria dinâmica dos movimentos sociais pode nos apontar algumas explicações. Os atores não conseguem ficar mobilizados permanentemente nessa busca por conquistar suas reivindicações. Há um campo de acomodação do que já foi conquistado, como se fosse possível usufruir das reivindicações postas em prática *ad aeternum*. E ali, na experiência desse mutirão, o que vimos foi a “crônica da tragédia anunciada”: uma obra de grande complexidade executada com soluções técnicas complicadas, que se torna uma obra de longa duração sem que o poder público se responsabilize pelos problemas que vão ocorrendo. A mobilização dos mutirantes (e do próprio movimento de moradia) tem ciclos de maior envolvimento e composição de debates para buscar soluções para os problemas que foram se acumulando nos anos de obra, alternado com momentos de grande desmobilização. Como o processo foi muito longo, não é realmente possível uma mobilização constante, mas isso também acabou por elevar ainda mais o tempo da obra.

Os últimos acontecimentos no mutirão nos mostram que a invenção de novas práticas, novas formas de reivindicação, são caminhos para conquistar soluções que levem a um desfecho “positivo”. Mas, para isso, é preciso lembrar que o jogo social não está terminado (como nos mostra a sociologia weberiana); há um campo de improvisação em que as formas de gestão e seus procedimentos estabelecidos acabam não deixando margem para ações diferentes, acaba-se sempre por pensar só no que já foi pensando e o mundo da gestão se aparta da política.

Uma série de novas reivindicações e, sobretudo, as novas formas dessas reivindicações serem apresentadas à Cohab, em grande medida pela atuação da

¹¹⁶ “O mutirão é uma espécie de dialética negativa em operação. A dialética negativa age assim: ao invés de elevar o nível da contradição, ela o rebaixa. Elevar o nível da contradição significa atacar o problema da habitação pelos meios do capital. Rebaixar o nível da contradição significa atacar o problema da habitação por meio dos pobres trabalhadores” (OLIVEIRA, 2006, p.72).

assessoria técnica – incrementada com a chegada na obra de Rodrigo, arquiteto técnico da assessoria do mutirão – e de alguns mutirantes que continuaram engajados, alcançaram um novo comprometimento do poder público, no sentido de que o Estado possa efetivamente se responsabilizar pelo término da obra. Para isso foram necessárias várias reuniões, discussões, um novo envolvimento dos mutirantes nessas reivindicações e também a busca por parceiros no interior do órgão público, que contribuíssem para um desfecho positivo dessa obra. Ainda foram necessários novos aportes de recursos e, para que o órgão liberasse esse dinheiro faltante, foi preciso reconstruir todos os argumentos utilizados até então. Identificamos aqui o próprio momento da política de Rancière: se fazer interlocutor para criar o dissenso. Ninguém no órgão público queria ouvir que precisavam se responsabilizar pela obra, isso não estava em questão: se a obra era realizada pela Associação do mutirão ela deveria ter completa responsabilidade por todo o processo da obra. Somente com uma nova organização, com novos preceitos e principalmente novas reivindicações (ou as mesmas reivindicações colocadas de outras formas) essas demandas puderam ganhar legitimidade e serem, aí sim, ouvidas.

Os processos do mutirão revelaram-se, com o passar dos anos, como uma naturalização do sofrimento do trabalho, como se fosse necessário na aquisição da casa própria. Além do esforço financeiro que isso necessariamente demanda, o esforço físico convocado pelo trabalho na obra em regime de mutirão passa a ser encarado como parte do processo. E assim se chega a anos de obra, sem uma radicalização do movimento, porque ele também naturaliza práticas já não tão combativas e acaba incorporando também os “vícios” (OLIVEIRA, 2006) como práticas que devem constituir a relação com o Estado.

A análise da constituição do Banco Comunitário União Sampaio possibilita um contraponto às práticas de trabalho vistas no mutirão, diferença também visível nas relações que essas práticas podem gerar no bairro e na formação de uma *comunidade política*. A constituição de um movimento social em novos moldes qualifica as experiências de trabalho e amplia os espaços democráticos que vão se constituindo. A experiência do Banco Sampaio nos mostra que esse movimentismo é extremamente importante também nas relações de trabalho e que pode e deve ser reinventado sempre.

Algumas características do mercado de trabalho e dos procedimentos usados pela gestão pública para interferir nos gerenciamentos das ONGs e Associações, podem ser apropriadas pelo movimento social como modos de operação que servem a outros propósitos para além da lógica empresarial do ganho financeiro (como afirmam RIZEK, 2011 e MAGALHÃES JR, 2011, a partir de suas pesquisas empíricas)¹¹⁷. Há uma ordenação social que se faz pelo ganho financeiro, ou pela lógica do dinheiro, como diz RIZEK (2011), mas que, na experiência do Banco Comunitário, vem sendo construída de tal modo que podemos afirmar que se conquistam saídas para esse imbróglio criado pelo uso dos financiamentos públicos por entidades privadas como forma de condução das políticas de Estado para as mais diferentes áreas da gestão pública – há ainda pontos muito importantes de serem observados para as políticas da gestão da cultura, questão que, como vimos, merece ganhar novas abordagens de análise em possíveis pesquisas futuras.

No caso das ações que o Banco Comunitário Sampaio vem implementando, também na formação da Agência Popular Solano Trindade, se está em busca da conquista, através de uma luta política, de outros patamares nessa relação de constituição de espaços mais democráticos, que superem as usuais políticas facilmente cativas de uma “gestão da pobreza”. Fazer de forma diferente exige um trabalho de reflexão constante para que quando os recursos conquistados chegarem não se utilize a mesma lógica que já está de alguma forma institucionalizada pelos modos de gerir recursos públicos em chave privatizante.

Nos limites desse trabalho muitas questões não puderam ganhar maior aprofundamento, também porque alguns dos processos ainda não nos permitem mais do que algumas observações provisórias do que está ocorrendo, pelo pouco tempo de formação dessas experiências. As atividades da Agência Solano Trindade ainda

¹¹⁷ RIZEK, 2011, vai mostrando como o uso de certos “públicos alvos” como forma de configuração dos projetos vai se tornando indistintamente um jogo de soma negativa para as periferias, que fazem chegar os recursos para projetos de formação profissional e/ou atividades culturais, mas não se consegue mobilizar outras matrizes da luta social antes mobilizadas. O que se consegue articular é a lógica do ganho financeiro de todas as partes: grupos empresariais com interesses específicos, associações, ONGs, etc., que estão cativos dos mecanismos do dinheiro, “(...) naturalizados à dinâmica dos fluxos e mecanismos do dinheiro” (p.17).

precisam ganhar densidade. Porém, a produção artística vai ganhando contornos que talvez possam configurar-se como uma das transformações importantes por que passa a periferia de São Paulo hoje. Os jovens começam a vislumbrar essa produção de cultura como uma entrada no mercado de trabalho, enquanto outros atores sociais também vislumbram a possibilidade de realizar interesses por meio de projetos ligados a essas iniciativas. Assim, o que podemos apontar é que ainda há espaço para a articulação de um campo de forças de disputa em que não serão todas as iniciativas a sucumbirem inteiramente aos interesses do dinheiro. Esse é um debate e tanto, pelo risco, sempre presente, de que as experiências se fixem nos ganhos já conquistados e não consigam mais refazer um movimentismo fundamental com força suficiente para se contrapor à sociabilidade sempre convidativa do capital. E, de certa forma, o processo observado na formação da Agência Solano Trindade já é uma segunda geração desse movimento político de produção de cultura da Zona Sul da cidade de São Paulo, que vem realizando novos modos de produzir uma estética, no sentido de percepção de mundo (RANCIÈRE, 2005), que possa, ainda, criar novas reivindicações políticas.

Bibliografia

- ABRAMOVAY, Ricardo (2004). A densa vida financeira das famílias pobres. In: ABRAMOVAY, Ricardo (Org.). *Laços financeiros na luta contra a pobreza*. São Paulo: Annablume/Fapesp/ADS-CUT/Sebrae. p. 21-67.
- _____ (2009). Anticapitalismo e inserção social dos mercados. *Tempo Social*. São Paulo, Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, v. 21, nº 1, p. 65-87.
- ADORNO, Theodor (2002). *Indústria cultural e sociedade*. São Paulo: Paz e Terra.
- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max (1986). *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- AGAMBEN, Giorgio (2004). *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- _____ (2009). *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Chapecó: Argos.
- ANJOS, Eliene Gomes dos (2011). *Um panorama das cooperativas na Espanha*. Texto apresentado no Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia, Curitiba.
- ANTUNES, Ricardo (2007). Dimensões da precarização estrutural do trabalho. In: DRUCK, G.; FRANCO, T. (Orgs.). *A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização*. São Paulo: Boitempo, p. 13-22.
- ARANTES, Otília (2000). Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, O.; MARICATO, E.; VAINER, C. (Orgs.). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Rio de Janeiro: Vozes, p. 11-74.
- ARANTES, Paulo (2000). Entrevista. In: NOBRE, Marcos; REGO, José Márcio (Orgs.). *Conversas com filósofos brasileiros*. São Paulo: Editora 34, p. 337-371.
- _____ (2007). *Extinção*. São Paulo: Boitempo.
- ARANTES, Pedro Fiori (2002). *Arquitetura nova: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos mutirões*. São Paulo: Editora 34.
- _____ (2009). Em busca do urbano: marxistas e a cidade de São Paulo nos anos de 1970. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), nº 83, p. 103-127.
- ARBEX, José (2011). Política: Lulismo fora do eixo. *Caros Amigos*. Casa Amarela: São Paulo nº 173.
- ARENDT, Hannah (1989). *As origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras.

- _____ (1995). *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- _____ (2002). *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva.
- AUDOIN-ROUZEAU, Stéphane (2008). Massacres: o corpo e a guerra. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (Orgs.). *História do corpo: as mutações do olhar — o século XX*. Petrópolis: Vozes. p. 365-416.
- AVRITZER, Leonardo (Org.) (2004). *A participação em São Paulo*. São Paulo: Edunesp.
- AVRITZER, Leonardo; WAMPLER, Brian. Públicos participativos: sociedade civil e novas instituições no Brasil democrático. In: COELHO, Vera Schattan; NOBRE, Marcos (Orgs.). *Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora 34. p. 210-238.
- BARROS, Joana da Silva (2004). *Moradores de rua: pobreza e trabalho — interrogações sobre a exceção e a experiência política brasileira*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- BARROS, Joana da Silva; MIAGUSKO, Edson (2000). Mutirão da Juta: do “fim do mundo” à padaria comunitária. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL: GESTÃO DA TERRA URBANA E HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, Campinas: PUCCamp/Instituto Polis/Lincoln Institute of Land Policy.
- BAUMAN, Zygmunt (2003). *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- BELLO, Carlos Alberto (2006). *Orçamento participativo em São Paulo*. In: RIZEK, Cibele; OLIVEIRA, Francisco (Orgs.). *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo.
- BENTES, Ivana (2011). A esquerda no eixo e o novo ativismo. Disponível em: <http://www.trezentos.blog.br/?p=6056>.
- BERGAMIN, Marta de Aguiar (2001). *A qualificação do trabalho feminino e suas representações sociais*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- _____ (2007). *Reconhecimento social e a cidade: trabalho e participação em São Paulo*. Texto apresentado no Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia, XIII, Recife.
- _____ (2011). *Moeda social em São Paulo: inventando novos arranjos comunitários*. Texto apresentado no XV Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia, Curitiba.

- BERGAMIN, Marta de Aguiar; RIZEK, Cibele; BARROS, Joana (2003). A política de produção habitacional por mutirões autogeridos: construindo algumas questões. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. Belo Horizonte, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (Anpur), v. 5, nº 1, p. 31-46, maio.
- BESSIN, Marc (2006). O tempo – uma questão de poder. Mimeo, trad. de Cibele Rizek do original: “Le temps, une question de pouvoir. *Reveu de l'OMOS*: Lyon.
- BOLLAFI, Gabriel (1979). Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema. In: MARICATO, E. (Org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa-Omega. p. 37-70.
- BONDUKI, Nabil (1992). *Habitação e autogestão: construindo territórios de utopia*. Rio de Janeiro: Fase.
- _____ (2004). *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*. São Paulo: Estação Liberdade.
- BORGES, Ângela (2010). As novas configurações do mercado de trabalho urbano no Brasil: notas para discussão. *Caderno CRH*. Salvador, v. 23, nº 60, p. 619-632.
- BOURDIEU, Pierre (1987). *Ce que parler veut dire: l'économie des échanges linguistiques*. Paris: Fayard.
- _____ (1989). *O poder simbólico*. Lisboa: Difel.
- _____ (1998). *La domination masculine*. Paris: Seuil.
- _____ (1998b). *Escritos de Educação*. Org. por Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani. Petrópolis: Vozes.
- _____ (2005). *Esboço de autoanálise*. São Paulo: Companhia das Letras.
- BRUSCHINI, Cristina (2000). Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistências da discriminação? In: ROCHA, Maria Isabel B da (Org.). *Trabalho e gênero: mudanças e permanências e desafios*. São Paulo/Campinas/Belo Horizonte: Editora 34/Nepo/Cedeplar. p. 13-58.
- BUTLER, Judit (1987). Variações de sexo e gênero: Beauvoir, Wittig e Foucault. In: BENHABIB, Seyla; CORNEL, Drucilla (Orgs.). *Feminismo como crítica da modernidade*. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, p. 139-154.
- CABANES, Robert (2004). *A divisão sexual do trabalho: espaço público e espaço privado*. Texto apresentado na ANPOCS. Anais em CD-ROM, Caxambu.
- CALDEIRA, Tereza (1984). *A política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. São Paulo: Brasiliense.

- _____ (2003). *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Edusp/Editora 34.
- CAMPOS, André Gambier (2004). *Pobreza e direitos na cidade de São Paulo: a experiência da secretaria do desenvolvimento, trabalho e solidariedade*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- CARDOSO, ANA Claudia Moreira (2009). *Tempos de trabalho, tempos de não trabalho: disputas em torno da jornada do trabalhador*. São Paulo: Annablume.
- CARVALHO, Caio Amore de (2004). *A lupa e telescópio: o mutirão em foco — São Paulo, anos 90 e atualidade*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- CASTEL, Robert (2009). *La montée des incertitudes: travail, protections, status de l'individu*. Paris: Éditions du Seuil.
- CAVALCANTI, Gustavo C. Vidigal (2006). *Uma concessão ao passado: trajetórias de União dos Movimentos de Moradia de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- CHAUÍ, Marilena (1984). Participando do debate sobre mulher e violência. *Perspectivas Antropológicas da Mulher*. Rio de Janeiro Zahar, nº 4.
- COHN, Gabriel (2003). *Crítica e resignação: Max Weber e a teoria social*. São Paulo: Martins Fontes.
- COLI, Juliana (2006). A precarização do trabalho imaterial: o caso do espetáculo do cantor lírico. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, p. 297-320.
- COMIM, Álvaro A.; FREIRE, Carlos Torres (2009). Sobre a qualidade do crescimento. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), nº 84, p. 101-125.
- COMIM, Álvaro *et al.* (2010). *City and economy: changes in Sao Paulo metropolitan context*. Texto apresentado no Seminário: Metropolis and Inequalities, CEBRAP, São Paulo. Disponível em: <http://www.centrodametropole.org.br/index.php?section=content&subsection_id=9&content_id=693>.
- CONTI, Alfio (1999). *A experiência da autogestão em Ipatinga: uma busca pelo conceito*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) — Departamento de Pós-Graduação em Arquitetura da UFMG, Belo Horizonte.
- CORTÉS, José Miguel (2008). *Políticas do espaço: arquitetura, gênero e controle social*. São Paulo: Editora Senac São Paulo.

- COSTA, Fernando Braga da (2004). *Homens invisíveis: relatos de uma humilhação social*. São Paulo: Globo.
- COSTA, Jurandir Freire (2004). *O vestígio e a aura: corpo e consumismo na moral do espetáculo*. Rio de Janeiro: Garamond.
- COUTROT, Thomas (2005). *Démocratie contre capitalisme*. Paris: La Dispute.
- DAGNINO, Evelina (2004). Os movimentos sócias e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, Evelina (Org.). *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, p. 103-115.
- DAVIS, Mike (2006). *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo.
- DEJOURS, Christophe (2006). *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: Ed. FGV.
- DELGADO, C.; THEODORO, Mário (2009). Desenvolvimento e política social. In: JACCOUD, Luciana (Org.). *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo*. Brasília: Ipea, p. 409-435.
- ELIAS, Norbert (1990). *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Zahar.
- _____ (1998). *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Zahar.
- FARIA, Maurício Sarda de (2005). *Autogestão, cooperativa, economia solidária: avatares do trabalho e do capital*. Tese (Doutorado em Sociologia) — Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Centro de Filosofia e Ciências do Homem da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- FELGUEIRAS, Débora; CARVALHO, Maria do Carmo A. A. (2000). *Orçamento participativo no ABC: Mauá, Ribeirão Pires e Santo André*. São Paulo: Pólis.
- FELTRAN, Gabriel de Santis (2005). *Desvelar a política na periferia: histórias dos movimentos sociais em São Paulo*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas/Fapesp.
- _____ (2007). A fronteira do direito: política e violência na periferia de São Paulo. In: DAGNINO, Evelina; TATAGIBA, Luciana (Orgs.). *Democracia, sociedade e participação*. Chapecó: Argos, p. 537-567.
- FERREIRA, João S. Whitaker (2003). *Alcances e limitações dos instrumentos urbanísticos na construção de cidades democráticas e socialmente justas*. Texto apresentado na Vª Conferência das Cidades, Câmara Federal, Brasília.
- _____ (2007). *O mito da cidade-global: o papel da ideologia na produção do espaço urbano*. Petrópolis/São Paulo/Belo Horizonte: Vozes/Ed.

- FERRÉZ (2005). *Capão Pecado*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- FERRO, Sérgio (1979). *O canteiro e o desenho*. São Paulo: Projeto/IAB.
- FONTENELLE, Isleide (2010). O fetiche do eu autônomo: consumo responsável, excesso e redenção como mercadoria. *Psicologia & sociedade*. Florianópolis, Associação Brasileira de Psicologia Social, v. 22, nº 2, p. 215-224.
- FORTES, Alexandre; NEGRO, Antonio Luigi; FONTES, Paulo (2001). Peculiaridades de E. P. Thompson. In: THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, p. 33-34.
- FOUCAULT, Michel (1977). *Dits et écrits*. Vol III. Paris: Gallimard.
- _____ (1980). *La Verdad y las Formas Jurídicas*. Barcelona, Gedisa.
- _____ (1984a). Poder-Corpo. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal, p. 145-153.
- _____ (1984b). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes.
- _____ (2002). Aula de 17 de março de 1976. In: FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, p. 285-315.
- _____ (2004). Aula de 17 de fevereiro de 1982. In: FOUCAULT, Michel. *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, p. 301-350.
- FREUD, Sigmund (1997). *Mal-estar na civilização*. Rio de Janeiro: Imago.
- GAIGER, Luiz Inácio (2000). Os caminhos da economia solidária no Rio Grande do Sul. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Orgs.). *Economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, p. 267-286.
- _____ (2004). As emancipações no presente e no futuro. In: GAIGER, Luiz Inácio (Org.). *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, p. 371-403.
- GEORGE, Isabel (2009). Trajetórias profissionais e saberes escolares: o caso do telemarketing no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo e BRAGA, Ruy (Orgs.). *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo, p. 213-230.
- _____ (2011). Trabalho informal e representação sindical. In: RIZEK, Cibele; CABANES, Robert; TELLES, Vera (Orgs.). *Saídas de emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo*: Boitempo, p. 135-152.

- GOMES, Ivan Luis (2008). *Centralidades culturais e periferia na cidade de São Paulo: o caso do Centro Educacional Unificado (CEU) Butantã*. Trabalho de TGI apresentado no Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- GONÇALVES FILHO, José Moura (1998). Humilhação social: um problema político em psicologia. *Psicologia USP*. São Paulo, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, v. 9, nº 2, p. 11-67.
- _____ (2007). A humilhação social: humilhação política. In: SOUZA, Beatriz de Paula (Org.). *Orientação à queixa escolar*. São Paulo: Casa do Psicólogo (versão mimeografada).
- GORZ, André (2009). O envelhecimento. *Tempo Social*. São Paulo, Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, v. 21, nº 1, p. 15-34.
- GRANOVETTER, Mark (2003). A theoretical agenda for economic sociology. In: GUILLÉN, Mauro et al. *The new economic sociology: developments in an emerging field*. New York: Russell Sage Foundation, p. 35-60.
- GRESPAN, Jorge (1999). *O negativo do capital: o conceito de crise na crítica de Marx à economia política*. São Paulo: Hucitec/Fapesp.
- GUIMARÃES, Nadya Araujo (2009). A sociologia dos mercados de trabalho, ontem e hoje. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), nº 85, p. 151-170.
- HABERMAS, J. (1984). *Mudança estrutural da esfera pública: investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- HADDAD, Fernando (2000). *Sindicalismo, cooperativismo e socialismo* (versão mimeografada).
- HAROCHE, Clodine (2008). *A condição sensível: formas e maneiras de sentir no Ocidente*. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- HIRATA, Daniel (2011). Vida Loka. In: RIZEK, Cibele; CABANES, Robert; TELLES, Vera (Orgs.). *Saídas de emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo*. São Paulo: Boitempo, p. 189-214.
- HIRATA, Helena (2002). *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo.
- HOLZMANN, Lorena (2001). *Operários sem patrão: gestão democrática e dilemas da democracia*. São Carlos: Editora da UFSCar.
- HONNETH, Axel (2003). *A luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34.

- JACCOUD, Luciana; SILVA, Frederico Barbosa da; BEGHIN, Nathalie (2009). Políticas sociais no Brasil: participação social, conselhos e parcerias. In: JACCOUD, Luciana (Org.). *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo*. Brasília: Ipea, p. 373-408.
- JACOBS, Jane (1961). *The Death and Life of Great American Cities*. New York: Vintage Books.
- JAMESON, Fredric (2002). Cultura e capital financeiro. In: _____. *A cultura do dinheiro: ensaios sobre a globalização*. Petrópolis: Vozes, p. 143-172.
- JODELET, Denise (1999). Représentations sociales: un domaine en expansion. In: JODELET, Denise (Org.). *Les Représentations sociales*. Paris: PUF, p. 47-78.
- KARTCHEVSKY-BULPORT, Andrée et al. (1986). *O sexo do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- KERGOAT, Danièle (1998). La division sexuelle du travail revisitée. In: MARUANI, Margaret (Org.). *Les Nouvelles frontières de l'inégalité: hommes et femmes sur le marché du travail*. Paris: La Découverte, Mage.
- _____ (2010). Dinâmica e consubstancialidade das relações de gênero. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), nº 86, p. 93-103.
- KOWARICK, Lúcio (2002). Viver em risco: sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), nº 63, p. 9-30.
- KOWARICK, Lúcio (Org.) (1994). *As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- KRAYCHETE, Gabriel (2000). Economia dos setores populares. In: KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (Orgs.). *Economia dos setores populares: ente a realidade e a utopia*. Petrópolis/Rio de Janeiro/Salvador: Vozes/Capina/Cese/UCSAL, p. 15-37.
- LAFER, Celso (1997). A reconstrução dos direitos humanos: a contribuição de Hannah Arendt. *Estudos Avançados*. São Paulo, Instituto de Estudos Avançados, v. 11, nº 30, p. 55-65.
- LAVILLE, Jean-Louis et al. (Orgs.). (2006). *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS.
- LAVILLE, Jean-Louis; FRANÇA-FILHO, Genauto (2004). *Economia Solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS.
- LAVINAS, Lena (2000). Evolução do desemprego feminino nas áreas metropolitanas. In: ROCHA, Maria Isabel B. da (Org.). *Trabalho e gênero: mudanças e*

permanências e desafios. São Paulo/Campinas/Belo Horizonte: Editora 34/Nepo/Cedeplar, p. 139-160.

LEFEBVRE, Henry (2001). *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro.

LEITE, Márcia de Paula (2009). *O trabalho no Brasil dos anos 2000: duas faces de um mesmo processo*. Workshop A Informalidade Revistada: Das Origens às Novas Abordagens. Recife: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho.

LEPETIT, Bernard (2001). Arquitetura, geografia, história: usos da escala. In: SALGUEIRO, Heliana (Org.). *Por uma nova história urbana*. São Paulo: Edusp, p. 191-226.

LIMA, Jacob C. (2007). O trabalho em cooperativas: dilemas e perspectivas. In: DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia (Orgs.). *A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização*. São Paulo: Boitempo, p. 69-80.

_____ (2011). O trabalho e a utopia da igualdade social. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), nº 89, p. 212-220.

_____ (2010). Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho? *Sociologias*. Programa de Pós-Graduação da UFRGS, Porto Alegre, nº 25, p. 158-198.

_____ (2009). Paradoxos do trabalho associado. *Tempo Social*. São Paulo, Departamento de Sociologia da USP, v. 21, nº 1, p. 113-132.

LIPIETZ, Alain. Palestra apresentada na FAU/USP. s/d.

LOPES, João Marcos; KAPP, S.; BALTAZAR, Ana Paula (2010). *Por partes: o novo fundamentalismo participacionista nos programas de moradia para os pobres*. Texto apresentado no Simpósio Ibero-Americano de Cidades e Cultura (SILACC 2010), São Carlos.

LÖWY, Michel (2003). *As aventuras de Karl Marx contra o barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. São Paulo: Cortez.

_____ (2005). *Walter Benjamin: aviso de incêndio — uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”*. São Paulo: Boitempo.

LUKÁCS, Georg (2003). A reificação e a consciência do proletariado. In: LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes, p. 193-240.

MAGALHÃES JR., José César de (2011). *Normalização social e o neoliberalismo*. Tese (Doutorado em Sociologia) — Departamento de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.

- MAGALHÃES JR, José César de; HIRATA, Daniel Veloso; TELLES, Vera da Silva (2006). Ao lado, o outro: veredas incertas. In: TELLES, Vera (Org.). *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Humanitas, p. 189-231.
- MARCUSE, Herbert (1969). *Razão e revolução: Hegel e o advento da teoria social*. Rio de Janeiro: Saga.
- MARICATO, Ermínia (1979). Autoconstrução, a arquitetura possível. In: MARICATO, E. (Org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa-Ômega, p. 71-93.
- _____ (2000). As ideias fora de lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, O.; MARICATO, E.; VAINER, C. (Orgs.). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, p. 121-192.
- MARQUES, Adalton (2009). *Crime, proceder, convívio-seguro: um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) — Departamento de Antropologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- MARQUES, Eduardo César (2003). *Redes sociais, instituições e atores políticos no governo da cidade de São Paulo*. São Paulo: Annablume/Fapesp.
- MARQUES, Eduardo César; TORRES, Haroldo (Orgs.) (2005). *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais*. São Paulo: Editora Senac São Paulo.
- MARTINS, Sérgio (2008). Prefácio à tradução brasileira. In: LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, p. 06-16.
- MARUANI, M. (Coord.) (1998). *Les nouvelles frontières de l'inégalité: hommes et femmes sur le marché du travail*. Paris: La Découverte.
- MARX, Karl (1985). *O capital: crítica da economia política*. Vol. I. São Paulo, Nova Cultural.
- MAUTNER, Yvonne (2004). A periferia como fronteira de expansão do capital. In: DEÁK, C.; SCHIFFER, S. R. (Orgs.). *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: Edusp, p. 245-259.
- MELLUCCI, Alberto (2001). *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes.
- MELVILLE, Herman (2005). *Bartleby, o escrivão*. São Paulo: Cosac Naify.
- MEYER, Regina Maria; GROSTEIN, Marta Dora; BIDERMAN, Ciro (2004). *São Paulo Metrópole*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

- MIAGUSKO, Edson (2008). *Movimentos de moradia e sem-teto em São Paulo: experiências no contexto do desmanche*. Tese (Doutorado em Sociologia) — Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- MICELI, Sérgio (1999). Introdução: a força do sentido. In: BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, p. 1-lxi.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (1999). O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (Orgs.). *Textos em representações sociais*. Petrópolis: Vozes, p. 89-111.
- MOEDAS PARALELAS. *Isto é Dinheiro*. São Paulo, 17 jul. 2009.
- MONTERO, Paula; MOURA, Flávio (2009). *Retrato de grupo: 40 anos do Cebrap*. São Paulo: Cosac Naify.
- MOSCOVICI, Serge (1976). *La Psychanalyse: son image et son publique*. Paris: PUF.
- NAKANO, Kazuo (2011). A produção social da vulnerabilidade urbana. *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo, Instituto Polis, nº 45, abril.
- NOGUEIRA, Cláudia M. (2009). As trabalhadoras do telemarketing: uma nova divisão sexual do trabalho? In: ANTUNES, R.; BRAGA, R. (Orgs.). *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo, p. 187-212.
- OLIVEIRA, Francisco de (1977). Acumulação monopolista, estado e urbanização: a nova qualidade do conflito de classes. In: MOYSÉS, J. A. et al. *Contradições urbanas e movimentos sociais*. São Paulo: Cedec/Paz e Terra, p. 65-76.
- _____ (1998). *Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis: Vozes.
- _____ (1999). Entre a terra e o céu: mensurando a utopia? *Democracia Viva*. Rio de Janeiro, Ibase, nº 6, p. 09-23.
- _____ (2000). A crise e as utopias do trabalho. In: KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (Orgs.). *Economia dos setores populares; ente a realidade e a utopia*. Petrópolis/Rio de Janeiro/Salvador: Vozes/Capina/Cese/UCSAL, p. 56-77.
- _____ (2001). *Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?*. São Paulo: Instituto Pólis.
- _____ (2003a). *Crítica à razão dualista. O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo.
- _____ (2003b). O Estado e a exceção: ou o estado de exceção? *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. Belo Horizonte, Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (Anpur), v. 5, nº 1, p. 9-14.

- _____ (2006). O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), nº 74, p. 67-85.
- OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele (Orgs.) (2007). *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo.
- OSEKI, Jorge (2002). In: ARANTES, Pedro Fiori. *Arquitetura nova*: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos mutirões. São Paulo: Editora 34, orelha.
- PAOLI, Maria Célia (1982). Os trabalhadores urbanos na fala dos outros: tempo, espaço e classe na história operária brasileira. *Comunicação*. Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, nº 7, p. 23-42.
- _____ (1991). As ciências sociais, os movimentos sociais e a questão do gênero. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), nº 31, p. 107-120.
- _____ (2002). Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 371-418.
- _____ (2007). O mundo do indistinto: sobre gestão, violência e política. In: OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele (Orgs.). *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo. p. 221- 257.
- PAOLINO, Antonio George (2008). *Economia solidária como projeto cultural e político: a experiência do Banco Palmas*. Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
- PARRA, Henrique Z. (2002). *Liberdade e necessidade: empresas de trabalhadores autogeridas e a construção sócio-política da economia*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- PARRA, Henrique Z. e GAVIN, Adams (2011). Nem eixo nem seixo. Texto disponível em: <http://pimentalab.net/blogs/medialab/2011/06/27/nem-eixo-nem-seixo/>.
- PASSA PALAVRA (2011). A esquerda fora do eixo. Texto disponível em: <http://passapalavra.info/?p=41221>.
- PEREIRA, Clara Maria Guimarães Marinho (2011). *Economia solidária: uma investigação sobre suas iniciativas*. Dissertação (Mestrado em Economia) — Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

- PEREIRA, Luciano (2011). O trabalho em causa na “epidemia depressiva”. *Tempo Social*. São Paulo, Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, v. 23, nº 1, p. 67-95.
- PEROSA, Graziela (2008). Educação diferenciada e trajetórias profissionais femininas. *Tempo Social*. São Paulo, Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, v. 20, nº 1, p. 51-68.
- PERROT, Michelle (2001). *Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros*. São Paulo: Paz e Terra.
- POCHMANN, Márcio (2002a). *Desenvolvimento, trabalho e solidariedade: novos caminhos para a inclusão social*. São Paulo: Cortez/Editora Fundação Perseu Abramo.
- _____ (2002b). Inclusão juvenil como estratégia pública. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 23 abr., p. A3.
- _____ (2010). A desigualdade no Brasil é coisa de sociedade feudal. *Caros Amigos*. São Paulo: Casa Amarela, nº 161, p. 12-17.
- POLANY, Karl (2000). *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus.
- POSTONE, Moishe (2008). Teorizando o mundo contemporâneo. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), nº 81, p. 79-97.
- RANCIÈRE, Jacques (1996a). *O desentendimento: política e filosofia*. São Paulo: Editora 34.
- _____ (1996b). O dissenso. In: NOVAES, Adauto (Org.). *A crise da razão*. São Paulo: Companhia das Letras. p. 367-382.
- _____ (2005). *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: Editora 34.
- _____ (2010). Entrevista. *Cult*. São Paulo, Ed. Bregantini, nº 139.
- REIS, Cacilda Ferreira dos (2011). *Projetos culturais e mercado de trabalho para jovens*. Texto apresentado no XV Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia, Curitiba.
- RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves (2011). Desafios da questão urbana. *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo, Instituto Polis, nº 45, abril.
- RICCI, Rudá (2011). O lulismo odeia a participação popular. *Caros Amigos*. São Paulo: Casa Amarela, nº 167, p. 26-29.

- RIZEK, Cibele (1994). *O trabalho e suas metáforas: as representações simbólicas dos trabalhadores petroquímicos paulistas*. Tese (Doutorado em Sociologia) — Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- _____ (2006). *Cidade, comunidade e violência*. Texto apresentado na Associação Brasileira de Antropologia, Goiânia.
- _____ (2010). Trabalho, moradia e cidade. Zonas de indiferenciação?. Texto apresentado n 34º Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs). Caxambu.
- _____ (2011). *Práticas sociais e culturais: novas tessituras?* Texto apresentado no 35º Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), Caxambu.
- RIZEK, Cibele; BARROS, Joana da Silva (2006), Mutirões autogeridos: construindo e desconstruindo sociabilidades. In: FRÚGOLI, Heitor; ANDRADE, Luciana T. de; PEIXOTO, Fernanda A. (Orgs.). *As cidades e seus agentes: práticas e representações*. Belo Horizonte: PucMinas/Edusp.
- RIZEK, Cibele; ROMÃO, Wagner (Orgs.) (2006). *Francisco de Oliveira: a tarefa da crítica*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- ROLNIK, Raquel (1994). São Paulo, início da industrialização: o espaço é político. In: KOWARICK, Lúcio (Org.). *As Lutas Sociais e a Cidade: São Paulo, passado e presente*. São Paulo: Paz e Terra / UNRISD, p. 95-110.
- _____ (2010). Democracia no fio da navalha: limites e possibilidades para a implementação de uma agenda de reforma urbana no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. Belo Horizonte, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (Anpur), v. 11, nº 2, p. 31-50.
- ROLNIK, Raquel; KLINK, Jeroen (2011). Crescimento econômico e desenvolvimento urbano: por que nossas cidades continuam tão precárias? *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), nº 89, p. 89-109.
- RONCAYOLO, Marcel (1988). *La ciudad*. Ediciones paidós: Barcelona.
- SACHS, Céline (1999). *São Paulo: políticas públicas e habitação popular*. São Paulo: Edusp.
- SADER, Eder (1988). *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- SANTOS, Boaventura Sousa (2003). *Pela mão de Alice: o social e o político no pós-modernidade*. São Paulo, Cortez.

- SANTOS, Laymert Garcia dos (2007). A exceção à regra. In: ARANTES, P. Prefácio. *Extinção*. São Paulo: Boitempo, p. 07-21.
- SARAIVA, Camila; MARQUES, Eduardo (2005). A dinâmica social das favelas da região metropolitana de São Paulo. In: MARQUES, Eduardo César; TORRES, Haroldo (Orgs.). *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, p. 143-168.
- SCHWARZ, Roberto (1992). As ideias fora de lugar. In: SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, p. 9-31.
- _____ (1997). *Duas meninas*. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____ (1999). “Um mestre na periferia do capitalismo” (entrevista). In: _____. *Sequências brasileiras: ensaios*. São Paulo, Companhia das Letras, p. 220-226.
- SCHWENGER, Angela Maria; PRAXEDES, Sandra Fae e PARRA, Henrique Zoqui (2006). Programa oportunidade solidária. In: FRANÇA-PINTO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis; MEDEIROS, Alzira e MAGNEN, Jean-Philippe *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*. Porto Alegre: Editora UFRGS, p. 125-146.
- SCOTT, Joan (1991). *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Recife: SOS Corpo (publicado originalmente por New York, Columbia University Press, 1989).
- SECRETARIA DE GOVERNO (2004). *Balanço de gestão*. São Paulo: Prefeitura Municipal.
- SEGNINI, Liliana Rolfsen (1998). *Mulheres no trabalho bancário: difusão tecnológica, qualificação e relações de gênero*. São Paulo: Edusp.
- _____ (2006). Acordes dissonantes: assalariamento e relações de gênero em orquestras. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, p. 321-336.
- SENNETT, Richard (2001). *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo, Companhia das Letras.
- _____ (2004). *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record.
- _____ (2011). Por uma esquerda confiável. Texto disponível em http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=18164.
- SIMMEL, Georg (1973). A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). *O fenômeno urbano*. por. Rio de Janeiro: Zahar, p. 13-28.

- _____ (1986). Puente y puerta. In: SIMMEL, Georg. *El individuo y la libertad: ensayos de crítica de la cultura*. Barcelona: Península, p. 45-53.
- _____ (1987). Le style de vie. In: SIMMEL, Georg. *Philosophie de l'argent*. Paris: Presses Universitaire de France, p. 545-580.
- _____ (1995). Rome, une analyse esthetique. In: SIMMEL, Georg. *Ville et modernité*. Paris: L'Harmattan, p. 37-49.
- _____ (2005). O conceito e a tragédia da cultura. In: SOUZA, Jessé; ÖELZE, Berthold (Orgs.). *Simmel e a modernidade*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, p. 79-108.
- SINGER, André (2009). Raízes sociais e ideológicas do lulismo. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), nº 85, p. 83-102.
- SINGER, André; KOWARICK, Lúcio (1994). A experiência do PT na Prefeitura de São Paulo. In: KOWARICK, Lúcio (Org.). *As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 279-311.
- SINGER, Paul (2002). *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- _____ (2008). Economia solidária — entrevista com Paul Singer. *Estudos Avançados*. São Paulo, Instituto de Estudos Avançados, nº 62, São Paulo, p. 289-314.
- SINGER, Paul; SOUZA, André (2000). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto.
- SOUZA, Jessé (2010). *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte: Editora UFMG.
- SOUZA, Jessé; ÖELZE, Berthold (2005). *Simmel e a modernidade*. Brasília: Editora Universidade Federal de Brasília.
- SOUZA-LOBO, Elisabeth (1991). *A classe operária tem dois sexos*. São Paulo: Brasiliense/Secretária Municipal de Cultura.
- SPOSITO, Marília (1993). *A ilusão fecunda: a luta por educação nos movimentos populares*. São Paulo: Edusp/Hucitec.
- TEIXEIRA, Clarissa Gondim (2011). Efeitos da transferência de renda na oferta de trabalho. *Boletim Mercado de trabalho — conjuntura e análise*. Brasília, Ipea, nº 46, p. 37-43.
- TELLES, Vera de S. (2000). A modernização vista de baixo: precarização e violência na Cidade de São Paulo. Texto apresentado no colóquio “Mundialisation économique et gouvernement des sociétés” Paris. Mimeo.

- _____ (2006). Transitando na linha de sombra, tecendo as tramas da cidade. In: OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele (Orgs.). *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 195-218.
- _____ (2010). Ilegalismos urbanos e a cidade. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), nº 84, p. 153-173.
- TELLES, Vera de S. et al (2006). *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Humanitas.
- THOMPSON, E. P. (1997). *A formação da classe operária inglesa: I — A Árvore da Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____ (2010). *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras.
- TOMMASI, Livia de e VELAZCO, Dafne (2011). A produção de um novo regime discursivo sobre as favelas cariocas e as muitas faces do empreendedorismo de base comunitária. Texto apresentado no 35º Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), Caxambu.
- TORRES, Haroldo (2005). A fronteira paulistana. In: MARQUES, Eduardo, e TORRES, Haroldo (Orgs.). *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais*. São Paulo: Editora SENAC, p.101-119.
- TURATTI, Maria Cecília Manzoli (2005). *Os filhos da lona preta: identidade e cotidiano em acampamentos do MST*. São Paulo: Alameda.
- TURNER, J. (1977). *Vivienda: todo el poder para los usuarios*. Madri: H. Blumer.
- VERONESE, Marília Veríssimo; FERRARINI, Adriane Vieira (2011). *Microempreendedorismo associativo: análise de empreendimentos de coleta e triagem de resíduo urbano*. Texto apresentado no Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia, Curitiba.
- VILLAÇA, Flávio (2001). *Espaço intraurbano no Brasil*. São Paulo: Nobel/Fapesp/Lincoln Institute.
- _____ (2004). Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, C.; SCHIFFER, S. R. (Orgs.). *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: Edusp, p. 169-244.
- VITALE, Denise (2004). Democracia direta e poder local: a experiência brasileira do orçamento participativo. In: COELHO, Vera Schattan; NOBRE, Marcos (Orgs.). *Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora 34, p. 239-254.
- WACQUANT, Loïc (2001). *Os condenados da cidade: estudo sobre marginalidade avançada*. Rio de Janeiro: Revan/Fase.

- WAIZBORT, Leopoldo (2000). *As aventuras de Georg Simmel*. São Paulo: USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia: Ed 34.
- WEBER, Florence (2009). *Trabalho fora do trabalho: uma etnografia das percepções*. Rio de Janeiro: Garamond.
- WEBER, Max (1999). Ação social e relação social. In: FORACCHI, Marialice; MARTINS, José de Souza (Orgs.). *Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, p. 139-142.
- _____ (2004). *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- YUNUS, Muhammad (2000). *O banqueiro dos pobres*. São Paulo: Ática.
- ZALUAR, Alba; RIBEIRO, Ana Paula A. (2009). O paradoxo do subúrbio carioca. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), nº 84, p. 175-196.

Tabela de siglas:

BNH – Banco Nacional de Habitação

CEU – Centros Educacionais Unificados

COOPE/UFRJ – Centro de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro

CUT – Central Única dos Trabalhadores

FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária

ITCP – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

NESOL – Núcleo de Apoio às Atividades de Extensão em Economia Solidária

MINC – Ministério da Cultura

OCIPIS – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público

PCC – Primeiro Comando da Capital

PT – Partido dos trabalhadores

SAS – Secretaria de Assistência Social

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SDTS – Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade

SSP – Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo

UMM – União dos Movimentos de Moradia

UPM – União Popular de Mulheres do Campo Limpo e Adjacências

UPPs – Unidades de Polícia Pacificadora